

Anuário Estatístico da Defesa Nacional
2014



**GOVERNO DE
PORTUGAL**

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Edição: Ministério da Defesa Nacional
Direção: Secretaria-geral do Ministério da Defesa Nacional
Coordenação: Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação
Design: Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação
Ano: 2015

NOTA INTRODUTÓRIA

O Anuário Estatístico da Defesa Nacional constitui um repositório de dados da Defesa, cuja recolha é efetuada pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, Ramos das Forças Armadas e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional.

A informação estatística da presente edição reporta-se ao ano de 2014. Contudo em áreas específicas como *finanças, pessoal, armamento e equipamentos da Defesa, infraestruturas, ensino e formação, assistência na doença aos militares das Forças Armadas e atividade inspetiva*, são apresentados dados de anos anteriores, através dos quais é possível avaliar a respetiva evolução no passado recente.

Salienta-se que o trabalho apresentado é produto do empenho e dedicação de diversas entidades, organismos e pessoas, aos quais se agradece o seu precioso contributo. Dos utilizadores esperam-se críticas, comentários e sugestões que ajudem a melhorar a qualidade da publicação, tornando-a num instrumento de crescente utilidade para todos os que necessitam de estabelecer contacto com o setor da Defesa Nacional.

Sinais Convencionais

- Dado confidencial
- Resultado nulo
- Dado não disponível
- Estimativa
- Dado rectificado
- Dado inferior a metade da unidade utilizada
- Não aplicável
- Dado incompleto

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.

Índice

1.1 - DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES.....	21
1.2 - VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA.....	21
1.3 - DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES	22
1.4 - PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB	23
1.5 - PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS A CORRENTES E CONSTANTES	24
1.6 VARIAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA (ORÇAMENTO), POR MINISTÉRIO A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES	26
1.6. - VARIAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA (ORÇAMENTO), POR MINISTÉRIO (CONTINUAÇÃO).....	28
1.7 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS.....	29
1.8 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES	31
1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS	33
1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA	36
1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA.....	38
1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO	40
1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA.....	42
1.14 - CONTRATOS CELEBRADOS NA DEFESA.....	44
1.15 COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS	45
2.1 – MARINHA.....	55
2.2 – EXÉRCITO	59
2.2.1 - COLABORAÇÃO COM AUTORIDADES CIVIS	59
2.3 – FORÇA AÉREA.....	65
3.1 – CONTRIBUIÇÃO NACIONAL PARA OPERAÇÕES E FORÇAS DE ELEVADA PRONTIDÃO.....	69
3.1.1 - Operações da ONU em que Portugal participa.....	69
3.1.1.1 - Afeganistão (United Nations Assistance Mission in Afghanistan) (UNAMA)	69
3.1.1.2 - Mali (United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali) (MINUSMA).....	70
3.1.2 - Operações da NATO em que Portugal participa.....	70
3.1.2.1 - International Security Assistance Force (ISAF)	70
3.1.2.2 - Kosovo Force (KFOR).....	71
3.1.2.3 - Missão da NATO no Mediterrâneo (Operação Ative Endeavour/Strait of Gibraltar)	71
3.1.2.4 - Missão da NATO na área do Corno de África (HoA - Operação Ocean Shield).....	72
3.1.2.4 - Missão de Policiamento Aéreo da NATO	73
3.1.2.5 - Immediate Assurance Measures	73
3.1.3 - Forças em elevada prontidão no âmbito da NATO para as quais Portugal contribui com Forças e meios	74
3.1.3.1 - NATO Response Force (NRF) / Immediate Response Force (IRF)	74
3.1.3.2 - Standing NATO Maritime Group 1/2 (SNMG1/2)	75
3.1.4 - Operações da UE em que Portugal participa	75
3.1.4.1 – Somália – Missão da UE treino para a reforma do setor de segurança da Somália (EUTM Somália)	75
3.1.4.2 – Corno de África, Costa da Somália e Oceano Índico - Missão Militar da EU na costa da Somália (Operation Atalanta EU Naval Force to the Somália (EUNAVFOR SOMÁLIA - OP ATALANTA)).	76
3.1.4.3- EUFORFORÇAS.....	77
3.1.4.4 – Málí – Missão de treino da UE para a reforma do setor militar e de segurança do Mali (EUTM Mali).....	77
3.1.4.5 – FRONTEX – Missão da Força Aérea Portuguesa de apoio ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) através da participação de uma aeronave C-295 e 18 militares.....	78
3.2.1 Operações no âmbito do artigo 5º do Tratado da Aliança – Defesa Coletiva	79
3.2.2 Operações não artigo 5º - Operações de Resposta a Crises (CRO).....	79

3.2.2.1 Operações de Apoio à Paz (PSO)	79
3.2.2.2 Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises (CRO)	79
3.4.1 – Operações/Missões realizadas.....	83
3.4.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU.....	85
3.4.1.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU – Efetivos	85
3.4.1.1.2 - Operações/Missões no âmbito da ONU – Meios envolvidos.....	85
3.4.1.2 – Operações/Missões no âmbito da NATO.....	86
3.4.1.2.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Efetivos	86
3.4.1.2.2 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Meios envolvidos	87
3.4.1.3 – Operações/Missões no âmbito da UE	88
3.4.1.3.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Efetivos.....	88
3.4.1.3.2 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Meios envolvidos	89
3.4.2 – Contributos nacionais para Forças de alta prontidão	90
4.1 – ATIVIDADE BILATERAL DE DEFESA (COM EXCEÇÃO DA ÁFRICA SUBSARIANA).....	93
4.1.1 - Acordos, convenções, memorandos de entendimento e cartas de intenções	93
4.1.2 - Programas de Cooperação/Atividades	95
4.1.3 - Cruzeiros de investigação científica	97
4.1.4 - Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros.....	98
4.1.5 - Sobrevo e aterragem - Pedidos de autorização.....	99
4.2. - COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR.....	102
4.2.1 - Projetos de cooperação técnico-militar com os PLOP	102
4.2.2 - Despesas globais da cooperação técnico-militar.....	104
4.2.3 - Despesas dos projetos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PLOP	104
4.2.4 - Formação de militares dos PLOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA	104
4.2.5 - Despesas suportadas pelos Ramos das FA.....	105
4.2.6 - Formação de militares nos PLOP por tipo de curso e Ramo das FA	105
5.1 - EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS – EMGFA, MARINHA, EXÉRCITO E FORÇA	116
AÉREA.....	116
5.1.1 - Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados.....	116
5.1.2 - Exercícios Conjuntos – Meios	119
5.1.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados	122
5.1.4 - Exercícios Combinados – Meios	125
5.2 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA.....	128
5.2.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados	128
5.2.2 - Exercícios sectoriais – Meios Envolvidos	132
5.2.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados	136
5.2.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos	136
5.3.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados.....	137
5.3.2 - Exercícios sectoriais – Meios Envolvidos	141
5.3.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados	144
5.3.4 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados – Meios envolvidos.....	144
5.4.1 - Participação em Exercícios sectoriais de Outros Ramos – Exercícios Realizados	145
5.4.2 - Participação em Exercícios sectoriais de Outros Ramos – Meios Envolvidos	145
5.4.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados	145
5.4.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos	146
6.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA.....	152
6.1.1 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais	152
6.1.2 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo	152

6.1.3 - Importações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo	154
6.1.4 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares.....	155
– Por Áreas do Globo	155
6.1.5 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares – por Países Agregados em Organizações Internacionais a que Portugal Pertence	155
6.1.6 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Atividade de Comércio de Bens e Tecnologias Militares.....	156
6.2 – EQUIPAMENTOS DE DEFESA E LPM	159
6.2.1 - Missões e Meios Disponíveis – Marinha Ano: 2014.....	159
6.2.2 - Missões e Meios Disponíveis – Exército	160
6.2.3 - Missões e Meios Disponíveis – Força Aérea.....	161
6.2.4 - Lei de Programação Militar (LPM).....	162
6.3 – LOGÍSTICA	163
6.3.1 - Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais.....	163
6.3.2 - Despesas com Equipamentos e Material de Saúde, em 2014.....	164
6.3.3 - Despesas com Transportes – Aquisição de Veículos – em 2014	164
6.3.4 - Despesas com Transportes – Funcionamento – em 2014.....	164
6.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	165
6.4.1 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – MARINHA	165
6.4.2 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – EXÉRCITO.....	167
6.4.3 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – FORÇA AÉREA	167
6.4.4 – Pessoal empregue em atividades de investigação e desenvolvimento	168
6.4.5- Investigação e Desenvolvimento com Financiamento LPM e Respetivas Áreas Tecnológicas – Âmbito Nacional e Internacional - Sob Coordenação da DGAIED – 2014.....	168
6.5 – INDÚSTRIAS DE DEFESA.....	170
6.5.1 - Indústrias Nacionais do Setor das Indústrias de Defesa – 2013 e 2014	170
6.5.2 - Indústrias Nacionais com Atividades Ligadas a Áreas da Defesa – 2013 e 2014	170
6.5.3 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Atividade de Indústria de Armamento e Tecnologias de Defesa	171
6.5.4 - EMPORDEF (SGPS), S.A. e Associações do Setor.....	171
6.5.4.1 - A EMPORDEF (SGPS), S.A. é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais públicos que agrupa as participações do Estado nas seguintes empresas da área da Defesa:	171
6.5.4.2 - A DANOTEC - Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias, agrupa as seguintes empresas e instituições com atividades de interesse na área da Defesa:	171
6.6 – QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO.....	172
6.6.1 - Qualidade	172
6.6.1.1 – Garantia Governamental da Qualidade	172
6.6.1.2 – Certificação AQAP	172
6.6.2 - Normalização.....	173
6.6.2.1 - Acordos de Normalização NATO	173
6.6.3 - Catalogação.....	173
6.6.3.1 - Pedidos de Catalogação de Artigos – 2014.....	174
6.6.3.2 - Pedidos de Atribuição de Códigos de Organização (CORG) – 2014	175
6.6.3.3 - Propostas de Cancelamento de Números de Abastecimento NATO (NNA) - 2014.....	175
6.6.3.4 - Situação da Base de Dados de Catalogação (SPCAT II*) em 31 de dezembro de 2014	175
6.6.3.5 - Articulação do Centro Nacional de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional - SIG-DN (Área Logística) – 2014.....	176
6.6.3.6 - Curso Geral de Catalogação	176
7.1 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFETAS À DEFESA NACIONAL.....	183
7.2 – SERVIDÕES DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFETAS À DEFESA NACIONAL.....	183
7.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS	184
7.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS.....	185
7.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS	185

7.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFETOS À DEFESA NACIONAL	185
7.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS(a).....	186
7.8 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS ADQUIRIDAS.....	186
7.9 – ALIENAÇÃO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFETAS À DEFESA NACIONAL.....	186
7.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS	187
7.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES.....	188
7.12 – NATUREZA DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS (a).....	188
8.1 - DESPESAS COM A AQUISIÇÃO E LOCAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.....	193
8.2 - EXISTÊNCIAS REFERIDAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015.....	195
8.3 - ÁREAS INFORMATIZAS - PERCENTAGEM	197
8.4 - PESSOAL AFETO EXCLUSIVAMENTE ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PESSOAL TIC)	199
8.5 - UTILIZAÇÃO DA INTERNET. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA INTERNET	200
8.6 - PRESENÇA DO ORGANISMO NA INTERNET	202
8.7 - ORIENTAÇÃO DO ORGANISMO RELATIVAMENTE À DISTRIBUIÇÃO DO ACESSO À INTERNET E CORREIO ELÉTRÓNICO.....	203
9.1 – DIAGNÓSTICOS AMBIENTAIS.....	208
9.2 - PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA).....	208
9.3 - CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL.....	208
9.4 - AUDITORIAS/CERTIFICAÇÕES ENERGÉTICAS.....	209
9.5 – CONTROLO DE CONSUMOS.....	209
9.6 - PRODUÇÃO DE RESÍDUOS	209
9.7 - ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	210
9.8 – FORMAÇÃO AMBIENTAL.....	211
9.9 – REUNIÕES DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO.....	211
9.9.1 - Nacionais.....	211
9.9.2 Internacionais.....	212
9.10 - PROTOCOLOS E COOPERAÇÃO COM OUTROS ORGANISMOS	212
9.11 PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE	213
9.11.1 Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente	213
9.11.2 Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente	214
10.1 – Pessoal Militar	220
10.1.1 – Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31 DEZ	220
10.1.1.2 – Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos.....	220
10.1.1.2.1 – Militares do Quadro Permanente.....	220
10.1.1.4 – Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar (a)	223
10.1.1.5 – Estrutura Etária do Pessoal Militar.....	224
10.1.1.6 – Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Ativo.....	226
10.1.1.7 – Origem Geográfica dos Militares	227
10.1.1.8 – Distribuição por Sexo de Pessoal Militar.....	227
10.1.1.9 – Promoção de Militares do QP.....	228
10.1.1.10 – Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço.....	228
10.1.1.11 – Evolução do número de baixas de pessoal.....	229
10.1.1.12 – Encargos Financeiros com os Vencimentos dos Militares em Regime de Voluntariado (RV) e Regime de Contrato (RC).....	229
10.1.1.13 – Despesas decorrentes da Aplicação da Lei do Serviço Militar	230
10.1.2 – Pessoal Militarizado	231
10.1.3 – Pessoal Civil	232
10.1.4 – Comparações internacionais	236
10.2 – JUSTIÇA E DISCIPLINA	237

10.2.1 – Condecorações Atribuídas	237
10.2.2 – Processos Iniciados	237
10.2.3 – Punições Aplicadas	237
10.2.4 – Processos Instruídos por Índícios de Prática de Crimes	238
11.1 – Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução das FA.....	246
11.2 – Pessoal Militar na Efetividade de Serviço que Frequentou Cursos Internos.....	246
11.3 – Pessoal Militar que Frequentou Cursos no Estrangeiro	247
11.4 – Cursos ministrados e número de alunos, por estabelecimento de ensino	249
11.4.1 – Caracterização da atividade formativa.....	249
11.5 – Docentes, por estabelecimento de ensino e por categoria (militares/ civis,	250
doutorados/ mestres/ licenciados)	250
11.6 – Pessoal de apoio por estabelecimentos de ensino (militares/ civis)	251
11.7 – Projetos de investigação iniciados, em curso e concluídos	251
11.8 - Cursos ministrados por centros de instrução	252
11.8.1 – Estabelecimentos de Ensino e Formação não Superior	252
11.8.1.1 – Caracterização de Ação Formativa.....	252
11.9 – Instrutores e pessoal de apoio, por centros de instrução	253
11.9.1 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Categoria	253
11.9.2 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Habilitações	254
11.9.3 – Caracterização do Pessoal de Apoio.....	255
12.1 – Médicos Militares e Civis	260
12.1.1 – Infraestruturas hospitalares	260
12.1.1.1 – Localização	260
12.1.1.2 – Camas, segundo o fim a que se destinam	260
12.1.1.3 – Camas por Especialidade.....	261
12.1.2 – Recursos Humanos.....	262
12.1.2.1 – Médicos militares e civis.....	262
12.1.2.2 – Enfermeiros militares e civis	262
12.1.2.3 – Técnicos de Superiores de Saúde.....	263
12.1.2.4 – Médicos Dentistas	263
12.1.2.5 – Médicos Veterinários Militares e Civis	264
12.1.2.6 – Enfermeiros Veterinários militares e civis	264
12.1.2.7 – Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	265
12.1.2.8 – Médicos, por Especialidade Exercida (a).....	265
12.1.2.9 – Técnicos Superiores, por especialidade	266
12.1.2.10 – Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica, por especialidade.....	266
12.1.3 – Atividade Hospitalar	267
12.1.3.1 – Consultas Efetuadas, por especialidade, nos Hospitais militares.....	267
12.1.3.2 – Evolução do total de consultas nos hospitais militares.....	267
12.1.3.3 - Atos de Diagnóstico Efetuados no Hospital das Forças Armadas.....	268
12.1.3.4 - Intervenções Cirúrgicas Realizadas, por Serviço.....	269
12.1.3.5 - Taxa Mensal de Ocupação das Camas, por Unidade Hospitalar	269
13.1 - Beneficiários ADM – distribuição por Ramos das Forças Armadas e por.....	273
13.2 Evolução do número de beneficiários	275
13.3 Evolução dos encargos com a saúde	276
13.4 Evolução dos encargos com a saúde por modalidade de assistência	277
13.5 Evolução dos encargos com a saúde por tipologia de beneficiários.....	277
14.1 - Beneficiários do IASFA,I.P. – Distribuição por Ramos das FA	284
14.2 - Funções de Proteção Social – Invalidez – SUBSÍDIO	284

14.3 - Função de Proteção Social – Velhice – SUBSÍDIOS	284
14.4 - Função de Proteção Social – Sobrevivência – SUBSÍDIOS.....	284
14.5 - Função de Proteção Social – Família – SUBSÍDIOS	285
14.6 - Total Anual de Subsídios e Montantes Despendidos por Função	285
14.7 - Outras Funções de Proteção Social	287
15.1 / 15.2 – AUDITORIAS EXECUTADAS PELA IGDN	293
15.3 – AUDITORIAS REALIZADAS PELA IGDN EM 2014	294
16.1 – Desporto Militar	299
16.1.1 – Instalações desportivas, por Ramo.....	299
16.1.2 – Pessoal especializado em educação física, por Ramo	300
16.1.3 – Competições desportivas por Ramo das FA.....	300
16.1.4 – Pessoal militar que participou em campeonatos nacionais das FA	301
16.1.5 – Pessoal militar que participou em provas internacionais militares.....	302
16.2 – Museus militares.....	303
16.2.1 – Números de salas, por museu.....	303
16.2.2 – Número médio de horas semanais de abertura ao público, por museu.....	304
16.2.3 – Pessoal dos museus, segundo o seu emprego	305
16.2.4 – Visitas, por museu.....	305
16.2.5 – Eventos organizados.....	307
16.2.6 – Publicações editadas, por museu.....	308
16.3 – Bibliotecas militares.....	309
16.3.1 – Dados gerais das bibliotecas (número médio de horas semanais de abertura ao público, automatização, equipamento)	309
16.3.2 – Fundos existentes, por século, por biblioteca	310
16.3.3 – Entrada e saída de fundos	311
16.3.4 – Pessoal das bibliotecas, segundo o seu emprego	312
16.3.5 – Eventos organizados.....	313
16.4 – Arquivos Militares	313
16.4.1 – Km (ou metros lineares(ml)) de documentação, por arquivo.....	313
16.4.2 – Volume de documentação incorporada por arquivo.....	314
16.4.3 – Volume de documentação eliminada por arquivo	314
16.4.4 – Pessoal dos arquivos, segundo o seu emprego	315
16.4.5 – Restauro e encadernação de unidades de instalação por arquivo	315
16.4.6 – Serviço ao público – número de utilizadores	316
16.5 – Música.....	316
16.5.1 – Número de músicos, por banda de música e orquestra.....	316
16.5.2 – Desfiles e paradas realizadas por banda de música.....	316
16.5.3 – Concertos realizados, por banda de música e orquestra	317
16.6 – Outros organismos de âmbito cultural.....	317
SIGLAS.....	321

The background of the page features a close-up, slightly blurred view of several Euro banknotes. The notes are in various colors, including blue, purple, and yellow. Overlaid on this background is a complex pattern of semi-transparent, light blue geometric shapes, primarily triangles and quadrilaterals, which create a layered, architectural effect. The word "Finanças" is printed in a bold, black, sans-serif font, centered horizontally and positioned in the lower right quadrant of the image.

Finanças

NOTA EXPLICATIVA

As estatísticas do orçamento inscritas neste capítulo têm como suporte preferencial da informação a Conta Geral do Estado (CGE).

É no entanto de referir o seguinte:

- A informação relativa à despesa pública (orçamento) adiante elencada por ministérios, tem por base os valores inscritos nas Leis do Orçamento de Estado para os anos respetivos;
- Os dados referentes à Lei da Programação Militar (LPM) refletem a informação que foi fornecida à Secretaria-geral do MDN (SG/MDN) pelas respetivas entidades envolvidas. Importa esclarecer que os valores expostos, no que concerne à LPM, não coincidem com aqueles que são publicados na Conta Geral do Estado (CGE), uma vez que estes últimos correspondem ao valor dos saques efetuados, e os valores refletidos neste capítulo correspondem à despesa efetivamente realizada no exercício económico em análise.

Os dados macroeconómicos relativos ao PIB (Produto Interno Bruto) e População têm por base a informação divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Nos anuários de anos anteriores (até 2010) os valores relativos aos indicadores mencionados foram recolhidos junto do Departamento de Prospetiva e Planeamento (DPP) do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP).

A conversão dos valores nominais (preços correntes) em valores reais (preços constantes) é efetuada suprimindo o efeito da inflação (deflacionando), tendo como referência de cálculo o índice harmonizado de preços no consumidor (taxa de variação média anual – base 2005 - % «por agregados especiais; mensal») – Fonte: INE. Nos anuários de anos anteriores (até 2010) optou-se pela utilização do índice de preços implícito no Produto Interno Bruto (PIB) como deflacionador (dados fornecidos pelo DPP supra mencionado).

Os dados referentes às despesas da Defesa foram discriminados por natureza. Assim, de acordo com o classificador das despesas públicas, distinguiram-se três agrupamentos principais de despesa:

- Pessoal, que se identifica com o grupo “Despesas com o pessoal”;
- Operação e manutenção, que se identifica com os grupos “Aquisição de Bens e Serviços”, “Transferências correntes” e “Outras despesas correntes”;
- Despesas de capital, que se identifica com o grupo com a mesma designação do citado classificador.

Salienta-se o facto de os montantes despendidos com a alimentação e o fardamento do efetivo militar, de acordo com o classificador das despesas públicas em vigor (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro), tal como se verificava com o classificador anterior, em vigor desde 1989, serem

incorporados no agrupamento “Aquisição de Bens e Serviços”, pelo que, neste estudo, à semelhança do procedimento adotado nos anos anteriores, procedeu-se à sua inclusão no grupo “Operação e Manutenção”.

De acordo com o classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, a rubrica “07.01.14 – Investimentos Militares” compreende não só as construções e as obras de engenharia que as administrações militares realizam, mas também os quartéis, os campos de tiro, os aeródromos, as estradas e as pontes militares, e ainda as grandes reparações a efetuar naquelas estruturas, bem como o armamento e os equipamentos principais utilizados pelas Forças Armadas.

A execução do orçamento de 2014 foi desenvolvida num contexto de reforma estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas, que constitui uma das prioridades do Governo. Neste âmbito, a sua atuação foi orientada, entre outros, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril (“Defesa 2020”), que definiu as linhas orientadoras de planeamento para pôr em prática uma reestruturação nas Forças Armadas com vista à sua maior eficiência e eficácia, e pelo Despacho n.º 7527-A/2013, que consiste na Diretiva Ministerial para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas — Reforma “Defesa 2020”.

O grau de realização do orçamento afeto ao PO06-Defesa situou-se nos 89%, sendo de destacar os agrupamentos Despesas com Pessoal (98%) e Aquisição de Bens e Serviços Correntes (87%).

Relativamente à gestão de cativos, apenas foram autorizadas descativações nos SFA e EPR, cujo montante ascendeu a 4,5 milhões de euros.

Em termos globais, nos anos em análise, poder-se-á dizer que os recursos utilizados pela Defesa, a preços correntes, têm vindo a fazer um percurso com oscilações materializadas em aumentos e reduções verificadas nas comparações entre períodos homólogos (anos económicos), sendo no entanto possível reconhecer uma tendência de redução, uma vez que entre 2008 e 2014 o orçamento executado passou de 1.996,1 M€ para 1.783,2 M€ (vide quadros 1.1. e 1.2.). Não obstante a tendência verificada pender para a redução, verificou-se entre 2008 e 2010 um incremento de cerca de 11%, constatando-se nos anos subsequentes, até 2012, novamente uma diminuição. Verifica-se depois uma inflexão na tendência de redução, entre 2012 e 2013, em que se constata um aumento de 4,5%.

Em 2014 a execução do orçamento da defesa decresce 4,27% face ao período homólogo do ano anterior (2013).

É dado tratamento autónomo à componente da LPM, pela sua especificidade, bem como ao Capítulo 50 – Projetos (ex-PIDDAC), por serem as componentes do orçamento particularmente vocacionadas para o investimento efetuado pelo Ministério da Defesa Nacional.

- Capítulo 50 – Projetos (ex-PIDDAC) -

No âmbito do orçamento do “Capítulo 50 – Projetos” relativo a 2014, verificou-se uma execução global de 78,89% face ao orçamento corrigido líquido de cativos. Saliente-se o nível de execução verificado no projeto “Infra-Estruturas em Terra do Sistema Nacional de Comunicações de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS/PO)”, da responsabilidade da Direção-geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, que em anos anteriores, por escolhos processuais de cariz administrativo, não apresentava qualquer execução, e em 2014 teve uma execução de 81%, para um orçamento corrigido líquido de cativos de 1.750 M€. De uma maneira geral os serviços integrados na esfera orçamental do MDN com dotações previstas no âmbito do Capítulo 50 apresentam níveis de execução orçamental elevada.

No quadro e gráfico seguintes, apresenta-se uma comparação do nível de execução dos períodos homólogos, relativamente aos anos de 2008 a 2014:

(m€)

Ano	Dotação Corrigida	Montante Executado	Grau de realização
2008	36.952,0	11.732,4	31,75%
2009	35.722,5	19.053,7	53,34%
2010	11.265,2	3.282,9	29,14%
2011	4.275,0	2.234,6	52,27%
2012	14.645,3	4.617,9	31,53%
2013	14.226,8	4.077,0	28,66%
2014	5.250,0	4.141,7	78,89%

- Lei de Programação Militar (LPM) -

A LPM (Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto) em vigor em 2014 incorpora e desenvolve a programação do investimento público nas Forças Armadas relativo a equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infraestruturas com impacto direto na modernização e na operacionalização do Sistemas de Força Nacional (SFN), concretizado através das respetivas medidas (capacidades).

O total de investimento previsto na Lei n.º 4/2006 é de 5.450,697 milhões de euros em 24 anos (2006-2029), repartido da seguinte forma: primeiro sexénio (2006-2011) 2.119,193 milhões de euros; segundo sexénio (2012-2017) 2.203,031 milhões de euros; terceiro sexénio (2018-2023) 960,313 milhões de euros; quarto sexénio (2024-2029) 168,160 milhões de euros.

Importa referir que os valores previstos na LPM têm vindo a ser sucessivamente corrigidos de acordo com as determinações emanadas das Leis do Orçamento de Estado relativas aos anos decorridos (reduções da dotação prevista na LPM, cativações, etc.).

Considerando as dotações iniciais inscritas na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2014) e aplicadas as cativações previstas no seu Artigo 3.º, bem como justaposta a redução, em 48,55 %, das dotações iniciais, conforme previsto no Artigo n.º 21.º do mesmo diploma, a dotação corrigida líquida de cativos fixou-se nos 395.352.821 €.

No decurso de 2014, à dotação inicial acresceu o montante do saldo transitado do ano anterior, no valor de 78.351.416 M€, bem como os reforços orçamentais provenientes de receitas próprias, onde se

incluem, entre outras, as recuperações de IVA, nos termos do Decreto-Lei n.º 113/90 de 5 de abril, suportado na aquisição de bens e serviços relativos a material de guerra por parte das Forças Armadas. Para uma dotação corrigida líquida de cativos no valor de 395.352.821 €, foi realizada uma despesa de 266.631.274,47 €, a que corresponde uma taxa de execução de 67,41%.

No quadro e gráfico seguintes, apresenta-se uma comparação do nível de execução dos períodos homólogos, relativamente aos anos de 2008 a 2014:

(m€)

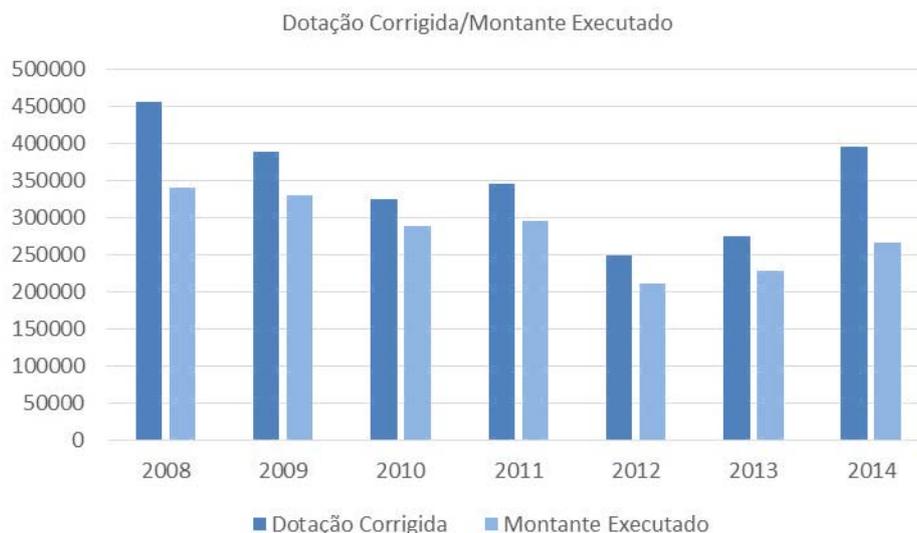
Ano	Dotação Corrigida	Montante Executado	Grau de realização
2008	456.425,5	340.425,2	74,59%
2009	388.776,4	330.478,3	85,00%
2010	325.466,5	288.372,2	88,60%
2011	346.169,0	296.738,7	85,72%
2012	248.677,1	210.692,5	84,73%
2013	274.944,5	228.361,7	83,06%
2014	395.352,8	266.631,3	67,41%



O quadro e o gráfico a seguir apresentados refletem a execução orçamental referente ao ano de 2014.

(euros)

Capítulos	Saldo 2013	Orçamento 2014			Dotação Corrigida	Execução		Saldo
		Inicial	Cativação	Alt Orç.(+/-)		Montante	%	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1+2-3+/-4)	(6)	(7)=(6)/(5)	(8)=(5)-(6)
SC/MDN	48.355.732	105.000.000	13.362.000	82.138.696	222.132.428	139.861.423	-82.271.005	82.271.005
EMGFA	2.753.823	2.000.000	107.700	4.091.179	8.737.302	552.874	-8.184.428	8.184.428
Marinha	21.015.661	53.000.000	2.474.969	911.188	72.451.880	70.414.198	-2.037.682	2.037.682
Exército	3.295.927	21.000.000	75.000	3.671.497	27.892.424	50.351	-27.842.073	27.842.073
Força Aérea	2.930.273	22.000.000	1.441.487	40.650.001	64.138.787	55.752.429	-8.386.358	8.386.358
TOTAL	78.351.416	203.000.000	17.461.156	131.462.561	395.352.821	266.631.274	-	128.721.547



- PESSOAL -

A integração dos sistemas de saúde (ADMA, ADME e ADMFA) num único sistema (ADM) a partir de 2006, bem como a sua transição em termos de encargos dos Ramos para a SG/MDN justificam, a partir daquela data, o elevado acréscimo em Despesas de Pessoal dos SCS, assim como a redução consequente neste agrupamento nos orçamentos dos Ramos.

Relativamente à estrutura do ODN (orçamento da Defesa Nacional), constata-se que a componente pessoal continua a absorver a maior parte dos recursos financeiros postos à disposição da Defesa.

Em 2014, no âmbito da Reforma do Estado, foram realizadas medidas transversais de consolidação orçamental e a utilização dos instrumentos de gestão de recursos humanos recentemente criados, a par da saída de trabalhadores por aposentação, contribuem para a concretização dos objetivos de redução de efetivos.

O MDN manteve o contributo para o esforço de consolidação orçamental materializado na continuidade da consecução de um conjunto de medidas, das quais de destacam: A limitação de consequências financeiras associadas a promoções e progressões; o estabelecimento de quantitativos máximos para militares em regime de contrato (RC) e em regime de voluntariado (RV), neles incluindo os militares em formação; a definição do momento em que eventuais promoções produzem efeitos; o fim do pagamento de prestações pecuniárias, após o termo da prestação do serviço militar, quando o vínculo contratual não seja renovado por iniciativa do militar ou seja rescindido por motivos imputáveis ao mesmo.

Consequentemente verificou-se uma redução ao nível das despesas com Pessoal, de 2013 para 2014, de 5,13%.

- OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO -

Em 2014, o Programa orçamental “P006 – Defesa” continuou a orientar a sua atividade tendo presentes os objetivos permanentes da política de defesa nacional e as missões atribuídas às Forças Armadas, procurando respostas flexíveis, eficazes e eficientes, num quadro cooperativo alargado.

Portugal tem vindo a participar na implementação de planos de apoio e manutenção de paz, no quadro das alianças político-militares em que está inserido (NATO, ONU, UE), através da realização de Missões Humanitárias e de Paz em diversos teatros de operações, tendo sempre como referência o Direito Internacional e as deliberações das Nações Unidas.

O esforço nacional em missões humanitárias e de paz, sob a égide de organizações internacionais, através do empenhamento das Forças Armadas Portuguesas, manteve-se em 2014, dando continuidade ao compromisso com a segurança e a estabilidade internacionais.

A Cooperação Técnico-Militar (CTM) é uma das políticas de defesa que tem merecido particular atenção, importância que saiu reforçada com o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Resolução do Conselho de Ministros 19/2013, de 5 de abril).

Num contexto de grandes restrições orçamentais, o Governo manteve como estruturante o empenhamento nas relações externas, concretizando a afetação de recursos para as Forças Nacionais Destacadas (FND) e para a área da Cooperação Técnico-Militar com os PALOP.

Em termos globais as despesas com operação e manutenção registam em 2014 um decréscimo de 16,72 % relativamente a 2013.

- DESPESAS DE CAPITAL -

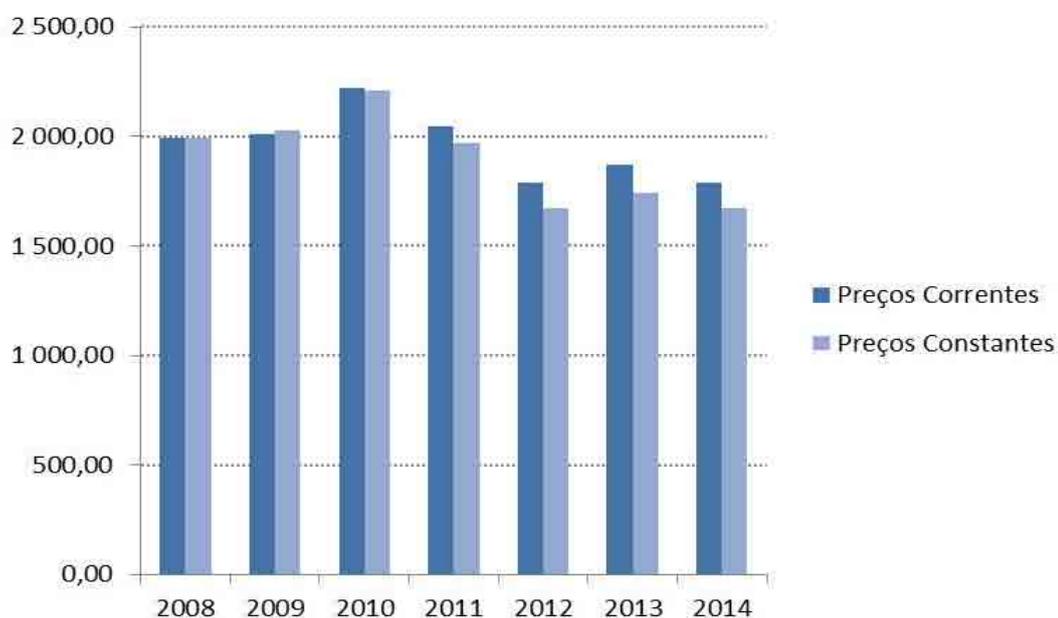
Na execução do orçamento, sobressai a diminuição nos agrupamentos de despesa corrente e de capital, sendo que no seu global tenha-se verificado uma redução de 256,8 milhões de euros, consubstanciado na diferença entre a execução e o valor corrigido.

No que concerne às despesas com projetos (capítulo 50 - Projetos), verifica-se em 2014 uma redução de 64 mil euros relativamente a 2013. As dotações relativas à Lei de Programação Militar foram incrementadas em 126,1 milhões de euros. Em sentido contrário temos o agregado Funcionamento em sentido estrito, com uma redução da ordem dos 64,4 milhões de euros.

No cômputo geral verificou-se um acréscimo nas Despesas de Capital entre 2013 e 2014. Em 2013 as despesas de Capital, excluindo Capítulo 50 – Projetos e LPM, ascenderam aos 24.604.950,10 €, e em 2014 cifraram-se nos 32.666.163,02 €.

1.1 - DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

Ano	(milhões de euros)	
	Preços correntes	Preços constantes (base 2008)
2014	1790,2	1.669,4
Dados retrospectivos		
2013	1.870,0	1.740,4
2012	1.788,9	1.671,5
2011	2.048,7	1.967,9
2010	2.222,2	2.211,4
2009	2.012,4	2.030,7
2008	1.996,1	1.996,1



1.2 - VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA

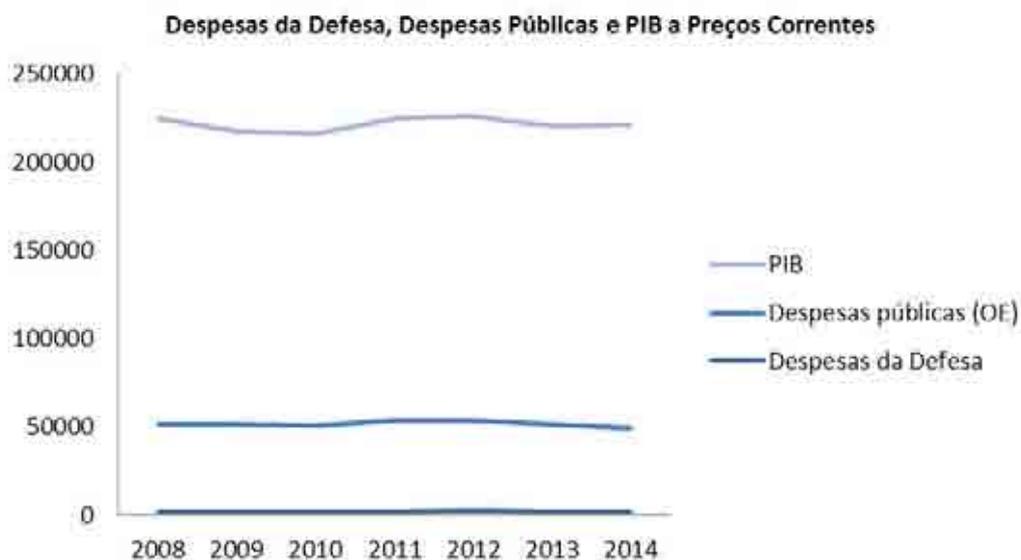
Ano	Variação anual (%)
2014/2013	-4,27%
Dados retrospectivos	
2013/2012	4,54%
2012/2011	-12,68%
2011/2010	-7,81%
2010/2009	10,43%
2009/2008	0,82%

1.3 - DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Preços correntes			Preços constantes		
	Despesas da Defesa	Despesas públicas (OE)	PIB	Despesas da Defesa	Despesas públicas (OE)	PIB
2014	1.790,2	49.715,7	173.044,3	1.669,4	46.362,3	161.372,1
Dados retrospectivos						
2013	1.870,0	49.440,3	165.690,0	1.740,4	46.013,3	157.652,9
2012	1.788,9	48.498,2	165.246,8	1.671,5	45.317,0	157.352,0
2011	2.048,7	51.675,9	171.053,1	1.967,9	49.638,3	169.220,2
2010	2.222,2	50.956,9	172.859,5	2.211,4	50.709,7	179.057,1
2009	2.012,4	49.532,1	168.529,2	2.030,7	49.982,0	177.041,6
2008	1.996,1	46.753,0	171.983,1	1.996,1	46.753,0	178.872,6

Fontes: Leis do OE (despesas públicas); CGE (Despesas da Defesa) e dados do INE (PIB).
Relativamente às Despesas Públicas foram expurgadas as verbas relativas a activos e passivos financeiros, por não se considerarem despesas do próprio ano.
Quanto ao PIB, os valores compreendidos entre 2008 e 2012 são definitivos; para os anos de 2013 e 2014 tratam-se de dados preliminares.

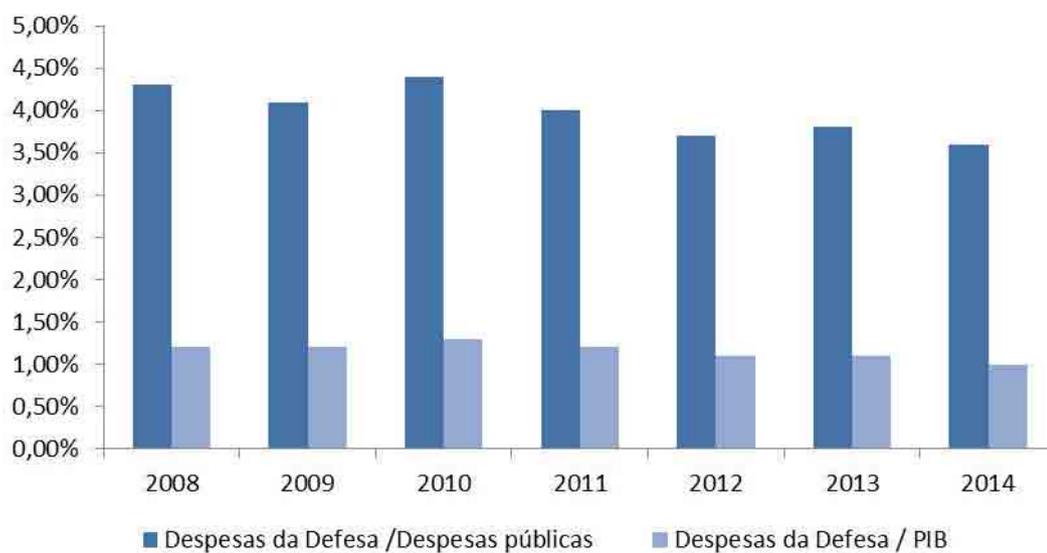


1.4 - PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB

(%)

Ano	Despesas da Defesa / Despesas públicas	Despesas da Defesa / PIB
2014	3,6%	1,0%
Dados retrospectivos		
2013	3,8%	1,1%
2012	3,7%	1,1%
2011	4,0%	1,2%
2010	4,4%	1,3%
2009	4,1%	1,2%
2008	4,3%	1,2%

Fonte: Conta Geral do Estado 2008/2014 (despesas da defesa). Despesas Públicas: Leis do OE. PIB:INE.

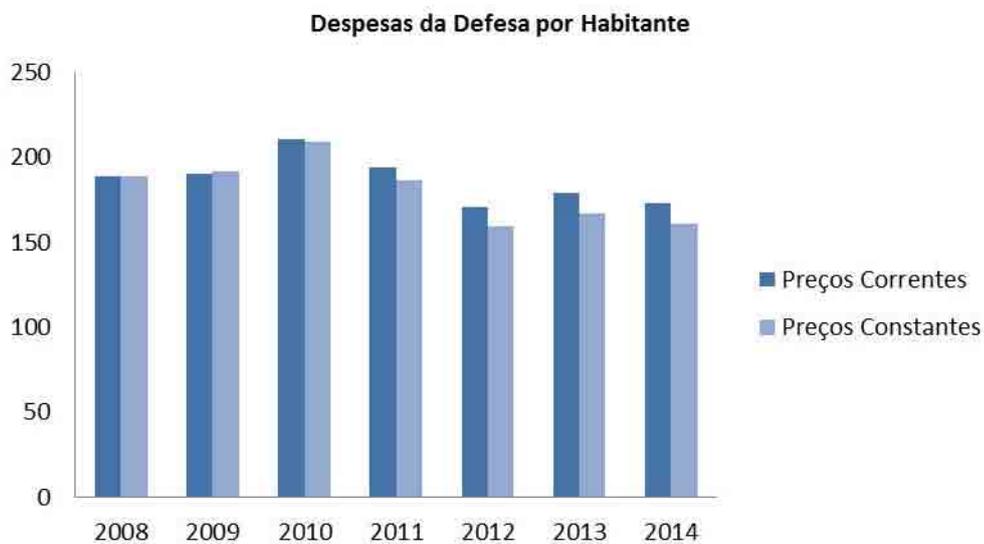


1.5 - PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS A CORRENTES E CONSTANTES

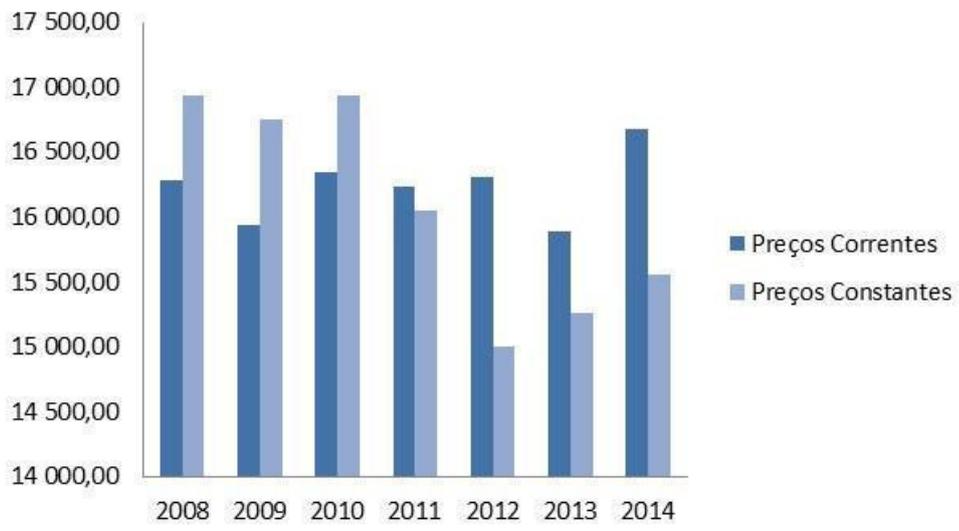
(euros)

Ano	Preços correntes		Preços constantes	
	Despesas da Defesa / habitante	PIB / habitante	Despesas da Defesa / habitante	PIB / habitante
2014	172,6	16.680,6	160,9	15.555,4
Dados retrospectivos				
2013	179,3	15.890,5	166,9	15.264,4
2012	170,6	16.307,4	159,4	15.004,5
2011	194,3	16.232,8	186,7	16.052,0
2010	210,2	16.349,1	209,2	16.935,3
2009	190,3	15.939,6	192,1	16.744,7
2008	189,0	16.281,7	189,0	16.933,9

Fonte: Conta Geral do Estado 2008/2014. INE.



PIB, por Habitante



1.6 VARIAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA (ORÇAMENTO), POR MINISTÉRIO A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

A PREÇOS CORRENTES

(milhões de euros)

Ano	Encargos Gerais da Nação	Presidência Conselho de Ministros	Negócios Estrangeiros	Finanças e Administração Pública	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Ambiente, Ordenamento Território e Desenvolvimento	Economia	Agricultura e Pescas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Trabalho e Segurança Social	Saúde	Educação	Ensino Superior	Cultura
2014	2.983,3	263,6	305,1	143.298,0	1.972,2	1.911,8	1.190,2	63,0	281,9	445,2	0,0	9.304,2	7.788,6	7.343,4	0,0	0,0
Dados retrospectivos																
2013	2.874,8	252,6	329,9	150.399,2	2.086,8	2.066,1	1.160,8	0,0	227,8	548,8	0,0	8.878,1	7.873,0	7.051,0	0,0	0,0
2012	2.831,9	275,3	315,9	158.161,7	2.052,7	1.903,3	1.185,3	594,7	238,2	0,0	0,0	6.494,2	7.632,8	6.889,1	0,0	0,0
2011	3.028,9	238,0	363,4	144.413,0	2.068,1	1.822,9	1.346,3	213,1	151,8	514,5	146,0	6.816,8	8.249,8	6.532,1	1.677,4	153,8
2010	3.228,6	217,8	388,3	116.762,2	2.308,9	1.947,9	1.429,1	250,1	176,5	633,6	181,3	7.831,9	8.858,6	7.259,1	1.859,0	177,9
2009	3.164,3	208,4	336,9	127.640,1	2.071,5	1.765,3	1.297,2	253,2	150,3	485,7	209,1	6.939,3	8.261,1	6.651,9	1.736,1	158,1
2008	3.354,2	208,2	320,8	89.980,1	1.962,0	1.619,7	1.215,5	242,3	129,3	468,0	210,1	6.447,0	8.042,2	5.930,6	1.644,6	169,6

Fonte: Leis do Orçamento Geral do Estado, desde 2008 a 2014.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Encargos Gerais da Nação	Presidência Conselho de Ministros	Negócios Estrangeiros	Finanças e Administração Pública	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Ambiente, Ordenamento Território e Desenvolvimento	Economia	Agricultura e Pescas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Trabalho e Segurança Social	Saúde	Educação	Ensino Superior	Cultura
2014	2.782,1	245,9	284,5	133.632,3	1.839,2	1.782,8	1.109,9	58,7	262,9	415,2	0,0	8.676,7	7.263,3	6.848,0		
Dados retrospectivos																
2013	2.675,5	235,1	307,0	139.974,0	1.942,2	1.922,9	1.080,3		212,0	510,8	0,0	8.262,7	7.327,3	6.562,2		
2012	2.646,2	257,3	295,2	147.787,2	1.918,1	1.778,5	1.107,6		222,6	555,7	0,0	6.068,2	7.132,2	6.437,2		
2011	2.909,5	228,6	349,0	138.718,6	1.986,5	1.751,1	1.293,3	204,7	145,9	494,2	140,2	6.548,0	7.924,5	6.274,5	1.611,3	147,8
2010	3.212,9	216,8	386,4	116.195,8	2.297,7	1.938,4	1.422,1	248,9	175,7	630,5	180,5	7.793,9	8.815,6	7.223,9	1.850,0	177,1
2009	3.193,0	210,3	339,9	128.799,3	2.090,3	1.781,3	1.309,0	255,5	151,7	490,1	211,0	7.002,3	8.336,1	6.712,3	1.751,9	159,6
2008	3.354,2	208,2	320,8	89.980,1	1.962,0	1.619,7	1.215,5	242,3	129,3	468,0	210,1	6.447,0	8.042,2	5.930,6	1.644,6	169,6

1.6. - VARIAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA (ORÇAMENTO), POR MINISTÉRIO (CONTINUAÇÃO)

Ano	(Porcentagem)															
	Encargos Gerais da Nação	Presidência Conselho de Ministros	Negócios Estrangeiros	Finanças e Administração Pública	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Ambiente, Ordenamento Território e Desenvolvimento	Economia	Agricultura e Pescas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Trabalho e Segurança Social	Saúde	Educação	Ensino Superior	Cultura
2014/2013	3,8%	4,4%	-7,5%	-4,7%	-5,5%	-7,5%	2,5%		23,7%	-18,9%		4,8%	-1,1%	4,1%		
Dados retrospectivos																
2013/2012	1,5%	-8,3%	4,4%	-4,9%	1,7%	8,6%	-2,1%		-4,4%	-7,7%		36,7%	3,1%	2,3%		
2012/2011	-6,5%	15,7%	-13,1%	9,5%	-0,7%	4,4%	-12,0%	179,1%	56,9%			-4,7%	-7,5%	5,5%		
2011/2010	-6,2%	9,2%	-6,4%	23,7%	-10,4%	-6,4%	-5,8%	-14,8%	-14,0%	-18,8%	-19,5%	-13,0%	-6,9%	-10,0%	-9,8%	-13,5%
2010/2009	2,0%	4,5%	15,3%	-8,5%	11,5%	10,3%	10,2%	-1,2%	17,4%	30,5%	-13,3%	12,9%	7,2%	9,1%	7,1%	12,5%
2009/2008	-5,7%	0,1%	5,0%	41,9%	5,6%	9,0%	6,7%	4,5%	16,3%	3,8%	-0,5%	7,6%	2,7%	12,2%	5,6%	-6,8%

1.7 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2014	1.174.304,3	312.445,1	4.141,7	266.631,3	32.666,2	1.790.188,6
Dados retrospectivos						
2013	1.237.837,9	375.162,7	4.077,0	228.361,7	24.605,0	1.870.044,3
2012	1.148.023,0	364.653,3	4.617,9	210.692,5	60.896,8	1.788.883,6
2011	1.336.167,2	370.022,3	2.234,6	296.738,7	43.499,0	2.048.661,9
2010	1.434.972,4	456.490,2	3.282,9	288.372,2	39.102,2	2.222.219,9
2009	1.313.836,0	317.769,2	19.053,7	330.478,0	31.287,1	2.012.424,0
2008	1.213.493,6	387.487,9	11.732,4	340.425,2	42.979,5	1.996.118,6

Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013.

A PREÇOS CONSTANTES

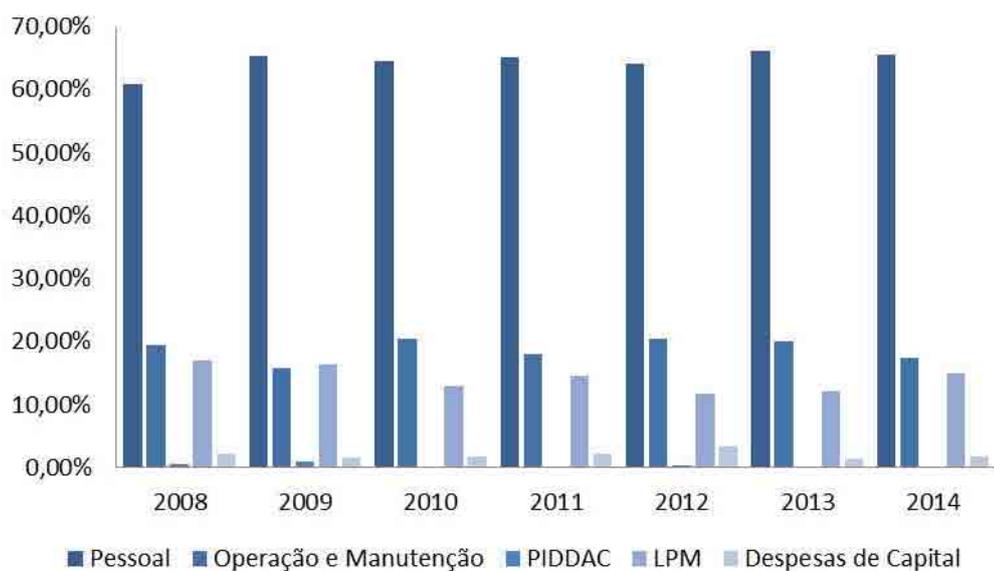
(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2014	1.095.095,3	291.370,1	3.862,3	248.646,5	30.462,8	1.669.437,0
Dados retrospectivos						
2013	1.121.747,6	339.978,2	3.694,7	206.944,8	22.297,4	1.694.662,7
2012	1.044.517,4	331.776,2	4.201,5	191.696,5	55.406,4	1.627.598,0
2011	1.249.738,1	346.087,6	2.090,1	277.544,4	40.685,3	1.916.145,5
2010	1.390.469,6	442.333,1	3.181,1	279.428,9	37.889,5	2.153.302,2
2009	1.290.913,3	312.225,0	18.721,3	324.712,1	30.741,2	1.977.312,9
2008	1.181.590,7	377.300,8	11.424,0	331.475,3	41.849,6	1.943.640,3

Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013. INE (Ano base:2007).

1.7 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS (CONTINUAÇÃO)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL (%)
2014	65,6%	17,5%	0,2%	14,9%	1,8%	100,0%
Dados retrospectivos						
2013	66,2%	20,1%	0,2%	12,2%	1,3%	100,0%
2012	64,2%	20,4%	0,3%	11,8%	3,4%	100,0%
2011	65,2%	18,1%	0,1%	14,5%	2,1%	100,0%
2010	64,6%	20,5%	0,1%	13,0%	1,8%	100,0%
2009	65,3%	15,8%	0,9%	16,4%	1,6%	100,0%
2008	60,8%	19,4%	0,6%	17,1%	2,2%	100,0%

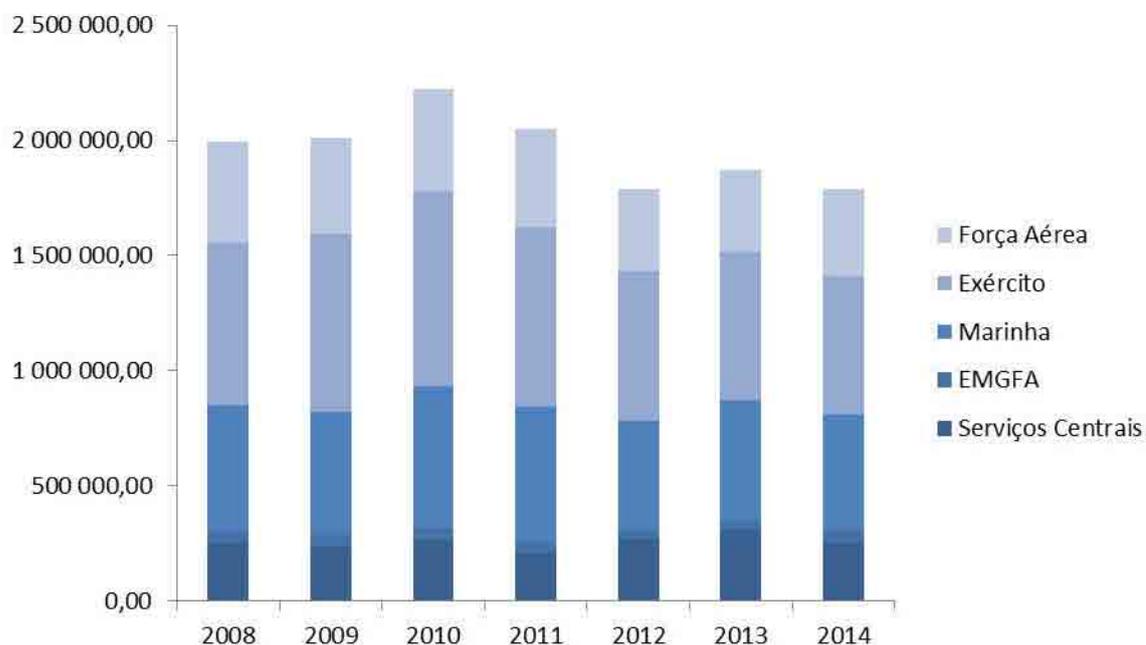


1.8 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

A PREÇOS CORRENTES

						(milhares de euros)
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2014	254.404,7	54.617,7	503.430,3	596.383,5	381.352,2	1.790.188,6
Dados retrospectivos						
2013	309.546,6	38.753,1	523.847,6	641.968,0	355.929,2	1.870.044,3
2012	270.809,6	36.360,7	476.174,2	651.812,4	353.726,8	1.788.883,6
2011	210.287,5	42.854,4	589.185,6	781.732,2	424.602,2	2.048.661,9
2010	267.070,3	46.191,3	621.963,2	842.564,2	444.431,0	2.222.219,9
2009	238.541,6	46.374,3	536.546,1	770.365,8	420.596,2	2.012.424,0
2008	253.185,5	45.142,0	552.127,9	703.329,6	442.333,5	1.996.118,6

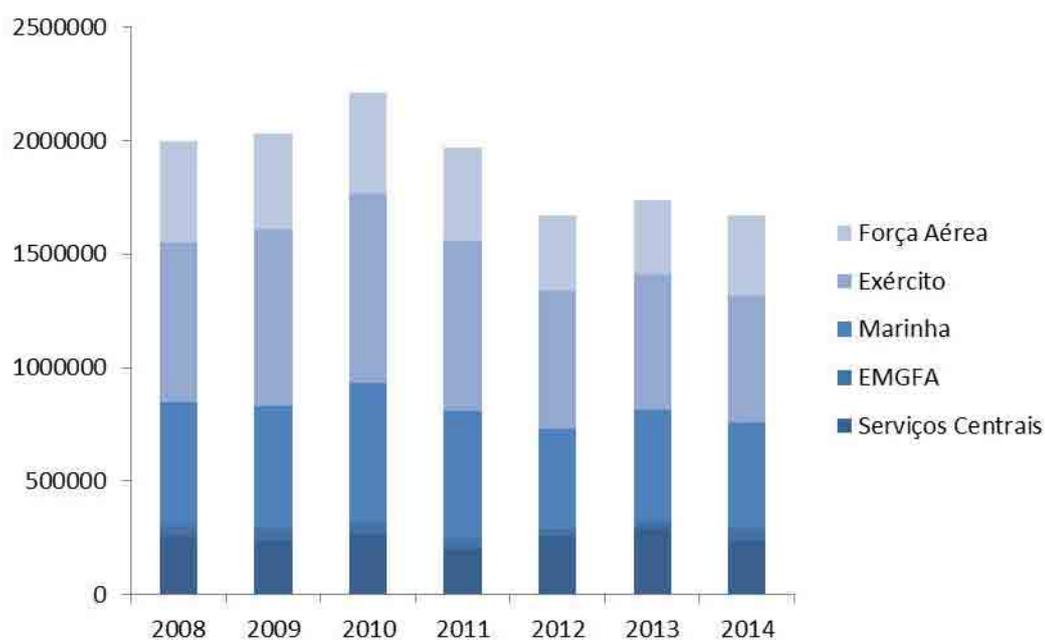
Fonte: Conta Geral do Estado 2008/2014.



A PREÇOS CONSTANTES

						(milhares de euros)
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2014	237.244,7	50.933,7	469.473,0	556.156,4	355.629,3	1.669.437,0
Dados retrospectivos						
2013	288.089,7	36.066,8	487.536,1	597.468,7	331.257,2	1.740.418,6
2012	253.046,0	33.975,7	444.939,9	609.057,2	330.524,4	1.671.543,2
2011	201.995,6	41.164,6	565.953,5	750.907,8	407.859,8	1.967.881,4
2010	265.774,9	45.967,2	618.946,5	838.477,5	442.275,3	2.211.441,4
2009	240.708,0	46.795,5	541.418,9	777.362,1	424.415,9	2.030.700,3
2008	253.185,5	45.142,0	552.127,9	703.329,6	442.333,5	1.996.118,6

Fonte: Fonte: Conta Geral do Estado 2008/2014. INE (Ano base:2008).



1.8 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES (CONTINUAÇÃO)

						(%)
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2014	14,2%	3,1%	28,1%	33,3%	21,3%	100,0%
Dados retrospectivos						
2013	16,6%	2,1%	28,0%	34,3%	19,0%	100,0%
2012	15,1%	2,0%	26,6%	36,4%	19,8%	100,0%
2011	10,3%	2,1%	28,8%	38,2%	20,7%	100,0%
2010	12,0%	2,1%	28,0%	37,9%	20,0%	100,0%
2009	11,9%	2,3%	26,7%	38,3%	20,9%	100,0%
2008	12,7%	2,3%	27,7%	35,2%	22,2%	100,0%

1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS

A PREÇOS CORRENTES

						(milhares de euros)
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2014	40.909,6	64.186,5	1.780,4	139.861,4	7.666,9	254.404,7
Dados retrospectivos						
2013	80.056,8	109.107,5	705,5	109.901,6	9.775,1	309.546,6
2012	70.796,8	73.622,8	1.631,1	87.569,0	37.189,8	270.809,6
2011	80.688,9	36.448,8	57,4	82.348,4	10.743,9	210.287,5
2010	91.361,4	92.502,1	1.201,2	74.113,1	7.892,5	267.070,3
2009	136.506,5	31.350,1	14.175,4	50.873,0	5.636,6	238.541,6
2008	129.652,8	33.897,7	550,5	75.286,6	13.797,9	253.185,5

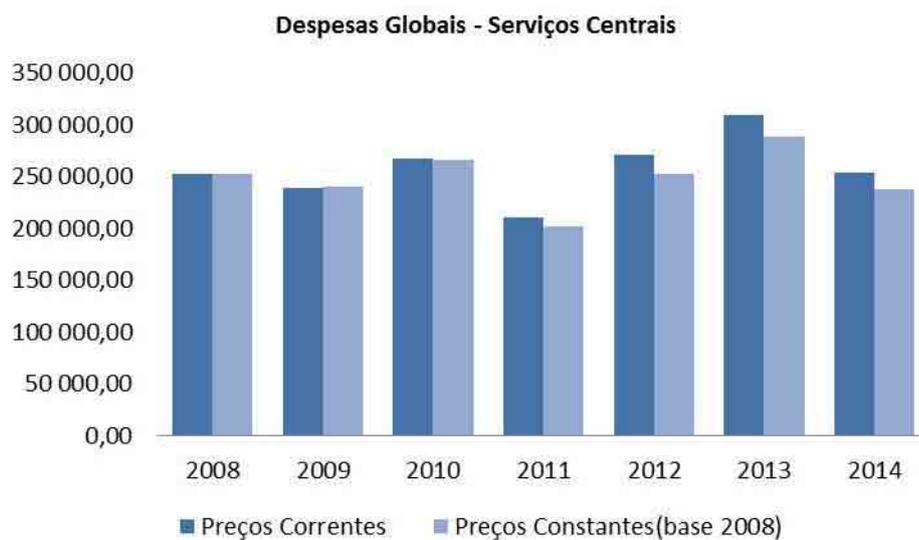
Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2014	38.150,1	59.857,0	1.660,3	130.427,5	7.149,8	237.244,7
Dados retrospectivos						
2013	74.507,5	101.544,5	656,6	102.283,5	9.097,6	288.089,7
2012	66.153,0	68.793,5	1.524,1	81.825,0	34.750,4	253.046,0
2011	77.507,3	35.011,6	55,2	79.101,4	10.320,2	201.995,7
2010	90.918,3	92.053,4	1.195,4	73.753,6	7.854,2	265.774,9
2009	137.746,2	31.634,8	14.304,1	51.335,0	5.687,8	240.708,0
2008	129.652,8	33.897,7	550,5	75.286,6	13.797,9	253.185,5

Fonte: Conta Geral do Estado 2008/2014. INE (Ano base:2008).



**1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS
(CONTINUAÇÃO)**

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	(Porcentagem)
						TOTAL
2014	16,1%	25,2%	0,70%	55,0%	3,0%	100,0%
Dados retrospectivos						
2013	25,9%	35,2%	0,23%	35,5%	3,2%	100,0%
2012	26,1%	27,2%	0,60%	32,3%	13,7%	100,0%
2011	38,4%	17,3%	0,0%	39,2%	5,1%	100,0%
2010	34,2%	34,6%	0,4%	27,8%	3,0%	100,0%
2009	57,2%	13,1%	5,9%	21,3%	2,4%	100,0%
2008	51,2%	13,4%	0,2%	29,7%	5,4%	100,0%

1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2014	26.178,1	16.616,9	0,0	552,9	11.269,9	54.617,7
Dados retrospectivos						
2013	23.919,1	8.829,7	0,0	5.166,1	838,2	38.753,1
2012	24.239,5	6.927,9	0,0	4.268,1	925,2	36.360,7
2011	29.681,1	8.285,2	0,0	2.605,7	2.282,4	42.854,4
2010	33.494,0	6.995,9	0,0	4.883,8	817,6	46.191,3
2009	31.422,8	6.548,0	0,0	7.072,0	1.331,5	46.374,3
2008	29.257,7	7.503,8	0,0	7.063,4	1.317,1	45.142,0

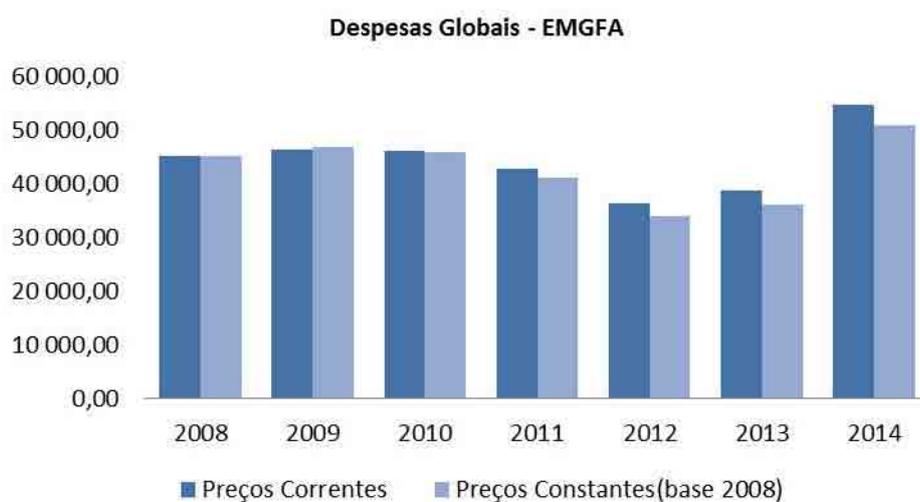
Fonte: Conta Geral do Estado 2008/2014.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2014	24.412,3	15.496,0	0,0	515,6	10.509,7	50.933,7
Dados retrospectivos						
2013	22.261,1	8.217,6	0,0	4.808,0	780,1	36.066,8
2012	22.649,6	6.473,4	0,0	3.988,1	864,6	33.975,7
2011	28.510,8	7.958,5	0,0	2.503,0	2.192,4	41.164,6
2010	33.331,5	6.962,0	0,0	4.860,1	813,6	45.967,2
2009	31.708,2	6.607,5	0,0	7.136,2	1.343,6	46.795,5
2008	29.257,7	7.503,8	0,0	7.063,4	1.317,1	45.142,0

Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013. INE (Ano base:2007).



1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA (CONTINUAÇÃO)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	(Porcentagem)
						TOTAL
2014	47,9%	30,4%	0,0%	1,0%	20,6%	100,0%
Dados retrospectivos						
2013	61,7%	22,8%	0,0%	13,3%	2,2%	100,0%
2012	66,7%	19,1%	0,0%	11,7%	2,5%	100,0%
2011	69,3%	19,3%	0,0%	6,1%	5,3%	100,0%
2010	72,5%	15,1%	0,0%	10,6%	1,8%	100,0%
2009	67,8%	14,1%	0,0%	15,2%	2,9%	100,0%
2008	64,8%	16,6%	0,0%	15,6%	2,9%	100,0%

1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2014	354.021,7	75.107,7	712,3	70.414,2	3.174,5	503.430,3
Dados retrospectivos						
2013	358.735,4	90.350,2	1.111,4	69.863,9	3.786,8	523.847,6
2012	326.861,5	90.455,9	1.055,4	49.897,2	7.904,2	476.174,2
2011	388.078,9	110.339,3	1.680,8	84.040,3	5.046,2	589.185,6
2010	400.966,2	113.378,8	434,1	103.091,7	4.092,4	621.963,2
2009	349.732,4	108.022,9	1.182,5	72.990,0	4.618,3	536.546,1
2008	319.963,6	119.950,9	5.967,3	98.480,7	7.765,4	552.127,9

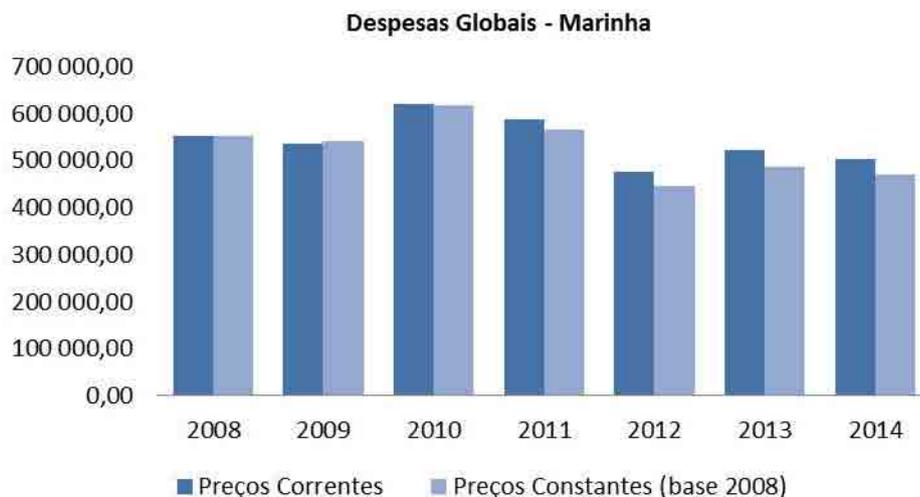
Fonte: Conta Geral do Estado 2008/2014.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2014	330.142,3	70.041,5	664,2	65.664,6	2.960,3	469.473,0
Dados retrospectivos						
2013	333.868,9	84.087,4	1.034,3	65.021,2	3.524,3	487.536,1
2012	305.421,3	84.522,5	986,1	46.624,3	7.385,7	444.939,9
2011	372.776,6	105.988,6	1.614,6	80.726,5	4.847,2	565.953,5
2010	399.021,4	112.828,9	432,0	102.591,7	4.072,6	618.946,5
2009	352.908,6	109.003,9	1.193,2	73.652,9	4.660,2	541.418,9
2008	319.963,6	119.950,9	5.967,3	98.480,7	7.765,4	552.127,9

Fonte: Conta Geral do Estado 2008/2014. INE (Ano base:2008).



1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA (CONTINUAÇÃO)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	(Porcentagem)
						TOTAL
2014	70,3%	14,9%	0,1%	14,0%	0,6%	100,0%
Dados retrospectivos						
2013	68,5%	17,2%	0,2%	13,3%	0,7%	100,0%
2012	65,9%	18,7%	0,3%	14,3%	0,9%	100,0%
2011	65,9%	18,7%	0,3%	14,3%	0,9%	100,0%
2010	64,5%	18,2%	0,1%	16,6%	0,7%	100,0%
2009	65,2%	20,1%	0,2%	13,6%	0,9%	100,0%
2008	58,0%	21,7%	1,1%	17,8%	1,4%	100,0%

1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2014	512.409,8	75.486,2	774,1	50,4	7.663,1	596.383,5
Dados retrospectivos						
2013	531.440,1	86.035,1	1.063,2	15.537,4	7.892,1	641.968,0
2012	512.019,4	103.595,7	1.027,1	23.551,2	11.619,0	651.812,4
2011	580.671,3	110.912,0	121,4	70.254,6	19.772,8	781.732,2
2010	639.518,3	123.558,8	47,6	60.488,5	18.951,0	842.564,2
2009	558.316,5	81.904,2	1.845,8	117.177,0	11.122,3	770.365,8
2008	517.341,7	115.803,0	3.522,8	55.574,3	11.087,8	703.329,6

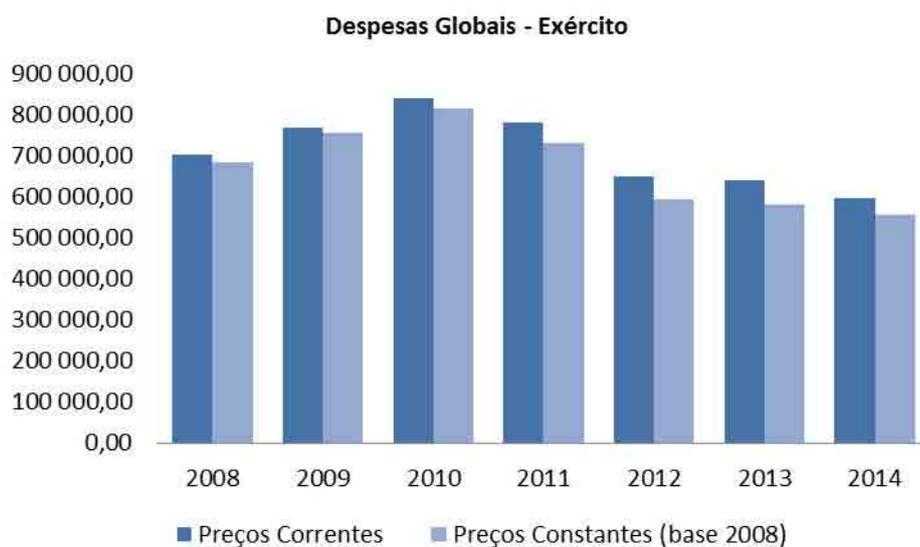
Fonte: Conta Geral do Estado 2008/2014.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	Capítulo 50	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2014	477.846,8	70.394,5	721,9	47,0	7.146,2	556.156,4
Dados retrospectivos						
2013	481.599,1	77.966,3	963,5	14.080,3	7.152,0	581.761,2
2012	465.855,8	94.255,5	934,5	21.427,8	10.571,4	593.045,0
2011	543.110,9	103.737,7	113,6	65.710,3	18.493,8	731.166,3
2010	619.684,9	119.726,9	46,1	58.612,6	18.363,3	816.433,8
2009	548.575,4	80.475,2	1.813,6	115.132,6	10.928,2	756.925,1
2008	503.740,7	112.758,5	3.430,2	54.113,3	10.796,3	684.839,0

Fonte: Conta Geral do Estado 2008/2014. INE (Ano base:2008).



1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO (CONTINUAÇÃO)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL (%)
2014	85,9%	12,7%	0,1%	0,01%	1,3%	100,0%
Dados retrospectivos						
2013	82,8%	13,4%	0,2%	2,4%	1,2%	100,0%
2012	78,6%	15,9%	0,2%	3,6%	1,8%	100,0%
2011	74,3%	14,2%	0,0%	9,0%	2,5%	100,0%
2010	75,9%	14,7%	0,0%	7,2%	2,2%	100,0%
2009	72,5%	10,6%	0,2%	15,2%	1,4%	100,0%
2008	73,6%	16,5%	0,5%	7,9%	1,6%	100,0%

1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2014	240.785,2	81.047,9	875,0	55.752,4	2.891,8	381.352,2
Dados retrospectivos						
2013	243.686,6	80.840,3	1.196,9	27.892,6	2.312,7	355.929,2
2012	214.105,8	90.051,2	904,3	45.407,0	3.258,6	353.726,8
2011	257.047,0	104.036,9	374,9	57.489,7	5.653,8	424.602,2
2010	269.632,5	120.054,6	1.600,0	45.795,2	7.348,7	444.431,0
2009	237.857,8	89.944,0	1.850,0	82.366,0	8.578,4	420.596,2
2008	217.277,8	110.332,5	1.691,8	104.020,1	9.011,3	442.333,5

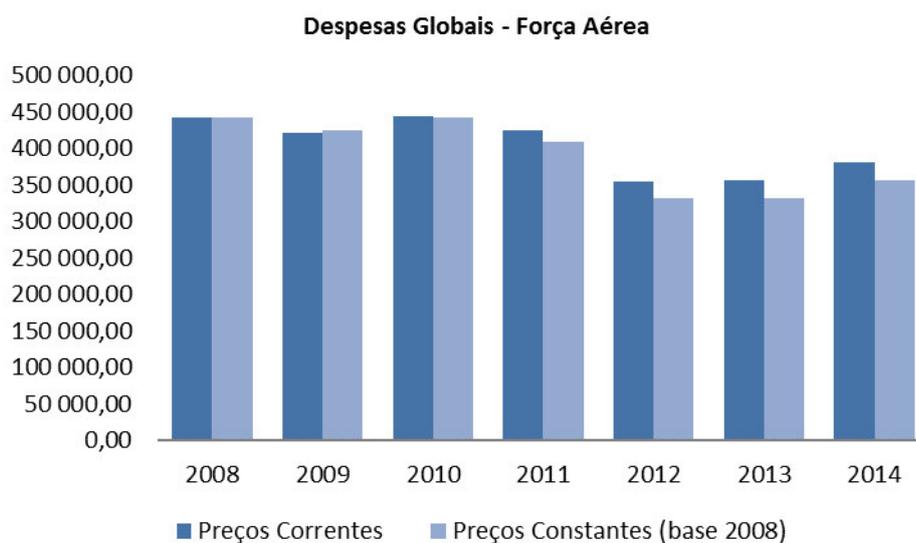
Fonte: Conta Geral do Estado 2008/2014.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2014	224.543,8	75.581,1	815,9	51.991,8	2.696,7	355.629,3
Dados retrospectivos						
2013	226.795,0	75.236,7	1.114,0	25.959,2	2.152,4	331.257,2
2012	200.061,7	84.144,3	845,0	42.428,6	3.044,8	330.524,4
2011	246.911,4	99.934,6	360,1	55.222,8	5.430,9	407.859,8
2010	268.324,7	119.472,3	1.592,2	45.573,1	7.313,1	442.275,3
2009	240.018,0	90.760,8	1.866,8	83.114,0	8.656,3	424.415,9
2008	217.277,8	110.332,5	1.691,8	104.020,1	9.011,3	442.333,5

Fonte: Conta Geral do Estado 2008/2014. INE (Ano base:2008).



1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA (CONTINUAÇÃO)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	(Porcentagem)
						TOTAL
2014	63,1%	21,3%	0,2%	14,6%	0,8%	100,0%
Dados retrospectivos						
2013	68,5%	22,7%	0,3%	7,8%	0,6%	100,0%
2012	60,5%	25,5%	0,3%	12,8%	0,9%	100,0%
2011	60,5%	24,5%	0,1%	13,5%	1,3%	100,0%
2010	60,7%	27,0%	0,4%	10,3%	1,7%	100,0%
2009	56,6%	21,4%	0,4%	19,6%	2,0%	100,0%
2008	49,1%	24,9%	0,4%	23,5%	2,0%	100,0%

1.14 - CONTRATOS CELEBRADOS NA DEFESA

Aquisições Centralizadas na Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-geral do MDN

(milhares de euros)

Anos	Serviço Móvel Terrestre	Equipamento Informático	Cópia e Impressão	Papel, Economato e Consumíveis de Impressão	Licenciamento de Software	Combustíveis Rodoviários	Seguros de Veículos	Veículos Rodoviários	Energia	Vigilância e Segurança	Higiene e Limpeza	Serviço de Voz e Dados em Local Fixo	Viagens e Alojamentos	Mobiliário de Escritório	Plataforma Eletrónica de Contratação	Refeições Confeccionadas
2014	840,0	635,3	440,8	1.035,4			26,3		9.021,2	567,0	798,4	230,1	1569,0	228,8	13,0	
Dados retrospectivos																
2013	354,5		204,3	1.138,5	1.071,3		105,0		11.065,9	519,7	938,0	192,2	1.408,9		10,8	

Fonte: Unidade Ministerial de Compras da SG/MDN.

1.15 COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

País (a)	Despesas de Defesa (b)			PIB Per capita (dólar EUA)
	Total (preços correntes) (milhões de euros)	% do PIB	Per capita (dólar EUA)	
Portugal	2.253	1.3	28.329	279
Alemanha	34.749	1.2	44.337	524
Bélgica	3.913	1.0	42.681	435
Eslovénia	366	1.0	30.020	228
Espanha	9.508	0.9	34.150	270
França	39.199	1.8	38.073	754
Grécia	3.939	2.2	26.265	495
Itália	18.427	1.1	35.121	364
Luxemburgo	194	0.4	93.253	412
Países Baixos	7.788	1.2	47.081	579
Outros dados				
NATO – Europa	270.500	1.5	33.544	449
Canadá	20.076	1.0	44.355	508
EUA	654.264	3.8	54.575	1.917
América do Norte	672.414	3.5	53.554	1.776
NATO - Total	942.915	2.5	41.256	960

Fonte: NATO

- (a) A fim de permitir a comparação dos dados, foram selecionados apenas os países da NATO cujos gastos com a Defesa são expressos em euros.
(b) Conceito NATO. De acordo com a definição da NATO, são despesas de Defesa, além das suportadas pelo Ministério da Defesa, as financiadas por outros ministérios (no caso português, contribuem com verbas para a Defesa os das Finanças, Negócios Estrangeiros e Administração Interna);



Missões de Interesse Público

NOTA EXPLICATIVA

As Missões de Interesse Público inserem-se numa nova postura das Forças Armadas, pretendendo-se que estas alcancem uma maior visibilidade dentro da sociedade, em especial com o impacto decorrente do desempenho das missões relacionadas com a proteção civil, o desenvolvimento sustentado em ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

É neste contexto que as Forças Armadas colocam ao serviço do país e também da comunidade internacional os seus meios humanos e materiais e, ainda, o seu acumulado conhecimento, exercendo importantes missões nos espaços marítimo, terrestre e aéreo.

O resultado dessa atividade encontra-se resumido em quadros próprios, onde se assinalam as áreas de missão que competem a cada um dos Ramos das Forças Armadas e os elementos orgânicos que têm responsabilidade primária de as assegurar, bem como os meios utilizados e respetivos encargos financeiros.

MARINHA

A geografia de Portugal, os vastos espaços marítimos de soberania e de jurisdição nacional, a ligação entre o continente e os arquipélagos atlânticos, aliados aos interesses nacionais subjacentes, são fatores que ditam o entrosamento da Marinha com a Nação que orgulhosamente serve.

Neste contexto, para que Portugal disponha das condições necessárias à realização dos importantes objetivos marítimos nacionais, nomeadamente aqueles que têm em vista a sua segurança e desenvolvimento, é preciso dispor dos instrumentos necessários à concretização da ação pública no mar.

O exercício dessa ação implica um profundo conhecimento do mar, acompanhado de uma presença efetiva e permanente em toda a vasta extensão do espaço marítimo sob soberania ou jurisdição nacional. Só assim é possível garantir a vigilância e fiscalização das atividades que nele se desenvolvem e, dessa forma, contribuir para a segurança de pessoas e bens, ao mesmo tempo que se exerce a dissuasão e a repressão de eventuais ameaças. Para o efeito, é indispensável a existência de meios adequados, apoiados por um sistema logístico com vista à sua sustentação.

É neste contexto que a Marinha assume especial relevância, pela sua capacidade e versatilidade de atuação num vasto espectro de tarefas, que se dividem em três funções fundamentais:

- Defesa militar e apoio à política externa;
- Segurança e autoridade do estado;
- Desenvolvimento económico, científico e cultural.

A função de defesa militar e apoio à política externa concretiza-se através de um vasto conjunto de tarefas, desde garantir a defesa militar própria e autónoma, passando por ações de defesa coletiva e expedicionária, além da proteção dos interesses nacionais e diplomacia naval.

A função de segurança e autoridade do Estado engloba as tarefas de segurança marítima e salvaguarda da vida humana no mar, vigilância, fiscalização e exercício de polícia, bem como a atuação dos meios da Marinha no quadro das ações de proteção civil e em estados de exceção (sítio e emergência).

A função desenvolvimento económico, científico e cultural abarca um conjunto alargado de tarefas que cobre o apoio e participação da Marinha em projetos de interesse económico, de investigação científica e de

preservação da nossa cultura marinha.

A missão da Marinha, consagrada na Lei Orgânica da Marinha (LOMAR), pode ser expressa de forma concisa pelo enunciado «Contribuir para garantir o uso do mar», que sintetiza a perceção do valor criado pela Marinha. Finalmente, faz-se notar que, apesar de em 1 de janeiro de 2015 ter entrado em vigor uma nova Lei Orgânica da Marinha (LOMAR 2015), o enquadramento legal da estrutura da Marinha e da atividade aqui reportada é o referente à LOMAR que esteve em vigor durante o ano de 2014 (LOMAR2009), uma vez que este anuário é referente ao mesmo ano civil.

No ano a que se reporta este anuário, as ações mais significativas realizadas pela Marinha foram as seguintes:

Função de defesa militar e apoio à política externa:

A função de defesa militar e apoio à política externa concretiza-se através de um espectro muito alargado de tarefas, desde garantir a defesa militar própria e autónoma, passando por ações de defesa coletiva e expedicionária, além da proteção dos interesses nacionais e da diplomacia naval.

Em 2014, no que respeita aos compromissos internacionais assumidos por Portugal, foi mantida a prontidão dos meios navais atribuíveis à NATO, UN e UE.

No âmbito da NATO, a Marinha participou na operação ACTIVE ENDEAVOUR (operação relacionada com o combate a atividades terroristas e outras atividades ilícitas) com o submarino NRP *Tridente*, no Mar Mediterrâneo. Adicionalmente participou no exercício de certificação da NATO *Response Force 15 (NRF15)*, NOBLE MARINER 14, com o NRP *D. Francisco de Almeida* e o NRP *Tridente*.

No que se refere ao Apoio à Política Externa, a Marinha participou com o NRP *Bartolomeu Dias* nos exercícios SAHARAN EXPRESS e OBANGAME EXPRESS promovidos pelo Comando da Componente Naval (NAVAF) do Comando das Forças Americanas em África (US AFRICOM), que se realizaram, respetivamente, na costa ocidental de África de 6 a 13 de março de 2014 e no Golfo da Guiné de 10 a 23 de abril de 2014. Para além da presença nestes exercícios, foi realizada a Iniciativa MAR ABERTO 2014 de cooperação bilateral com Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola.

Tendo em vista o adestramento das forças e unidades navais, de fuzileiros e mergulhadores, a Marinha participou em diversos exercícios nacionais e internacionais, conjuntos e combinados, dos quais se salientam o MULTICOOPERATIVE EXERCISE 14, DYNAMIC MONGOOSE 14, PHIBLEX 14, EFICÁCIA 14, INSTREX 14, PRONTEX 14, LUSITANO 14, HOTBLADE 14 e o REALTHAW 14.

Relativamente ao treino e adestramento de mergulhadores, destaca-se a participação em treinos conjuntos com os mergulhadores da marinha da Bélgica, para a troca de conhecimentos e experiências, designadamente nas áreas do mergulho profundo, inativação de engenhos explosivos e guerra de minas, bem como nos exercícios de AUV - RAPID ENVIRONMENTAL PICTURE 2014 (REP14), de mergulho profundo DEEP DIVEX 2014 e de inativação de engenhos explosivos MAGRE 14.

No que se refere à Cooperação Multilateral de Pescas no Atlântico Noroeste (NAFO), a Marinha participou com o NRP *Viana do Castelo*, em apoio aos Inspectores da União Europeia, numa missão de controlo da atividade de pesca naquelas áreas, com duração de um mês.

No âmbito da Cooperação Securitária Multilateral, no que concerne à Iniciativa 5+5, a Marinha participou em diversas atividades e exercícios, com unidades navais e de fuzileiros, de que se destaca a participação no exercício de segurança marítima SEABORDER 14, em que Portugal organizou a fase CPX (fase de terra) e Espanha a fase LIVEX (fase de mar), que contou com a participação do NRP *Afonso Cerqueira*.

Também no âmbito da Cooperação Securitária Multilateral, no que concerne à Agência FRONTEX (Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros das União Europeia), a Marinha participou nas operações ÍNDALO (área sul de Espanha) e TRITÓN (área sul de Itália). As duas operações, cujo objetivo principal visou a redução do fluxo de imigração ilegal em direção às fronteiras externas da EU, contaram com a participação do NRP *Figueira da Foz* e NRP *Viana do Castelo*, respetivamente, e tiveram, cada uma delas, a duração de um mês.

O cumprimento do programa de exercícios conjuntos e combinados, quer no âmbito da NATO, quer no domínio nacional e bilateral, constituiu a base fundamental para a manutenção dos padrões de prontidão de forças e unidades navais, de fuzileiros e de mergulhadores, assim como dos diversos estados-maiores envolvidos.

Função de segurança e da autoridade do Estado:

A função de segurança e autoridade do Estado engloba as tarefas de segurança marítima e salvaguarda da vida humana no mar, de vigilância, fiscalização e imposição da lei, bem como a atuação dos meios da Marinha em estados de exceção (sítio e emergência) e, ainda, no quadro de ações de proteção civil.

Foi mantido um Dispositivo Naval Permanente, tendo as unidades navais cumprido 2 989 dias de missão e realizado 16 645 horas de navegação, o que corresponde a 8,2 navios permanentemente com missão atribuída e 1,9 navios permanentemente a navegar. Neste âmbito, o quadro 5.5.1 representa os valores correspondentes em horas de missão distribuídos pelas áreas do Continente, Açores e Madeira. Todos estes meios asseguraram elevada prontidão para ações no âmbito da salvaguarda da vida humana no mar, sendo que o quadro 5.4.2.5 refere o empenhamento efetivo de meios em ações de busca e salvamento.

Foi mantida a colaboração com a Polícia Judiciária no combate a atividades ilícitas, através da disponibilização de meios e de facilidades de monitorização através do Centro de Operações Marítimas (COMAR), tendo em consequência sido obtidos excelentes resultados incluindo a apreensão de 600 kg de cocaína.

A colaboração com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no âmbito das operações *European Patrol Network* (EPN) – FRONTEX, totalizou 4038 horas em ações de fiscalização a 615 embarcações, perfazendo um total de 2688 pessoas fiscalizadas.

A Marinha e a Autoridade Marítima Nacional colaboraram na imposição de medidas de segurança implementadas por ocasião de 84 visitas de navios estrangeiros, tendo sido conduzidas as necessárias ações de acompanhamento e proteção durante as entradas, saídas e permanências em portos nacionais. Nestas tarefas participaram unidades navais, unidades de fuzileiros, destacamentos de mergulhadores e elementos da Polícia Marítima.

A colaboração da Marinha com a Autoridade Nacional de Proteção Civil efetuou-se através do Comando do Corpo de Fuzileiros, que manteve, durante o Inverno, a prontidão dos meios atribuídos ao Plano Tejo (plano de prevenção de cheias da região hidrográfica do Rio Tejo).

Durante o ano de 2014, a Marinha (Comando Naval e Direção-Geral de Autoridade Marítima) realizou 16 701 ações de fiscalização. A maioria destas ações teve lugar no Continente (14 841 - 88%), tendo as remanescentes ocorrido nos Açores (1 151 - 7%) e na Madeira (678 - 5%). De salientar, ainda, 9 ações de fiscalização realizadas nas áreas da NAFO (*Northwest Atlantic Fisheries Organization*) e 4 ações de fiscalização no âmbito da colaboração com a República de Cabo Verde.

Mantiveram-se ativados em permanência, durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, os dois Centros de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (Lisboa e Ponta Delgada), o Sub-Centro do Funchal, bem como o dispositivo naval composto por duas corvetas, um navio patrulha e quatro lanchas de fiscalização.

No âmbito dos compromissos assumidos por Portugal no quadro da Organização Marítima Internacional (IMO), nas regiões de Busca e Salvamento Marítimo nacionais, realizaram-se 631 ações de Busca e Salvamento (SAR), das quais 441 ocorreram na *Search and Rescue Region* (SRR) de Lisboa e 190 na SRR de Santa Maria. Decorrente destas ações foram salvas 405 pessoas, tendo-se registando um total de 50 mortos (16 antes do alerta e 34 depois do alerta).

Foi mantida a colaboração com outras agências e departamentos governamentais que exercem as suas competências no mar, nomeadamente através de protocolos operacionais, por exemplo, com a Polícia Judiciária (PJ) no combate ao tráfico de estupefacientes, com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) no combate à imigração clandestina, e com a Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos na inspeção de navios estrangeiros.

À semelhança do ano transato, manteve-se a promoção e participação em exercícios do tipo “cooperativo”, com participação de meios do Comando Naval e da Direção-Geral da Autoridade Marítima/Comando-Geral da Polícia Marítima, tendo sido realizado um grande exercício de combate da poluição no mar por hidrocarbonetos, na área de jurisdição da Capitania do Porto de Tavira. Foram ainda realizadas cinco ações de treino, de menor dimensão, no continente e Açores, bem como a participação em três exercícios internacionais (Argélia, Letónia e Marrocos).

No apuramento das despesas no âmbito do Comando Naval, foram imputados às diferentes atividades os custos com suplemento de embarque, alimentação, combustíveis, ajudas de custo e encargos de sustentação logística.

No que respeita aos órgãos regionais e locais da Direção-Geral da Autoridade Marítima (5 Departamentos Marítimos e 28 Capitánias), foram considerados dois critérios de apuramento de despesas. No primeiro um serviço de 8 horas por dia, durante 251 dias do ano, e no segundo um serviço permanente de 24 horas, durante 365 dias do ano.

No âmbito da Segurança Marítima (30 estações salva-vidas e 55 faróis) foi seguido o critério de se considerar um serviço permanente de 24 horas, durante 365 dias do ano.

No que concerne ao Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos, tomou-se como critério um serviço de 8 horas por dia, durante 251 dias no ano.

No que diz respeito ao Instituto Hidrográfico, nos quadros apresentados, as “despesas” com pessoal são de facto custos, visto que o IH aplica “custos-padrão” às imputações de meios humanos realizadas, por categoria de pessoal, aos vários trabalhos que executa.

Por fim e, no que diz respeito aos restantes organismos, o número total de horas de missão foi calculado tomando-se como base o horário normal de funcionamento dos serviços (8 horas/dia) durante o número de dias úteis verificado durante o ano de 2014.

Desenvolvimento económico, científico e cultural:

Durante o ano de 2014 a Marinha, através do Instituto Hidrográfico (IH), continuou a desenvolver atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, relacionadas com as ciências e técnicas do mar, tendo em vista a sua aplicação na área militar e contribuir para o desenvolvimento do País nas áreas económica, científica e de defesa do ambiente marinho.

Entre as múltiplas atividades desenvolvidas neste ano, é de salientar a prossecução de diversos projetos de caracterização e monitorização do meio marinho e de investigação científica, com financiamento nacional e estrangeiro, como sejam os projetos RAIACO, SIMOC (radares HF), TRADE e TRADE 2, JERICO e *Beach to Canyon (Dinâmica Sedimentar)*.

No domínio científico, continua a merecer particular destaque o programa de monitorização ambiental da Zona Económica Exclusiva (designado por MONIZEE), essencial para a investigação e conhecimento do ambiente marinho nos espaços marítimos de interesse nacional.

No quadro de intervenção da Marinha, o IH prosseguiu as responsabilidades que lhe estão atribuídas na segurança da navegação e na proteção do ambiente marinho, assim como na oceanografia operacional, com o apoio meteo-oceanográfico às operações navais e marítimas, contribuindo também, como Laboratório do Estado, para o aprofundamento do conhecimento técnico-científico e da colaboração com a comunidade científica nacional.

A Comissão Cultural de Marinha (CCM) prosseguiu, mais uma vez, a realização do seu Plano de Ação Cultural que objetiva a concretização de uma série de atividades culturais, no sentido de promover e divulgar o património cultural e histórico da Marinha Portuguesa.

Não remetendo concretamente às múltiplas atividades exercidas pela CCM e pelos órgãos na sua dependência, sublinham-se, a seguir algumas que do ponto de vista do impacto na sociedade tiveram, e continuam, a ter sucesso e foram alvo de apreciação considerável pela sociedade civil.

No âmbito das Comemorações Nacionais do Centenário da Primeira Guerra Mundial e em estreita cooperação com a Comissão Nacional que coordena as celebrações realizaram-se várias atividades relacionadas com a efeméride de onde se destaca a Exposição da “Partida do Batalhão Expedicionário de Marinha para Angola”, patente no Museu de Marinha.

Há ainda a sublinhar o reforço da cooperação com instituições/eventos com impacto na sociedade, valorizando assim as potencialidades do setor e racionalizando recursos, como são os casos das “Jornadas Europeias do Património”, a participação na “Maratona dos Descobrimentos” e a presença um pouco por todo o território nacional, com um impacto bastante positivo junto das populações da Banda da Armada.

O Centro de Investigação Naval (CINAV) foi criado pelo despacho n.º 13/10, de 03 de fevereiro, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e tem por missão:

- a) Promover a Investigação, Desenvolvimento e Inovação (ID&I) em áreas de interesse da Marinha;
- b) Promover e apoiar as atividades de ID&I da Escola Naval;
- c) Coordenar e supervisionar as atividades de ID&I desenvolvidas na Marinha, que não sejam da competência do Instituto Hidrográfico (IH), fomentando iniciativas interdisciplinares em áreas científicas de interesse para a Marinha.

O CINAV funciona na dependência direta do Comandante da Escola Naval (EN), tendo como membros oficiais da Marinha envolvidos em projetos de ID&I, docentes da EN e outros investigadores que colaboram com a Marinha.

O CINAV, neste momento, está organizado em torno de 7 Linhas de Investigação:

- Processamento de Sinal;
- Robótica Móvel;
- Sistemas de Apoio à Decisão;
- Gestão da Manutenção;
- História Marítima;
- Estratégia Marítima;
- Saúde Naval.

No entanto, também tem desenvolvido trabalho de investigação não integrado em Linhas de Investigação.

ELEMENTOS ORGÂNICOS, MEIOS AFETOS E DESPESAS POR ÁREA DE MISSÃO

2.1 – MARINHA

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afetos		Meios Afetos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
			Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Autoridade Marítima	DGAM	DGAM (a)	118	942	2.008	5.356.890,00	8.250.698,00	856.450,00	14.464.038,00
		Departamentos Marítimos/ Capitánias	703		2008				
		Polícia Marítima/ Comandos Regionais e Locais	552		8.760				
Segurança Marítima	IH		6	-	10.368	135.203,00	10.521,00		145.724,00
	CN		329	2 FFGH / FS / PSO 1 PBO / ABU 4 PB 1 PBR	71.736	1.378.056,03	4.032.597,03		5.410.653,06
	DGAM		1283	Faróis - 53 Farolins - 241 Bóias e Balizas - 71 Sinais Sonoros - 19 Viaturas - 38 Estações DGPS - 4 Embarcações - 58 Estações Salva-Vidas - 30	8.760	1.856.900,00	1.842.560,00	520.870,00	4.220.330,00
Preservação do Meio Marinho	CN		329	2 FFGH / FS / PSO 1 PBO / ABU 4 PB 1 PBR	71.736	1.378.056,03	4.032.597,03		5.410.653,06

2.1 – MARINHA(Continuação)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afetos	Meios Afetos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Preservação do Meio Marítimo	DGAM	23	UAM's – 2 Botes pneumáticos – 1 Lancha semi-rígido – 1 Viaturas – 7 Viaturas tipo TIR – 2 Porta-máquinas – 1 Galeras – 1 Tratores – 2 Retro-escavadoras – 1 Guas-móveis – 1 Auto-gruas – 1 Empilhador – 4 Recuperadores – 30 Barreiras – 6200 m Enroladores – 14 Bombas – 39 Compressores – 4 Máquina de lavagem de alta pressão – 10 Atrilados com máquina lavagem alta pressão, torre de iluminação e gerador - 1 Sistemas de barreira V-SWEEP- 260 m Tanques portáteis – 39 VCOT(veículo operações táticas)-1 Bacias de retenção - 8 Tenda HNS-1+1 Fatos HNS-20+4 Sistema Localização-1 Repetidor Digital Motorola-1 Cabos Dados e Repetidor-4 Fonte de alimentação-1 Rádios-14 Auricular de Vigilância-1 Mastro Extensível-3 Mat. 1ª Interv. VCOT(cx EPI; pá; almofadas; Lanternas; jaricã)-1 Balão Iluminação VCOT- 1 Antena VHF- COM e VCOT- 5 Contentor Oficina 10 pés-1 COM - Centro Operações Movei-1 Contentor HNS - 1 Unidade ar distância HP - 1 Conjunto completo ARA - 4 Comunicações Laringe - 4 Capacete UVEX – 4 Garrafas composito - 4 Contentor de gases 20 pés-1	2.008	309.205,00	301.560,00	185.240,00	796.005,00
	IH	10	Garrafas de colheita – 2 Salinómetro - 1 Autoanalizador – 1 Espectrofotómetro UV-visível - 1 Espectrómetro Absorção Atómica - 1 Analisador de mercúrio – 1 Espectrofotómetro de Infra-vermelhos – 1 Cromatógrafo com detetor de massa -2	688	10.182,00	25.118,00	15.578,00	50.878,00
	CN	329	2 FFGH / FS / PSO 1 PBO / ABU 4 PB 1 PBR	71.736	1.378.056,03	4.032.597,03		5.410.653,06

2.1 – MARINHA (Continuação)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afetos	Meios Afetos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humano	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Investigação Científica no Mar	IH	76	Plotter A0-1 Workstation-5 Sist. aquis. e proc. dados geofísicos-1 Sistema filtragem-2 LISST-1 Difratómetro RX-1 Sedimentógrafo laser-1 Balanças-4 Moinhos-2 Tina ultra-sons-2 Estufas-4 Colhedores sedimentos SMT-7 Corer gravidade-1 Vibrocorer-2 Multitubos-1 Lupas e microscópio-3 Analisador carbono- 2 Sistema peneiração-2 Sistema reflexão sísmica-3 Sistema sonar lateral-3 ROV-2 Magnetómetro e estação referencial-1 Sistema posicionamento acústico-1 Autoanalisador-1 Espectrofotómetro UV-VIS-1 Espectrômetro Absorção Atômica-1 Analisador de mercúrio-1 Cromatógrafos-2 Sondadores multifeixe-5 Sondadores feixe simples-5 Perfiladores SVP-7 Recetores GPS-14 Embarcações-7 Compensador de movimentos-7 Plotters-3 Correntómetros Aanderaa- 11 Termistores-2 Estações Meteo-3 Salinómetro-2 ADCP-18 CTD-3 Bóias Ondógrafo-6 Marégrafos-30 Estações UNIX-4 Bóias Multiparâmetro-4 Cluster 96 processadores-1	79.052	1.239.178,00	189.577,00	169.637,00	1.598.392,00
	CN	18	1 LFR 1 AGSC	336	567,78	1.232,23		1.800,01
	EN-CINAV	7					73.902,96	73.902,96
	IH	4	-	30	435,00			
Busca e Salvamento	CN	MRCC Lisboa	220	1 FFGH / FS / PSO 4 PB 1 PBR	52.704	639.648,27	2.417.067,15	3.056.715,42
		MRCC Delgada	71	1 FS / PSO	10.080	508.649,71	1.151.779,31	1.660.429,02
		MRCC Funchal	38	1 PBO /ABU	8.952	229.758,05	463.750,57	693.508,62

EXÉRCITO

O Exército presta anualmente apoio a diversas entidades civis, tarefas às quais dedica especial empenho e que são objeto do reconhecimento público. Este Ramo tem procurado dar resposta a inúmeras solicitações que não se esgotam apenas no âmbito das chamadas Missões de Interesse Público. Dessa forma, e no intuito de estreitar o contacto com a população e sensibilizar a comunidade civil para a instituição militar, as unidades têm acolhido ao longo do ano visitas de várias escolas e outras entidades, tendo igualmente sido realizadas exposições e outros eventos de natureza cultural e desportiva.

A exemplo do sucedido em anos anteriores, a ação do Exército pode ser enquadrada em três áreas fundamentais, designadamente, Colaboração com as Autoridades Civis, Apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil e Ações de Defesa do Meio Ambiente.

Colaboração com Autoridades Civis

Atividades da Engenharia Militar

No âmbito da colaboração com as autoridades civis, e de acordo com o Plano de Atividade Operacional Civil (PAOC), a Engenharia Militar realizou trabalhos de abertura e melhoramento de itinerários e alargamento de estradões florestais, em apoio à satisfação das necessidades básicas das populações, nos concelhos de Coimbra, Alandroal, Setúbal, Covilhã e Sabugal.

Apoio Recreativo e Cultural

Para além das inúmeras visitas de escolas a unidades militares e da cedência de áreas para realização de acampamentos, o Exército proporcionou também o acesso ao património nacional à sua responsabilidade, com particular ênfase para a garantia de acessibilidade ao Castelo de Almourol, às instituições coletivas que assim o solicitaram.

As Bandas Militares e a Orquestra Ligeira do Exército realizaram concertos e atuações, em resposta a solicitações de autarquias locais e outros organismos, contribuindo deste modo para a ação cultural e recreativa das populações.

A equipa de queda-livre "Os Falcões Negros" efetuou sessões de saltos de demonstração de paraquedismo, no âmbito de eventos recreativos realizados por todo o país.

Realizaram-se exposições e foi igualmente prestada colaboração a várias entidades no domínio da Cartografia Militar.

Apoio Logístico

Com os seus meios humanos e materiais, o Exército prestou apoio logístico à realização de diversos eventos desportivos, recreativos e culturais realizados por todo o país.

As unidades participaram e prestaram apoio logístico a diversos eventos de carácter religioso, entre os quais se salienta o efetuado aos peregrinos a Fátima.

Foram ainda utilizadas as carreiras de tiro do Exército pela GNR, PSP, PJ, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Serviços Prisionais.

Colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil

Nos termos definidos na legislação em vigor, o Exército colabora e presta apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), a nível nacional e regional, nomeadamente em situações de cheias e calamidades provocadas pelas chuvas, e no apoio ao combate aos incêndios florestais.

A ação nestas áreas obedece a um planeamento centralizado e a uma execução descentralizada. Desta forma, o apoio é normalmente executado através do acionamento de planos de operações previamente elaborados que permitem responder prontamente às solicitações da ANPC em situações de calamidade. Houve envolvimento do Exército em ações de combate direto a incêndios, em operações de rescaldo e na cedência de equipamentos para apoio logístico, de Norte a Sul do país.

Ações de Defesa do Meio Ambiente

A nível interno, foram desenvolvidas atividades de recuperação e conservação ambiental e de sensibilização e formação dos seus efetivos. É também de referir o esforço contínuo no domínio da sensibilização do contingente militar para os problemas ambientais, através da realização de ações de formação, palestras e outras atividades.

2.2 – EXÉRCITO

2.2.1 - COLABORAÇÃO COM AUTORIDADES CIVIS

Missão	Estrutura	Elementos Orgânicos Afetos	Meios Afetos		Horas de Missão	Distância Percorrida (Km)	Natureza das Despesas			TOTAL (a)
			Humanos	Materiais			Pes soal	Operação e Manutenção	Investimento	
PAOC	CM Entroncamento Beneficiação de Itinerário e construção de 2 plataformas	PP PM001	6	1VTM, 1VTL, 1DU, 1EL, 1CV, 1PL	1543	442				(a)
Inop Civil	CM Setúbal Escavação no recinto de Santiago e reabilitação de itinerário na Serra da Arrábida	RE1	8	1VTL, 1VTM , 2VB, 1PL, 1EL, 1RE	38.909	2.613				(a)
Ponte	CM Mira Montagem de ponte Mabey DSHR1H++ (30,48m)	PP PM001	25	2VTL, 2VTP, 1VB, 1GR, 3PL	6.764	37				(a)
Ponte	Clube de Lazer Aventura e Competição Montagem / desmontagem de passadiço flutuante	PP PM001	14	1VTL, 1VTM, 1VTP	90	0				(a)
Inop Civil	União Desportiva e Recreativa de Santa Maria - JF Pontinha e Famões Limpeza e regularização de terreno	RE1	3	1VTL, 1RE, 1DU	40	25				(a)
Inop Civil	CM Odivelas Regularização de terreno de picadeiro	RE1	3	1VTM, 1CV	16	3				(a)
Ponte	CM Abrantes Montagem de passadiço flutuante. (30 m)	RE1	14	1VTP	104	0				(a)

Ponte	CM Golegã Montagem de ponte flutuante RIBBON Classe 60 (Vão 62m)	PP PM001	18	2VTL, 1VTP, 7VB	2.152	16	(a)
Inop Civil	CM Espinho Rebaixamento de cota e nivelamento de areal	RE3	5	2TL, 1EL, 1RE, 1VTM	789	123	(a)
Ponte	Festival Vilar de Mouros Montagem de passadiço flutuante	PP PM 001	14	1VTM, 2VTP	3.233	0	(a)
Inop Civil	CAC Movimentação de terras	RE1	4	1VTL, 2DU, 1EL	181	71	(a)
Inop Civil	CM Constância Regularização e nivelamento de areias na Praia Fluvial.	PP PM 001	4	1VTL, 1PL, 1TL, 1EL, 1DU	142	59	(a)
Inop Civil	Associação de Comandos Execução de valetas e compactação de estrada.	RE1	4	1VTL, 1NV, 1 DU, 1CR	2.499	410	(a)
Inop Civil	CM Sardoal Beneficiação de Itinerário de acesso entre Entrevinhas e Presa	RE1	2	2VTL, 1EL	1.112	199	(a)
Inop Civil	Santa Casa da Misericórdia do Porto	RE3	4	1VTL, 2VB, 1PL, 2TL	1.013	211	(a)
TOTAL			156		58.587	4.209	(a)

(a) As despesas associadas a estas missões foram suportadas pelas entidades apoiadas

Ações de Defesa do Meio Ambiente

- Trabalhos de Limpeza, reconstrução e conservação

Missão	UEO	Elementos Orgânicos afectos	Meios Afectos		Horas de Missão x Máquina	Km Percorridos	Despesa (euros)
			Humanos	Equip			
b) Vigilância e sensibilização	RA5		117	39		6.292	(a)
	RAAA1		75	25		5.550	(a)
	RA4		585	194		33.909	(a)
	RI1		159	32		7.110	(a)
	RI10		498	166		17.141	(a)
b) Abertura de faixas de gestão de combustível e reparação de rede viária	RE1			24.600	1.020		(a)
	RE3			52.000	1.565		(a)
	CEng/ BrigMec			18.300	490		(a)
CM Odivelas Limpeza de ribeira	RE1	8	2VTL, 1VB, 1PL, 1EL, 1DU	583	64		(a)
JF Pontinha e Famões Limpeza de caminho	RE1	2	1VTL, 1RE	40	12		(a)
CM Espinho Abertura de vala para retenção de areias	RE3	5	1VTM, 1EL, 2TL, 1RE	246	94		(a)
CM Odivelas Limpeza de ribeira	RE3	4	1EL, 1DU	0	23		(a)
CM Lourinhã Limpeza e desassoreamento de linhas de água	RE1	3	1TL, 1PL, 1EL	12417	1007		(a)
CM Mira Limpeza de Curso de Água	RE3	4	4VTL, 2EL	8751	923		(a)
CM Odivelas Limpeza da ribeira do Freixinho	RE1	2	2VTL, 1EL	1687	117		(a)

FORÇA AÉREA

Do conjunto das várias atividades desenvolvidas pela Força Aérea, no ano transato, continua a ser significativo o esforço que tem sido dedicado às ações realizadas no âmbito das Missões de Interesse Público.

A diversidade de atividades desenvolvidas em colaboração com as autoridades e organismos civis, quer através do emprego de meios em missões de Busca e Salvamento, evacuação sanitária, transporte de órgãos, controlo de poluição, controlo aduaneiro e de fiscalização, quer através do apoio a atividades de cariz recreativo, cultural e logístico, refletem a importância e o peso desta vertente na atividade da Força Aérea, permitindo uma interação constante de interesse nacional entre a comunidade civil e a instituição militar.

Do total de 17.748:35 horas de voo (H/V) realizadas em 2014, 6.243:05 H/V foram voadas em missões operacionais, das quais cerca de 25% foram em benefício de Missões de Interesse Público (1.557:00 H/V), repartidas por diversas áreas de atividade.

Em matéria de autoridades civis, foram apoiadas as seguintes entidades e organismos: Governo da República, incluindo a Presidência do Conselho de Ministros (5 missões, 11:05 H/V) e vários ministérios: Ministério dos Negócios Estrangeiros (8 missões, 12:45 H/V); Ministério da Administração Interna (2 missões, 3:30 H/V); Ministério da Defesa Nacional (2 missões, 5:25 H/V); Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios (2 missões, 16:55 H/V); Secretária Geral do Ministério da Defesa Nacional (10 missões, 23:30 H/V); Governo Regional dos Açores (186 missões, 310:35 H/V); Governo Regional da Madeira (167 missões, 94:05 H/V).

Foram ainda executadas missões para os seguintes organismos: Autoridade Nacional de Proteção Civil (2 missões, 14:10 H/V); Banco de Portugal, no transporte de valores (3 missões, 15:45 H/V); Armadores de Navios e Seguradoras - Evacuações Médicas de Tripulantes de Navios - (51 missões, 200:10 H/V) e efetuado o transporte de 47 doentes.

No âmbito das missões de Transporte e Evacuação Sanitária, foi elevado o número de ações realizadas, num total de 437 missões, que corresponderam ao transporte de 490 doentes e o dispêndio de 751:40 H/V; no Transporte de Órgãos para transplante, efetuaram-se 26 missões, 58:35 H/V.

Em apoio do Governo Regional dos Açores, foi efetuado o transporte de 213 doentes e para o Governo Regional da Madeira, 204 doentes

No que se refere às missões de Fiscalização no Âmbito das Pescas (SIFICAP), foram gastas 312:30 H/V, num total de 63 missões, distribuídas pelo Continente, Açores e Madeira (Continente: 168:05 H/V, 56 missões; Açores: 48:35 H/V, 79 missões; e Madeira: 65:00 H/V, 10 missões). Refira-se ainda que a área coberta nestas ações de fiscalização totalizou cerca de 4.014.950 milhas náuticas, permitindo detetar 3.940 alvos.

No cumprimento das responsabilidades nacionais no âmbito da prestação do Serviço de Busca e Salvamento nas vastas áreas das Regiões de Informação de Voo de Lisboa e da Região de Informação de Voo Oceânica de Santa Maria, foram mantidas, permanentemente, ao longo do ano de 2014, 9 tripulações em alerta e empenhadas as aeronaves P 3P/C, C 130, C 212, EH 101, SA-330, C-295 e AL III, a partir de Bases no Continente, nos Açores (Lajes) e na Madeira (Porto Santo).

Os alertas foram ativados para 61 missões, 57 das quais pelos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento de Lisboa, num total de 185:35 H/V, distribuídas da seguinte forma: 26 missões e 77:55 H/V ativadas a pedido do MRCC; 30 missões e 95:25 H/V ativadas pelo RCC. Quanto aos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento da Região Oceânica de Santa Maria, do total de 29 missões foram gastas 123:05 H/V, assim distribuídas: 5 missões em resposta aos alertas do MRCC, com 15:10 H/V; 19 missões e 96:20 H/V voadas em apoio do RCC; 17 missões a Armadores de Navios “Outras Entidades” 110:20 H/V.

No que respeita à divulgação do património histórico da Força Aérea junto da população, são de referir as diversas exposições temporárias e itinerantes, as 162 cerimónias e os 24 concertos da Banda de Música da Força Aérea, bem como a exposição estática de aeronaves no Museu do Ar, tendo este órgão de natureza cultural acolhido cerca de 27.505 visitantes (incluem-se as visitas aos Pólos de Ovar e Sintra).

A divulgação, comunicação e informação sobre atividades e eventos militares, culturais, pedagógicos e científicos constituem importantes vias para a construção e manutenção de uma sólida e favorável imagem institucional, uma vez que permitem dar a conhecer a Força Aérea junto da sociedade civil.

No domínio da Internet, consolidou-se o uso das redes sociais Facebook e Twitter, desenvolvendo-se simultaneamente a aposta em outras ferramentas sociais. Atualmente, a Força Aérea está presente nas redes Facebook, Twitter, YouTube, Google+, Klout, Instagram, Flickr e Thinglink. A utilização de todas estas ferramentas tem como objetivo fortalecer a imagem da Força Aérea num espaço comunicacional caracterizado pela instantaneidade, partilha e interação.

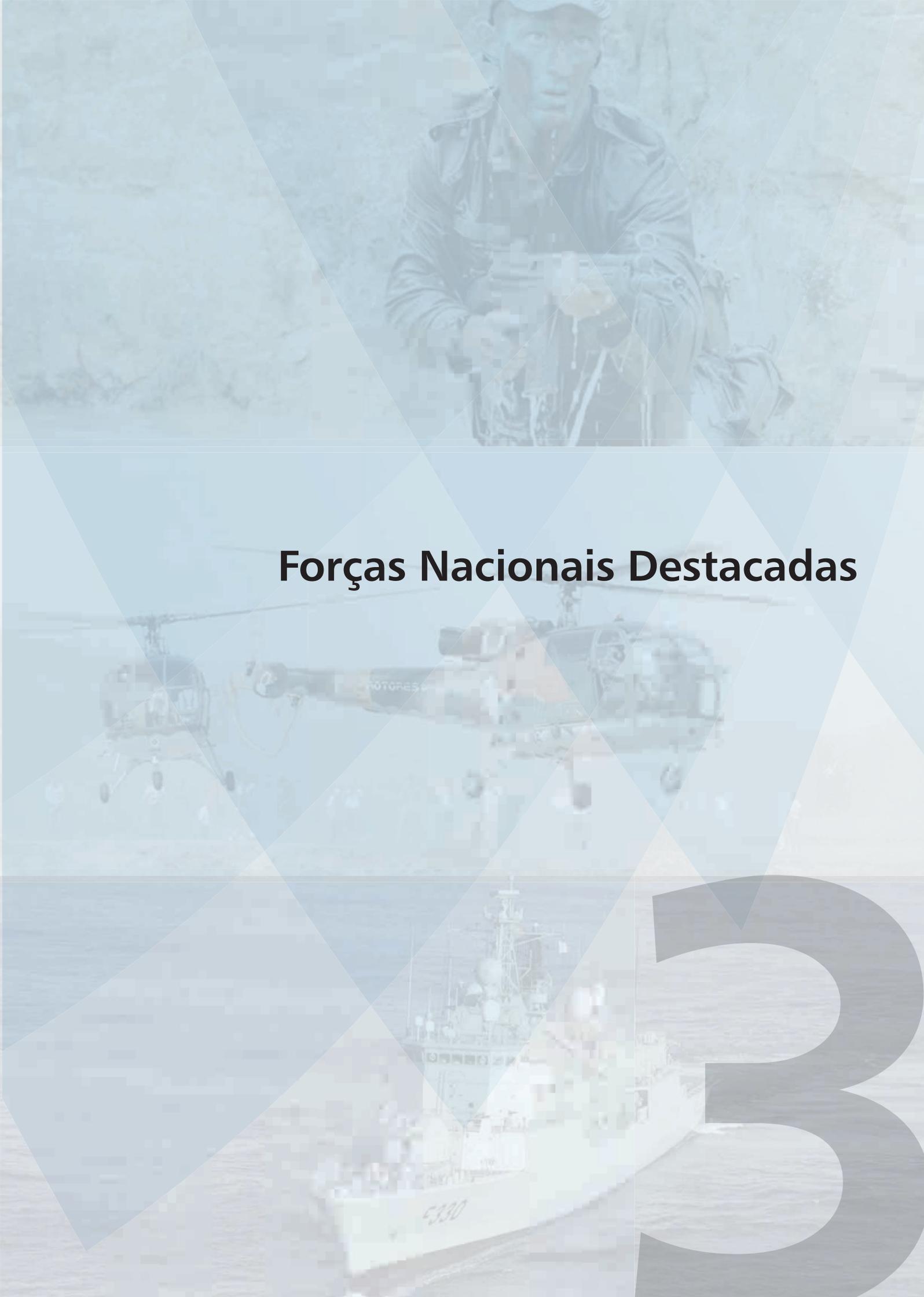
Ainda que a contínua evolução das novas tecnologias de informação e a crescente adesão dos cidadãos ao mundo online se venha afirmando como um grande atrativo para público e organizações, a Força Aérea não se tem limitado à utilização dos canais assentes na Web. Nesse sentido, adotaram-se várias políticas de comunicação com o intuito de mostrar ao público a missão, nomeadamente sob a forma de eventos como: o Dia de Base Aberta, relações com a comunidade civil e militar e com os media tradicionais, entrevistas e reportagens, realização de exposições, cerimónias militares, concertos musicais, exposições, encontros culturais, apresentações, produção de filmes e fotografia, publicação de livros e revistas de índole aeronáutico, histórico e patrimonial, palestras, bem como colóquios e seminários sobre temas relacionados com a Força Aérea.

A Força Aérea esteve ainda representada em eventos de grande relevo como as feiras Futurália e Qualifica, ambas relacionadas com a formação e emprego e que no seu conjunto tiveram cerca de cem mil visitantes. Esteve também na exposição realizada na Guarda inserida nas comemorações do Dia de Portugal, na exposição realizada na Cordoaria Nacional por ocasião da celebração do Dia da Força Aérea, e participou no NOS Air Race no âmbito das Comemorações do Centenário da Aviação Militar.

Importa, por fim, realçar o papel da revista aeronáutica “Mais Alto”, que se continuou a afirmar como publicação de referência.

2.3 – FORÇA AÉREA

Missão	Elementos Orgânicos Afetos	Meios Afetos		Horas de Voo	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Entidades Cíveis - Transportes Especiais	ESQ. 501	12	C-130	10:30	18.451	32.097	19.252	485.097
	ESQ. 502	24	C-295	137:50	71.209	162.432	168.791	
	ESQ. 504	0	FALCON 50	0:00				
	ESQ. 751	10	EH-101	2:05	2.277	5.193	5.396	
Busca e Salvamento	ESQ. 502	24	C-295	21:00	10.849	24.748	25.717	769.836
	ESQ. 552	0	ALL III	0:00				
	ESQ. 601	60	P3C	22:15	49.042	68.921	52.428	
	ESQ. 751	160	EH-101	87:00	95.220	217.204	225.706	
Evacuação Sanitária	ESQ. 502	1864	C-295	220:55	114.137	260.354	270.545	3.323.238
	ESQ. 504	63	FALCON 50	84:10	113.586	144.597	84.536	
	ESQ. 751	645	EH-101	377:35	413.255	942.665	979.563	
Transporte de Órgãos	ESQ. 502	12	C-295	3:25	1.767	4.030	4.188	234.624
	ESQ. 504	72	FALCON 50	55:10	74.451	94.777	55.410	
Fiscalização SIFICAP	ESQ. 502	312	C-295	243:00	125.544	286.375	297.585	1.175.587
	ESQ. 601	75	P3C	24:35	54.178	76.138	57.918	
	ESQ. 751	50	EH-101	44:55	49.164	112.147	116.537	
Deteção e Controlo de Poluição	ESQ. 502	0	C-295	0:00				-
Apoyo a Outras Entidades	ESQ. 501	30	C-130	18:20	32.210	56.032	33.608	373.773
	ESQ. 502	30	C-295	26:40	13.779	31.431	32.661	
	ESQ. 504	18	FALCON 50	36:40	49.485	62.996	36.830	
	ESQ. 751	10	EH-101	4:00	4.378	9.986	10.377	
Combate a incêndios	ESQ. 502		C-295	0:00				-
	ESQ. 552		ALL III	0:00				
	ESQ. 751		EH-101	0:00				
TOTAL		3.471	-	1420:05	1.274.531	2.560.026	2.457.796	6.292.353

The image is a composite background featuring three distinct scenes: a soldier in the foreground, a helicopter in the middle ground, and a ship in the background. The soldier is wearing a helmet and tactical vest, holding a rifle. The helicopter is a military transport model with 'MOTORES' written on its side. The ship is a large vessel with the number '5330' on its hull. The entire image is overlaid with a semi-transparent blue geometric pattern of overlapping triangles.

Forças Nacionais Destacadas

3

NOTA EXPLICATIVA

Em cumprimento do constitucionalmente estabelecido “Incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte”.

Neste contexto, desde finais de 1993, Portugal, tem vindo a participar em Missões Humanitárias e de Paz (MHP) com Forças Nacionais Destacadas (FND) em diversos teatros de operações (TO) ou com militares em outras missões no exterior, e a contribuir com forças e meios para: as NATO *Graduated Forces* (NGF), *Immediate Reaction Force* (IRF) da NATO *Response Force* (NRF) e para as *Standing NATO Maritime Group* 1 e 2 (SNMG 1 e 2), bem como para a EU *Battle Groups* (EUBG) e EUROFORÇAS (EUROFOR ou EUROMARFOR), os quais, por razões de simplificação, quando empregues, se consideram abrangidas no conceito de FND.

De um modo geral, as Forças Armadas Portuguesas têm participado em operações humanitárias, de apoio à paz e outras, que decorrem de Resoluções do Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), sob a responsabilidade dessa organização, da OTAN, da UE, integradas em coligações e outras dirigidas para a prossecução dos interesses estratégicos e particulares de Portugal.

A atuação do EMGFA orienta-se de modo a validar, com a participação e colaboração dos Ramos, a adequabilidade, a aceitabilidade e a exequibilidade das forças e meios nacionais, que possam satisfazer às condições de emprego e outros requisitos estabelecidos pelas organizações internacionais, em termos de capacidades próprias, composição da força e custos relacionados com o seu levantamento, preparação, aprontamento e sustentação.

Compete ao EMGFA propor a participação nacional, especificando os requisitos operacionais que as forças e meios podem satisfazer, as eventuais limitações ao seu emprego e a sua composição, organização e custos associados, em função dos diversos cenários de participação definidos pelo Governo para o desenvolvimento da sua política externa.

3.1 – CONTRIBUIÇÃO NACIONAL PARA OPERAÇÕES E FORÇAS DE ELEVADA PRONTIDÃO

3.1.1 - Operações da ONU em que Portugal participa

Portugal, como membro das Nações Unidas (NU), tem satisfeito os compromissos internacionais assumidos no âmbito militar, participando em missões de carácter humanitário e de apoio à paz, designadamente:

3.1.1.1 - Afeganistão (United Nations Assistance Mission in Afghanistan) (UNAMA)

A missão das NU no Afeganistão, com a designação de UNAMA, foi aprovada pelo Conselho de Segurança das NU (CS/NU) e resultou da necessidade de viabilizar a consolidação do processo de reconstrução e de restabelecimento de um ambiente de segurança, num quadro de instabilidade e violência existentes. Portugal participa com 1 oficial nas funções de *Military Advisor* (MilAd) para a UNAMA, destacado na *Military Advisory Unit* (MAU).

3.1.1.2 - Mali (United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali) (MINUSMA)

Em 25 de abril, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 2100/2013, que define o mandato de uma nova operação de apoio à paz das Nações Unidas (ONU) no Mali, a Missão Multidimensional Integrada de Estabilização no Mali - MINUSMA.

A MINUSMA tem como objetivo apoiar o processo político e a segurança em centros populacionais e linhas de comunicações, a proteção de civis, monitorização dos direitos humanos, criação de condições para o retorno dos refugiados, consolidação da autoridade do estado e a preparação de eleições livres.

O Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), reunido em 30 de julho de 2014, deu parecer favorável, à participação nacional na MINUSMA, por um período de 3 meses entre 1 de setembro e 30 de novembro de 2014.

Portugal participou na MINUSMA, em 2014, com 1 aeronave C-130, tripulação e pessoal de apoio, num total de 47 militares e adicionalmente com dois militares no Estado-Maior da MINUSMA, estes por um período de seis meses até fevereiro do ano seguinte.

Em apoio da MINUSMA, em 2014, foram transportados 1568 passageiros e cerca de 216 toneladas de carga diversa em 234H09 de voo.

Em outubro de 2014, o secretariado ONU solicitou a Portugal a extensão da missão que, por questões de índole operacional e orçamental, apenas se poderia materializar no início de 2015. Assim, foi sancionada favoravelmente pelo CSDN em 16 de dezembro de 2014, a condução de uma nova missão, por um período inicial de 4 meses, em moldes semelhantes aos da missão anterior, a realizar no início de 2015.

3.1.2 - Operações da NATO em que Portugal participa

3.1.2.1 - International Security Assistance Force (ISAF)

Na sequência do processo de transição¹, surgiu o conceito operacional de Assistência de Segurança de Forças (SFA2) no Afeganistão (AFG), destinado a apoiar as *Afghan National Army* (ANA) e *Afghan National Police* (ANP) à medida que as forças da ISAF forem reduzindo. Salienta-se, nesta fase do processo de transição e no âmbito do conceito de SFA, a importância do preenchimento pelas nações *das Advisors Teams* (AT) (em substituição das OMLTs³) de modo a apoiar as ANSF, pré-requisito para a transferência de responsabilidades de segurança até final de 2014. Nessa medida, tornou-se necessário proceder a algumas alterações na constituição do Contingente Nacional, refletindo a versão implementada da CJSOR⁴, dentro do teto de efetivos estabelecido e de modo a potenciar o contributo nacional para a ISAF.

Em sessão do CSDN, de 15 de março de 2012, foi dado parecer favorável a uma proposta do Governo relativa a novas contribuições para 2012, elevando-se o efetivo máximo autorizado para 235 militares, posteriormente determinada através de Portaria⁵, refletindo o novo dispositivo. Este, além de prever o nosso empenhamento na segurança do Aeroporto Internacional de Kabul (KAIA), alterou a tipologia de apoio às Forças Armadas e Polícia Afegãs com o fim das OMLT e a implantação de uma componente muito forte de mentoria e formação

¹O processo de transição foi dividido em 5 fases, dependentes da situação de segurança e das capacidades das ANSF. Neste momento já se concluiu a fase 3, o que significa que 75% da população do Afeganistão vive em território cuja segurança é primariamente garantida pelas ANSF. Aguarda-se que o Presidente Hamid Karzai anuncie o início da fase 4.

²SFA – *Security Forces Assistance*.

³OMLT – *Operational Mentor and Liaison Teams*.

⁴CJSOR – *Combined Joint Statement of Requirements*.

⁵ Portaria nº 187/2012 do Ministro da Defesa Nacional, de 11 de Abril de 2012, publicada no Diário da República de 26 de Abril

a militares (através das MAT⁶ e PeH SAT⁷), polícia (através da ANPTC Wardak⁸) e civis afegãos (através do KAIA TP⁹), componente esta que certamente deixará contributo efetivo para o futuro do Afeganistão.

Mais recentemente, em resultado da reunião ordinária do Conselho em 2013 foi emitida uma Nota Informativa divulgando a manutenção, de uma maneira geral, dos destacamentos das nossas Forças, com algumas adaptações, em particular no Afeganistão com a redução de efetivos naquele Teatro de Operações, reflexo da preparação do final de missão da Força Internacional de Segurança e Assistência, prevista para o final de 2014.

Nesta conformidade, o efetivo presente no 7º Contingente Nacional ISAF em 31DEC13 era de 123 militares, distribuídos pelas diferentes mentorias e formação (MAT, PeH SAT e KAIA TP), Unidade de Apoio e Proteção da Força, Célula de Informações Militares e ainda cargos isolados em QG (ISAF HQ, ISAF IJC, ISAF SOF, NSOCC), efetivo este que sofreu pequenas flutuações em função das necessidades manifestadas pela missão e em consonância com as solicitações efetuadas pela estrutura de comando NATO.

A este, sucedeu o 8º CN/ISAF, com apenas 56 militares e menos capacidades, já preparando a transição programada da ISAF para a Resolute Support Mission – RSM – a iniciar-se em 01JAN15. A data oficial de fim de missão deste (último) Contingente é 12NOV14, tendo, contudo, havido militares a regressar em data posterior e que, inclusivamente, fizeram a ligação com o início da RSM.

3.1.2.2 - Kosovo Force (KFOR)

Em 01MAR11 a KFOR transitou para o “Gate 2” da *Deterrent Presence*. Em 7 de abril de 2014 (FOC), o 1º Batalhão de Infantaria Mecanizada da Brigada Mecanizada, com um efetivo de 182 militares, ficou sediado no complexo de “Camp *Slim Lines*”, perto de Pristina, e constitui, com uma Companhia Húngara, a Reserva Tática do Comandante da KFOR (KFOR *Tactical Reserve Maneuver Battalion* – KTM).

A KTM contava com um efetivo de 311 militares, dos quais 182 nacionais.

Em 6 de junho de 2014 ocorreu a retração deste TO dos 5 militares que constituíam a Célula de Informações Militares (CIM) desde outubro de 2012 e que estavam localizados junto do QG da KFOR em Campo FilmCity. Portugal contribuiu ainda com 4 militares colocados no QG do Comando da KFOR: 2 no Joint Effects Coordination (1 com funções de chefia, 1 como Environmental Officer e 1 como chefe da célula J4 Logística). Em 4 de outubro de 2014 (FOC) o 1º Batalhão de Infantaria Paraquedista da Brigada de Reação Rápida, com um efetivo de 177 militares, substituiu na KTM o 1ºBIMec.

3.1.2.3 - Missão da NATO no Mediterrâneo (Operação Active Endeavour/Strait of Gibraltar)

A operação começou no dia 4 de outubro de 2011 como uma das oito respostas da NATO aos ataques de 11 de setembro de 2011. Os meios navais da Força Naval Permanente do Mediterrâneo (STANAVFORMED), que estavam a participar no exercício *Destined Glory 2001* na costa sul da Espanha, foram redirecionadas a fim de proporcionar uma presença imediata militar da NATO no Mediterrâneo Oriental.

A “Operação Active Endeavour” (OAE) é uma operação marítima da NATO que opera no Mediterrâneo e foi projetada para impedir a circulação de terroristas e armas de destruição em massa, pressupondo ainda

⁶ MAT: *Military Advisor Team*

⁷ *Pohantoon-e-Hawayee* (Academia Aérea) Staff Advisor Team

⁸ *Afghan National Police Training Center em Wardak*

⁹ *KAIA Transition Plan*

benefícios para a segurança do transporte marítimo em geral com o objetivo de dissuadir, defender e proteger contra actividades terroristas. Foi uma das primeiras ações militares tomadas pela NATO em resposta a uma invocação do artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, que prevê a defesa coletiva. Trata-se da primeira operação jamais realizada pela Aliança na aplicação direta dessa cláusula de defesa. A OAE foi comandada pelo “NATO Maritime Component Commander- Naples”, em Itália e atualmente, devido ao processo de transformação em curso na NATO, é comandada pelo “Maritime Command Northwood”, - Reino Unido.

Portugal iniciou a sua participação na OAE em novembro de 2001, através de unidades navais, primeiro no Mediterrâneo Oriental e posteriormente estendida ao Estreito de Gibraltar.

A participação nacional tem decorrido no âmbito do seu empenhamento nas forças navais permanentes da NATO, primeiro na STANAVFORLANT e, desde 2005, através da SNMG1. A partir de março de 2005 a participação nacional passou essencialmente a concretizar-se através do emprego de uma aeronave P3 Orion da Força Aérea, com quatro saídas/mês até ao final de 2007, tendo esta participação sido reduzida para 2 saídas / mês em janeiro de 2008 e em janeiro de 2012 foi ainda mais reduzida para 1 saída/mês.

A participação nacional tem vindo a ser efetuada também de forma pontual através de empenhamentos nacionais nas SNMG.

No ano de 2014 no âmbito desta Operação, a Força Aérea efetuou uma missão mensal realizando-se um total de 90H35 de voo da aeronave P-3C C. A Marinha participou na operação ACTIVE ENDEAVOUR com o submarino NRP *Tridente*, no Mar Mediterrâneo, atribuído a esta operação entre 30 de setembro e 9 de outubro.

3.1.2.4 - Missão da NATO na área do Corno de África (HoA - Operação Ocean Shield)

A *Operation Ocean Shield* (OOS) sucedeu à *Operation Allied Protector* (OAP) retendo as lições identificadas e aprendidas e é, desde 17 de agosto de 2009, a face visível da contribuição da NATO no esforço internacional da luta contra a pirataria na área do Corno de África (HoA).

Assim, reconhecendo a importância estratégica do HoA para o hemisfério ocidental bem como para a região, a Aliança continua a contribuir para o esforço da comunidade internacional no combate à pirataria. Convergentes com este entendimento e conscientes do valor acrescentado da presença das forças da NATO na região, a União Europeia e as *Coalition Maritime Forces* (CMF) já terão divulgado que, se eventualmente a NATO retirar do teatro de operações, o esforço internacional será afetado significativamente. Neste sentido, o Conselho do Atlântico Norte (NAC), estendeu o mandato da OOS de até final de 2014.

Os esforços da NATO no combate à pirataria têm sido prejudicados pela inexistência de um edifício jurídico robusto e aplicável, com vista à perseguição, detenção e transferência de indivíduos suspeitos de praticarem atos de pirataria. Acredita-se, ainda, que este problema, não inibindo a NATO de continuar a OOS, tem vindo a prejudicar a capacidade de gerar meios operacionais para emprego no teatro de operações.

A NATO tem vindo a operar na área de operações da costa da Somália através da contribuição do SNMG 1 e 2, em cooperação com outras organizações (União Europeia, *Combined Task Force 151*” (CTF-151) e outros países Non-NATO) no combate à pirataria.

Em 2012, Portugal, preencheu (até ao final de maio) o cargo de Chefe do Estado-Maior no *Force Headquarters Afloat* da SNMG1.

Em 2013, Portugal, preencheu desde 21 de janeiro o cargo de *Staff Above Water and Electronic Warfare Officer* no *Force Headquarters Afloat* da SNMG1.

Em 2014, Portugal participou nesta operação com um oficial embarcado no *Staff* da TF 508.

3.1.2.4 - Missão de Policiamento Aéreo da NATO

O Sistema Integrado de Defesa Aérea da NATO, em tempo de paz, assenta no empenhamento das capacidades de defesa aérea de cada Estado membro no policiamento do respetivo espaço aéreo.

A entrada dos bálticos (Estónia, Letónia e Lituânia) e da Eslovénia para a NATO em março de 2004, implicou a necessidade de lhes garantir uma defesa coletiva similar à dos outros Estados membros. Nesse sentido, a fim de suprir as respetivas lacunas no âmbito do Policiamento Aéreo, foi elaborado pelo SACEUR em 25 de fevereiro de 2004, um *Concept of Operations for an Interim Air Policing Solution* que irá manter-se até, pelo menos, 2018.

O Comité Militar da NATO (MC) e o Conselho do Atlântico Norte (NAC) aprovaram o referido conceito e selecionaram, entre outras, a opção de destacamento de meios aéreos em QRA(I) (*Quick Reaction Alert Interceptor*), para a Base Aérea de Siauliai, na Lituânia, em regime de rotatividade entre os membros da NATO contribuintes.

Em 25 de abril de 2014, foi implementada a SACEUR *Strategic Directive for the Implementation of Immediate Assurance Measures* que visa preencher e reforçar, entre outras, as capacidades de policiamento Aéreo, em consequência do agravamento da crise da Ucrânia.

O Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), reunido em 24 de março de 2014, deu parecer favorável à proposta do Governo sobre o empenhamento de Destacamentos das Forças Armadas em missões militares no exterior do Território Nacional, em 2014, nas quais se inclui a missão de Policiamento Aéreo do Espaço Aéreo Báltico.

Nessa conformidade, a participação nacional no Policiamento Aéreo do Báltico ocorreu de 1 de setembro a 31 de dezembro de 2014 (Bloco 36).

O contingente nacional constou de 12 elementos de operações (incluindo 8 pilotos-aviadores), uma equipa CRC com 4 elementos e uma equipa de apoio com 54 elementos, perfazendo um total de 70 militares. Os meios destacados incluíram 6 aeronaves F-16.

3.1.2.5 - Immediate Assurance Measures

Na sequência da avaliação estratégica efetuada pela NATO sobre os acontecimentos na Ucrânia, e do seu impacto na segurança da Aliança e na estabilidade regional, o NAC (*North Atlantic Council*) atribuiu às NMA (NATO Military Authorities) a tarefa de desenvolver um programa coerente, sustentável e visível, de medidas de tranquilização (*assurance measures*) e de garantia de segurança aos Aliados. O seu objectivo foi o de demonstrar a coesão da OTAN, e o seu compromisso com a dissuasão e a defesa colectiva, face a qualquer ameaça de agressão à Aliança.

Na reunião de Ministros de Defesa da OTAN, de 3 e 4 de junho de 2014 em Bruxelas, em resultado do debate sobre as implicações estratégicas das ações da Rússia na Ucrânia, os Ministros da Defesa acordaram então

no desenvolvimento de um Plano de Ação de Prontidão que abordasse as medidas necessárias para responder aos desafios colocados por aquelas ações, quer na ótica de tranquilização dos Aliados mais expostos, quer na da adaptação da Aliança, com vista ao reforço da sua capacidade de resposta.

Este plano, desenvolvido em paralelo com a implementação das medidas imediatas de tranquilização atrás referidas e designado por Readiness Action Plan (RAP), foi então endossado aos Chefes de Estado e de Governo que o aprovaram durante a Cimeira da OTAN que se realizou em Cardiff, País de Gales, em 4 e 5 de setembro de 2014.

No âmbito do Plano de Ação de Prontidão, as medidas de tranquilização (assurance measures) constituem-se como a componente que providencia o indispensável sustentáculo para uma assertiva e credível dissuasão.

Estas medidas de tranquilização incluem uma contínua presença aérea, terrestre e marítima, e uma significativa atividade militar, ambas numa base rotativa, no flanco leste da área de responsabilidade da Aliança.

A participação de Portugal nestas medidas, foi objeto de parecer favorável no Conselho Superior de Defesa nacional (CSDN) realizado em 30 de julho de 2014, e concretizou-se com a contribuição com uma aeronave de patrulhamento marítimo P-3C, com respetiva tripulação e pessoal de apoio, num total de 29 militares, no período de 1 a 30 de novembro de 2014, operando na Região do Mar Báltico, a partir da Base Aérea de Siauliai na Lituânia e tendo realizado um total de 62H15 de voo.

3.1.3 - Forças em elevada prontidão no âmbito da NATO para as quais Portugal contribui com Forças e meios

3.1.3.1 - NATO Response Force (NRF) / Immediate Response Force (IRF)

A NRF/IRF é uma força de reação imediata, conjunta e combinada, com um efetivo aproximado de 13.000 militares, com uma prontidão entre 5 e 30 dias, capacidade de sustentação no mínimo para 30 dias e preparada para intervir como *Initial Entry Force* em operações de Resposta a Crises ou ao abrigo do artigo 5º.

No ano de 2014, Portugal integrou a estrutura da NRF na componente IRF com as seguintes capacidades:

NRF 2014 - <i>STANDBY</i> DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014	
Designação	Caracterização
FFGH	Fragata com um efetivo de 200 militares, em standby apenas no 1º semestre de 2014
1 Esquadrão de Reconhecimento	Efetivo de 140 militares
6 F16 MLU	Efetivo 140 militares

3.1.3.2 - Standing NATO Maritime Group 1/2 (SNMG1/2)

As SNMG1/2 são forças navais permanentes da NATO, aptas a desempenhar ações de presença naval, assim como outras atividades típicas de tempo de paz, no âmbito das MSO, constituindo um dos elementos permanentes da NRF.

Em 2012, Portugal, preencheu (até ao final de maio) o cargo de Chefe do Estado-Maior no *Force Headquarters Afloat* da SNMG1.

Ainda no ano de 2012, o NRP Arpão (SSG) integrou a SNMG2 no período de 4 de setembro a 27 de outubro tendo participado, durante esse período, na Operação *Active Endeavour* (OAE).

Em 2013, Portugal, preencheu, desde 21 de janeiro, o cargo de *Staff Above Water and Electronic Warfare Officer* no *Force Headquarters Afloat* da SNMG1.

Ainda no ano de 2013, o NRP Tridente (SSG) integrou a SNMG2 no período de 9 a 21 de setembro tendo participado, durante esse período, na Operação *Active Endeavour* (OAE).

3.1.4 - Operações da UE em que Portugal participa

Como membro da União Europeia, Portugal tem contribuído igualmente no âmbito dos compromissos militares assumidos por esta organização, nomeadamente através da participação em missões de caráter humanitário e de manutenção de paz.

3.1.4.1 – Somália – Missão da UE treino para a reforma do setor de segurança da Somália (EUTM Somália)
No sentido de viabilizar a consolidação do processo de restabelecimento de um ambiente de segurança e desenvolvimento, no caminho da paz e estabilidade na Somália, o Conselho da União Europeia, através da decisão 2010/96/CFSP de 15 de fevereiro de 2010, em estreita cooperação e coordenação com a União Africana, aprovou o estabelecimento de uma missão “não-executiva” para contribuir para o treino das forças de Segurança da Somália, designada por UE *Training Mission* (EUTM) Somália, em curso no Uganda e em duas localizações distintas: Kampala, onde está sediado o Quartel-General da Missão e Bihanga *Training Centre* (BTC) onde se desenvolvem todas as ações de treino.

O 4º Intake do 2º Mandato teve início com a Operação *Crested Star* III, que decorreu de 1 a 6 julho 2012. A Operação foi liderada pelo US *Government Department of State* e envolveu o movimento de militares somalis entre o *JAZEERAH Camp* (Mogadíscio/Somália) e o *Training Center* (Bihanga/Uganda).

Em 26ago12, apresentaram-se no Teatro de Operações (TO) Uganda, 13 militares portugueses que constituíram a equipa de formação *Fighting in Build-up Areas* (FIBUA).

Em 03set12, a equipa portuguesa deu início à 2ª fase com a formação FIBUA aos soldados somalis.

Em 29out12, iniciou-se a Fase 3 de formação onde a equipa FIBUA centrou a sua actuação na monitorização da formação ministrada por militares Somalis que constituem a equipa de especialistas em FIBUA. Entre 17 e 18nov12 foi realizado o exercício “*VigilantLion*”, marcando o fim da Fase 3.

No dia 25 de novembro de 2012 foram retraídos do TO 11 elementos do módulo de FIBUA, ficando a equipa com 2 militares para darem apoio à fase de Coesão em BTC, continuando a manter ainda um militar no desempenho da função de Chefe da Repartição de Informações (J2) do Quartel-General da Missão em Kampala.

Em 2013 e até 10 de março, Portugal continuou a contribuir para esta missão nos mesmos moldes anteriores.

Desde 11 de março, Portugal participou, numa 1ª fase com um efetivo de 5 militares. Continuou a garantir o J2 em Kampala e começou a contribuir com 4 militares para a equipa de instrução no Curso de Comandantes de Companhia *Coy Commanders Course* do 5º *Intake*, liderada por um militar espanhol.

Numa segunda fase, a partir de 03 de agosto de 2013 e até 5 de Dezembro 2014, altura em que retraiu, Portugal liderou a equipa de treino de Comandantes de Companhia do 6º *Intake*, contribuindo então com um efetivo de 5 militares para esta equipa que liderou.

Portugal continuou a garantir um militar na função de J2 em Kampala até ao dia 30 de dezembro, dia em que foi projetado para Mogadíscio (*Mogadíscio International Airport – MIA*) na Somália, dando início a uma nova fase nesta missão de treino em que o seu Quartel-General foi deslocalizado para o MIA e as missões de treino serão efetuadas no *Jazeera Training Camp (JTC)*, em Mogadíscio.

Desde o início de 2013, Portugal, em parceria com a Espanha, tem sido responsável pela área de formação de Comandantes de Companhia a ministrar às Forças Somalis, o que em 2014 se materializou em 2 militares, que retraíram em 19DEC14.

Adicionalmente, nos meses de outubro a dezembro de 2014, Portugal foi a nação líder no mister do *Reintegration Course for SNA Cadets*, com a participação de 2 OF-2, retraindo, também a 19DEC14.

Ainda, desde 31 de maio de 2014, Portugal garante também o cargo de J4 – *Engineering and Infrastructure* (JEng).

3.1.4.2 – Corno de África, Costa da Somália e Oceano Índico - Missão Militar da EU na costa da Somália (Operation Atalanta EU Naval Force to the Somália (EUNAVFOR SOMÁLIA - OP ATALANTA)).

A União Europeia (UE), em apoio às Resoluções 1.814 (2008), 1.816 (2008) e 1.838 (2008) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, deu início a uma operação militar em 2008 na costa da Somália, com a designação Operação Atalanta, aprovada pela Resolução do Conselho da União Europeia 2008/851/CFSP de 10 de novembro de 2008.

A “Operação Atalanta” tem como objetivo, proteger o tráfego marítimo que atravessa o Golfo de Áden e a bacia da Somália, em particular os navios fretados pelas Nações Unidas no âmbito do *World Food Programme*, e ainda, prevenir e deter os atos de pirataria ou assaltos a navios nessa área.

Em 2012, Portugal voltou a empenhar um meio naval, por 2 meses.

Em 2013, Portugal voltou a estar empenhado nesta Missão, tendo participado com um Comando, respetivo Estado-Maior e uma unidade naval (NRP Álvares Cabral), por um período de 4 meses (6 de abril a 6 de agosto).

Em 2014, a participação nacional cingiu-se ao empenhamento sucessivo de três oficiais no staff do comando da Operação, a bordo do navio chefe da força naval, contando ainda desde novembro, pelo período de um ano com um Staff Officer no FHQ da operação.

3.1.4.3- EUROFORÇAS

Este Grupo de Cargos inclui os cargos na EUROMARFOR e na EUROFOR.

Na EUROMARFOR, resultante dos compromissos assumidos, Portugal tem um cargo atribuído, que é o Representante Nacional na Célula Permanente desta Força Marítima Europeia, com a particularidade da sede desta célula alternar, de 2 em 2 anos, entre os países que dela fazem parte (Portugal, Espanha, França e Itália), estando, atualmente, sediada em Rota (Espanha).

Na sequência da Declaração de Petersberg (1992), que foi assinada pelos ministros dos negócios estrangeiros da União Europeia (UE), as quatro nações demonstraram vontade de contribuir para o cumprimento das missões previstas naquela Declaração, e assim, em 15 de maio de 1995, em Lisboa, foi criada formalmente a EUROFORCE (que compreende a componente marítima, EUROMARFOR, e a componente terrestre EUROFOR).

A EUROMARFOR, criada em maio de 1995 pela França, Itália, Portugal e Espanha, pode ser empregue em vários tipos de missões como missões humanitárias e de salvamento, missões de manutenção da paz, missões de combate em gestão de crises, incluindo de restabelecimento da paz.

A EUROFOR, com o Quartel-General em Florença (Itália), tem tido 16 militares portugueses a prestarem serviço nesse QG. Esta força foi desativada em 14 de Junho de 2012.

3.1.4.4 – Máli – Missão de treino da UE para a reforma do setor militar e de segurança do Mali (EUTM Mali)
Por carta datada de 24 de dezembro de 2012, o Presidente da República do Mali endereçou à Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança um convite no qual se congratulava com o destacamento de uma missão de formação militar da UE no Mali.

Tendo em conta a Decisão 2013/34/PESC do Conselho da União Europeia, de 17 de janeiro de 2013, promove uma missão militar da União Europeia que tem em vista contribuir para a formação das Forças Armadas do Mali (EUTM Mali).

A EUTM Mali foi então lançada em 18 de fevereiro de 2013 e cujo Mandato teria uma duração de prevista de 15 meses, com o objetivo de treinar e aconselhar as Forças Armadas do Mali (MAF), sob o controle das autoridades civis legítimas, a fim de contribuir para restaurar a sua capacidade militar com vista a permitir-lhes participar em operações de combate.

Para esta missão contribuem 27 Nações num total de 564 Militares entre o Quartel-general da Missão em Bamako e o Campo de Treino em Koulikoro, a 60 Km da capital.

Em 06 de fevereiro de 2013 o Conselho Superior de Defesa Nacional deu parecer favorável sobre o apoio militar nacional para esta missão de treino com um efetivo de 7 militares, nos termos definidos pela PortariaNº 116/2013, de 20 de Fevereiro, publicada no Diário da República 2ª série, Nº43, de 1 de Março de 2013.

Neste âmbito a 25 de fevereiro de 2013 foi projetado um Oficial da Força Aérea para o cargo de Adjunto para as Comunicações (DJ6), no Quartel-general da Missão.

Em 12 de outubro de 2013, foram projetados mais 6 militares para o Campo de Treino de Koulikoro, para ministrar Instrução e Treino de Atiradores Especiais aos 2º e 3º Batalhões. A formação a estes 2 Batalhões terminou a 20 de março de 2014.

A EUTM Mali terminou o seu primeiro mandato em 17 de maio de 2014, iniciando-se então o segundo mandato de 24 meses até 18 de maio de 2016, aprovado pela Decisão n.º 2014/220/PESC, de 15 de abril de 2014.

Decorrente deste, foram projetados 9 militares:

- 1 militar no MHQ em Bamako, no cargo de J3 *Current Ops Specialist*, desde 28 de setembro de 2014;
- 4 militares no treino de equipas *Sniper*, no *Koulikoro Training Center* (Koulikoro) desde 19 de novembro de 2014;
- 4 militares no treino de *Forward Tactical Air Controller* (FTAC), igualmente no *Koulikoro Training Center* (Koulikoro) desde 19 de novembro de 2014.

3.1.4.5 – FRONTEX – Missão da Força Aérea Portuguesa de apoio ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) através da participação de uma aeronave C-295 e 18 militares.

A Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), é um organismo da União Europeia criado pelo Regulamento N°2007/2004 do Conselho Europeu de 26 de outubro de 2004, tendo em vista uma gestão integrada das fronteiras externas dos Estados-Membros. Ao Ministério da Administração Interna (MAI), através do SEF, cabe a missão, entre outras, de proceder ao controlo da circulação de pessoas, na qual se inclui a prevenção dos riscos da imigração ilegal. Assim, o SEF constitui-se a entidade para a coordenação no que respeita a operações da Agência FRONTEX, sendo, quando necessária, assessorado pela Força Aérea.

Nos últimos 2 anos a Força Aérea tem sido solicitada para cooperar em operações conjuntas da FRONTEX, com meios específicos de vigilância marítima.

Neste âmbito, e a coberto da DIROP N°21 do CEMGFA de 2013, a Força Aérea Portuguesa tem contribuído com uma Aeronave C-295 e 18 militares para a missão de Informações, Vigilância e Reconhecimento (ISR), com o objetivo de detetar, caraterizar e seguir os alvos de interesse e apoiar as unidades marítimas na interceção dos mesmos.

Durante o ano de 2013 a Força Aérea contribuiu para as Operações Conjuntas (JO):

- JO POSEIDON, de 01-31 de julho a partir de Kerkira, na Grécia, tendo efetuado 28 missões num total de 100 horas e detetados 2.490 contatos de superfície;
- JO HERMES, de 01-31 de agosto a partir de Trapani, na Sicília, tendo sido efetuadas 15 missões num total de 90 horas e detetados 2.151 contatos de superfície;
- JO INDALO, de 04 de setembro a 04 de outubro a partir de Málaga, no Sul de Espanha, tendo sido efetuadas 18 missões num total de 93 horas e detetados 2.449 contatos de superfície;
- JO HERMES EXTENSION, de 05-31 de outubro a partir de Sigonella, na Sicília, tendo sido efetuadas 18 missões num total de 89 horas e detetados 1.633 contatos de superfície.

Durante o ano de 2014 a Força Aérea contribuiu para as Operações Conjuntas (JO):

- - JO HERMES EXTENSION, de 06-31 de janeiro a partir de Sigonella, na Sicília, tendo efetuado 17 missões num total de 90 horas e detetados 2.140 contatos de superfície;
- - JO AENEAS, de 01-31 de maio a partir de Sigonella, na Sicília, tendo sido efetuadas 17 missões num total de 87H05 horas e detetados 2.227 contatos de superfície;
- - JO HERMES, de 02-30 de junho a partir de Sigonella, na Sicília, tendo sido efetuadas 15 missões num total de 87H55 horas e detetados 2.058 contatos de superfície;
- - JO INDALO, de 01-31 de julho a partir de Málaga, no Sul de Espanha, tendo sido efetuadas 23 missões num total de 90 horas e detetados 3.356 contatos de superfície.

Durante o ano de 2014 a Marinha participou na Operação TRITON através do Navio de Patrulha Oceânica NRP Viana do Castelo, com 61 militares, entre 1 de novembro e 6 de dezembro e na Operação INDALO, através do Navio de Patrulha Oceânica NRP Figueira da Foz, com 61 militares, entre 30 de julho e 1 de setembro

3.2 - TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES

Para tipificar a participação de Forças Armadas em operações em apoio da ação externa do Estado, foi adotada a Doutrina em vigor na NATO, a qual preconiza a seguinte partição:

3.2.1 Operações no âmbito do artigo 5º do Tratado da Aliança – Defesa Coletiva

3.2.2 Operações não artigo 5º - Operações de Resposta a Crises (CRO)

3.2.2.1 Operações de Apoio à Paz (PSO)

- (1) Manutenção de Paz (PK);
- (2) Imposição de Paz (PE);
- (3) Prevenção de Conflitos (CP);
- (4) Restabelecimento da Paz (PM);
- (5) Consolidação da Paz (PB);
- (6) Operações Humanitárias (HO).

3.2.2.2 Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises (CRO)

- (1) Apoio a operações humanitárias.
 - a. Assistência a deslocados e refugiados;
 - b. Operações humanitárias (fora do âmbito das PSO).
- (2) Assistência a desastres;

Apoio à população de Cabo-Verde

Na sequência da erupção do vulcão Pico do Fogo na ilha do Fogo, as Forças Armadas Portuguesas participaram desde 28 de novembro até 14 de dezembro nas operações de apoio à população de Cabo Verde.

As participações nacionais nas operações de apoio à população de Cabo-Verde consubstanciaram-se no emprego da Fragata Álvares Cabral com um efetivo de 204 militares.

- (3)** Busca e salvamento;
- (4)** Operações de evacuação de não combatentes (NEO);
- (5)** Operações de extração;
- (6)** Apoio às autoridades civis;
- (7)** Imposição de sanções e embargos.

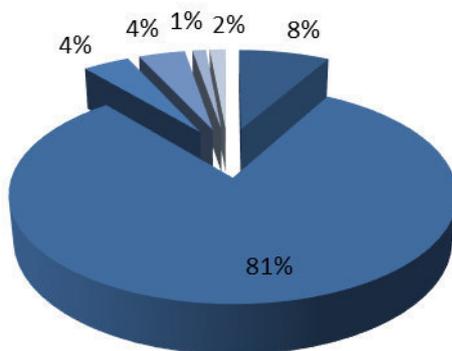
3.3 - DESPESAS COM AS MISSÕES

Os encargos financeiros resultantes da participação das Forças Armadas em missões humanitárias e de paz conduzidas sob a égide das diversas organizações de que Portugal faz parte atingiram, no ano de 2014, um total de **50.634.452,00€**, conforme indicado no quadro seguinte, sendo as missões da NATO aquelas que, de longe, representaram a maior parcela:

			Ano: 2014
Organização	Missão	Custo/Missão (Euros)	TOTAL (Euros)
ONU	UNAMA	37.525	4.305.785
	MINUSMA	4.268.260	
NATO	ACTIVE ENDEAVOUR	1.648.298	42.713.695
	IRF/NRF	2.616.615	
	ISAF	10.254.544	
	KFOR	12.418.550	
	GOLFO DA GUINÉ	7.422.200	
	BALTIC AIR POLICING	6.196.180	
	OPCW	273.129	
	BÁLTICO	1.758.649	
	QG's DEPLOYABLE	125.532	
	UE	EUTM-MALI	
EUTM-SOMÁLIA		406.632	
EUNAVFOR ATALANTA		51.963	
EUROMARFOR		387.341	
NACIONAL	CABO VERDE	533.074	642.130
	FRI	574	
EMGFA	ESTUDANTES SÍRIOS	108.482	761.784
	DIVERSOS	761.784	
TOTAL			50.634.452

% de Custos por Organização

■ ONU ■ NATO ■ EMGFA ■ EU ■ Nacional ■ EMGFA



3.4 – APOIO MILITAR À AÇÃO EXTERNA DO ESTADO PORTUGUÊS

3.4.1 – Operações/Missões realizadas

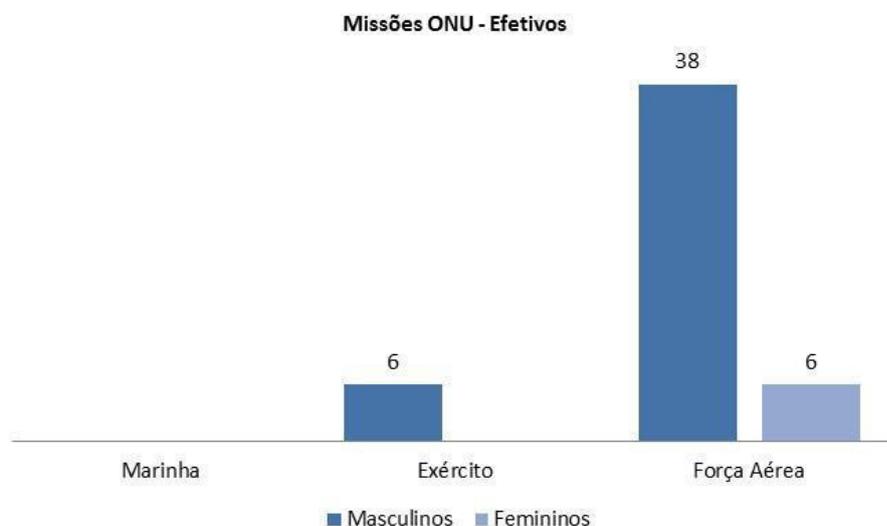
Organização	Código/Operação	Tipo Operação	País/Região	Período Operação/Missão	Pessoal Empenhado
ONU	UNAMA		Afeganistão	Até 09OUT	1
	UNAMA		Afeganistão	Desde 09OUT	1
	MINUSMA		Mali	01SET-10OUT	47
	MINUSMA		Mali	10 OUT – 30NOV	47
NATO	7º CN ISAF		Afeganistão	01JAN-13MAI	129
	8º CN ISAF		Afeganistão	13MAI-12NOV	56
	Resolute Support Mission		Afeganistão	12NOV-31DEC	4
	Active Endeavour		Mediterraneo Ocidental	01JAN – 31DEC	13
	Active Endeavour		Mediterraneo	24SET – 09OUT	35
	2ºBI-BrigInt KFOR		Kosovo	01JAN – 15ABR	186
	1ºBIMec KFOR		Kosovo	15ABR – 20OUT	191
	1ºBIPARA KFOR		Kosovo	20OUT – 31DEC	181
	OCEAN SHIELD	STAFF	Atlântico	01JAN -06AGO	1
	BAP		Lituânia	02SET – 31DEC	70
	IAM		Lituânia	01NOV – 30NOV	29
UE	Operação Atalanta	STAFF	Oceano Índico	01JAN – 7ABR	1
	Operação Atalanta	STAFF	Oceano Índico	07ABR – 06AGO	1
	FRONTEX	HERMES	Mediterrâneo	06JAN – 31JAN	18
	FRONTEX	AENEAS	Mediterrâneo	01MAI – 31MAI	18
	FRONTEX	HERMES	Mediterrâneo	01JUN – 30JUN	18
	FRONTEX	INDALO	Mediterrâneo	01JUL – 31JUL	18
	FRONTEX	INDALO	Mediterrâneo	30JUL – 02SET	61
	FRONTEX	TRITON	Mediterrâneo	28OUT – 05DEC	61
	NAFO		Atlântico	01AGO – 31AGO	61
	EUTM Mali		Bamako	22JAN-20MAI	1
	EUTM Mali		Koulikoro	01JAN-20MAR	6
	EUTM Mali		Bamako	02ABR-06OUT	1
	EUTM Mali		Bamako	05MAI-24NOV	1
	EUTM Mali		Koulikoro	09MAI-01DEC	2
	EUTM Mali		Bamako	Desde 12JUL	1
EUTM Mali		Bamako	Desde 28SET	1	
EUTM Mali		Koulikoro	Desde 19NOV	4	
EUTM Mali		Koulikoro	Desde 19NOV	4	
EUTM Somália		Mogadíscio HQ	01JAN-05ABR	1	

	EUTM Somália	Mogadíscio HQ	05ABR-10OUT	1
	EUTM Somália	Mogadíscio HQ	Desde10OUT	1
	EUTM Somália	JTC/Mogadíscio	22OUT-19DEC	2
	EUTM Somália	JTC/Mogadíscio	22OUT-19DEC	2
	EUTM Somália	Mogadíscio HQ	06JUN-04DEC	1
USAFRICOM	SAHARAN EXPRESS	Atlântico	6MAR – 13MAR	182
		Atlântico	6MAR – 13MAR	23
Cooperação Bilateral	DJARFOGO	Cabo Verde	05ABR – 13ABR	201
		Cabo Verde	28NOV – 12DEC	210
TOTAL				1.893

3.4.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU

3.4.1.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU – Efetivos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
UNAMA	Military Advisor									2		2	0
MINUSMA	2x C-130					2	4	6		37	5	36	6
TOTAL		-	-	-	-	2	4	6	-	39	5	38	6



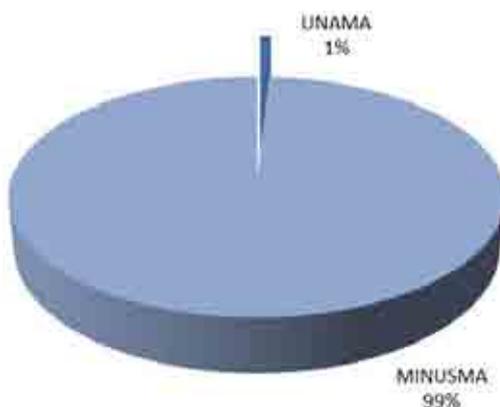
3.4.1.1.2 - Operações/Missões no âmbito da ONU – Meios envolvidos

(euros)

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas
UNAMA	Oficial de ligação	37.525
MINUSMA	Bamako C-130	4.268.260
TOTAL		4.305.785

(1) Regularização de despesas

Missões ONU - Despesas com Unidades Orgânicas/Meios

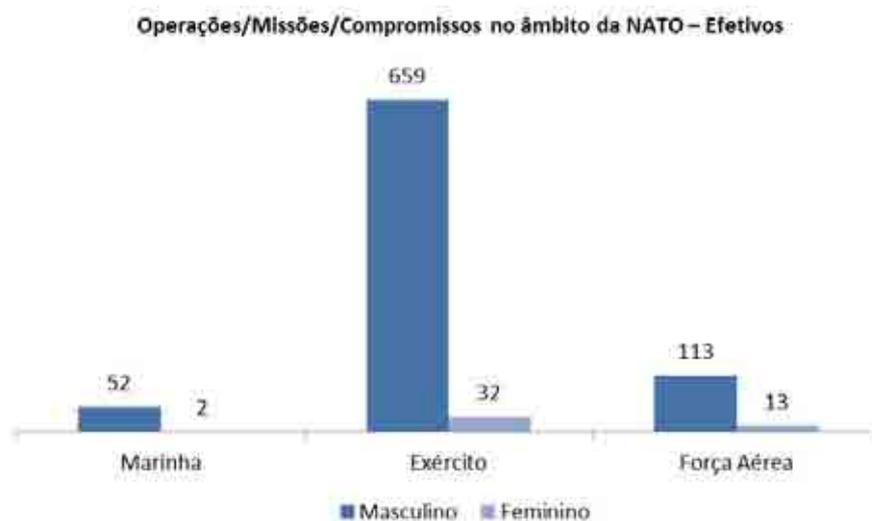


3.4.1.2 – Operações/Missões no âmbito da NATO

3.4.1.2.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Efetivos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
	7º CN	8	4	11	1	51	37	88			2	19	2
ISAF	8º CN	2	1	2	1	30	21	51		1			1
	RSM	1	0	1	0	3		3					
Active Endeavour	P3-C+ (*)												
	NRP Tridente	33		33									
	2ºBI-BrigInt KFOR	2		2		62	119	172	9	3			3
KFOR	1ºBIMec KFOR	2		2		66	121	172	15	2			2
	1ºBIPARA KFOR					62	119	173	8				
OCEAN SHIELD	STAFF	1		1									
BAP	6x F-16									67	3	60	10
IAM	1xP3-C+									27	2	28	1
TOTAL		49	5	52	2	274	417	659	32	119	7	113	13

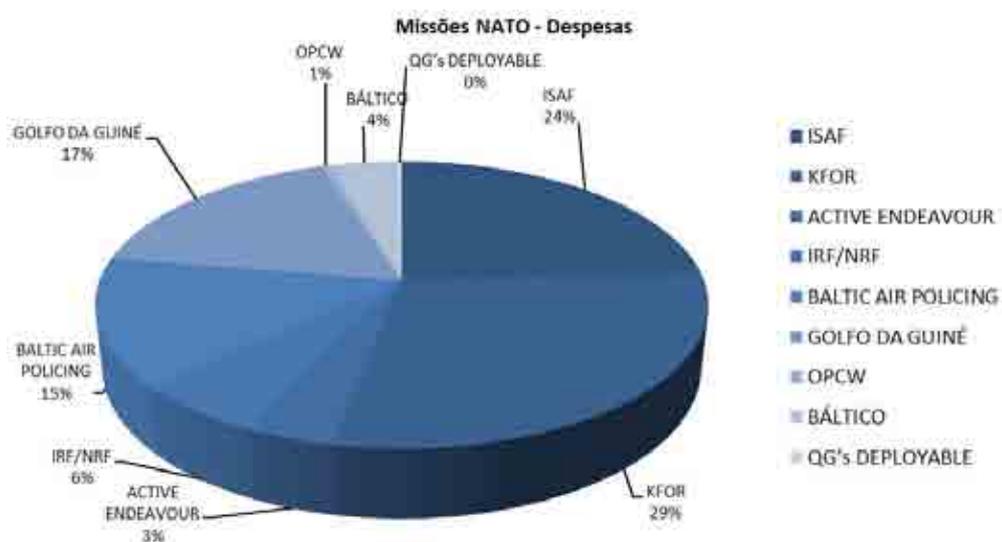
(*) Uma saída/mês.



3.4.1.2.2 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Meios envolvidos

(euros)

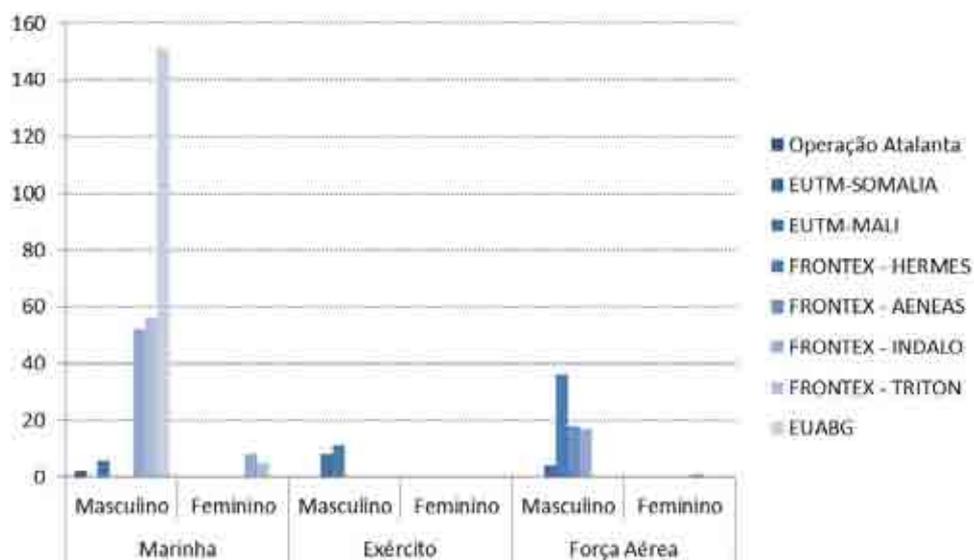
Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas
ISAF	Equipa de Formadores/Unidade de Apoio	10.254.544
KFOR	181 Militares	12.418.550
ACTIVE ENDEAVOUR	Aeronave MPA P – 3C +SSG	1.648.298
IRF/NRF	1 FFGH/ 1 MP Coy / Aeronave MPA P-3C	2.616.615
BALTIC AIR POLICING	12 Militares + 6 F16 M	6.196.180
GOLFO DA GUINÉ	1 FFGH	7.422.200
OPCW	P – 3C	273.129
BÁLTICO	P – 3C	1.758.649
QG's DEPLOYABLE	DIVERSOS	125.532
TOTAL		42.713.695



3.4.1.3 – Operações/Missões no âmbito da UE

3.4.1.3.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Efetivos

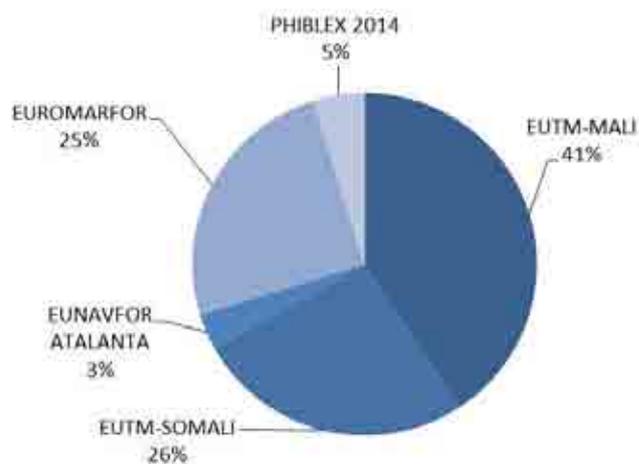
Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha			Exército			Força Aérea					
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
Operação ATALANTA	STAFF	1		1									
	STAFF	1		1									
EUTM-SOMALIA						8		8					
EUTM-MALI		6		6		9	2	11		4		4	
FRONTEX - HERMES	2x C-295									33	3	36	
FRONTEX - AENEAS	1x C-295									17	1	18	
FRONTEX - INDALO	NRP Figueira da Foz	60		52	8								
	1x C-295									16	2	17	1
FRONTEX - TRITON	NRP Viana do Castelo	61		56	5								
EUABG	1 Comp Fuzileiros	96	55	151									
TOTAL		X	X	267	13	17	2	19	-	70	6	75	1



3.4.1.3.2 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Meios envolvidos

			(euros)
Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas	
EUTM-MALI	1 OFJ3 + 4 OF no TC + 4 OF no FTAC		630.901
EUTM-SOMALI	HQ/ Equipa FIBUA		406.632
EUNAVFOR ATALANTA	1OF FGH		51.963
EUROMARFOR	FS + Dest MW		387.341
PHIBLEX 2014	1 FZ COY		75.000
FRISIAN FLAG	F-16M		109.818
EUBAG	1FFZ		549.402
TOTAL			2.211.057

Missões UE - Despesas



(Gráfico)

3.4.2 – Contributos nacionais para Forças de alta prontidão

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
NRF 14	1 FFGH (1º semestre)	136	38	152	22								
NRF 14	1 Esquadrão de Reconhecimento					38	102	124	16				
NRF 14	6 F16 MLU									140			
EUABG	1 Companhia Fuzileiros	96	55	151									

Relações Bilaterais de Defesa e Cooperação Técnico-Militar

4

RELACIONAMENTO BILATERAL DE DEFESA

NOTA EXPLICATIVA

O relacionamento bilateral de defesa (com exceção da Cooperação Técnico-Militar com os Países de Língua Portuguesa, que pela sua especificidade será tratada em capítulo próprio) continuou a refletir, durante o ano de 2014, as limitações orçamentais transversais a todo o Ministério da Defesa e Ramos das Forças Armadas.

A cooperação internacional desenvolvida neste quadro refletiu sobretudo os compromissos assumidos no âmbito dos acordos internacionais e nos planos de atividades negociados em sede de comissões mistas, mas regista-se o esforço que tem sido desenvolvido na procura de novos parceiros e potencialmente novos mercados, assumido o objetivo da economia da defesa no quadro da cooperação internacional de defesa.

Acresce que o regular desempenho desta área da política externa de defesa, assente nas grandes linhas orientadoras definidas superiormente - aprovadas no *Conceito Estratégico de Defesa Nacional* - traduz-se na concretização das atividades acordadas, planeadas mas também algumas inopinadas. Para o sucesso da cooperação internacional de defesa é fundamental o contributo e o envolvimento das Forças Armadas e dos Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional, continuando-se a registar níveis crescentes de articulação e partilha de informação entre todos os agentes da diplomacia de defesa.

Nos quadros seguintes apresenta-se o ponto de situação, referente ao ano de 2014, das atividades desenvolvidas no âmbito do relacionamento bilateral de defesa.

4.1 – ATIVIDADE BILATERAL DE DEFESA (COM EXCEÇÃO DA ÁFRICA

SUBSARIANA)

4.1.1 - Acordos, convenções, memorandos de entendimento e cartas de intenções

PAÍS	EM VIGOR	EM PROJETO	EM RENEGOCIAÇÃO
ALEMANHA	4		
ARGÉLIA	2	1	
ARGENTINA	1		
BÉLGICA	6		
BRASIL	7		
BULGÁRIA	2		
CANADÁ	2	1	
CHILE	2		
CHINA	2		
COLÔMBIA	1		
CROÁCIA		1	
EAU	1		
ESLOVÁQUIA	1		
ESLOVÉNIA	1		
ESPAÑHA	18	1	
EUA	16	2	

ESTÓNIA	1	1
FRANÇA	6	
GRÉCIA	2	
HOLANDA	1	
HUNGRIA	3	
ITÁLIA	1	
LETÓNIA	1	
LÍBIA	1	
LITUÂNIA	1	
MARROCOS	1	1
MAURITÂNIA	1	
POLÓNIA	2	
REINO UNIDO	5	1
REP. CHECA	2	
ROMÉLIA	2	
RÚSSIA	3	
SÉRVIA	1	
SUÉCIA	1	
TRINIDAD e TOBAGO		1
TUNÍSIA	2	
TURQUIA	2	
UCRÂNIA	2	
URUGUAI	1	
TOTAL	108	10

4.1.2 - Programas de Cooperação/Atividades

PAÍS	ATIVIDADES
ARGÉLIA	<p>IX Reunião da Comissão Mista Luso-Argelina</p> <p>Visita de Indústrias de Defesa argelinas a Portugal tendo em vista a prospeção de parcerias</p> <p>Estágio no domínio da medicina hiperbárica</p> <p>Embarque a bordo do Navio-Escola Sagres</p> <p>Cooperação técnica no âmbito do “Communications, Navigation and Surveillance” CNS</p> <p>Intercâmbio de tripulações de EH101 no âmbito SAR</p> <p>Visita aos Centros de Operações e Estruturas de Defesa Aérea e CRC</p> <p>Participação num exercício de nível brigada na qualidade de observadores</p> <p>Participação em estágios de operações especiais</p> <p>Visitas à Unidade de transmissão e Guerra Eletrónica</p> <p>Visitas às Direções de Saúde dos 3 Ramos das Forças Armadas</p> <p>Troca de experiência no âmbito das atividades inspetivas (IGDN)</p> <p>Troca de experiências entre fuzileiros</p> <p>Participação no seminário sobre “Sistemas de Detecção – Arquiteturas e Tecnologias”</p> <p>Visita à Escola Nacional de Técnicos de Aeronáutica</p> <p>Participação no Curso de Luta Anti-Terrorista</p> <p>Visita a Estabelecimentos Técnicos – Exército</p> <p>Visita no âmbito da manutenção de aeronaves C130, C295 e EH101</p> <p>Visita de empresas de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC</p>
BRASIL	<p>Conferência do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa do Brasil</p>
CHILE	<p>Visita no âmbito de material / gestão de frota de aeronaves F-16 (Portugal)</p> <p>Visita de conhecimento entre Institutos Geográficos do Exército (Portugal)</p> <p>Participação no “United Nations Military Observer Course” no Centro Conjunto para Operações de Paz (Chile)</p> <p>Intercâmbio/formação em Cursos de Sobrevivência entre Forças Aéreas, designadamente participação no Curso de Sobrevivência na Água (Portugal) e participação no Curso de Sobrevivência na Neve (Chile)</p> <p>V Conversações Político-Estratégicas de Defesa Portugal-Chile</p> <p>Apoio à reunião entre Sexas. o Ministro da Defesa Nacional e o Subsecretário da Defesa Nacional do Chile por ocasião da participação na XI Conferência de Ministros da Defesa das Américas (Peru)</p>
CHINA	<p>Visita de delegação liderada pelo Diretor do Departamento Político do Exército Popular de Libertação da RPC, General Zhang Yang (Portugal)</p>
COLÓMBIA	<p>Apoio à reunião entre Sexas. o Ministro da Defesa Nacional e o Ministro da Defesa da Colômbia por ocasião da participação na XI Conferência de Ministros da Defesa das Américas (Peru)</p>
ESPAÑA	<p>Reunião do Grupo de Trabalho Político-Estratégico do Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa, Madrid</p>

	Reunião da Comissão Preparatória do Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa, Madrid
	IV Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa, Vidago, Portugal
EUA	Apoio à visita de Sexa. o Ministro da Defesa Nacional a Washington (EUA)
	Participação na Reunião preparatória e na 46.ª Reunião da Comissão Técnica (Portugal)
	Participação na Reunião preparatória e na 47.ª Reunião da Comissão Técnica (Portugal)
	Participação na Reunião preparatória e na 48.ª Reunião da Comissão Técnica (Portugal)
	36.ª Reunião da Comissão Laboral (videoconferência)
	Visita de trabalho do Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional com representantes do AFRICOM do Departamento de Defesa dos EUA (Alemanha)
	Observação do exercício conjunto EUA-Marrocos "African Lion 2014" (Marrocos)
ESTÓNIA	Reunião informal com o Diretor de Política de Defesa do Ministério da Defesa da Estónia e visita ao NATO Co-operative Cyber Defence Centre of Excellence, Tallinn
JAPÃO	1.ªs Conversações Político-Estratégicas com o Ministério da Defesa do Japão, Tóquio
MARROCOS	19.ª Reunião da Comissão Mista
	Participação no Curso de Sobrevivência no mar e em terra (Força Aérea)
	Estágio de Fisiologia de Voo
	Visita ao Sistema de Defesa Aérea (CRC)
	Participação de militar observador num exercício SAR
	Curso de Descontaminação NRBQ
	Troca de Experiências no Domínio do Controlo não Destrutivo
	Estágio de embarque a bordo do NE "Sagres"
	Exercício naval entre as duas Marinhas
	Intercâmbio na área do Tiro Tático de Combate
	Intercâmbio na área de Proteção Próxima de Aeronaves
	Intercâmbio na área das <i>Quick Reaction Forces</i> (QRF)
	Intercâmbio na área das ações táticas de recuperação de pessoal combatente e não combatente em ambiente permissivo e semipermissivo
	Intercâmbio na área das ações de inserção de forças a partir de aeronaves de asa rotativa com recurso a <i>fastrope</i> (aerocordagem)
	Observação de Exercício de Operações Especiais
	Visita de instrutores à Academia Militar
	Curso de Instrutores de Equitação
	Intercâmbio na área do Tiro Tático de Combate
	Ciclos de estágio no Simulador C-130 das <i>Forces Royales Air</i> de Marrocos
	Visita ao IGEOE no âmbito da cartografia e geo-espacial (SIG)
	Visita ao <i>Centre National de Défense Aérienne</i>
	Participação de observadores num exercício tático em ambiente desértico
	Troca de experiências no domínio da sustentação dos sistemas de armas do Exército
	Exercício naval entre as duas Marinhas
	Curso de Aperfeiçoamento no domínio das operações SAR
	Treino conjunto e certificação de uma unidade naval marroquina

PERU	Participação na XI Conferência de Ministros da Defesa das Américas (Peru) I Reunião Político-Estratégica de Defesa (Peru)
TUNÍSIA	Embarque a bordo do Navio-Escola Sagres Estágio no domínio da cadeia de extração 3D GIS (IGEOE) Visita de uma delegação a Portugal para a revisão dos artigos e características técnicas da obra subordinada à história das duas Marinhas XVI/XIX séculos Visita ao organismo encarregue das telecomunicações e da informática no EMGFA e visita à EID Estágio de Aperfeiçoamento Médico Estágio de um oficial de segurança de voo numa unidade aérea de combate (Portugal) Estágio de um oficial de segurança de voo numa unidade aérea de combate (Tunísia) Visita à Academia Militar Tunisina Estágio de Aperfeiçoamento Médico (Portugal) Estágio de Aperfeiçoamento Médico (Tunísia) Embarque no navio Khaireddine Participação num Estágio de Sobrevivência em ambiente marítimo Assistência no domínio da cadeia de extração 3D GIS – IGEOE
URUGUAI	Apoio à reunião entre Sexas. o Ministro da Defesa Nacional e o Subsecretário da Defesa Nacional do Uruguai por ocasião da participação na XI Conferência de Ministros da Defesa das Américas (Peru) III Conversações Político-Estratégicas de Defesa (Portugal)

4.1.3 - Cruzeiros de investigação científica

PAÍS	CRUZEIROS
Alemanha	14
Bélgica	3
Dinamarca	1
Espanha	6
EUA	2
França	7
Países Baixos	3
Reino Unido	2
TOTAL	38

4.1.4 - Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros

Relação dos pedidos de autorização diplomática para visita de navios de guerra estrangeiros:

País	Visitas
Alemanha	14
Argélia	4
Bélgica	4
Brasil	1
Canadá	1
Espanha	53
EUA	30
França	8
Itália	1
Marrocos	3
Noruega	4
Países Baixos	3
Reino Unido	15
Suécia	2
Turquia	1
TOTAL	144

4.1.5 - Sobrevoos e aterragem - Pedidos de autorização
Aeronaves Estrangeiras

País	Pedidos Processados		Total
	Permanentes	Não Permanentes	
África do Sul		6	6
Albânia		1	1
Alemanha	63	44	107
Arábia Saudita	7		7
Argélia	18		18
Argentina		1	1
Áustria	1	4	5
Bélgica	105	17	122
Bolívia		4	4
Brasil	37	23	60
Burkina-Faso	5		5
Camarões	7	2	9
Canadá	36	32	68
Chade		8	8
Chile	8	5	13
China		7	7
Colômbia		2	2
Costa do Marfim		2	2
Croácia	1		1
Dinamarca	16	2	18
Egito	49	12	61
EAU	5	19	24
Equador		10	10
Eslovênia		2	2
Espanha	139	73	212
EUA	3.369	42	3.411
França	441	83	524
Gabão		3	3
Gana		1	1
Grécia	1	0	1
Holanda	31	19	50
Hungria	2	3	5
Índia		1	1
Indonésia		1	1
Irão		2	2
Irlanda	3		3
Israel		5	5
Itália	21	1	22
Japão		1	1
Jordânia	12	3	15
Kuwait		1	1
Líbia		1	1

Lituânia	3		3
Mali		1	1
Marrocos	52	11	63
Mauritânia		3	3
México		6	6
Mónaco		1	1
Namíbia		1	1
Níger		1	1
Nigéria	4	2	6
Noruega	26	9	35
OTAN/NATO	3		3
Panamá		3	3
Paquistão	14	2	16
Perú	0	5	5
Polónia	7		7
Qatar	2		2
Reino Unido	87	15	102
Rep. Checa	5	4	9
Rep. Dem. do Congo		3	3
Rep. do Congo	1		1
Ruanda		6	6
Rússia		18	18
Suécia	5	8	13
Suíça		2	2
Tunísia	6	2	8
Turquia	1		1
Venezuela		5	5
TOTAL	4.593	551	5.144

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

NOTA EXPLICATIVA

A cooperação Técnico-Militar (CTM) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e com Timor-Leste, encontra-se estruturada em Programas-Quadro bilaterais, de carácter indicativo e flexível, constituídos por Projetos concretos a executar no terreno, e que envolvem também ações de natureza complementar, decorrentes das orientações e conceitos aplicados à execução da política de CTM, essencialmente dirigida à capacitação dos órgãos de conceção, coordenação e direção da política de Defesa Nacional e das Forças Armadas daqueles Países, bem como à capacitação destas últimas e à formação dos seus quadros militares.

A execução dos Projetos contempla quatro componentes: assessorias técnicas e/ou unidades móveis de instrução, recuperação de infraestruturas locais, doação de material e equipamentos e formação de pessoal em Portugal e/ou nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste.

Na formação, que constitui componente nuclear da CTM, para além da execução anual de um plano de formação de quadros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste em Portugal, os Projetos que se executam no terreno são, na sua maioria, direcionados para a criação e/ou reorganização de estabelecimentos de ensino e centros de instrução/formação militar naqueles Países, com o objetivo de, progressivamente, se criarem capacidades que garantam a autossuficiência e a autonomia no domínio da formação e instrução das respetivas Forças Armadas.

Cientes da importância e da urgência em redinamizar o ensino de longa duração em Portugal, nos moldes do novo conceito de rentabilizar a capacidade sobrança da rede de Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar (EESPUM)/Ensino Militar não superior foi desenvolvido, por parte da DGPDN/MDN, o Programa de Ensino Militar em Portugal (PEMPOR). Este programa visa essencialmente a preparação de quadros intermédios e superiores que, posteriormente, serão colocados em posições de chefia e orientação nos seus países.

A formação destes militares em Portugal permite-nos inseri-los num contexto mais internacional, bem como fornecer-lhes as competências e ferramentas necessárias para o apoio ao seu desenvolvimento.

Tendo a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/CPLP consagrado, em 2001, na sua Declaração Constitutiva, a defesa como área de cooperação, a CTM alargou a sua atividade ao nível multilateral, dando corpo ao desenvolvimento de uma componente de Defesa da Comunidade.

As ações executadas são definidas e avaliadas pelos Ministros da Defesa, ao nível bilateral, em sede das Reuniões das Subcomissões Bilaterais no Domínio da Defesa, ao nível multilateral, em sede das respetivas reuniões anuais de Ministros da Defesa da CPLP.

Os encargos relativos ao suporte financeiro dos Programas-Quadro de CTM bilateral e à componente de Defesa da CPLP inscrevem-se, na parte em que sejam elegíveis, na contribuição portuguesa para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD portuguesa).

Os quadros relativos à CTM com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste procuram identificar e quantificar as ações realizadas, as áreas de intervenção, e os consequentes investimentos.

4.2. - COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

4.2.1 - Projetos de cooperação técnico-militar com os PLOP

República de Cabo Verde
Estrutura Superior das Forças Armadas Polícia Militar Guarda Costeira Unidade de Fuzileiros Navais Centro de Instrução Militar Conjunto Assistência Hospitalar em Portugal Programa de Ensino Militar em Portugal (PEMPOR) na Escola Naval, na Academia Militar, na Academia da Força Aérea, IESM e IDN
República da Guiné-Bissau
Sem projetos em curso PEMPOR na Escola Naval e na Academia Militar
República Democrática de S. Tomé e Príncipe
Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas Pelotão de Engenharia Militar de Construções Guarda Costeira Manutenção do Sistema de Ajudas Visuais à Navegação Assistência Hospitalar em Portugal PEMPOR na Escola Naval e na Academia Militar
República de Angola
Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Angolanas Escola Superior de Guerra Direção do Serviço de Saúde das FAA Brigada de Forças Especiais Centro de Instrução de Operações de Paz Estado-Maior do Exército Academia Militar do Exército Estado-Maior da Marinha de Guerra Angolana Academia Naval Angolana Escola de Especialistas Navais Brigada e Escola de Fuzileiros Navais Escola Militar de Formação Aeronáutica Academia da Força Aérea Nacional Centro Psicotécnico da FAN PEMPOR na Escola Naval, na Academia Militar, na Academia da Força Aérea, no IESM e no IDN Formação técnica no Exército Português.
República de Moçambique
Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Marinha de Guerra de Moçambique Academia Militar Marechal Samora Machel Grupo de Escolas de Formação da Marinha de Guerra Fuzileiros Navais Força Aérea de Moçambique PEMPOR na Escola Naval, na Academia Militar, na Academia da Força Aérea, no IESM e no IDN

República Democrática de Timor-Leste

Estrutura Superior da Defesa e das F-FDTL

Componente Naval

Centro de Instrução Militar

Formação em Portugal

PEMPOR no IDN

Formação técnica no Exército Português.

4.2.2 - Despesas globais da cooperação técnico-militar

(euros)

Tipo de Despesas	PAÍSES						TOTAL
	República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Despesas suportadas pelos Ramos das FA	262.851	38.718	164.237	1.365.061	864.282	524.492	3.219.641
Despesas suportadas pela DGPDN	189.797	76.645	252.664	1.653.109	1.483.036	832.193	4.487.444
TOTAL	452.648	115.363	416.901	301.817	2.347.318	1.356.685	7.707.085

4.2.3 - Despesas dos projetos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PLOP

(euros)

PAÍSES												TOTAL	
República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique		República Democrática de Timor-Leste		N.º Militares	Valor
N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor		
11	127.175	3	24.735	18	121.317	92	1.195.362	79	798.997	36	491.620	239	2.759.206

Nota: Os valores apresentados nesta tabela não incluem as despesas com a aquisição das passagens aéreas dos militares.

4.2.4 - Formação de militares dos PLOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	2		2	4	2	2	12
	Exército	7	1	6	47	11	1	73
	Força Aérea	3			1	1		5
Promoção	Marinha	7	1	3	6	3		20
	Exército							-
	Força Aérea							-
Atualização	Marinha							-
	Exército							-
	Força Aérea							-
Qualificação	Marinha			0				-
	Exército			2	9			11
	Força Aérea			0		2		2
TOTAL	Marinha	9	1	5	10	5	2	32
	Exército	7	1	8	56	11	1	84
	Força Aérea	3	-	-	1	3	-	7

4.2.5 - Despesas suportadas pelos Ramos das FA

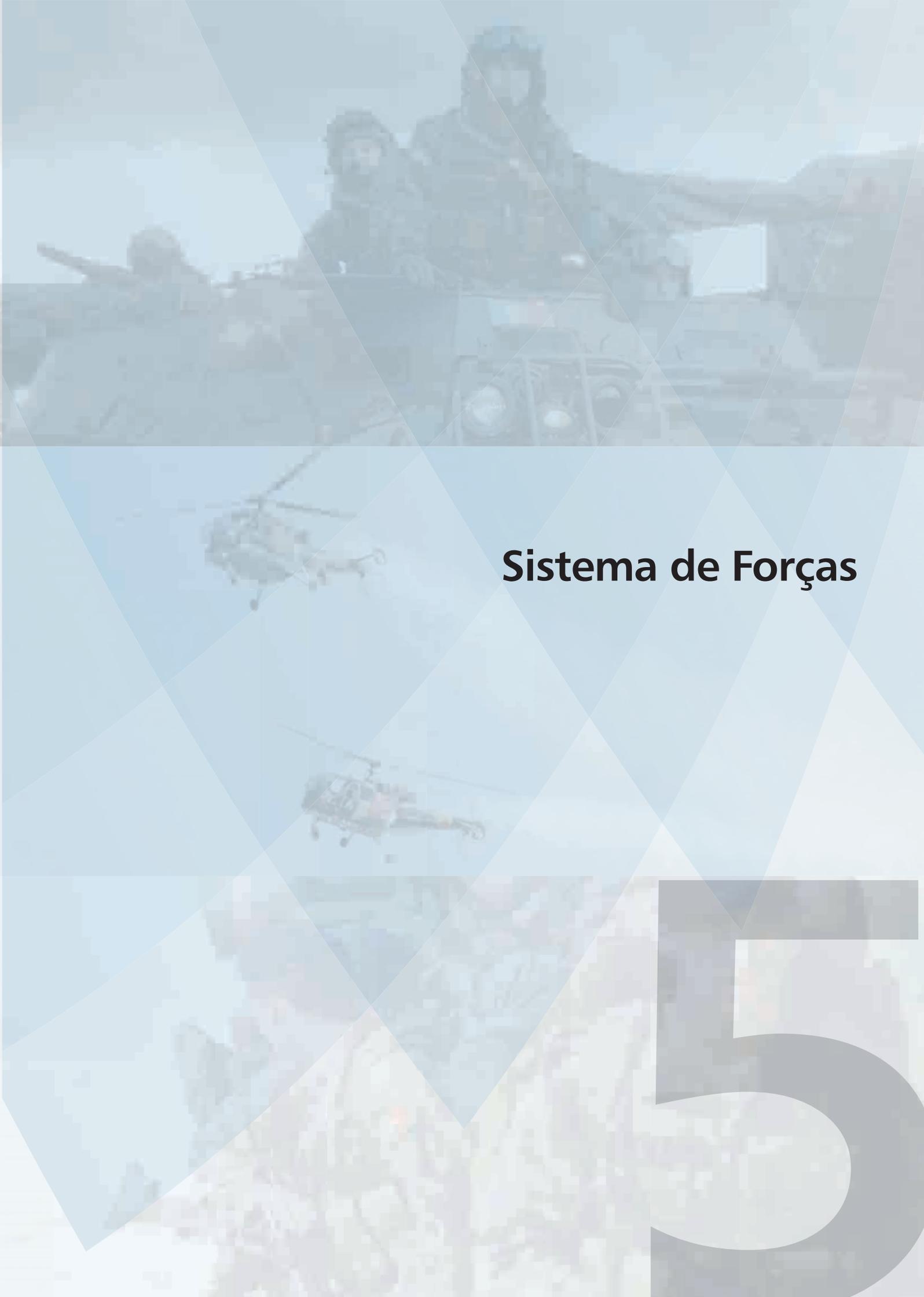
(euros)

Ramo das Forças Armadas		PAÍSES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação em Portugal	Marinha	23.632,33	4.285,58	11.233,91	5.819,27	9.100,14	3.777,70	57.848,93
	Exército	24.411,20	5.902,16	6.102,80	15.724,40	18.996,96		71.137,52
	Força Aérea	42.465,42			28.220,31	28.220,31		98.906,04
Vencimentos dos militares em missões nos PLOP e Timor-Leste	Marinha	105.847,79	5.845,59	54.861,02	502.449,69	314.941,63	156.212,85	1.140.158,57
	Exército	61.875,15	22.422,02	87.970,64	484.112,69	273.761,75	344.546,63	1.274.688,88
	Força Aérea				303.121,24	198.321,73		501.442,97
Material fornecido	Marinha	420,13			6.955,72	7.163,87	3.082,11	17.621,83
	Exército							-
	Força Aérea				326,00	214,00		540,00
Outros custos	Marinha	639,07	22,50	103,03	2.376,84	772,98	515,96	4.430,38
	Exército	3.559,56	239,80	3.965,94	15.954,58	12.788,88	16.356,54	52.865,30
	Força Aérea							-
TOTAL	Marinha	130.539,32	10.153,67	66.197,96	517.601,52	331.978,62	163.588,62	1.220.059,71
	Exército	89.845,91	28.563,98	98.039,38	515.791,67	305.547,59	360.903,17	1.398.691,70
	Força Aérea	42.465,42	-	-	331.667,55	226.756,04	-	600.889,01

4.2.6 - Formação de militares nos PLOP por tipo de curso e Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES					TOTAL	
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique		República Democrática de Timor-Leste
Formação	Marinha	25			516	443	33	1.017
	Exército	18		31	3.231	129	856	4.265
	Força Aérea				92	48		140
Promoção	Marinha				96	114		210
	Exército						18	18
	Força Aérea							-
Atualização	Marinha				128	45		173
	Exército	20			12			32
	Força Aérea							-
Qualificação	Marinha					15		15
	Exército				217		32	249
	Força Aérea							-
TOTAL	Marinha	25	-	-	740	617	33	1.415
	Exército	38	-	31	3.460	129	906	4.564
	Força Aérea	-	-	-	92	48	-	140



Sistema de Forças

5

NOTA EXPLICATIVA

Para assegurar a execução das missões e tarefas da sua competência, como parte integrante do sistema de forças nacional, e habilitar ao cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo país, as Forças Armadas (FFAA) proporcionam às suas unidades um rigoroso programa de treino, bem como a participação em exercícios nacionais e internacionais. Entre as ações de treino, visando estabelecer os padrões definidos, tem lugar a participação, de forma regular, em exercícios conjuntos e exercícios combinados. Com a finalidade de tornar a leitura dos quadros mais objetiva, é anexada à presente nota explicativa uma relação do âmbito dos exercícios indicados pelo EMGFA/Ramos nos respetivos quadros.

MARINHA

Na área dos exercícios e atividades para o aprontamento das forças descreveram-se, qualitativa e quantitativamente, todos os exercícios em que a responsabilidade da preparação e condução foi da Marinha, os exercícios combinados realizados em território estrangeiro em que participaram meios navais e, ainda, os exercícios da responsabilidade de outros Ramos em que houve participação da Marinha.

Foram também incluídas outras atividades conducentes à preparação e aprontamento das unidades navais, designadas por programas de treino, e que englobam o treino básico, operacional, específico e próprio, que se realizam após prolongados períodos de paragem dos navios ou decorrentes de ações de manutenção, rendições de elementos da guarnição em número significativo e preparação de missões cujas características exigem treino específico.

Foram ainda consideradas as viagens de instrução e os embarques de fim-de-semana dos cadetes da Escola Naval, cujo principal objetivo é a aplicação prática dos conhecimentos escolares adquiridos, e que, pelo seu cariz operacional, permitem proporcionar simultaneamente treino às unidades navais envolvidas.

No que concerne à apresentação dos meios financeiros envolvidos, seguiu-se a metodologia de apenas considerar os custos acrescidos, isto é, as despesas com pessoal e operação dos meios efetuadas exclusivamente por força da realização dos exercícios. Assim sendo, contabilizaram-se somente as despesas que não seriam efetuadas caso os exercícios não se tivessem realizado, o que significa que, de um modo geral, só se consideraram as despesas com suplemento de embarque, alimentação (exceto o almoço) e combustível. As exceções a esta orientação geral encontram-se devidamente assinaladas nos quadros respetivos.

EXÉRCITO

Na área específica do treino operacional descrevem-se os exercícios em que a responsabilidade da preparação foi do Exército, os exercícios combinados e aqueles que sendo da responsabilidade primária de outros Ramos, tiveram participação de forças do Exército.

Os totais dos custos acrescidos, que se inserem no quadro dos exercícios sectoriais, consideram, no tocante a "pessoal", as ajudas de custo despendidas nas reuniões preparatórias e em exercícios e, quanto a "operação", as despesas da rubrica orçamental de "Aquisição de bens e serviços correntes", em munições consumidas e alimentação.

No quadro referente aos meios envolvidos em exercícios combinados, os custos acrescidos traduzem essencialmente o valor global das ajudas de custo no estrangeiro, os encargos com o transporte e despesas gerais de preparação.

FORÇA AÉREA

A execução da Política de Defesa Nacional exige, permanentemente, eficiência operacional. Para a alcançar é necessário planear e executar exercícios que preparem, treinem e assegurem a prontidão dos sistemas de armas, de forma a atingirem as capacidades para que foram adquiridos e assim poderem cumprir as missões a que se destinam. Com este objetivo, são realizados exercícios sectoriais, conjuntos e combinados em que os meios da Força Aérea intervêm com outros meios e forças nacionais ou internacionais para assegurarem os níveis de prontidão e combate definidos.

Sem a execução destas atividades e a avaliação dos resultados atingidos não é possível conhecer as capacidades e as limitações existentes, assim como a segurança na operação, interoperabilidade com outras forças e o desenvolvimento de táticas e técnicas adequadas. É por isso essencial a preparação e execução de um plano anual detalhado que assegure a preparação das forças e certifique a sua prontidão, ao qual têm de ser atribuídos os recursos materiais e financeiros adequados que viabilizem a sua concretização.

Estas atividades essenciais visam preparar a utilização eficiente do poder aéreo em todas as suas modalidades, designadamente: de defesa aérea, interdição, TASMO, TASLO, MPA, SAR, transporte, vigilância, guerra eletrónica, comando e controlo e apoio aéreo a outras forças militares e militarizadas e a organizações civis, bem como preparar o seu emprego em operações de paz e humanitárias.

Para qualificar os elementos recrutados para operar os equipamentos, a Força Aérea desenvolve a atividade de instrução e treino, que representa um valor importante do orçamento atribuído.

Os custos dos exercícios sectoriais, conjuntos e combinados, a seguir apresentados, têm como base de cálculo o preço da hora de voo por aeronave aprovado para 2010, nas envolventes de pessoal e operação.

CONCEITOS

Exercícios Conjuntos

Exercícios envolvendo forças militares nacionais de dois ou mais Ramos. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto, proporcionar treino operacional e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, a estrutura de comando, os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade, os conceitos e os planos.

Exercícios Combinados

Exercícios com forças militares nacionais e de outro país, podendo ou não ser realizados em território nacional. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto/combinado e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, proporcionar treino operacional e avaliar a capacidade e a interoperabilidade das forças participantes.

Exercícios sectoriais

Exercícios de um Ramo, com eventual participação de forças de outro Ramo ou forças aliadas/amigas, em que aquele Ramo tem a responsabilidade primária do planeamento, condução e avaliação.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

Exercícios Conjuntos:

Ano: 2014

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
AÇOR	Exercício coordenado pelo Comando Operacional dos Açores e visa exercitar, testar e avaliar as diretivas e os planos existentes no âmbito da participação das FFAA em ações de proteção civil e defesa militar de pontos estratégicos na ilha afetada. Tem como finalidade desenvolver o planeamento operacional conjunto e avaliar a prontidão das forças sedeadas no arquipélago dos Açores, a estrutura de comando, os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade, os conceitos, as diretivas e os planos.
ACORDIVEX	Exercício promovido pelo Comando de Zona Marítima dos Açores com o objetivo de treinar ações de busca e salvamento decorrentes de um acidente de mergulho.
APOLO	Principal exercício da Brigada de Reação Rápida, visou exercitar e treinar o emprego operacional da BrigRR num cenário complexo e atual bem como potenciador de todas as capacidades da Brigada. Teve ainda por finalidade testar e demonstrar a <i>Full Operational Capability</i> do 1BIPara FRI e da SOLTG da NRF12.
ARMAGEDDON	Exercício conjunto envolvendo o Exército a Marinha e a Força Aérea, com a finalidade de atingir a <i>Full Operational Capability</i> (FOC) da Companhia Geral CIMIC (CGerCIMIC). O treino visa desenvolver as capacidades da CGerCIMIC em apoio a uma Brigada numa Operação de Estabilização.
ASAREX	Exercícios realizados no âmbito da Busca e Salvamento, entre a Marinha e a Força Aérea.
CANÁRIO	Exercício organizado pelo Comando Operacional dos Açores (COA), com vista ao Treino de embarque, instalação e desembarque em aeronaves.
EFICÁCIA	Exercícios de nível Exército e destinam-se prioritariamente a desenvolver a capacidade operacional das Unidades de Apoio de Fogos, constituintes da Componente Operacional do Sistema de Forças do Exército.
FIRESAREX	Exercício conjunto e combinado conduzido pelo MRCC Delgada, que decorreu no âmbito do IV encontro de Busca e Salvamento dos Açores. Participou também a Direção Regional de Saúde dos Açores, Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, Instituto Nacional de Emergência Médica, CODU.
FOCA	Exercício organizado pelo Comando Operacional dos Açores (COA), com vista ao Treino de Embarque, Instalação e Desembarque em Meio Naval.
FOGOS REAIS	Exercício de tiro real do Exército Português, conduzido pelo RG3 na Região Autónoma da Madeira.

GAIVOTA	Exercício promovido pelo Comando Operacional dos Açores para treino de ações de VERTREP (Vertical Replenishment) entre unidades navais e aeronaves.
INSTREX	Exercício realizado pela Marinha para treino de proficiência individual básico.
LUSÍADA	Exercício conjunto das FFAA, conduzido na forma de CPX, que visa exercitar Comando e Estado-Maior da FRI e as diversas componentes no apoio a uma operação de assistência, seguida de uma operação de evacuação de não-combatentes (NEO).
LUSITANO	Exercício de natureza conjunta promovido pelo EMGFA, que visa exercitar, testar e avaliar o emprego das forças e meios da Componente Operacional do Sistema de Forças.
PARDAL	Exercícios de comunicações com o objetivo de treinar e exercitar a interoperabilidade das comunicações entre os Ramos na banda VHF.
PEDRA VIVA	Os Exercícios da série PEDRA VIVA, destinam-se a treinar a execução de fogos reais das armas colectivas que equipam as forças da ZMM pertencentes à Componente Operacional do Sistema de Forças (ECOSF) do Exército.
PRIOLO	Treino dos Encargos Operacionais, à responsabilidade dos Regimentos da ZMA.
PRONTEX	Exercícios dos fuzileiros, combinados.
REP 13	Exercício Recognized Environmental Picture (REP) realiza-se desde 2010 no âmbito do MOU assinado em 2005 entre a Marinha Portuguesa e a Universidade do Porto (UP), tendo em vista o desenvolvimento dos sistemas SEACON (UAV).
SAREX	Exercícios realizados no âmbito da Busca e Salvamento, entre a Marinha e a Força Aérea.
SWIMMEX	Participação do Exército, através do Destacamento de Precursores Aero-terrestres do Batalhão Operacional Aero-terrestre (BOAT) da Escola de Tropas Pára-quedistas (ETP), para operarem a Zona de Lançamento, em saltos de abertura automática do Destacamento de Precursores e do Destacamento de Ações Especiais do Corpo de Fuzileiros.

ZARCO	Exercício do Comando Operacional da Madeira, para teste e treino dos planos de contingência no quadro do planeamento de defesa militar do Arquipélago da Madeira, prevendo ainda a colaboração com a protecção civil.
-------	---

Exercícios Combinados:

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
ARRCADE CAESAR	Exercício de treino coletivo do HQ ARRC, com um <i>Staff Ride</i> para o <i>Senior HQ ARRC Staff</i> e para convidados baseado num estudo detalhado da campanha aliada na SICILIA em 1943 (Operação <i>HUSKY</i>).
Bilateral FZ/USMC	Exercício bilateral entre os Fuzileiros Navais de Portugal e a unidade especial SP-MAGTF (Special Purpose Marine Air Ground Task Force) dos United States Marine Corps (USMC), para treino de interoperabilidade das unidades de fuzileiros ao nível tático.
BRILLIANT MARINER 13	Exercício promovido pelo Joint Force Command Brunssun, no âmbito da certificação das Nato Response Forces (NRF).
CAPABLE LOGISTICIAN	Exercício de treino dos standards e interoperabilidade logística, tendo por base um cenário de assistência humanitário no âmbito das operações de resposta a crises (CRO).
CIRCAETE (Iniciativa 5+5)	Exercício <i>AirDefense</i> no âmbito da Iniciativa 5+5.
CMX	Exercício do tipo CPX (<i>Command Post Exercise</i>) decorre ao nível estratégico político-militar, no âmbito da NATO, sob o patrocínio do Secretário-geral da OTAN. Tem por finalidade praticar, testar e validar a gestão, as medidas e os mecanismos relacionados com o processo de consulta e de decisão coletiva na resposta a crises, de maneira a manter e melhorar a capacidade da Aliança na resolução de crises.
COMBINED ENDEAVOUR	Exercício internacional de interoperabilidade ao nível dos Sistemas de Informação e Comunicação (SIC) patrocinado pelo Comando Europeu dos EUA (USEUCOM)
CONVEX 3	Exercício promovido pela ANPC na península de setúbal, com o objetivo de testar capacidades das organizações internacionais e dos estados membros para reagirem a acidentes radiológicos e/ou nucleares graves e com implicações transnacionais e transfronteiriças.
CRUZEX	Exercício CPX conduzido pelo Comando da Força Aérea do Brasil.
DEEP DIVEX 2013	Exercício de mergulho profundo em cenário MW-EOD (Mine Warfare – Explosive Ordnance Disposal), realizado em Itália em 2013.
DYNAMIC MANGOOSE	Exercício de guerra anti-submarina avançado conduzido sob a égide da NATO
FELINO	Exercício conjunto e combinado no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e tem por finalidade exercitar uma Força Tarefa conjunta e combinada no quadro desta organização, no sentido de incrementar a interoperabilidade e o treino das Forças Armadas dos estados membros, com vista ao seu emprego em operações de apoio à paz e ajuda humanitária, sob a égide das Nações Unidas.

FLEETEX	Exercício Naval e Anfíbio.
HOT BLADE	Exercício coordenado pela Força Aérea e pela EDA, para treino de operações com Helicópteros.
IRON GUARD	Exercício NATO EW conduzido em simultâneo com o exercício REAL THAW.
JCET	Joint Combined Exchange Training – Exercício de Operações Especiais bi-lateral entre Portugal e os Estados Unidos da América, sob coordenação do QGOE (Quartel General de Operações Especiais) e do United States Special Operations Command Europe (SOCEUR).
LONE PARATROOPER	Exercício multinacional, que contou com a presença de 15 elementos do Batalhão Operacional Aeroterrestre (BOAT) da Brigada de Reação Rápida e visou treinar os saltos em paraquedas assistidos com oxigénio a altitudes não fisiológicas. Decorreu em Espanha, na Base Aérea de Leon.
LONG PRECISION	O exercício caracteriza-se por ser de natureza técnico-tática e incide na troca de experiências e no treino de técnicas, táticas e procedimentos na vertente de atirador <i>sniper</i> (Calibre 0.5)
MAGRE 2013-01	Exercício de mergulho promovido pelo Comando Operacional Espanhol (ALFLOT), com o objetivo de exercitar as capacidades de MCM (Mine Counter-Measures) e EOD (Explosive Ordnance Disposal).
MORSA 01	Exercício de âmbito SAR em ambiente terrestre.
MORSA 02	Exercício de âmbito SAR em ambiente marítimo.
MULTI-COOPERATIVE EXERCISE	Exercício anual realizado no âmbito da EUROMARFOR, com ativação desta Força Naval, para treino e adestramento das unidades em operações navais nas áreas da segurança marítima, Force Protection, Boarding, e tática naval nas áreas da guerra convencional.
NATO TIGER MEET	O Exercício <i>TigerMeet</i> é um encontro multinacional anual em que participam Esquadras de Voo, membros da NATO, que compartilham como simbologia ou heráldica a cabeça de um tigre. O exercício abrange um largo espectro de operações militares e tem como objetivo a partilha de conhecimentos e melhoria das áreas operacionais das Esquadras de Voo participantes, bem como a criação de um espírito de corpo entre as Esquadras da comunidade " <i>Tiger</i> ".
NCDEX	Exercício NATO no âmbito da <i>Cyber Defence</i> .
NOBLE MARINER	Exercício NATO no âmbito da certificação dos meios navais nacionais para a NRF.
OBANGAME EXPRESS	Exercício promovido pelo Comando da Componente Naval (NAVAF) do Comando das Forças Americanas em África (US AFRICOM), no âmbito da Segurança Marítima (MSA - Maritime Situation Awareness).
O.T.E.	O <i>Operational Testing & Evaluation (O.T.E)</i> insere-se no programa de teste e desenvolvimento da <i>Operational Functional Program (OFP)</i> M6.1 do F16.

PASSEX C/ NAVIO INGLÊS "BULWARK"	Exercício de oportunidade da Marinha Portuguesa com o navio anfíbio HMS <i>BULWARK</i> .
PHIBLEX	Exercício combinado com infantaria de Marinha Espanhola, âmbito ANFIBOPS.
POST	Plano de treino realizado em UK conduzido pela égide do FOST, para certificação dos Padrões de Prontidão Operacional das Unidades navais.
RAMSTEIN GUARD 1	Exercício de guerra eletrónica, promovido pelo JEWCS (Joint Electronic Warfare Core Staff) da NATO.
REAL THAW	Exercício realizado pela Força Aérea, da responsabilidade primária do Comando Aéreo no âmbito da defesa aérea, transporte aéreo tático e apoio aéreo próximo, com participação do Batalhão de Comandos, dos Batalhões de Paraquedistas, dos destacamentos de Precursores e de Operações Especiais, da Artilharia de Campanha e Antiaérea e do Esquadrão de Reconhecimento.
SAHARAN EXPRESS 13	Exercício promovido pelo Comando da Componente Naval (NAVAF) do Comando das Forças Americanas em África (US AFRICOM), no âmbito da Segurança Marítima (MSA - Maritime Situation Awareness)
SEABORDER (Iniciativa 5+5)	Exercício no âmbito da Iniciativa 5+5 para treino de operações de segurança marítima (MSO).
SPONTEX 13	Exercício de Guerra anti-submarina, promovido pelo Comando Operacional francês (ALFAN)
STEADFAST ILLUSION/ UNIFIED BLADE	Exercício cujo objetivo principal é o treino de uma força multinacional, de escalão Batalhão, com especialistas nas áreas da recolha de informação com base em fontes humanas (HUMINT) e de Contrainformação (CI), visando atuar num cenário de conflito de baixa intensidade numa operação de resposta a crises (CRO).
STEADFAST INDICATOR	Exercício organizado anualmente pelo SHAPE no âmbito do HUMINT tendo por finalidade uniformizar táticas, técnicas e procedimentos HUMINT, aproveitando a oportunidade para colocar em prática a doutrina e normalizando os seus procedimentos de acordo com o que de mais recente se pratica nos actuais Teatros de Operações.
SWIMMEX	Exercício destinado a aumentar a proficiência em inserções através de mergulho de combate e natação de combate em cenários táticos, pelos militares das unidades
TROPICALEX	Exercício promovido pelo Comando da Marinha do Brasil, com o objetivo de treinar a sua força naval em ambiente multidisciplinar.

5.1 - EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS – EMGFA, MARINHA, EXÉRCITO E FORÇA AÉREA

5.1.1 - Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados

Ano: 2014

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	Observações
FOGOS REAIS	LIVEX	26-fev	Arquipélago da Madeira	COM	COM	CZMarM / CZMilM	
INSTREX 01-14	LIVEX	31-mar-4-abr	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	COMNAV	COMNAV /COMAERFAP	
FOCA 141	LIVEX	22-abr	Arquipélago dos Açores	CEMGFA (COA)	COA	COA /CZMarA /CZMilA/ CZAA	
ASAREX	LIVEX	4-abr	Arquipélago dos Açores	CZMILA	CZMILA	CZMarA /CZMilA	
FOCA 142	LIVEX	6-mai	Arquipélago dos Açores	CEMGFA (COA)	COA	COA /CZMarA /CZMilA/ CZAA	
GAIVOTA 141	LIVEX	7-mai	Arquipélago dos Açores	CEMGFA (COA)	COA	COA/CZMarA/CZMilA/ CZAA	
EFICÁCIA	LIVEX	21-31-mai	Campo militar Sta.Margarida	CEME	CFT	CFT	
AÇOR 14	LIVEX	4-7-jun	Arquipélago dos Açores	CEMGFA (COA)	COA	COA/CZMarA/CZMilA/ CZAA	
SIMULACRO EMERGÊNCIA INTERNA CLCM	LIVEX	18-jun	Arquipélago da Madeira	COM	COM	CZMarM/CZMilM	
REP 14	LIVEX	7-23-jul	AREA1: sul Sesimbra AREA2: sul Portimão	COMNAV DGAM	COMNAV DGAM	COMNAV/DGAM	
SAREX 141	LIVEX	22-set	Arquipélago dos Açores	CZMarA	CZMarA	CZMarA/CZMilA	
FOCA 143	LIVEX	30-set	Arquipélago dos Açores	CEMGFA (COA)	COA	COA/CZMarA/CZMilA/ CZAA	

SAREX 142	LIVEX	25-out	Arquipélago dos Açores	CZMarA	CZMarA	CZMarA/CZMilA
PRONTEX	LIVEX	10-14-nov	Áreas nacionais de exercícios	COMNAV	COMNAV	COMNAV/COMAERFAP
GAIVOTA 142	LIVEX	20-nov	Arquipélago Dos Açores	CEMGFA (COA)	COA	COA/CZMarA/CZMilA/CZAA
FIRESAREX 14	LIVEX	20-nov	Arquipélago dos Açores	CZMarA	CZMarA	CZMarA
LUSITANO 14	LIVEX	1-5-dez	Áreas nacionais de exercícios	CEMGFA	CEMGFA	CEMGFA/COM/COMNAV/COMAERFAP/COMFORTERRA
AÇOR 14	LIVEX	28-mai-08-jun	Faial	CEMGFA	COA	COA, CZMA, CZMARA, CZAEREA
CANÁRIO 141	LIVEX	30-mai	Terceira	COA	Cmdt ZMA	COA; CFT; CZMA; CZAEREA
CANÁRIO 142	LIVEX	19-nov	S.Miguel	COA	Cmdt ZMA	COA; CFT; CZMA; CZAEREA
FOCA 144	LIVEX	20-nov	S. Miguel	COA	Cmdt ZMarA	COA, CZMA, CZMARA
HOT BLADE 14	LIVEX	16-jul-30jul	Portugal	CFT	BrigRR	CFT; EDA
LUSITANO 14 / ZARCO 14	CPX/FTX/LIVEX	24nov-05dec	Portugal	CEMGFA	COC-EMGFA, COMNAV, COFA, CFT, COM	COC-EMGFA, COMNAV, CA, CFT, COM; Cmd ZMM; Cmd ZMarM
REAL THAW 14	LIVEX/FTX	03-14fev	Portugal	CA/FAP	CA/FAP	CFT; CA
SWIMMEX 14	LIVEX	12-16mai	Troia	MAR	MAR	CFT; COMNAV
CIRCAETE 14	CPX / LIVEX	29 – 31Out	Mediterrâneo	CHOD's 5+5	ITÁLIA	

FRISIAN FLAG 14	LIVEX	31 Mar - 11 Abr	Holanda	RNLAF COMMAN N	RNLAF TACTESS
JCET 14	LIVEX	03 - 21 Fev	Portugal	CEMGFA	QGOE
MORSA 14-01	LIVEX	11 - 12 Jun	Espanha	JEFATU RA SAR / CA	RCC MADRID
MORSA 14-02	LIVEX	02 Out	Portugal	JEFATU RA SAR / CA	RCC LISBOA
NOBLE MARINER 14	LIVEX	13 - 24 Out	Espanha	JFC Naples	HQ MARCOM Northwood
OBANGAME EXPRESS 14	LIVEX	16 - 23 Abr	África Occidental	US Africa Comman d	US Naval Forces Europe- Africa
RAMSTEIN GUARD 01-14	LIVEX	10 - 13 Fev	Portugal	CC AIR RAMSTE IN	CAOC TORREJO N
SAHARAN EXPRESS 14	LIVEX	06 - 14 Mar	África Occidental	US Africa Comman d	US Naval Forces Europe- Africa
SEABORDER 14	CPX / LIVEX	23 - 27 Set	Espanha / Portugal	CHOD PO / CHOD SP	ALMART / COMNAV

5.1.2 - Exercícios Conjuntos – Meios

Ano: 2014

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal/Viaturas			Custos Acrescidos (euros)			Observações
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
FOGOS REAIS	1 PSO			38			739,55	2.155,90	2.895,45	
INSTREX 01-14	2FFGH, 1 FS, 1AOR, 2 LFR, 1 AGS, 1SSG BLD DAE DMS1 DMS2 DMS3			918			54.686,09	277.479,13	332.165,22	
FOCA 141	1 FS			75			1.438,25	2.546,58	3.984,83	
SAREX	1 FS			75			1.438,25	2.546,58	3.984,83	
FOCA 142	1 FS			75			1.510,92	2.952,43	4.463,35	
GAIVOTA 141	1 FS			75			1.510,92	2.952,43	4.463,35	
EFICÁCIA	PELOTO MORTEIROS (CCF)			30					-	
AÇOR 14	1 FS			75			6.303,90	21.517,87	27.821,77	
SIMULACRO EMERGÊNCIA INTERNA CLCM REP 14	1 PB			33			582,69	720,55	1.303,24	
	1 AGSC, 2 LFR, 1SSG, 1AGS, DMS3			134			11.847,51	45.256,01	57.103,52	
SAREX 141	1 FS			75			1.381,23	2.522,65	3.903,88	
FOCA 143	1 FS			75			1.381,23	2.522,65	3.903,88	
SAREX 142	1 FS			75			1.408,25	2.284,79	3.693,04	
PRONTEX	3 FFGH, 2 FS, 1AOR,			812			30.569,09	212.937,02	243.506,11	

	1SSG, 2 LFR, 1 AGS					
GAIVOTA 142	1 FS		75		1.388,89	5.284,27 6.673,16
FIRESAR EX 14	1 FS		75		1.388,89	5.284,27 6.673,16
LUSITAN O 14	2FFGH , 2FS, 1AOR, 1SSG, BLD, DAE		903		41.148,68	175.396,63 216.545,31
AÇOR 14	ZMA		160/13			6.950 6.950
CANÁRIO 141	RG1		59/5			1.517 2.307
CANÁRIO 142	RG2		60/4			790 790
FOCA 141	RG2		51/6			4.002 7.135
FOCA 142 / FOCA143 FOCA 144	RG1 RG2		104/9 52/4			2.051 1.082
HOT BLADE 14	BrigRR		354/39			16.584 16.584
LUSITAN O 14 / ZARCO 14	LCC FRI; BrigInt; BrigMec ; BrigRR; CompG erCIMIC ; CSMIE; ZMM		509/60			19.843 19.843
REAL THAW 14	BrigRR; BrigMec		504/77			24.515 24.515
SWIMME X 14	BOAt/Br igRR		25/4			1.637 1.637
CIRCAET E 14		F16 C295	7			31.837 b)
FRISIAN FLAG 14		F16/ C130- APOI O	47	110.000		852.010 962.010
HOT BLADE 14		F16 EH10 1 P3C C295 C130- APOI O	235			1.166.018 (d)
JCET 14		PC3 TACP	20	391.000		22.770 413.770

MORSA 14-01 (SATER)	C295 EH10 1	11	1.000	70.599	71.599
MORSA 14-02 (SAMAR)	C- 295M EH10 1 P3C	24		75.268	75.268
RAMSTEI N GUARD 01-14 SEA					(d)
BORDER 14		1			(b)
REAL THAW 14	F16 C130 C- 295M ALIII P3C ALPH AJET P3C	365	49.274	974.790	1.024.064
SAHARAN EXPRESS 14	P3C	24			619.089
NOBLE MARINE 14	P3C	56			804.748
OBANGA ME EXPRESS 14		28			952.684

5.1.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2014

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	Observações
FELINO 14	CPX	15 - 26 set	Timor	VCEMGFA TIMOR	CEM FDTL	COC	
AÇOR 14	LIVEX	04-07jun	Arquipélago dos Açores	CEMGFA	COA CZMARA CZMILA CZAA		
CANÁRIO 14	LIVEX	12abr	Arquipélago dos Açores	COA	CZMILA / CZAEREA		
CIRCAETE 14	CPX / LIVEX	29 - 31 out	Mediterrâneo	CHOD's 5+5	ITÁLIA		
EFICÁCIA 14	LIVEX	27-30 mai	CMSM	CFT	BRIGMEC		
FRISIAN FLAG 14	LIVEX	31mar – 11abr	Holanda	RNLAF COMMAN D	RNLAF TACTESS		
GAIVOTA 14	LIVEX	07mai- 20nov	Arquipélago dos Açores	COA	CZMARA / CZAEREA		
HOT BLADE 14	LIVEX	16 - 30 jul	Portugal	EDA	CA		
INSTREX 14	LIVEX	31 mar - 04 abr	Portugal	COMNAV	COMNAV		
JCET 14	LIVEX	03 - 21 fev	Portugal	CEMGFA	QGOE		
LUSITANO 14	CPX / LIVEX	13 out – 05 nov	Portugal	CEMGFA	CEMGFA		
MORSA 14-01	LIVEX	11 - 12 jun	Espanha	JEFATURA SAR / CA	RCC MADRID		
MORSA 14-02	LIVEX	02 out	Portugal	JEFATURA SAR / CA	RCC LISBOA		

NOBLE MARINER 14	LIVEX	13 - 24 out	Espanha	JFC Naples	HQ MARCOM Northwood
OBANGAME EXPRESS 14	LIVEX	16 - 23 abr	África Ocidental	US Africa Command	US Naval Forces Europe-Africa
RAMSTEIN GUARD 01-14	LIVEX	10 - 13 fev	Portugal	CC AIR RAMSTEIN	CAOC TORREJON
REAL THAW 14	LIVEX	03 - 14 fev	Portugal	CEMFA	CA
SAHARAN EXPRESS 14	LIVEX	06 - 14 mar	África Ocidental	US Africa Command	US Naval Forces Europe-Africa
SEABORDER 14	CPX / LIVEX	23 - 27 set	Espanha / Portugal	CHOD PO / CHOD SP	ALMART / COMNAV
ARRCADE FUSION 14	LIVEX	03 - 21 nov	ARRC	Reino Unido	ARRC
COLIBRI 14	LIVEX	06 - 12 set	Coop Bilateral	França	
COMBINED ENDEAVOR 14	MPC	23 - 29 mar	Europa e EUA	Bulgária	USEUCOM
COMBINED ENDEAVOR 14	FPC	08-14 jun	Europa e EUA	Montenegro	USEUCOM
COMBINED ENDEAVOR 14	LIVEX	28 Ago - 12 Set	Europa e EUA	Alemanha	USEUCOM
EXERCICIO DO COMANDO SUL DO EXÉRCITO BRASILEIRO	LIVEX	11 - 17 mai	Coop Bilateral	Brasil	
GAMMA ÉGIDA 14	Observadores DVD	26 e 27 nov	Coop Bilateral	Espanha	
JCET 14	LIVEX	10 - 21 fev	Portugal; EUA	Portugal	
NOBLE LEDGER 14	LIVEX	08 a 23 set	OTAN	Noruega	

STEADFAST COBALT 15	IPC e CPTM	03 – 07nov	OTAN	Holanda	ACO	JFCBS
STEADFAST COBALT 15	MPC	01 - 05dez	OTAN	Polónia	ACO	JFCBS
STEADFAST FOUNT 15	CPX	21 - 26set	OTAN	Turquia	NATO	
STEADFAST ILLUSION/UNIFIED BLADE 14	FTX	30mai - 13jun	OTAN	Portugal	SHAPE	SHAPE
SWIFT RESPONSE 15	IPC	20 – 22out	Coop Bilateral	Alemanha		
TRIDENT JAGUAR 14	CPX	01 – 16mai	OTAN	Noruega	SHAPE	SHAPE
TRIDENT JAGUAR 15	IPC	17 e 18set	OTAN	Reino Unido	SHAPE	SHAPE

5.1.4 - Exercícios Combinados – Meios

Ano: 2014

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal/Viaturas			Custos Acrescidos (euros)			Observações
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
FELINO 14							65.756,20€		65.756,20€	CPX
AÇOR 14			C295M			25	482,00	12.538,00	13.020,00	
CANÁRIO 14			EH101			4	174,00	8.807,00	8.981,00	
CIRCAETE 14			F16M C295M			9	-	18.089,00 13.748,00	b)	
EFICÁCIA 14			F16 TACP			14	794,00	91.265,00	62.059,00	
FRISIAN FLAG 14			F16M C130 (Apoio)			76	110.000,00	753.555,00 98.455,00	962.010,00	
GAIVOTA 14			EH101			16	260,00	34.711,00	34.971,00	
HOT BLADE 14			F16M EH101 P3C C295M C130 (Apoio)			335	-	543.892,00 566.769,00 20.240,00 26.541,00 8.576,00	c)	
INSTREX 14			F16M P3C			41	0	16.444,00 105.416,00	121.860,00	
JCET 14			P3C TACP			20	391,00	22.770,00	23.161,00	
LUSITANO 14			C295 F16M EH101			117	7.759,00	5.346,00 36.177,00 12.952,00	62.234,00	
MORSA 14- 01 (SATER)			C295 EH101			11	1.000,00	17.757,00 52.843,00	71.601,00	
MORSA 14- 02 (SAMAR)			C295 EH101 P3C			24	0	10.884,00 19.687,00 44.697,00	75.268,00	
NOBLE MARINER 14			P3C			56			804.748,00	
OBANGAME EXPRESS 14			P3C			28			952.684,00	

RAMSTEIN GUARD 01- 14						d)
REAL THAW 14		C130 C295M ALIII P3C ALPHA TAPC UPF CRC	239	49.274,00	552.114,00 72.383,00 18.521,00 22.932,00 211.432,00 97.408,00	
SAHARAN EXPRESS 14		P3C	24			619.089,00
SEABORDE R 14			1			b)
ARRCADE FUSION 14	BrigRR		2	2.653,78		2.653,78
COLIBRI 14	BrigRR		2	1.336,68		1.336,68
COMBINED ENDEAVOR 14	DCSI; RTm		2	3.487,46		3.487,46
COMBINED ENDEAVOR 14	RTm		1	1.860,39		1.860,39
COMBINED ENDEAVOR 14	RTm		1	1.809,25		1.809,25
EXERCICIO DO COMANDO SUL DO EXÉRCITO BRASILEIR O	CFT; BrigInt		3	6.005,07		6.005,07
GAMMA ÉGIDA 14	CMD BrigMec		3	1.479,35		1.479,35

JCET 14	FOE/CTOE	24	5.558,00	5.558,00
NOBLE LEDGER 14	RA4/BrigRR	6	5.146,68	5.146,68
STEADFAS T COBALT 15	CFT	2	2.591,30	2.591,30
STEADFAS T COBALT 15	CFT; CTm/BrigRR	2	2.823,40	2.823,40
STEADFAS T FOUNT 15	CFT; RA4/BrigRR	2	2.689,24	2.689,24
STEADFAS T ILLUSION/UNIFIED BLADE 14	CSMIE	8		-
SWIFT RESPONSE 15	CFT	1	1.239,77	1.239,77
TRIDENT JAGUAR 14	BrigMec	7	11.474,92	11.474,92
TRIDENT JAGUAR 15	CFT; BrigRR	2	1.900,34	1.900,34

Legenda:

- (a) FAP - Os custos inerentes às horas de voo efetuadas em cada um dos exercícios, apesar de identificados/apresentados são considerados pela FAP como parte integrante do regime de esforço atribuído às Esquadras de Voo (treino e qualificação das tripulações). Deste modo, os valores em causa não foram adicionados ao custo total.
- (b) FAP - Despesas com pessoal suportadas pela DGPDN do MDN.
- (c) FAP - Despesas com pessoal financiadas pela *EuropeanDefenceAgency* e Luxemburgo.
- (d) FAP - Decorreu em simultâneo com o *Real Thaw 14*, tendo os custos sido inseridos no mesmo.

5.2 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA

5.2.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados

Ano: 2014

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
PRÉ - PHIBLEX	Seriado	20-24jan	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt BF2		
INFOEX 1401	Seriado	27-31jan	Base de Fuzileiros	CCF	Cmdt HUMIN T		
LOGEX ALFA	Seriado	28-30jan	Base de Fuzileiros	CCF	Cmdt EASC		
REAL THAW	Seriado	3-14fev	Monte Real / Seia	CCF	Cmdt BF2/DAE		
JCET	Seriado	3-22fev	EF / Pinheiro da Cruz / Tancos	CCF	Cmdt DAE		
PHIBLEX	Seriado	20-26fev	Espanha (Serra Del Retin)	CCF	Cmdt BF2		
TIREX UMD	Seriado	5-6mar	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt UMD		
FTX CF22	Seriado	5-7mar	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt CF22		
FTX CAF	Seriado	7-11mar	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt CAF		
FTX CF21	Seriado	11-13mar	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt CF21		
TIREX DAE	Seriado	20-21mar	EF / Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt DAE		
FOUNDATION TRAINING	Seriado	21mar	BF / FRAGAMA / BNL	CCF	Cmdt BF2		
INSTREX	Seriado	31mar-4abr	Troia / Pinheiro da Cruz / BA5	CCF	Cmdt BLD		
SOFEX	Seriado	5-8mai	Jordânia	CCF	Cmdt DAE		
TATICO ALFA CF22/USMC	Seriado	9-16mai	Pinheiro da Cruz / Outão / EF / Muxito / CTALC	CCF	Cmdt CF22		
SWIMMEX	Seriado	12-16mai	Península Troia	CCF	Cmdt DAE		
EFICÁCIA	Seriado	26-30mai	Campo Militar Sta. Margarida	CCF	Cmdt CAF		
STEADFAST ILUSION	Seriado	26mai-13jun	Beja	CCF	Cmdt HUMIN T		
AÇOR	Seriado	4-8jun	CZMA	CCF	Cmdt CATT		
APOLO	Seriado	11-20jun	Tancos	CCF	Cmdt CATT		
MARFIBEX	Seriado	18-28jun	Espanha (Serra Del Retin)	CCF	Cmdt BF2		
MOUNTAINEX TREINO SCSI	Seriado	23-29jun	Serra Estrela	CCF	Cmdt DAE		
TATICO ALFA CF11	Seriado	30jun-3jul	"EF / Mata da Machada Mar da Palha"	CCF	Cmdt BF1		
TATICO ALFA CPN PELBOARD	Seriado	7-10jul	"EF / Mata da Machada Mar da Palha"				
HOT BLADE	Seriado	16-30jul	Ovar	CCF	Cmdt BF2/DAE		
TIREX CAF	Seriado	22-25set	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt CAF		
TROIA BF2-CF21	Seriado	10-15out	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt CF21		

TROIA CAF	Seriado	15-19out	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt CAF	
TROIA BF2- CF22	Seriado	19-22out	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt CF22	
TACEX	Seriado	20-31out	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt DAE	
DIXMUDE	Seriado	21-24out	Lisboa / Troia	CCF	Cmdt BLD	
TROIA CATT - APOIO EQ COMMS	Seriado	3nov	PANTROIA	CCF	Cmdt PELCO MM	
FTX CATT	Seriado	3-11nov	Pinheiro da Cruz	CCF	CmdtC ATT	
TROIA BF1- CPN	Seriado	7-11nov	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt BF1	
TROIA BF1- CF11	Seriado	11-15nov	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt BF1	
TROVÃO	Seriado	17-21nov	Campo de Tiro Sta. Margarida	CCF	Cmdt CAF	
LUSITANO	Seriado	1-5dez	Beja / PANTROIA	CCF	Cmdt BLD	
HARBOUR PROTECTION	Seriado	12dez	PAN Portimão	CCF		
SOFREADYNE SS	Seriado	9-12dez	Escola de Fuzileiros	CCF	Cmdt DAE	
REAL THAW	Seriado	10-12dez	Beja	CCF		
CAOMAR	LIVEX / FORMAÇÃO	6-11jan	Península de Tróia	Cmdt EF	DTP/EF	
MAR VERDE 1401	LIVEX / FORMAÇÃO	13-22jan	Península de Tróia	Cmdt EF	DTP/EF	
PNL 1401	LIVEX / FORMAÇÃO	15-16jan	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF	
BROWNING 1401	LIVEX / FORMAÇÃO	16jan	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF	
PNL 1402	LIVEX / FORMAÇÃO	19fev	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF	
EXPLOSIVOS 1401	LIVEX / FORMAÇÃO	26-27fev	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF	
BROWNING 1402	LIVEX / FORMAÇÃO	27fev	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF	
BROWNING 1403	LIVEX / FORMAÇÃO	13mar	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF	
FORMAÇÃO FORMADORES CAOEMAR - FASE TOPOGRAFIA	LIVEX / FORMAÇÃO	13-14mar	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF	
ANTARES 1401	LIVEX / FORMAÇÃO	7-11abr	Grandola	Cmdt EF	DTP/EF	
TIRO DE COMBATE FZ 1401	LIVEX / FORMAÇÃO	8-9abr	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF	
CAOEMAR - FASE MONTANHISM O	LIVEX / FORMAÇÃO	23-24abr	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF	
INSTRUÇÃO COMPLEMENT AR	LIVEX / FORMAÇÃO	29abr- 2mai	Arrábida Cabo Espichel	Cmdt EF	DTP/EF	
CAOEMAR FASE ÁGUA	LIVEX / FORMAÇÃO	2-4mai	Cabo Espichel	Cmdt EF	DTP/EF	
PNL 1403	LIVEX / FORMAÇÃO	5-11mai	Península de Tróia	Cmdt EF	DTP/EF	
CAOEMAR - FAST ROPE / HELICAST	LIVEX / FORMAÇÃO	13-14mai	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF	
COEMAR - HELI COMMS	LIVEX / FORMAÇÃO	14mai	BA6 / Montijo / Rio Coia	Cmdt EF	DTP/EF	
		14-15mai	BA6 / Montijo	Cmdt EF	DTP/EF	

PNL 1404	LIVEX / FORMAÇÃO	15-16-mai	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF		
CAOEMAR - TIRO DE COMBATE EXPLOSIVOS	LIVEX / FORMAÇÃO	2-6jun	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF		
CAOEMAR PLANEAMENT O OPERAÇÕES ESPECIAIS	LIVEX / FORMAÇÃO	12-13jun	Cabo Espichel	Cmdt EF	DTP/EF		
CFS- IC PATRULHAS RECONHECIM ENTO	LIVEX / FORMAÇÃO	12-13jun	Cabo Espichel	Cmdt EF	DTP/EF		
PNL 1405	LIVEX / FORMAÇÃO	17-18jun	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF		
AÇÃO DIRETA	LIVEX / FORMAÇÃO	17-20jun	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF		
CAOEMAR CAE CQB	LIVEX / FORMAÇÃO	23jun	Escola das Armas Mafra	Cmdt EF	DTP/EF		
CAOEMAR CAE CQB	LIVEX / FORMAÇÃO	24jun	MUXITO	Cmdt EF	DTP/EF		
CFS - PATRULHAS DE COMBATE	LIVEX / FORMAÇÃO	24-25jun	Sesimbra/Lagoa de Albufeira	Cmdt EF	DTP/EF		
CAOEMAR CAE CQB	LIVEX / FORMAÇÃO	25jun	7º BATERIA OUTÃO	Cmdt EF	DTP/EF		
PNL 1404	LIVEX / FORMAÇÃO	15-16mai	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF		
CAOEMAR CAE CQB	LIVEX / FORMAÇÃO	27jun	UNIDADE ESPECIAL DE POLICIA (Belas)	Cmdt EF	DTP/EF		
GUIDAJE 1401	LIVEX / FORMAÇÃO	27-28jun	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF		
CAOEMAR - EXER STABILIZE	LIVEX / FORMAÇÃO	30jun-4jul	Serra da Malcata	Cmdt EF	DTP/EF		
CAOEMAR - VBSS	LIVEX / FORMAÇÃO	7jul	BNL	Cmdt EF	DTP/EF		
PNL 1406	LIVEX / Formação	9-10jul	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF		
COEMAR NORTADA	LIVEX / Formação	9jul	BNL / Mar da Palha	Cmdt EF	DTP/EF		
CURSO APERF. ABANDONO AERONAVE	LIVEX / Formação	9jul	BA6 / Montijo	Cmdt EF	<i>DTP/EF</i>		
CAOEMAR NATAÇÃO COMBATE	LIVEX / Formação	10jul	Sesimbra	Cmdt EF	DTP/EF		
CAOEMAR CRUZEIRO DO SUL	LIVEX / Formação	14-19jul	Serra de Grandôla	Cmdt EF	DTP/EF		
ALFANGE 1401	LIVEX / Formação	15-16jul	Quinta da Ferraria Cabo Espichel	Cmdt EF	DTP/EF		
CFS - IC RAID ANFIBIO	LIVEX / Formação	14-19jul	Rio Coina	Cmdt EF	DTP/EF		
CAOEMAR - ORCA	LIVEX / Formação	20-23jul	Escola de Fuzileiros	Cmdt EF	DTP/EF		
CONTRA PONTO 1401	LIVEX / Formação	24-jul	Campo Tiro Alcochete	Cmdt EF	DTP/EF		
CHALUPA FINALMENTE 1401	LIVEX / Formação	30jul-3ago	Estuário do sado Alcácer / PANTROIA / Praia da Raposa / Pego do Altar	Cmdt EF	DTP/EF		
SOCINCO 1401	LIVEX / Formação	11-17-ago	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF	-	-
TORPEDO / BUJARRONA / FINALMENTE 1402	LIVEX / Formação	25ago- 4set	CTALC	Cmdt EF	DTP/EF	-	-

ESCORPIÃO 1401	LIVEX / Formação	11-12set	7ª BATERIA Outão Ponta dos Corvos	Cmdt EF	DTP/EF	-	-
GATA BRAVA 1401	LIVEX / Formação	18-23set	Estuário do Sado Alcácer / PANTROIA / Praia da Raposa / Santiago do Cacém	Cmdt EF	DTP/EF	-	-
PNL 1407	LIVEX / Formação	24-25set	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF	-	-
MAR VERDE 1402	LIVEX / Formação	28set-9out	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF	-	-
INSTRUÇÃO COMPLEMENT AR NBQ	LIVEX / Formação	15set	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF	-	-
PNL 1408	LIVEX / Formação	15-16set	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF	-	-
TIRO COLETIVO NBQ	LIVEX / Formação	24set	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF	-	-
CAEDMA	LIVEX / Formação	12-13nov	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF	-	-
CAAP 1401	LIVEX / Formação	12-13nov	CTALC	Cmdt EF	DTP/EF	-	-
CAAP 1402	LIVEX / Formação	18nov	CTALC	Cmdt EF	DTP/EF	-	-
MODULO CONDUÇÃO TÁTICA CURSO FZV	LIVEX / Formação	2-4dez	Península de Tróia CTALC	Cmdt EF	DTP/EF	-	-
PNL 1409	LIVEX / Formação	3-4-dez	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF	-	-
ESTÁGIO CONDUÇÃO TT	LIVEX / Formação	15-19dez	Quinta do Conde	Cmdt EF	DTP/EF	-	-

5.2.2 - Exercícios sectoriais – Meios Envolvidos

Ano: 2014

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
PRÉ - PHIBLEX	BF2	150		20.529,36	20.529,36			
INFOEX 1401	HUMINT	12			-			
LOGEX ALFA	EASC	122		2.058,33	2.058,33			
REAL THAW	BF2 / DAE	148		17.517,04	17.517,04			
JCET	DAE	38		13.115,92	13.115,92			
PHIBLEX	BF2	289		71.227,34	71.227,34			
TIREX UMD	UMD	47		2.700,98	2.700,98			
FTX CF22	CF22	97		6.496,87	6.496,87			
FTX CAF	CAF	103		46.237,46	46.237,46			
FTX CF21	CF21	123		12.146,91	12.146,91			
TIREX DAE	DAE	30		4.680,25	4.680,25			
FOUNDATION TRAINING	BF2	7		5,04	5,04			
INSTREX	BLD	332		35.343,35	35.343,35			
SOFEX	DAE	1			-			
TATICO ALFA CF22/USMC	CF22	160		21.174,99	21.174,99			
SWIMMEX	DAE	80		4.145,99	4.145,99			
EFICÁCIA	CAF	23		961,67	961,67			
STEADFAST ILUSION	HUMINT	3			-			
AÇOR	CATT	1			-			
APOLO	CATT	1			-			
MARFIBEX	BF2	159		85.842,22	85.842,22			
MOUNTAINEX TREINO SCSI	DAE	58		5.989,22	5.989,22			
TATICO ALFA CF11	CF11	90		2.752,19	2.752,19			
TATICO ALFA CPN PELBOARD	BF1	98		2.628,16	2.628,16			
HOT BLADE	BF2 / DAE	153		11.121,60	11.121,60			
TIREX CAF	CAF	100		70.708,85	70.708,85			
TIREX DAE	DAE	30		5.442,83	5.442,83			
FTX UMD	UMD	135		8.189,08	8.189,08			
TROIA BF2-CF21	CF21	90		17.164,14	17.164,14			
TROIA CAF	CAF	82		8.189,08	8.189,08			

MARFIBEX	BF2	159	85.842,22	85.842,22	
MOUNTAINEX TREINO SCSI	DAE	58	5.989,22	5.989,22	
TATICO ALFA CF11	CF11	90	2.752,19	2.752,19	
TATICO ALFA CPN PELBOARD	BF1	98	2.628,16	2.628,16	
HOT BLADE	BF2 / DAE	153	11.121,60	11.121,60	
TIREX CAF	CAF	100	70.708,85	70.708,85	
TIREX DAE	DAE	30	5.442,83	5.442,83	
FTX UMD	UMD	135	8.189,08	8.189,08	
TROIA BF2-CF21	CF21	90	17.164,14	17.164,14	
TROIA CAF	CAF	82	8.189,08	8.189,08	
TROIA BF2-CF22	CF22	98	26.450,25	26.450,25	
TACEX	DAE	26	1.668,34	1.668,34	
DIXMUDE	BLD	160	1.925,92	1.925,92	
TROIA CATT - APOIO EQ COMMS	PELCOMM	5	30,35	30,35	
FTX CATT	CATT	68	8.847,33	8.847,33	
TROIA BF1-CPN	BF1	89	9.517,14	9.517,14	
TROIA BF1-CF11	BF1	97	7.517,14	7.517,14	
TROVÃO	CAF	6	289,80	289,80	
LUSITANO	BLD	124	6.423,11	6.423,11	
HARBOUR PROTECTION		1		-	
SOFREADYNESS	DAE	124	424,48	424,48	
REAL THAW		3		-	
CAOMAR	EF/BI	32	3.455,46	3.455,46	(a)
MAR VERDE 1401	EF/BI	128	23.920,25	23.920,25	(a)
PNL 1401	EF/BI	22	6,45	6,45	(a)
BROWNING 1401	EF/BI	19	2.779,18	2.779,18	(a)
PNL 1402	EF/BI	29	3,87	3,87	(a)
EXPLOSIVOS 1401	EF/BI	38	7.964,62	7.964,62	(a)
BROWNING 1402	EF/BI	25	14.566,43	14.566,43	(a)
FORMAÇÃO FORMADORES	EF/BI	24	607,77	607,77	(a)
CAOEMAR - FASE TOPOGRAFIA	EF/BI	31	1.728,87	1.728,87	(a)
ANTARES 1401	EF/BI	31	2.044,21	2.044,21	(a)
TIRO DE COMBATE FZ 1401	EF/BI	40	1.744,37	1.744,37	(a)
CAOEMAR - FASE MONTANHISMO	EF/BI	27	287,72	287,72	(a)

INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR	EF/BI	13	149,97	149,97	(a)
CAOEMAR FASE ÁGUA	EF/BI	46	2.026,48	2.026,48	(a)
PNL 1403	EF/BI	21	16,59	16,59	(a)
CAOEMAR - FAST ROPE HELICAST	EF/BI	20	45,36	45,36	(a)
COEMAR - HELI COMMS	EF/BI	20	45,36	45,36	(a)
PNL 1404	EF/BI	20	16,04	16,04	(a)
CAOEMAR - TIRO DE COMBATE EXPLOSIVOS	EF/BI	30	40.183,61	40.183,61	(a)
CAOEMAR PLANEAMENTO OPERAÇÕES ESPECIAIS	EF/BI	16	115,41	115,41	(a)
CFS - IC PATRULHAS COMPLEMENTARES	EF/BI	16	148,10	148,10	(a)
PNL 1405	EF/BI	34	5,04	5,04	(a)
AÇÃO DIRETA	EF/BI	30	8.368,21	8.368,21	(a)
CAOEMAR CAE CQB	EF/BI	14	214,35	214,35	(a)
CAOEMAR CAE CQB	EF/BI	15	58,92	58,92	(a)
CFS - PATRULHAS DE COMBATE	EF/BI	16	116,34	116,34	(a)
CAOEMAR CAE CQB	EF/BI	15	133,28	133,28	(a)
CAOEMAR CAE CQB	EF/BI	17	119,10	119,10	(a)
GUIDAJE 1401	EF/BI	18	164,68	164,68	(a)
CAOEMAR - EXER STABILIZE	EF/BI	24	1.068,33	1.068,33	(a)
CAOEMAR - VBSS	EF/BI	15	66,04	66,04	(a)
PNL 1406	EF/BI	29	5,04	5,04	(a)
COEMAR NORTADA	EF/BI	21	463,60	463,60	(a)
CURSO APERF. ABANDONO AERONAVE	EF/BI	5	10,83	10,83	(a)
CAOEMAR NATAÇÃO COMBATE	EF/BI	13	146,20	146,20	(a)
CAOEMAR CRUZEIRO DO SUL	EF/BI	17	1.261,48	1.261,48	(a)
ALFANGE 1401	EF/BI	14	108,28	108,28	(a)
CFS - IC RAID ANFIBIO	EF/BI	18	185,91	185,91	(a)
CAOEMAR - ORCA	EF/BI	22	1.087,09	1.087,09	(a)
CONTRA PONTO 1401	EF/BI	24	177,55	177,55	(a)
CHALUPA FINALMENTE 1401	EF/BI	54	3.500,23	3.500,23	(a)
SOCINCO 1401	EF/BI	47	21.226,54	21.226,54	(a)
TORPEDO / BUJARRONA / FINALMENTE 1402	EF/BI	77	7.584,45	7.584,45	(a)

ESCORPIÃO 1401	EF/BI	36	1.342,05	1.342,05	(a)
GATA BRAVA 1401	EF/BI	110	6.153,13	6.153,13	(a)
PNL 1407	EF/BI	29	5,08	5,08	(a)
MAR VERDE 1402	EF/BI	145	26.365,60	26.365,60	(a)
INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR NBQ	EF/BI	20	76,71	76,71	(a)
PNL 1408	EF/BI	29	5,04	5,04	(a)
TIRO COLETIVO NBQ	EF/BI	27	3.776,06	3.776,06	(a)
CAEDMA	EF/BI	33	4.870,53	4.870,53	(a)
CAAP 1401	EF/BI	27	453,74	45.374,15	(a)
CAAP 1402	EF/BI	23	455,81	455,81	(a)
MODULO CONDUÇÃO TÁTICA CURSO FZV	EF/BI	34	1.034,08	1.034,08	(a)
PNL 1409	EF/BI	30	4,96	4,96	(a)
Estágio Condução TT	EF/BI	9	134,25	134,25	(a)
BROWNING 1403	EF/BI	20	7.586,61	7.586,61	(a)

a) Alunos - Oficiais - Sargentos - Praças / total

5.2.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2014

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
REAL THAW 14	LIVEX	3-14fev	Atlântico	COMAERFAP	COMAER FAP	COMAERFAP	
RAMSTEIN GUARD 14	LIVEX	12-14fev	Áreas de Exercícios Nacionais	COMMANDER AC HQ Monsanto	COMMANDER AC HQ MONSANTO	COMMANDER AC HQ MONSANTO	-
JCET 14	LIVEX	3-22fev	Áreas de Exercícios Nacionais	CEMGFA	QGEO	COMNAV COMAERFAP COMFORTERRA	-
DYNAMIC MONGOOSE 14	LIVEX	14-21fev	Noruega-Bergen	MARCOM	COMSUB NATO	COMNAV	-
PHIBLEX	LIVEX	21fev-1mar	Espanha	USA/SPAIN	USA/SPAIN	COMNAV	-
SAHARAN EXPRESS 14	LIVEX	5-26mar	Costa W África Golfo da Guiné	AFRICOM	NAVAF	COMNAV	-
OBANGAME EXPRESS 14	LIVEX	29abr-26mai	Costa W África Golfo da Guiné	AFRICOM	NAVAF	COMNAV	-
POST	LIVEX	28abr-14jun	Inglaterra	FOST	FOST	COMNAV	-
MAGRE 14	LIVEX	12-16mai	Espanha	ALMART	CTF 68	ALMART COMNAV	-
EXERCICIO BILATERAL FZ/USMC	LIVEX	12-16mai	EF, Outão e Campo Tiro Alcochete	COMNAV	COMNAV	COMNAV	-
MULTI-COOPERATIVE EXERCISE	LIVEX	7-15jun	Marrocos	ALFLOT	ALFAN	COMNAV	-
HOT BLADE 14	LIVEX	16-18jul	Norte Portugal Continental	COMAERFAP	COMAER FAP	COMNAV COMAERFAP	-
SEABORDER 14	CPX/LIVEX	22-25set	Espanha	CHOD ESP/ CHOD MAR	ALMART	COMNAV COMAERFAP	-
NOBLE MARINER 14	LIVEX	13-24out	Mediterrâneo	JFCNP	MARCOM	COMNAV	-
DEEP DIVEX 14	LIVEX	27set-12out	Canadá	COMSUBIN	COMSUBIN	COMSUBIN	-

5.2.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2014

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
REAL THAW 14	2 FFGH, 1 AOR, 1 SSG, BF2, DAE	618	10.752,28	55.330,18	66.082,46	
RAMSTEIN GUARD 14	2 FFGH, 1 AOR, 1 SSG	423	8.626,78	55.330,18	63.956,96	

JCET 14	DAE	8	916,85		916,85
DYNAMIC MONGOOSE 14	1 SSG	33	7.281,33	70.683,58	77.964,91
PHIBLEX	BF2	300	34.717,74		34.717,74
SAHARAN EXPRESS 14	1 FFGH	180	40.238,78	143.206,13	183.444,91
OBANGAME EXPRESS 14	1 FFGH	180	74.432,74	306.408,33	380.841,07
POST	1 FFGH	180	272.624,06	707.060,62	979.684,68
MAGRE 14	DMS1	8	8.506,19		8.506,19
EXERCICIO BILATERAL FZ/USMC	1 COY FZ (CF22)	90			-
MULTI-COOPERATIVE EXERCISE	1 FFGH	180	51.848,05	757.163,64	809.011,69
HOT BLADE 14	1 FS, DAE, BF2	233	2.208,08	12.992,30	15.200,38
SEABORDER 14	1 FS	72	8.876,77	53.661,78	62.538,55
NOBLE MARINER 14	1 FFGH, 1 SSG	213	56.652,84	255.167,76	311.820,60
DEEP DIVEX 14	DMS3	8	31.075,43		31.075,43

(a) Os meios e os custos são os mesmos apresentados para o exercício *Real Thaw* 13.

(b) Custos com ajudas de custo no estrangeiro.

(c) Os custos deste exercício estão englobados no treino do SSG em "Adestramento e Treino".

5.3 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO EXÉRCITO

5.3.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
APOLO 14	CPX	12 - 20jun	Tancos	Cmdt FT	Cmdt BrigRR	CFT	Nível Brigada
ARES 141	LIVEX	19 - 22mai	S. Jacinto	Cmdt BrigRR	Cmdt RI10	CFT	UEB/UEC
BELEROFONTE 14	LIVEX	07 – 11abr	Sintra	Cmdt BrigRR	Chefe do G7/BrigRR	CFT	UEB/UEC
BÓREAS 14	LIVEX	07 -11jul	S. Jacinto	Cmdt FT	Cmdt BrigRR	CFT	UEB/UEC
CACHALOTE 14	LIVEX	03 – 07nov	S. MIGUEL - TERCEIRA	Cmdt FT	Cmdt ZMA	CFT; Cmdt ZMA	ZMA
CELULEX 14	FTX	08 – 12set	Tancos	CEME	Cmdt FT	CFT	Nível Exercito
CIBER PERSEU 14	LIVEX	10 - 13nov	Portugal	CEME	Cmdt FT	CFT	Nível Exercito

DRAGÃO 14	CPX/CFX/FTX	07 – 16out	Moimenta da Beira	Cmdt FT	Cmdt BrigInt	CFT	Nivel Brigada
EFICACIA 14	LIVEX/FTX/LFX	25 – 30mai	CMSM	CEME	Cmdt FT	CFT, CA, COMNAV	Nivel Exercito
ESCUDO 141	LIVEX/FTX	01 – 03jul	Braga	Cmdt BrigInt	Cmdt RC6	CFT	UEB/UEC
ESCUDO 142	LIVEX/FTX	10 – 11dez	RI13/Vila Real	Cmdt BrigInt	Cmdt RI13	CFT	UEB/UEC
ESTIO 141	LIVEX	19 – 25-mai	Vila Real	Cmdt BrigRR	Cmdt CTC	CFT	UEB/UEC
ESTIO 142	LIVEX	27nov a 02dez	Seia	Cmdt BrigRR	Cmdt CTC	CFT	UEB/UEC
ESTRELA 14	FTX	19 – 23mai	AM1 (Maceda)	Cmdt BrigInt	Cmdt RE3	CFT	UEB/UEC
GARAJAU 14	LIVEX	24/28mar	Funchal	Cmdt ZMM	Cmdt RG3	CFT	UEB/ZMM
GOLFINHO 14	CPX/LIVEX	06/10out	Madeira	Cmdt FT	Cmdt ZMM	CFT	ZMA
HAKEA 141	CPX	07 – 11abr	BrigMec	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	CFT	UEB/UEC
HAKEA 142	CPX	09 – 12dez	BrigMec	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	CFT	UEB/UEC
HÉRCULES 14	LIVEX/FTX/LFX	10 – 14nov	Tancos	Cmdt BrigRR	Cmdt RE1	CFT	UEB/UEC
HERMES 14	LIVEX	05 – 09mai	Tancos	Cmdt BrigRR	Cmdt UALE	CFT	UEB/UEC
HIDRA 14	LIVEX	09-mai	Tancos	Cmdt BrigRR	Cmdt UALE	CFT	UEB/UEC
JUPITER 14	LIVEX/FTX	25jun – 02jul	Moimenta da Beira	Cmdt BrigInt	2Cmdt BrigInt	CFT	UEB/UEC
KABUL 141	LIVEX	14 - 17Abr	Tancos	Cmdt FT	Cmdt BrigRR	CFT	Apront/ISAF
LEOPARDO 141	FTX	05 – 08mai	BrigMec	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	CFT	UEB/UEC
LEOPARDO 142	FTX	18 – 20nov	BrigMec	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	CFT	UEB/UEC
LOBO 141	FTX	12 – 16mai	BrigMec	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	CFT	UEB/UEC
LOBO 142	FTX	10 – 14nov	BrigMec	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	CFT	UEB/UEC
MARTE 14	LIVEX/FTX	09 - 12dez	Região de Crasto/Viseu	Cmdt BrigInt	Cmdt RI14	CFT	UEB/UEC
MERCÚRIO 141/NRF2014	LIVEX/FTX/LFX	21 – 28mar	CMSM	Cmdt BrigInt	2Cmdt BrigInt	CFT	NRF 2014
METROSÍDERO 141	LIVEX	07 – 09mai	TERCEIRA	Cmdt ZMA	Cmdt RG1	CFT	ZMA
METROSÍDERO 142	LIVEX	14 – 16out	TERCEIRA	Cmdt ZMA	Cmdt RG1	CFT	ZMA

MORSA 14	LIVEX	24 – 28mai	Madeira	Cmdt ZMM	2Cmdt ZMM	CFT	ZMM
NEPTUNO 141	LIVEX/FTX	31mar – 04abr	Campo Tiro Alcochete	Cmdt BrigInt	Cmdt RAAA1	CFT	UEB/UEC
NEPTUNO 142	LIVEX/LFX	03 – 07nov	Fonte dos Morangos/Vieira de Leiria	Cmdt BrigInt	Cmdt RAAA1	CFT	UEB/UEC
ONÇA 141	FTX	06 – 09mai	BrigMec	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	CFT	UEB/UEC
ONÇA 142	FTX	24 – 29nov	BrigMec	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	CFT	UEB/UEC
PANTERA 141	FTX	30mai	BrigMec	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	CFT	UEB/UEC
PANTERA 142	FTX	11nov	BrigMec	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	CFT	UEB/UEC
PEDRA VIVA 14	LFX	25 e 26fev	Ponta do Pargo (Madeira)	Cmdt ZMM	CmdtRG3	CFT	ZMM
PLUTÃO 14	CPX	05 - 09mai	RC6/Braga	Cmdt BrigInt	Cmdt RC6	CFT	UEB/UEC
PLUTÃO 144	FTX/LFX	24 – 29mai	RI19/Chaves	Cmdt BrigInt	Cmdt RC6	CFT	UEB/UEC
PRIOLO 141	LIVEX	07 – 11abr	S. MIGUEL	Cmdt ZMA	Cmdt RG2	CFT	ZMA
PRIOLO 142	LIVEX	13 – 17out	S. MIGUEL	Cmdt ZMA	Cmdt RG2	CFT	ZMA
PRISTINA 141	FTX	02 – 17fev14	BrigMec	Cmdt FT	Cmdt BrigMec	CFT	Apront/KFOR
PRISTINA 142	LIVEX	21 – 25jul	Tomar	Cmdt FT	Cmdt BrigRR	CFT	Apront/KFOR
RAIO 14	LIVEX/SIGEX	05 – 09out	Moimenta da Beira	Cmdt BrigInt	Cmdt RT	CFT	UEB/UEC
RAPOSA 141	FTX	31mar – 04abr	BrigMec	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	CFT	UEB/UEC
RAPOSA 142	FTX	24 – 28nov	BrigMec	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	CFT	UEB/UEC
RELAMPAGO 14	LIVEX/LFX	12 – 16mai	Fonte dos Morangos/Vieira de Leiria	CEME	Cmdt FT	COMNAV; CA; CFT	Nivel Exercito
RINO 141	CPX/LIVEX	24mar a 04abr	CMSM	Cmdt BrigMec	Cmdt GCC	CFT	UEB/UEC
RINO 142	CPX/LIVEX	24nov – 05dez	CMSM	Cmdt BrigMec	Cmdt GCC	CFT	UEB/UEC
ROSA BRAVA 14	FTX	28mai – 03jun	BrigMec	Cmdt FT	Cmdt BrigMec	CFT	Nivel Brigada
S.GABRIEL 141	CPX	24 – 28mar	BrigMec	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	CFT	UEB/UEC
S.GABRIEL 142	FTX	08 – 12dez	BrigMec	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	CFT	UEB/UEC

SATURNO 14	CPX/LOGEX	05 – 09mai	RI19	Cmdt BrigInt	Cmdt RI19	CFT	UEB/UEC
TIGRE 141	FTX	05 – 10mai	BrigMec	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	CFT	UEB/UEC
TIGRE 142	FTX	24 - 27nov	BrigMec	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	CFT	UEB/UEC
TROVÃO 141	LIVEX	26 - 30mar	Sta Margarida	Cmdt BrigRR	Cmdt RA 4	CFT	UEB/UEC
TROVÃO 142	LIVEX	17 – 21nov	Sta Margarida	Cmdt BrigRR	Cmdt RA 4	CFT	UEB/UEC
URANO 14	LIVEX/FTX/LFX	11 – 16out	Vendas Novas	Cmdt BrigInt	Cmdt RA5	CFT	UEB/UEC
VENUS 14	FTX	19 - 23Mai	AM1 (Maceda)	Cmdt BrigInt	Cmdt RE3	CFT	UEB/UEC
VIRIATO 14 / TEMIS 14	LIVEX	12 - 20Jun	Lamego	Cmdt BrigRR	Cmdt CTOE	CFT	UEB/UEC
VULCANO 14	LIVEX/LFX	10 – 14nov	CMSM	Cmdt BrigInt	2Cmdt BrigInt	CFT	UEB/UEC
ZEUS 14	LIVEX	31 mar – 04abr	Penela	Cmdt BrigRR	Cmdt RI15	CFT	UEB/UEC

5.3.2 - Exercícios sectoriais – Meios Envolvidos

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
APOLO 14	BrigRR	126		34.273,00	34.273,00			
ARES 141	2BIPara	235		8.558,92	8.558,92			
BELEROFONTE 14	BtrAAA	24		1.030,00	1.030,00			
BÓREAS 14	2BIPara/LCC/FRI	130		1.549,00	1.549,00			
CACHALOTE 14	RG1, RG2, UnAp/Cmd ZMA	596		5.958,00	5.958,00			
CELULEX 14	EqDefBQR; Equipa LTDQ; Pel BrigMec	111		2.059,00	2.059,00			
CIBER PERSEU 14	DCSI; BrigMec/BrigRR	7		1.945,00	1.945,00			
DRAGÃO 14	BrigInt	353		19.381,00	19.381,00			
EFICACIA 14	Unidades de Artilharia de Campanha e de Apoio de fogos Exército e Marinha e PAO	369		25.000,00	25.000,00			
ESCUDO 141	GAM/BrigInt	171			7.371,00			
ESCUDO 142	2BIMec(R)/BrigInt	135			-			
ESTIO 141	BCmds	72			7.094,00			
ESTIO 142	BCmds	126			-			
ESTRELA 14	BEng	52		1.116,00	1.116,00			
GARAJAU 14	RG3 e UnAp	320		1.215,00	1.215,00			
GOLFINHO 14	RG3 e UnAp	166		19.659,00	19.659,00			
GRIFO 14	BOAT	40		2.000,00	2.000,00			
HAKEA 141	BrigMec	88			4.117,00			
HAKEA 142	BrigMec	131			-			
HÉRCULES 14	CEng/BrigRR	35		495,00	495,00			
HERMES 14	CCS da BrigRR	31		1.000,00	1.000,00			
HIDRA 14	CTm da BrigRR	30		2.000,00	2.000,00			
JUPITER 14	Agr/FT1200	741		37.381,00	37.381,00			
KABUL 141	BrigRR	171		7.044,00	7.044,00			
LEOPARDO 141	CEng/BrigMec	55			1.983,00			
LEOPARDO 142	CEng/BrigMec	58			-			

LOBO 141	BrigMec	74		6.023,00
LOBO 142	ERec/BrigMec	67		-
MARTE 14	2BIMec(R)/BrigInt	294	2.000,00	2.000,00
MERCÚRIO 141/NRF2014	Recce Coy/NRF2014	156	15.063,00	15.063,00
METROSÍDER O 141	RG1	86		5.812,00
METROSÍDER O 142	RG1	105		-
MORSA 14	RG3	207	2.500,00	2.500,00
NEPTUNO 141	BtrAAA/BrigInt	43		1.899,00
NEPTUNO 142	BtrAAA/BrigInt	50		-
ONÇA 141	GAC/BrigMec	123		9.078,00
ONÇA 142	GAC/BrigMec	114		-
PANTERA 141	BAPSvc/BrigMec	73		2.484,00
PANTERA 142	BAPSvc/BrigMec	44		-
PEDRA VIVA 14	RG3	141	4.911,00	4.911,00
PLUTÃO 14	GAM/BrigInt	56	5.010,00	5.010,00
PRIOLO 141	RG2	180		8.000,00
PRIOLO 142	RG2	218		-
PRISTINA 141	1BIMec/KFOR	440		26.862,22
PRISTINA 142	1BIPara	264		-
RAIO 14	CTm/BrigInt	43	1.652,00	1.652,00
RAPOSA 141	BAAA/BrigMec	66		2.392,00
RAPOSA 142	BAAA/BrigMec	47		-
RELAMPAGO 14	Un AAA/COSF	225	20.460,00	20.460,00
RINO 141	GCC/BrigMec	149		20.196,00
RINO 142	GCC/BrigMec	140		-
ROSA BRAVA 14	BrigMec	636	60.000,00	60.000,00
S.GABRIEL 141	BrigMec	19		500,00
S.GABRIEL 142	BrigMec	28		-
SATURNO 14	BAPSvc/BrigInt	24	1.053,00	1.053,00
TIGRE 141	2BIMec/BrigMec	419		19.520,00
TIGRE 142	2BIMec/BrigMec	195		-
TROVÃO 141	GAC	168		8.991,00

TROVÃO 142	GAC	150		-
URANO 14	GAC/BrigInt	149	4.101,90	4.101,90
VENUS 14	CEng/BrigInt	37	990,00	990,00
VIRIATO 14 / TEMIS 14	FOE	16	8.014,00	8.014,00
VULCANO 14	RI13/RI14/RC6/R E3	340	23.794,00	23.794,00
ZEUS 14	1BIPara	243	5.071,00	5.071,00

5.3.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2014

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ARRCADE FUSION 14	LIVEX	03 – 21 nov	Reino Unido	ARRC			
COLIBRI 14	LIVEX	06 – 12set	França				Coop Bilateral
COMBINED ENDEAVOR 14	MPC	23 – 29mar	Bulgária	USEUCO M			EUROPA e EUA
COMBINED ENDEAVOR 14	FPC	08 – 14jun	Montenegro	USEUCO M			EUROPA e EUA
COMBINED ENDEAVOR 14	LIVEX	28ago-12set	Alemanha	USEUCO M			EUROPA e EUA
EXERCICIO DO COMANDO SUL DO EXÉRCITO BRASILEIRO	LIVEX	11 – 17mai	Brasil				Coop Bilateral
GAMMA ÉGIDA 14		26 e 27nov	Espanha				Observadores DVD
JCET 14	LIVEX	10 – 21fev	Portugal				Portugal; EUA
NOBLE LEDGER 14	LIVEX	08 – 23set	Noruega				OTAN
STEADFAST COBALT 15	IPC e CPTM	03 – 07nov	Holanda	ACO	JFCBS		OTAN
STEADFAST COBALT 15	MPC	01 – 05dec	Polónia	ACO	JFCBS		OTAN
STEADFAST FOUNT 15	CPX	21 – 26set	Turquia	NATO			OTAN
STEADFAST ILLUSION/UNIFI	FTX	30mai – 13jun	Portugal	SHAPE	SHAPE		OTAN
SWIFT RESPONSE 15	IPC	20 – 22out	Alemanha				Coop Bilateral
TRIDENT JAGUAR 14	CPX	01 – 16mai	Noruega	SHAPE	SHAPE		OTAN
TRIDENT JAGUAR 15	IPC	17 e 18set	Reino Unido	SHAPE	SHAPE		OTAN

5.3.4 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados – Meios envolvidos

Ano: 2014

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
-						

5.4 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA FORÇA AÉREA

5.4.1 - Participação em Exercícios sectoriais de Outros Ramos – Exercícios Realizados

Ano: 2014

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
-							

5.4.2 - Participação em Exercícios sectoriais de Outros Ramos – Meios Envolvidos

Ano: 2014

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
-						

- (a) FAP - Os custos inerentes às horas de voo efetuadas em cada um dos exercícios, apesar de identificados/apresentados são considerados pela FAP como parte integrante do regime de esforço atribuído às Esquadras de Voo (treino e qualificação das tripulações). Deste modo, os valores em causa não foram adicionados ao custo total.

5.4.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

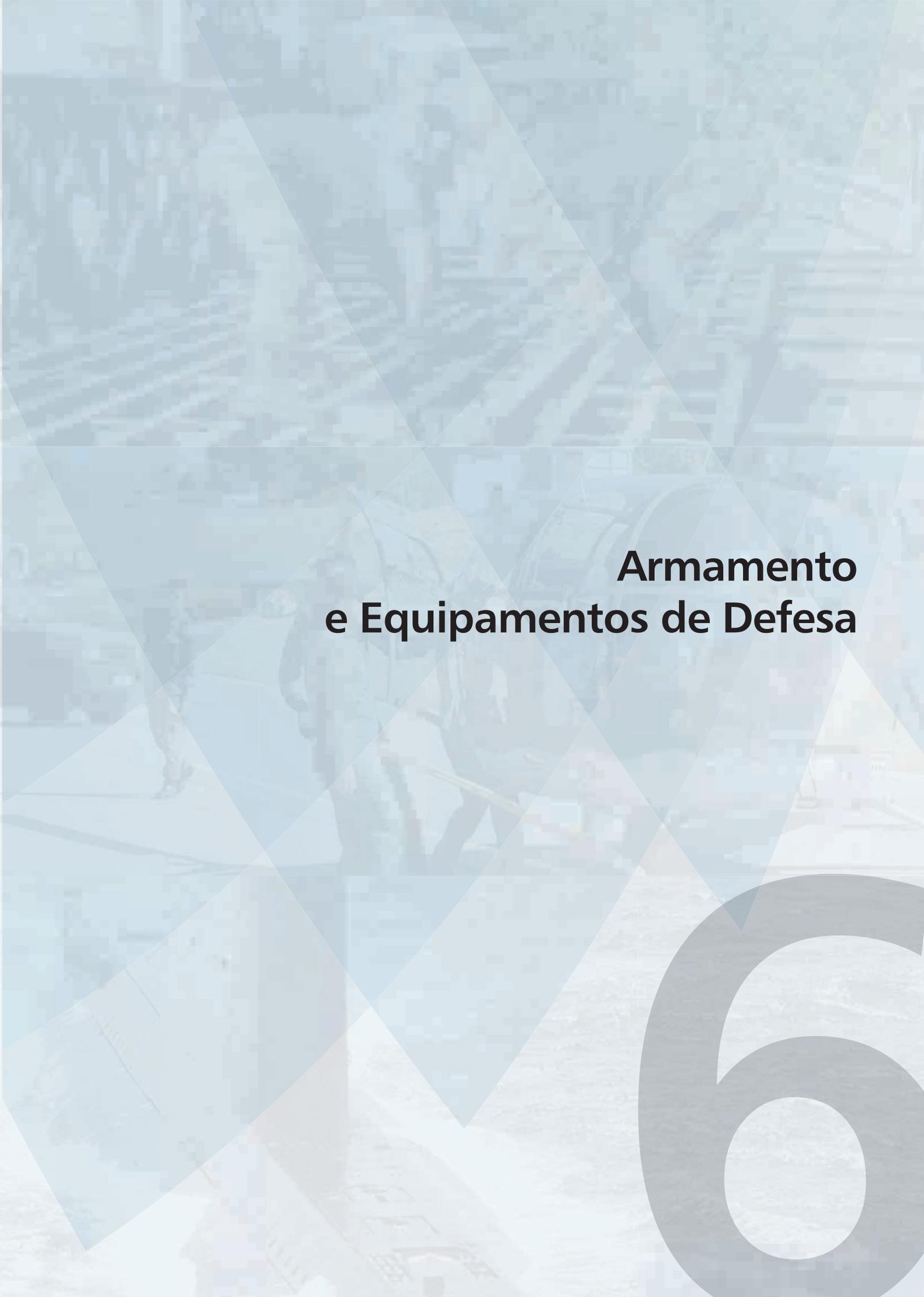
Ano: 2014

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	Observações
-							

5.4.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2014

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal/Viaturas			Custos Acrescidos (euros)			Observações
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
ARRCADE FUSION 14		BrigRR			2		2.653,78		2.653,78	
COLIBRI 14		BrigRR			2		1.336,68		1.336,68	
COMBINED ENDEAVOR 14		DCSI; RTm			2		3.487,46		3.487,46	
COMBINED ENDEAVOR 14		RTm			1		1.860,39		1.860,39	
COMBINED ENDEAVOR 14		RTm			1		1.809,25		1.809,25	
EXERCICIO DO COMANDO SUL DO EXÉRCITO BRASILEIRO		CFT; BrigInt			3		6.005,07		6.005,07	
GAMMA ÉGIDA 14		CMD BrigMec			3		1.479,35		1.479,35	
JCET 14		FOE/CTOE			24		5.558,00		5.558,00	
NOBLE LEDGER 14		RA4/BrigRR			6		5.146,68		5.146,68	
STEADFAST COBALT 15		CFT			2		2.591,30		2.591,30	
STEADFAST COBALT 15		CFT; CTm/BrigInt			2		2.823,40		2.823,40	
STEADFAST FOUNT 15		CFT; RA4/BrigRR			2		2.689,24		2.689,24	
STEADFAST ILLUSION/UNIFIED BLADE 14		CSMIE			8				-	
SWIFT RESPONSE 15		CFT			1		1.239,77		1.239,77	
TRIDENT JAGUAR 14		BrigMec			7		11.474,92		11.474,92	
TRIDENT JAGUAR 15		CFT; BrigRR			2		1.900,34		1.900,34	



**Armamento
e Equipamentos de Defesa**

NOTA EXPLICATIVA

O capítulo 6.º, da responsabilidade da Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED), cujo regime de organização e funcionamento se encontra regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º5/2012, de 18 de janeiro, portaria n.º 92/2012 de 2 de abril, e despacho n.º 7636/2012 do Diretor-geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, de 4 de abril de 2012, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 108, de 4 de junho de 2012, inclui dados estatísticos referentes a:

- Exportações e Importações de Material, Equipamentos e Tecnologias de Defesa;
- Equipamentos de Defesa e Lei de Programação Militar (LPM);
- Logística;
- Investigação e Desenvolvimento (I&D) na área da Defesa;
- Indústrias e Empresas Nacionais com Atividades no Âmbito do Setor da Defesa;
- Qualidade, Normalização e Catalogação dos Bens Militares.

Os valores apurados respeitantes a 2014 e indicados nos quadros seguintes, resultaram de contributos do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas, do IASFA, dos SCS/MDN e da consulta efetuada às indústrias nacionais de armamento e afins, sendo os restantes elementos provenientes das atividades normais da DGAIED.

CONCEITOS

Carro de Combate

Viatura de combate blindada e de autopropulsão, com forte poder de fogo, munida fundamentalmente com uma peça principal de alta velocidade inicial, capaz de fazer tiro direto para alvos blindados e outros, com elevada mobilidade em todo o terreno, com um elevado nível de autoproteção e que não está vocacionada nem equipada para transporte de tropas de combate.

Avião de Combate

Avião de asa fixa ou asa de geometria variável, armado e equipado para defrontar alvos, utilizando mísseis guiados, foguetes não guiados, bombas, metralhadoras, canhões ou outras armas de destruição, assim como qualquer modelo ou versão de avião que desempenhe outras funções militares, tais como avião de transporte não armado, reconhecimento ou guerra eletrónica.

Helicóptero de Combate

Aparelho de asa rotativa, armado e equipado para defrontar alvos ou equipado para desempenhar outras funções militares.

Fragata

Navio de 1.500 a 3.500 toneladas de deslocamento e comprimento entre 75 e 150 metros, com armamento anti superfície, antiaéreo e antissubmarino e cuja missão principal é a escolta e a luta antissubmarina.

Corveta

Navio de menor deslocamento que as fragatas, comprimento entre 60 e 100 metros, com armamento semelhante mas de menor calibre, que desempenha o mesmo tipo de missões embora com menores capacidades oceânicas.

Patrulha

Navio de pequeno a médio deslocamento (200 a 400 toneladas) e comprimento inferior a 45 metros, destinado a operar junto a zonas costeiras em missões de vigilância, patrulha e defesa.

Lancha de Desembarque

Grande

Navio de 120 a 500 toneladas de deslocamento e comprimento entre os 25 e os 55 metros, capaz de transportar e desembarcar 2 a 3 carros de combate ou 300 a 450 combatentes.

Média

Navio com comprimento entre os 15 e os 25 metros, capaz de transportar e desembarcar 1 carro de combate ou 50 a 200 combatentes.

Pequena

Navio com comprimento entre os 7,5 e os 30 metros, destinado exclusivamente ao transporte e desembarque de pessoal.

Lancha de Fiscalização

Navio de pequeno deslocamento (inferior a 150 toneladas) e com comprimento inferior a 30 metros, com fraco armamento e destinado à fiscalização das águas ribeirinhas e interiores.

Navio

Hidrográfico

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos hidrográficos ou oceanográficos.

Balizador

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos relacionados com a manutenção e conservação dos meios de assinalamento marítimo.

Escola

Navio especificamente construído ou equipado para fins de instrução.

Reabastecedor

Navio com deslocamento entre 5.000 e 10.000 toneladas e com comprimento entre 40 e 140 metros, destinado a prover o reabastecimento no mar de outros navios, quer em combustíveis quer em outros produtos, tais como alimentos, sobressalentes, etc..

Submarino

Navio de guerra cuja especificidade reside na capacidade de efetuar operações navais em imersão.

Unidade Auxiliar de Marinha

Navio e embarcação que pelas suas características ou natureza do serviço a que se destinam não deva ser considerada como unidade naval.

6.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA

Os dados inseridos nos quadros 6.1.1 e 6.1.2 foram obtidos a partir das exportações efetuadas pelas indústrias de Defesa nacionais e outras empresas legalmente autorizadas. Os elementos indicados referem-se a produtos relacionados com a defesa, que, nos termos da Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, são licenciados pelo MDN (DGAIED).

Os dados relativos ao quadro 6.1.3 foram obtidos a partir das importações efetuadas pelas empresas comerciais autorizadas, indústrias nacionais, Forças Armadas e Forças de Segurança, sendo apurados de acordo com a Lei 37/2011, de 22 de junho, nomeadamente o seu Anexo I, que define os bens cujas operações de importação/exportação carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAIED.

O quadro 6.1.6 indica-nos a relação das empresas inscritas na DGAIED que, nos termos da Lei 49/2009, de 5 de agosto, se encontram autorizadas a exercer a atividade de comércio de bens e tecnologias militares previstos no Anexo I do capítulo VII da Lei 37/2011, de 22 de junho, incluindo a sua importação e exportação.

6.1.1 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais

(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAIED)

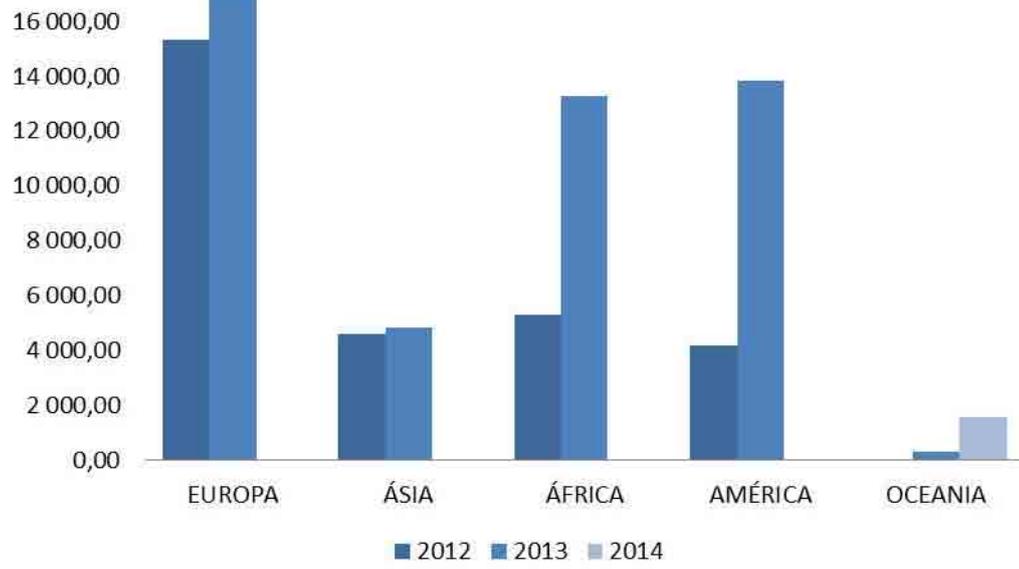
Ano	Valor (milhares de euros)
2014	156.662,83
2013	99.495,78
2012	29.433,30

6.1.2 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo

(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAIED)

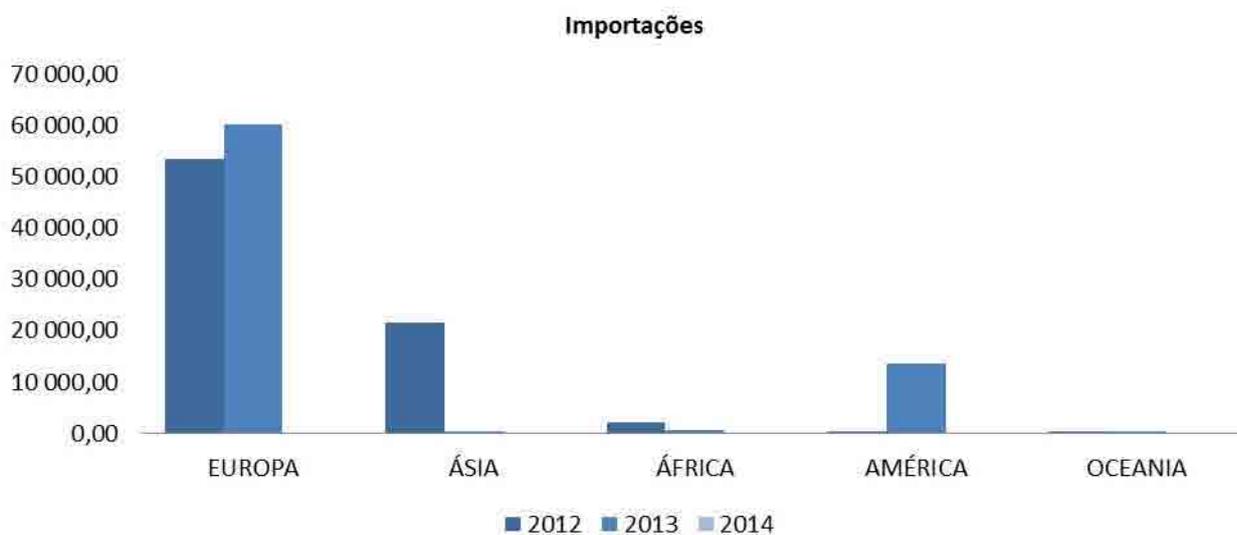
Continente	2012		2013		2014	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	15.328,60	52,08	67.221,56	67,56	95.161,33	60,74
ÁSIA	4.586,72	15,58	4.853,30	4,88	2.406,02	1,54
ÁFRICA	5.316,61	18,06	13.265,77	13,33	16.368,66	10,45
AMÉRICA	4.201,36	14,27	13.831,19	13,90	41.148,02	26,27
OCEANIA			323,96	0,33	1.578,78	1,00
TOTAL	29.433,30	100,00	99.495,78	100,00	156.662,81	100,00

Exportações



6.1.3 - Importações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo
(Apenas as importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAIED)

Continente	2012		2013		2014	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	53.510,20	69,20	60.305,93	80,82	170.124,08	48,14
ÁSIA	21.502,52	27,81	225,45	0,30	57.516,57	16,27
ÁFRICA	2.213,80	2,86	609,75	0,82	69.557,31	19,68
AMÉRICA	9,62	0,01	13.475,07	18,06	56.211,89	15,91
OCEANIA	96,08	0,12	0,80			
TOTAL	69.028,48	100,00	77.332,22	100,00	170.124,08	100,00



6.1.4 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares
 – Por Áreas do Globo
 (Apenas as exportações e importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAIED)

Ano: 2014

Continente	Importação		Exportação		Saldo (Exp. - Imp.) (milhares de euros)
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	
EUROPA	170.124,08	48,14	95.161,33	60,74	-74.962,75
ÁSIA	57.516,57	16,27	2.406,02	1,54	-55.110,55
ÁFRICA	69.557,31	19,68	16.368,66	10,45	-53.188,65
AMÉRICA	56.211,89	15,91	41.148,02	26,27	-15.063,87
OCEANIA			1.578,78	1,00	1.578,78
TOTAL	353.409,85	100,00	156.662,81	100,00	-196.747,03

6.1.5 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares
 – por Países Agregados em Organizações Internacionais a que Portugal Pertence

Ano: 2014

Organização	Importação (milhares de euros)	Exportação (milhares de euros)	Saldo Exportação- Importação (milhares de euros)	Exp/Import * 100 (%)
NATO	165.668,93	93.432,12	-72.236,81	56,40
UE	166.872,56	93.696,78	-73.175,78	56,15

6.1.6 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Atividade de Comércio de Bens e Tecnologias Militares

Empresa	Sede	Objeto da Atividade	Capital Social (euros)
Advanced Resources, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	200.000,00
A. Montez, S.A.	Sta Iria da Azóia	Armas, Geral. Comércio de bens e tecnologias militares	450.000,00
AFN, Lda	S. João Madeira	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	250.000,00
AHM, Lda	Vialonga	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
A. Silva Leal, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	50.000,00
Aeroequipo, Soc Port. Equip. Aer. Lda	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	40.000,00
Aerohélice, Lda	Alenquer	Acessórios aeronáuticos. Comércio de bens e tecnologias militares	25.000,00
Aeropart, Unipessoal Lda	Loures	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Aerotécnica Grupo Seven Air, Lda	S. Domingos de Rana	Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	199.519,00
Aero Vip – Companhia de Transportes e Serviços Aéreos, SA	Alvor	Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	600.000,00
Agusta Westland Port SA	Lisboa	Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	100.000,00
Antero Lopes, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	160.000,00
Apcol, Lda.	Prior Velho	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	9.976,00
APSJE – Aero Parts Services, Lda.		Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	10.500,00
Arsenal do Alfeite	Alfeite	Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	32.400.000,00
Aviuiquo de Portugal, Lda.	Oeiras	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	300.000,00
A.V.P. Aero Voo de Portugal	Sacavém	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
A.S. Avionics Services, Ltda	Brasil	Comércio de bens e tecnologias militares	
Blanch International & Associados	Madrid	Comércio de bens e tecnologias militares	
Browning Viana	Viana do Castelo	Geral – Comércio e Indústria de bens tecnologias militares Fabrico e comércio de armas	5.500.000,00
CABLOTEC – Cablagens e Sistemas, Lda.	Sintra	Geral – Comércio e Indústria de bens tecnologias militares	72.824,50
Caetano Coatings	Carregado	Comércio de bens e tecnologias militares	3.000.000,00
Cacicambra, Lda.	Sta.Maria Feira	Comércio de bens e tecnologias militares	750.000,00
CAE UK plc.	Reino Unido	Comércio de bens e tecnologias militares	
Comercial Hernando Moreno, S.L.U, Cohemo.	Madrid	Comércio de bens e tecnologias militares	
Conoperations, Lda.	Alcabideche	Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Corpdefense NGTT, Lda.	Paço de Arcos	Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Critical Software	Coimbra	Redes e telecomunicações. Indústria de bens e tecnologias militares	1.000.000,00
Cruzair, Lda.	Sintra	Peças e componentes. Comércio de bens e tecnologias militares	10.000,00
DEFAERLOC, S.A.	Lisboa	Comércio e locação de aeronaves militares e prestação de serviços	50.000,00
DEFLOC, S. A.	Lisboa	Geral. Comércio de bens e tecnologias militares	125.000,00
DEFMAT	Lisboa	Comércio de bens e tecnologias militares	21.000,00
Detegasa Desarrollo Tecnicas Industriales de Galicia, S. A.	Valdoviño Corunha Espanha	Comércio de bens e tecnologias militares	
Discovery Air Defence Services Inc	Canadá	Comércio de bens e tecnologias militares	
Driveline, Unipessoal, Lda.	Terrugem SNT	Geral – Comércio e Indústria de bens tecnologias militares	5000,00
E. Dias Serras, Lda.	Lisboa	Eletrónica, produtos náuticos. Comércio de bens e tecnologias militares	280.000,00
Edisoft, S.A.	Paço de Arcos	Informática, prestação de serviços de consultadoria, assistência	500.000,00
EID, S.A.	Charneca da Caparica	Eletrónica – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	11.000.000,00

Embraer Portugal, Estruturas em Compósitos, S.A.	Évora	Geral - Comércio e indústria de bens e tecnologias militares	16.500.000,0
Embraer Portugal, Estruturas Metálicas, S.A.	Évora	Geral - Comércio e indústria de bens e tecnologias militares	23.600.000,0
EMPORDEF	Sobreda da caparica	Software e equipamentos informáticos – Comércio e indústria de bens e tecnologias militares	100.000,00
Espaçomar, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Espingardaria Belga, Lda.	Lisboa	Comércio de armamento	165.417,67
ET – Empresa de Export-Import e Cooperação Industrial, Lda.	Amadora	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	124.699,00
Extincêndios, Lda	Torres Vedras	Comércio de bens e tecnologias militares	76.000,00
Exide Technologies	V. F. Xira	Baterias, componentes e acessór p/ automóv. Indústria de bens e tecnologias militares	23.126.795,00
Fabtrade, Imp e Exp, Lda	Unhos Loures	Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	50.000,00
FABREQUIPA Sociedade Industrial de Equipamento Rodoviário, Lda		Comércio e indústria de bens e tecnologias militares	2.748.000,00
Fralibra, Lda.	Amadora	Geral – comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
General Commercial Services GmbH	Áustria	Comércio de bens e tecnologias militares	35.000,00
General Dynamics Santa Bárbara	Madrid	Comércio de bens e tecnologias militares	
GLOBALEDA, S. A.	Ponta Delgada	Comércio e indústria de bens e tecnologias militares	483.125,00
GLOBALTRONIC, S. A.	Águeda	Geral - Comércio e indústria de bens e tecnologias militares	255.000,00
GMVIS SKYSOFT, S.A.		Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	1.400.000,00
Head Solutions, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	6.000,00
H. J. PAVÃO DE SOUSA	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	
Hydraplan	Lisboa	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	650.000,00
Holos, S. A.	Caparica	Desenvolvimento e comercialização de software e hardware. Comércio de bens e tecnologias militares	383.250,00
Honos, Lda.	Algés	Material aeronáutico e armamento	100.000,00
IDD, S.A.	Alcochete	Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	50.000,00
IEMA, Lda.	Lisboa	Aeronáutica, material de deteção física e química	5.000,00
INDRA SISTEMAS S.A.	Espanha	Comércio de bens e tecnologias militares	
INDRA SISTEMAS PORTUGAL, S.A.	Amadora	Geral. Comércio de bens e tecnologias militares	8.624.661,00
I-Skyex, Lda.	Santarém	Geral – Comércio e Industria de bens e tecnologias militares	600,00
INTERDEF TRADING S.A.	Lisboa	Geral – Comércio e Industria de bens e tecnologias militares	50.000,00
INVENTARIUM SR&D	Lisboa	Pesquisa e desenvolv. Comercio e Industria de bens e tecnologias militares	5.000,00
ITURRI, S.A.	Sevilha	Comércio de bens e tecnologias militares	
Jacinto Marques de Oliveira Sucrs., Lda.	Esmoriz	Geral – Comércio e indústria de bens e tecnologias militares	700.000,00
J. GARRAIO	Lisboa	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	149.639,37
J. Nicolau, Lda.	Alfragide	Geral – Comércio de bens e e tecnologias militares	5.000,00
J.P.F. ENTREPRISES, LTD.	Irlanda	Comércio de bens e tecnologias militares	
Lasi Eletrónica, Lda.	Barcarena	Eletrónica, Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	24.940,00
Latino Confeções, Lda	Braga	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	150.000,00
LAUAK – Ind Aeronautica, Lda	Setúbal	Geral - Indústria de bens e tecnologias militares	150.000,00
LISSA, Lda.	Amadora	Transitário de mercadorias – Comércio de bens e tecnologias militares	50.000,00
LUSIS, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	500.000,00
Lusodef, Lda	Amadora	Equipamentos de defesa e proteção. Comércio de bens e tecnologias militares	6.000,00
Mardef, Lda	Mem Martins	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Melco, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	50.000,00
METALESPAÇO, Unipessoal, Lda.	Amora	Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	100.000,00
Micotec, Lda.	Lisboa	Eletrónica, aparelhos elétricos – Manutenção e comércio de armamento	50.000,00
Mil-Parts	Foros de Amora	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
MJL Corporate Unip. Lda.	Alverca	Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	5.000,00
NNC PEÇAS PARA MOTORES E MAQUINAS, Unipessoal, Lda	Samora Correia	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00

Novonorte-Peças e Motores Ld	Penafiel	Geral - Comércio de bens e tecnologias militares	20.000,00
NTG, Lda.	Paio Pires	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
OGMA, S.A.	Alverca	Aeronáutica, Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	34.000.000,00
Omnitécnica, S.A.	Amadora	Eletrónica - Materiais e equipamentos - Prestação de serviços	750.000,00
Orey – Técnica Naval e Ind, Lda	Forte da Casa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	350.000,00
Palbit, S. A.	Albergaria-a-Velha	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	1.200.000,00
PANHARD GENERAL DEFENSE	França	Comércio de bens e tecnologias militares	7.500,00
Para-Equipa-Para-Quedas Equip	Lisboa	Equipamentos. Comércio de bens e tecnologias militares	7.500,00
Pinhol Defense, Lda	Évora	Indústria de bens e tecnologias militares	25.000,00
Pinhol, S. A.	Carnaxide	Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	4.040.263,00
POAVIATION	Alverca Ribatejo	Componentes aeronáuticos, manutenção de aeronaves. Comércio de bens e tecnologias militares	25.000,00
PROHERAL Exp Imp Art Her Lda	Almada	Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
PROTILIS Portugal, Lda	Sintra	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	50.000,00
PROSKIPPER, Lda.	Oeiras	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	25.000,00
Quadri, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	124.700,00
Qualifire, Lda	Póvoa da Galega	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
RANGEL	Porto	Geral – comércio de bens e tecnologias militares	500.000,00
RHEINMETALL LANDYSTEME	Alemanha	Comércio de bens e tecnologias militares	
RHEINMETALL WAFFE MUNITION GmbH (RWM)	Alemanha	Comércio de bens e tecnologias militares	
Rhode & Schwarz	Linda-a-Velha	Manutenção de produtos e equipamentos eletrónicos. Comércio de bens e tecnologias militares	500.000,00
RFS Telecomunicações, Lda.	Cascais	Material de telecomunicações – Comércio de bens e tecnologias militares	100.000,00
Salemo & Merca	Palmela	Geral – comércio de bens e tecnologias militares	1.500.000,00
Scope, Lda.	Mem Martins	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	119.711,49
SECAMIC	França	Comércio de bens e tecnologias militares	200.000,00
SECAPEM	França	Comércio de bens e tecnologias militares	320.323,00
SEJE AND PARTNERS	França	Comércio de bens e tecnologias militares	38.113,00
SERVOTECHNIK ESPAÑA, S.L.	Madrid	Comércio de bens e tecnologias militares	
Setronix, Lda.	Carcavelos	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	100.000,00
Sipamar, Lda.	Algés	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Socimarpe	Mem Martins	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Sodarca, Lda.	Lisboa	Armas, cartuchos. Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	404.525,00
Sofema S. A.	França	Comércio de bens e tecnologias militares	
SPIN WORKS, Lda.	Porto	Inv Cient Proj. Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	65.004,00
STE – Serv Telec e Eletron, S.A.	Prior Velho	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	500.000,00
Studia I, Lda	Oeiras	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	42.000,00
Sunviauto	V. N. Gaia	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	8.400.000,00
Tecnobit	Madrid	Comércio de bens e tecnologias militares	
TEKEVER ASDS, Lda.	Óbidos	Geral - Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	500.000,00
Thalles Portugal, S.A.	Paço Arcos	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	362.250,00
Transfral Trading	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	50.000,00
Vianas, S.A.	Gondomar	Geral - Comércio de bens e tecnologias militares	200.000,00
Viatel, Tecno Comunic, S.A.	Viseu	Geral - Comércio de bens e tecnologias militares	16.000.000,00
UAVision Engenharia de Sistemas, Lda.	Lisboa	Geral - Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	30.000,00
WEST SEA	Viana do Castelo	Geral - Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	50.000,00

(*) Nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de dezembro.

6.2.2 - Missões e Meios Disponíveis – Exército

Ano: 2014

Armamento/Equipamento		OCAD		FOPE						Total	Obs.
				Grandes Unidades			ZM A	ZM M	FAp G		
		CLog	CID	Brig Mec	Bri g RR	Bri g Int					
Carros de Combate	M48A5									-	
	M60A3	1		71						72	
	Leopard			37						37	
Viaturas Blindadas de Lagartas	M113A1 e A2	19	2	202						223	
	M113A2 TOW	2		14						16	
	M577A2	1		47		1				49	
	M125A1 e A2 c/ Mort 81 mm	3	1	11						15	
	M106A1 e A2 c/ Mort 107 mm	3		15						18	
	M901A1 ITV			4						4	
	M578	2		9						11	
	M74	1		1				1		3	
	M548 e A1			22						22	
	M728 VC Engenharia									-	
M88A1 e A2			7						7		
Viaturas Blindadas de Rodas	Chaimite V-200	2	4		2	12				20	
	Commando V-150					11				11	
	Panhard M-11		2		13				18	33	
	Pandur	3				153			6	162	
Obuses	105 mm M101A1 e A1L	3	1	4						8	
	105 mm Oto Melara										
	105 mm Light Gun		2		16					18	
	155 mm Reb M114	4	3			17				24	
	155 mm AP M109A2			6						6	
155 mm AP M109A5			18						18		
Sistemas de Misseis AC	MILAN	27	4		22	13				66	
	M220A1 TOW	2	2	1						5	
	M220A2 TOW									-	
Sistemas de Misseis AA	Stinger	7								7	
	Chaparral M90					1				1	
	Chaparral M98	4		8		11				23	
Material AA	Met Bitubo AA 20 mm	2	2			2	12	10		28	
	Peça AA 40 mm									-	
Morteiros	60 mm + Morteiretes	335	10		130	20				495	
	61 mm LA									-	
	81 mm	46	6	11	4	27	3		4	101	
	81 mm L16A2	12	3		13					28	
	107 mm M24 e A1	7	4	21						32	
	120 mm B e St	12	2			26	4	5		49	
Pontes (a)	VBLP			4						4	
	Apoios fixos								6	6	
	Apoios flutuantes								1	1	
Outro	LGA 40mm SB-M1	12				1				13	
	DISP. LG HK 79 40 mm	22	17	80	30	19	8	5	5	16	202
Armamento/Equipamento	Can SR 106mm M40A1 e A2	25	2			2	4	5		38	
	Can SR 84mm Carl Gustaf				2					2	
	Can SR 90 mm M67	15				10	4	4		33	

6.2.3 - Missões e Meios Disponíveis – Força Aérea

Ano: 2014

Meios	Missões																TOTAL	
	Defesa Aérea		Ataque Convencional			Reconhecimento Aéreo Tático	Apoio ao Combate	Vigilância	Patrulhamento Marítimo	Interesse Público				Transporte Aéreo				Instrução e Treino
	Patrulhamento e Interceção	Escolta Aérea	Interdição Aérea	TASMO	Apoio Aéreo					Policimento Aéreo	Busca e Salvamento	Vigilância Marítima	Evacuação Sanitária	Intra Teatro	Inter Teatros	VIP		
AVIÕES	F-16	X		X	X	X	X			X								30
	P3-C				X			X	X		X	X				X		5
	C-295							X	X		X	X	X	X		X		12
	FALCON 50												X	X	X	X		3
	C130						X				X		X	X	X	X		6
	AJET					X	X										X	10
	EPSIL																X	16
	Ligeiros																X	10
HELIS	EH101						X				X	X	X	X		X		12
	AL III										X		X	X		X		13

Nota: Total de meios disponíveis para as missões referenciadas.

6.2.4 - Lei de Programação Militar (LPM)

Principais Programas de Reequipamento das Forças Armadas

A LPM tem por objeto a programação do investimento público das Forças Armadas relativo a forças, equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infraestruturas com impacto direto na modernização e na operacionalização do Sistema de Forças Nacionais, concretizado através das medidas e capacidades fixadas em planos plurianuais.

Os principais procedimentos executados em 2014, tendo em vista a realização de programas de aquisição, foram os seguintes:

- Programas concluídos em 2014 -

Tipo de Armamento/Equipamento Contratado	Empresa/Entidade Contratada	País de Origem
Desmilitarização de munições e explosivos	IDD	Portugal
Projeto BRASS (software)	EID	Portugal

- Programas de aquisição com contratos assinados em 2014 –

Tipo de Armamento/Equipamento Contratado	Empresa/Entidade Contratada	País de Origem
Desmilitarização de munições e explosivos	IDD	Portugal
Projeto BRASS (software)	EID	Portugal

6.3 – LOGÍSTICA

No intuito de disponibilizar uma informação mais alargada e melhorada, são englobados os quadros com dados da área da Logística que foram fornecidos pelo EMGFA, Ramos das Forças Armadas, SC/MDN e IASFA.

Os elementos estatísticos do quadro 6.3.2 referem-se exclusivamente à aquisição de equipamento hospitalar, meios de diagnóstico e curativos e à manutenção do equipamento hospitalar.

A assistência na doença e outras participações aos militares das Forças Armadas são incluídas no Capítulo 4.

CONCEITOS

Escalões de Manutenção

1º Escalão

Manutenção preventiva e corretiva executada pela unidade (utilizador).

2º Escalão

Manutenção preventiva e corretiva executada pela unidade, com o apoio de equipamento oficial e de meios humanos especializados.

3º Escalão

Manutenção corretiva por avaria de um ou mais dos conjuntos ou subconjuntos de um sistema. A execução desta categoria de manutenção é feita em instalações oficiais (Oficinas Gerais ou Arsenal) ou ainda por recurso ao mercado civil.

4º Escalão

Manutenção que compreende a reparação geral de artigos principais e a recuperação de grandes conjuntos. Os artigos principais e os conjuntos que beneficiam desta categoria de manutenção, após recuperados, são normalmente destinados a alimentar o canal de reabastecimento.

6.3.1 - Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais (euros)

Ano	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2014	62.515,81	26.401.032,04	5.292.754,25	21.078.141,78	52.834.443,88
2013	187.371,27	25.045.000,00	x	17.487.054	42.721.438,27
2012	82.350,00	18.838.383,27	12.345.660,73	17.188.669,00	48.455.063,00
2011	72.143,00	28.317.220,00	5.748.176,49	22.831.365,00	56.896.761,49

X – dados indisponíveis

6.3.2 - Despesas com Equipamentos e Material de Saúde, em 2014

(euros)

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Aquisição de:				
- Equipamento hospitalar		1.254.954,00	33.577,77	1.288.531,77
- Meios auxiliares de diagnóstico				
- Meios curativos	(a)			
Manutenção de equipamento hospitalar				
TOTAL		1.254.954,00	33.577,77	1.288.531,77

a) Em virtude do Hospital de Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro

6.3.3 - Despesas com Transportes – Aquisição de Veículos – em 2014

(euros)

Equipamento	SC/MDN		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Transporte de pessoal					1	19.514,88					6	149.634,00	7	169.148,88
Transporte geral	1	20.787,00 (a)			2	49.938,00							3	70.725,00
Todo-o-terreno	3	73.200,00 (a)					2	53.351,76	1	40.000,00			6	166.551,76
Serviços especiais									1	300.000,00	1	39.999,60	2	339.999,60
Motociclos, ciclomotores e velocípedes									1	96.124,00			1	96.124,00
TOTAL	4	93.987,00	-	-	3	69.452,88	2	53.351,76	436.124,00	7	189.633,60	19	842.549,24	

X – dados indisponíveis

a) Valor de aquisição dos veículos.

6.3.4 - Despesas com Transportes – Funcionamento – em 2014

(euros)

Equipamento	SC/MDN	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Manutenção	34.350,04	39.652,99	46.473,78	435.939,25	3.873.404,00	653.652,98	5.083.473,04
Combustíveis e lubrificantes	78.643,96	59.445,05	206.514,07	342.995,80	2.369.759,00	2.197.286,11	5.254.643,99
Aquisição de serviços	989.393,23		19.854,94	42.262,61	14.000,00	261.212,17	1.326.722,95
TOTAL	1.102.387,23	99.098,04	272.842,79	821.197,66	6.257.163,00	3.112.151,26	11.664.839,98

X – dados indisponíveis

6.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O MDN, tendo como instrumento financeiro a Lei de Programação Militar, promove, dinamiza e coordena, através da Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de Defesa, mediante participação em programas e projetos cooperativos internacionais de I&D no quadro das alianças militares em que Portugal participa, assim como em projetos de âmbito nacional de tecnologias de Defesa.

Entende-se por I&D de Defesa, o conjunto de iniciativas e atividades de índole científica e/ou tecnológicas ligadas à geração e aplicação de competências, conhecimentos e saber em áreas e domínios que direta ou indiretamente concorrem para a satisfação de lacunas ou objetivos de capacidades de Defesa, para o reforço da base tecnológica e industrial de Defesa (nacional e europeia) e ainda para o apoio e informação ao processo de tomada de decisão em matéria de opção e aquisição de novos equipamentos e sistemas de armas.

6.4.1 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – MARINHA

(euros)

Programa/Projeto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			ODN-M	PIDDAC	LPM	Outras Fontes	
MECPAB	CINAV	Gestão da Manutenção					-
ERM	CINAV	Química e Materiais Energéticos					-
FPNEM	CINAV	Química e Materiais Energéticos					-
Sentinel	CINAV	Química e Materiais Energéticos					-
BlueEye	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
SafePort	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
e-Ventos	CINAV	Robótica Móvel					-
Award	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
SADAP	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
ICARUS	CINAV	Robótica Móvel				81.281,61	81.281,61
RSEM	CINAV	Química e Materiais Energéticos					-
Mission Planning	CINAV	Robótica Móvel					-
Archimaria	CINAV	História Marítima					-
Patacho de Pedro Dias	CINAV	História Marítima					-
Robonoise	CINAV	Robótica Móvel				7.687,50	7.687,50
NETMAR	CINAV	Robótica Móvel					-
NECSAVE	CINAV	Robótica Móvel					-
Autoland	CINAV	Robótica Móvel					-
REMAR	CINAV	Robótica Móvel					-
Archinaves	CINAV	História Marítima					-
CNO	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
Share	CINAV	Meteorologia e Oceanografia				4.503,29	4.503,29
Seacon II	CINAV	Robótica Móvel					-
Seagull	CINAV	Robótica Móvel					-
MaSSGP	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-

Oceanides	CINAV	História Marítima				-
Dicionário de História Marítima	CINAV	História Marítima				-
MIDNET	CINAV	Processamento de Sinal				-
Perseus	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão				-
SoSMSA	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão				-
AISINTEL	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão				-
SUNNY	CINAV	Robótica Móvel			132.353,10	132.353,10
TURTLE	CINAV	Robótica Móvel				-
SCI-271	CINAV	Robótica Móvel				-
CLIBECO	CINAV	Não Integrado				-
Ações do U-35 no Algarve. O mais bem sucedido às dos Submarinos da História	CINAV	História Marítima				-
VEEO PLUS	CINAV	Gestão da Manutenção				-
Universidade Itinerante do Mar	CINAV	Não Integrado				-
SCI-ET-012	CINAV	Robótica Móvel				-
SCI-276	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão				-
HFM-245 (RLS)	CINAV	Saúde Naval				-
MSG-117 (RTG)	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão				-
Tipologia da Conflitualidade e Beligerância Portuguesa na Grande Guerra	CINAV	História Marítima				-
TUNES	CINAV	História Marítima				-
Automatização dos levantamentos hidrográficos	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	43.382,00	3.243,00		46.625,00
IDAMAR - Sistema de informação e dados técnico-científicos	IH	Ciências da Informação	39910,00	9.590,00		49.500,00
Automatização dos sistemas de cartografia náutica	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	26.029,00			26.029,00
Vigilância da qualidade do meio marinho	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	35.601,00	18.178,00		53.779,00
SEPLAT - Cartas sedimentológicas da plataforma continental	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	119.384,00	7.400,00		126.784,00
Estudo das tecnologias das ajudas e segurança da navegação	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	17.353,00	341,00		17.694,00
Geologia Marinha	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	62.449,00	3.550,00		65.999,00
Previsão operacional	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	51.485,00	6.747,00		58.232,00
Inovação e desenvolvimento de técnicas de análise	IH	Engenharia Química	79.293,00	3.881,00		83.174,00
Dinâmica sedimentar	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	48.655,00		23.986,00	72.641,00
Rede maregráfica	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	58.657,00	14.302,00		72.959,00
Rede boias ondógrafo	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	41.515,00	12.175,00		53.690,00
Rede meteorológica	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	4.677,00	11.897,00		16.574,00
Rede Radar HF	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	5.228,00			5.228,00
Rede boias multiparametricas	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	46.844,00	31.936,00		78.780,00
TRADE	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	2.148,00		12.008,00	14.156,00
TRADE 2	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	61.630,00		1.732,00	63.362,00
HERMIONE	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	487,00			487,00
SeaDataNet 2	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	25.006,00			25.006,00
RAIAco	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	19.119,00		50.635,00	69.754,00
JERICO	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	4.694,00		10.194,00	14.888,00
TOTAL			793.546,00	123.240,00	-	324.380,50

Fonte: Marinha

6.4.2 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – EXÉRCITO

(euros)

Programa/Projeto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento			TOTAL
			PIDDAC (*)	MDN (I&D)	OMDN-EX 14	
Adaptabilidade do Ensino Superior Universitário Militar	AM	Psicologia			3.400,00	3.400,00
SAD-SISC	AM	Sistemas de Informação			7.791,47	7.791,47
Estação Rastreo de Satélites	AM	Eng ^a Electrotécnica e Informática			10.524,00	10.524,00
C2C	CPAE	Ciências da Educação			315,00	315,00
Importância Orientação 9º ano desempenho	CPAE	Ciências da Educação			341,25	341,25
Modelo Gestão Desenvolvimento Liderança	AM	Áreas Interdisciplinares			5.775,00	5.775,00
Definição Critérios Determinação Fadiga	ESE	Ciências da Saúde			11.956,33	11.956,33
AT Attention	AM	Ciências da Educação			2.205,00	2.205,00
GHAMA	AM	Eng ^a Civil e de Minas			14.000,00	14.000,00
EDDR	AM	Matemática			3.150,00	3.150,00
FUSIMIL	AM	Eng ^a Electrotécnica e Informática			15.750,00	15.750,00
Turismo Militar	BrigRR	Economia e Gestão			3.255,00	3.255,00
EMUL-BCS	RA4	Eng ^a Electrotécnica e Informática			10.600,00	10.600,00
COMSAF	RA4	Eng ^a Electrotécnica e Informática			7.502,59	7.502,59
					96.568,64	

Fonte:Exército

6.4.3 -Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – FORÇA AÉREA

(euros)

Programas	Entidade	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			PI DD AC	MDN (I&D)	OMDN-EX	Outras Fontes	
Projecto de I&D SHERLOC	AFA	Structural Health Monitoring em componentes estruturais em compósitos de aeronaves de asa rotativa				QREN	129.000,00
TOTAL			-	-	-		129.000,00

Fontes: Força Aérea

6.4.4 – Pessoal empregue em atividades de investigação e desenvolvimento

Pessoal			
Ramos	2014		
	Militar	Civil	TOTAL FORÇAS ARMADAS
Marinha			
Exército	56	37	99
Força Aérea (SHERLOC)	6	0	
TOTAL POR CLASSE	62	37	99
Entidades Ensino Superior			
	Militar	Civil	TOTAL UNIVERSITÁRIO
Escola Naval			
Academia Força Aérea			
FEUP			
FCUL			
LNEG			
TOTAL POR CLASSE	-	-	-
TOTAL DE PESSOAL	62	37	99

6.4.5- Investigação e Desenvolvimento com Financiamento LPM e Respetivas Áreas Tecnológicas – Âmbito Nacional e Internacional - Sob Coordenação da DGAIED – 2014

Programa/Projeto	Entidades Envolvidas	Área Tecnológica	Montantes 2014
<i>Projétil de artilharia para o combate de incêndios (FIREND)</i>	CINAMIL, CINAV, ANPC, IdMec, IST, ADAI, HFA	Ambiente Operacional	-
<i>Projeto de Investigação e Tecnologia em Veículos Aéreos Não Tripulados (PITVANT)</i>	FEUP, CIAFA	Robôs e Veículos não tripulados, Sensores, ambiente operacional	64.000,00
<i>Meio de Salvamento Marítimo – Bóia U-SAFE (U-SAFE)</i>	Noras Performance, ISN	Ambiente operacional	200.000,00
<i>Military Disruption Tolerant Networks (MIDNET)</i>	Tekever	Tecnologias e de Informação e Comunicação	30.000,00
<i>Reduced Sensitivity Energetic Materials for the Higher Performance of the Inertial Confinement (RSEM)</i>	Adai, Ledap	Tecnologias Energéticas	100.000,00
<i>Environmentally Responsible Munitions (ERM)</i>	Adai	Tecnologias Energéticas	69.360,00
<i>Formulation & Production of New Energetic Materials (FP-NEM)</i>	Ledap	Tecnologias Energéticas	
<i>European Unmanned Maritime Systems for MMCN and other naval applications (UMS)</i>	Marinha, FAP, FEUP, INESC-Porto	Robôs e Veículos não tripulados, Sensores, ambiente operacional	-
<i>Join Investment Program on CBRN</i>	Exército, CITEVE,	Ambiente Operacional, Proteção individual, Fatores humanos, tecnologias CBRN	112.000,00
<i>Combat Equipment for Dismounted Soldier (CEDS)</i>	Citeve, Tekever, Globaltronic,	Ambiente Operacional, Proteção individual, Fatores humanos	175.000,00

<i>Space Surveillance and Tracking (SST)</i>	DGRDN, FCT, GNS		-
<i>Protection of European seas and borders through the intelligent use of surveillance (PERSEUS)</i>	CIAFA, DAGI	Robôs e Veículos não tripulados, Sensores, ambiente operacional	Recebidas verbas
<i>Smart UNattended airborne sensor Network for detection of vessels used for cross border crime and irregular entry (SUNNY)</i>	CINAV	Robôs e Veículos não tripulados, Sensores, ambiente operacional	Recebidas verbas
<i>Integrated Components for Assisted Rescue and Unmanned Search operations (ICARUS)</i>	CINAV	Robôs e Veículos não tripulados, Sensores, ambiente operacional	Recebidas verbas
<i>Sensory devices network for food supply chain security (SNIFFER)</i>	LBDB	Ambiente Operacional, Fatores humanos, tecnologias CBRN	Recebidas verbas
		Subtotal Cooperação Europeia	750.360,00
		Subtotal NATO	-
		Total INTERNACIONAL	486.360,00
		Total NACIONAL	264.000,00
		TOTAL	750.360,00

Fonte: DGAIED

6.5 – INDÚSTRIAS DE DEFESA

Nos quadros seguintes apresentam-se de forma sucinta os elementos estatísticos relativos às empresas portuguesas com atividades no âmbito da Defesa, incluindo os Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA), respeitantes a 2013 e 2014.

6.5.1 - Indústrias Nacionais do Setor das Indústrias de Defesa – 2013 e 2014

(euros)

Áreas de Atuação	Situação	Volume de Vendas Anual - Global		Volume de Vendas em AETD	Despesas de I&D em AETD	Número de Efetivos		Exportação			
		2013	2014	2014	2014	2013	2014	TOTAL 2013	2014		
									Países UE	Países 3 ^{es}	TOTAL
EID, S.A.	Electrónica e Comunicações	15.433.000	14.506.000	14.038.000	1.989.000	143	136	7.117.000	3.008.000	4.962.000	7.970.000
ENVC,SA	CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL	3.785.661	12.837.375	2.423.142		614	30	334.955		1.035.000	1.035.000
OGMA,SA	Manutenção e fabricação aeronáutica	168.636.238	166.772.293			1566	1566	161.701.775	97.254.952	62.202.193	159.457.145
LMPQF	Saúde	9.235.094	7.053.519	N/A	N/A	75	73				-
EDISOFT	Aeronáutica e Espaço	4.527.772	3.765.548	1.269.243	60.349	53	58	3.199.558	1.596.252	671.194	2.267.446

AETD = Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa (bens e serviços)

6.5.2 - Indústrias Nacionais com Atividades Ligadas a Áreas da Defesa – 2013 e 2014

(euros)

Áreas de Atuação	Situação	Volume de Vendas Anual - Global		Volume de Vendas em AETD	Despesas de I&D em AETD	Número de Efetivos		Exportação			
		2013	2014	2014	2014	2013	2014	TOTAL 2013	2014		
									Países UE	Países 3 ^{es}	TOTAL
SETRONIX, SA	Telecomunicações	5.428.611	6.588.771	420.248	0	76	94				-
TECMIC Tecnologias de Microeletrónica, SA	TICE	2.107.278	1.663.460			42	35	331.878			-
XSEALENCE Sea Technologies, SA	TICE	126.499	631.393			2	9			532.137	532.137
SUNVIAUTO, SA	Componentes de Automóveis	19.083.326	18.900.926	281.386	14.412	331	321	17.320.099	16.292.195	785.495	17.077.690
PLANIREST CONSTRUÇÕES LDA	CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PUBLICAS	4.957.886	8.434.477	N/A	N/A	70	77				-
Almadesign Lda	Actividades de Design	238.000	355.000	37.000	0	10	10				-
CABLOTEC Cablagens e Sistemas, Lda	Cablagens, equipamentos elétricos e moldes de injeção	736.097	905.011			25	25	548.504	450.837	71.187	522.024
TEIXEIRA DUARTE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA CIVIL	631.082.435	566.233.502	N/A	N/A	3788	3698	550.859.706 (a)	522.615.307 (a)	0	522.615.307 (a)

AETD - Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa.

Nota: Os valores indicados para as exportações correspondem aos valores do Volume de Negócios da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. nos mercados externos.

6.5.3 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Atividade de Indústria de Armamento e Tecnologias de Defesa (*)

(euros)

Empresa	Sede	Objeto da Atividade	Capital Social	Efetivos	Volume de Negócios
---------	------	---------------------	----------------	----------	--------------------

(*) Nos termos da Lei 49/2009, de 5 de agosto

Nota: Já existe esta lista no 6.1.6. – Empresas autorizadas a exercer legalmente a atividade de Indústria e/ou Comércio de Bens e Tecnologias Militares

6.5.4 - EMPORDEF (SGPS), S.A. e Associações do Setor

6.5.4.1 - A EMPORDEF (SGPS), S.A. é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais públicos que agrupa as participações do Estado nas seguintes empresas da área da Defesa:

Arsenal do Alfeite S.A.	
EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A.
Empordef-TI	Tecnologias de Informação, S.A.
ENVC	Estaleiros Navais de Viana Do Castelo, S.A.
IDD	Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.
NAVALROCHA	Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.
DEFAERLOC	Locação de Aeronaves de Portugal, S.A.
DEFLOC	Locação de Equipamentos, S.A.
OGMA-Imobiliária	Imobiliária
Ribeira D'Atalaia	

6.5.4.2 - A DANOTEC - Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias, agrupa as seguintes empresas e instituições com atividades de interesse na área da Defesa:

AEROHÉLICE	Sociedade de Manutenção e Revisão Geral de Hélices, Lda
ARSENAL DO ALFEITE, SA	Manutenção e construção de navios
C3P	Centro Para a Prevenção da Poluição
CRITICAL	Software, S.A.
EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A.
EMPORDEF	Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS) SA
EMPORDEF	Tecnologias de Informação, SA
ENVC	Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.
ESRI PORTUGAL	Sistemas e Informação Geográfica, SA
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
GMVIS SKYSOFT, SA	Engenharia de Software
HOLOS	Soluções Avançadas em Tecnologias de Informação, SA
IDD	Indústria de Desmilitarização e Defesa, SA
INEGI	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores
INESC PORTO	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto
INETI	Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I.P
INOV INESC	Inovação - Instituto de Novas Tecnologias
INTELI	Inteligência e Inovação, Centro de Inovação
ISQ	Instituto de Soldadura e Qualidade

MADAN PARQUE	Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal
NAVALROCHA, S.A.	Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.
PARADIGMAXIS	Arquitetura e Engenharia de Software, SA
SATA AIR AÇORES, SA	Transportes Aéreos dos Açores
TAP AIR PORTUGAL, SA	Transportes Aéreos
TEKEVER	Tecnologias de Informação, SA

6.6 – QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO

Dentro das competências da DGAIED, foram exercidas no ano de 2014 as seguintes atividades no domínio da Qualidade, Normalização e Catalogação de bens militares:

6.6.1 - Qualidade

A DGAIED, através da Área da Qualidade da Direção de Serviços da Qualidade, Ambiente, Normalização e Catalogação (DSQANC) exerce as competências de Autoridade Nacional para o exercício da Garantia Governamental da Qualidade (GGQ) no âmbito da Defesa Nacional ao abrigo do artº 5º da Portaria 92/2012 de 2 de abril publicada no Diário da República, 1ª série, nº 66, de 2 de abril de 2012 a fim de dar cumprimento ao disposto no STANAG 4107.

A Área da Qualidade da DSQANC é ainda a entidade responsável pela concessão e manutenção da Certificação AQAP para as Indústrias de Defesa.

6.6.1.1 – Garantia Governamental da Qualidade

O STANAG 4107 dispõe um conjunto de normas para a aplicação das Allied Quality Assurance Publications (AQAP) cuja observância pode ser exigida em contratos celebrados entre países e agências NATO junto da Indústria de Defesa Nacional.

A garantia de cumprimento destas normas é feita pelo acompanhamento dos contratos no país fornecedor através da atividade GGQ diretamente pela DGAIED ou por um representante indicado por esta Direção-geral.

As ações realizadas no âmbito do acompanhamento de contratos pela DGAIED, enumeram-se na tabela abaixo:

Empresa	Contrato	2013	2014
ETI, S.A	GPATE – Sub-contract dated May 20th 2009	0	1

6.6.1.2 – Certificação AQAP

A DGAIED é a entidade responsável pela emissão e manutenção da Certificação NATO AQAP (Allied Quality Assurance Publications) das empresas que atuam no setor da Defesa.

As ações realizadas no âmbito da Certificação AQAP realizadas pela DGAIED caracterizam-se pelas auditorias de Qualidade e pela emissão de certificados de Qualidade. Nas tabelas abaixo enumeram-se as atividades realizadas neste âmbito:

Auditorias

Empresa	Tipo de Auditoria	2013	2014
Critical Software, S.A.	Acompanhamento	1	
DEIMOS Engenharia, S.A.	Renovação		1
EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.	Acompanhamento	1	
ETI – Tecnologias de Informação, S.A.	Concessão	1	
idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais S.A.	Renovação		1
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	Renovação	1	
Total		4	2

Emissão de Certificados

Empresa	Certificado	2013	2014
DEIMOS Engenharia, S.A.	AQAP 2110		1
ETI – Tecnologias de Informação, S.A.	AQAP 2110	1	
idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais S.A.	AQAP 2110		1
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	AQAP 2110	1	
Total		2	2

Dentro das competências da DGAED, foram exercidas no ano de 2014 as seguintes atividades no domínio da Qualidade, Normalização e Catalogação de bens militares:

6.6.2 - Normalização

Os Acordos de Normalização ou STANAG's – acrónimo que deriva da expressão ***Standard Agreements*** – são instrumentos usados na NATO para estabelecer normas militares comuns a todos os países da Organização nos domínios das políticas, das regras e procedimentos que abrangem variados domínios: operacionais, científicos, técnicos, logísticos, qualidade, etc.

6.6.2.1 - Acordos de Normalização NATO

	2013	2014
Número de processos elaborados	80	116
Número de Pedidos de Parecer aos Ramos das Forças Armadas	15	21
Número de respostas aos Pedidos de Parecer solicitados aos Ramos das Forças Armadas	75	72
Número de acordos de normalização (STANAG's) ratificados por Portugal	53	86
Número de registos que constam na Base de Dados Nacional	1.165	1.135

6.6.3 - Catalogação

O Centro Nacional de Catalogação, cumprindo o definido nos STANAG's 3150 e 3151, ratificados e implementados por Portugal, é a entidade nacional responsável pela:

Catálogo de artigos de produção nacional utilizados quer pelas Forças Armadas nacionais, quer pelas Forças Armadas de outros países que usam o Sistema de Catalogação NATO;

Catálogo de artigos utilizados pelas Forças Armadas nacionais que são produzidos em países não-NATO, mas que fazem parte do Sistema de Catalogação NATO (países participantes no Comité de Diretores Nacionais de Catalogação - AC/135);

Atribuição de Código de Organização (CORG) às organizações sediadas em Portugal que são fornecedoras das Forças Armadas nacionais e estrangeiras.

A catalogação destes artigos é efetuada através da atribuição de um “Número NATO de Abastecimento” (NNA) que identifica de forma inequívoca o artigo em causa para todos os países que utilizam o Sistema de Catalogação NATO.

Atualmente, com o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão do Ministério da Defesa Nacional (SIGDN), o Centro Nacional de Catalogação passou a gerir e a atribuir os Números de Abastecimento Provisório (NAP-MD).

6.6.3.1 - Pedidos de Catalogação de Artigos – 2014

Solicitações	Origem	Ao CNC Nacional	
		Pedidos de Catalogação	Catalogados
Internacional	Alemanha	2	2
	Austrália	6	6
	Áustria	5	3
	Bélgica	1	1
	Dinamarca	4	4
	Espanha	5	5
	Holanda	1	1
	Itália	3	3
	NSPA	1	1
	Reino Unido	8	8
	TOTAL	36	34
Nacional	Marinha	153*	139
	Exército	472*	433
	Força Aérea	26*	25
	TOTAL	651	597

Observações: Para além da satisfação dos 597 pedidos de catalogação válidos (*54 pedidos não válidos – 14 da Marinha, 39 do Exército e 1 da Força Aérea).

6.6.3.2 - Pedidos de Atribuição de Códigos de Organização (CORG) – 2014

Solicitações	Origem	Ao CNC Nacional	A CNC Estrangeiros
		Organizações Nacionais	Organizações Estrangeiras
Internacional	Alemanha		5
	Bélgica		1
	Espanha	2	8
	E.U.A.		1
	França		2
	Holanda		2
	Itália		6
	Reino Unido		3
	Países Não OTAN		18
	TOTAL	2	46
Nacional	Marinha	6	-
	Exército	19	-
	Força Aérea	12	-
	Empresas	37	-
	TOTAL	74	-

6.6.3.3 - Propostas de Cancelamento de Números de Abastecimento NATO (NNA) - 2014

Pospostas de Cancelamento	Quantidade
Recebidas	158
Respostas efetuadas	77

6.6.3.4 - Situação da Base de Dados de Catalogação (SPCAT II*) em 31 de dezembro de 2014

Registos	Quantidade
Artigos catalogados por Portugal	13.237
Referências nacionais	X
Artigos internacionais – PRT é Utente	457.396
Artigos Nacionais com Utente estrangeiros	1.484
Organizações nacionais	4.669

* SPCAT - Sistema Português de Catalogação – versão 2

6.6.3.5 - Articulação do Centro Nacional de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional - SIG-DN (Área Logística) – 2014

	Atribuição de Número de Abastecimento Provisório (NAP/MD)	Alterações Efetuadas em SIG-DN (a)	Inserções de Dados (NAP e NNA) no Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIGDN/SAP)(b)
Marinha	4.968	23.172	9.151
Exército	32.499	3.366	100.500
Força Aérea	1.984	6.198	3.150
SC/MDN			
EMGFA	148	16	221
IASFA			
Total	39.599	32.752	113.022

(a) Compreendendo operações de: Evolução (NAP para NNA ou NNA para NNA); Eliminação (NAP e NNA); Adição/Eliminação de Utente; Adição/Eliminação de referências.

(b) Total de números de gestão (NAP-MD e NNA) inseridos em SIG-DN.

6.6.3.6 - Curso Geral de Catalogação

No período de 27 a 31 de Outubro de 2014, a Divisão de Catalogação de Material (Centro Nacional de Catalogação) da DGAIED organizou e ministrou o Curso de Operadores do Sistema Nacional de Catalogação – Nível 1 (COSNC - N1). Este curso de formação em diversas áreas técnicas da Catalogação, desenvolveu-se ao longo de uma semana com a duração de 30 horas.

O COSNC – N1 contou com a participação de 14 militares e 2 civis, num total de 16 formandos e com a distribuição de proveniências a seguir indicada:

Ramo / Entidade	Formandos
DGAIED (Centro Nacional de Catalogação)	1
EMGFA	1
Marinha	6
Exército	5
Força Aérea	3
TOTAL	16

An aerial photograph of an airport runway, showing the runway surface, taxiway, and surrounding landscape. The image is overlaid with a large, semi-transparent number '7' in the bottom right corner. The text 'Infra-Estruturas' is centered on the image.

Infra-Estruturas

NOTA EXPLICATIVA

O capítulo 7º, da responsabilidade da Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED), cujo regime de organização e funcionamento se encontra regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º5/2012, de 18 de janeiro, Portaria n.º 92/2012 de 2 de abril, e Despacho n.º 7636/2012 do Diretor-geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, de 4 de abril de 2012, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 108, de 4 de junho de 2012, inclui dados estatísticos referentes ao património imobiliário afeto à Defesa Nacional.

Os dados apurados respeitantes a 2014 e indicados resultam da contribuição dos Órgãos e Serviços Centrais, do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas e do Instituto de Ação Social das Forças Armadas.

CONCEITOS

Desamortização de Unidades Imobiliárias

Desafetação de unidades imobiliárias do MDN, mediante a reafetação a outras entidades do Estado, e alienação por venda ou cessão a título definitivo e oneroso a pessoas coletivas de direito público ou instituições particulares de interesse público.

Alojamento Clássico

Locais distintos e independentes, constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural) que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação, na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Distinto

Significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da coletividade.

Independente

Significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

Área Bruta de Construção

É o resultado do somatório da área bruta dos pisos, medida pelo perímetro exterior das paredes e eixo das paredes separadoras, incluindo as varandas privativas.

Área do Terreno

Área bruta do terreno delimitado pelo seu perímetro.

Capacidade de Alimentação

Número de refeições servidas por hora em cada unidade, considerando condições normais de utilização.

Capacidade de Alojamento

Número máximo de camas instaladas em cada unidade, em condições normais de utilização.

Classificação de Imóveis

A classificação dos edifícios como Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público encontra-se definida na Lei nº 107/2001, de 9 de agosto.

Imóvel de Interesse Municipal

Consideram-se de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

Imóvel de Interesse Público

Imóvel que, sem merecer a classificação de monumento nacional, ofereça, todavia, considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico.

Monumento Nacional

Imóvel cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico.

Construção Nova

Edificação inteiramente nova, ainda que no terreno sobre o qual foi erguida já tenha sido efetuada outra construção, incluindo-se ampliações de edifícios existentes.

Grandes Reparações de Unidades Imobiliárias

Trabalhos através dos quais as construções são melhoradas ou renovadas, prolongando materialmente a sua duração de tempo útil.

Natureza das Unidades Imobiliárias

Qualificação dos prédios em rústicos, urbanos ou mistos, tendo em conta a sua descrição na matriz predial.

Servidões das Unidades Imobiliárias

Restrições aos direitos de propriedade, público e privado, relativos a zonas confinantes com organizações militares ou de interesse para a Defesa Nacional, de carácter permanente ou temporário. Estas servidões são criadas por decreto.

TIPOS DE UTILIZAÇÃO

Operacional

Unidades imobiliárias utilizadas para o desenvolvimento das atividades (missões), da componente operacional do Sistema de Forças Nacional. São exemplos de unidades imobiliárias classificadas nesta categoria quartéis, bases aéreas e bases de fuzileiros.

Logístico-Administrativo

Unidades imobiliárias cuja utilização é dirigida para o apoio logístico e administrativo da estrutura orgânica da Defesa Nacional, tais como os Centros de Finanças, os Centros de Recrutamento e o Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea.

Formação/Instrução

Unidades imobiliárias destinadas a ministrar formação militar, instrução, instrução básica e treino (academias, institutos, escolas, centros de instrução, campos de tiro, etc.), bem como ensino civil, tais como o Instituto de Odivelas, o Colégio Militar e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

Cultural

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com a divulgação cultural (museus, bibliotecas, etc.).

Ciência e Tecnologia

Unidades imobiliárias onde se desenvolvem atividades científicas e tecnológicas – conjunto de atividades sistemáticas, estreitamente ligadas à produção, promoção, difusão e aplicação de conhecimentos científicos e técnicos em todos os domínios da ciência e tecnologia. Incluem-se nesta categoria os serviços hidrográficos, cartográficos, laboratórios de investigação de produtos químicos e farmacêuticos, etc.

Saúde

Unidades imobiliárias cuja função é de apoio à saúde (hospitais militares, casas de saúde, farmácias, laboratórios militares de análises clínicas, etc.).

Justiça

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com questões de justiça militar (tribunais, casas de reclusão, etc.).

Apoio Social

Unidades imobiliárias destinadas ao apoio social dos militares (messes, habitações, lares e outros equipamentos de carácter social).

Mistos

Unidades imobiliárias em que existem mais do que uma das utilizações referidas, não sendo nenhuma delas prioritárias em termos de ocupação de espaço.

Outros

Unidades imobiliárias cuja utilização não se integra em nenhuma das definições anteriores, nomeadamente faróis, farolins, estradas militares, etc.

Unidade Imobiliária

Todo o imóvel ou agrupamento imobiliário que seja fisicamente autónomo e independente e que apresente, em si mesmo, continuidade, qualquer que seja o número de freguesias em que se situe e o número de entidades afetárias ou utentes.

Imóvel

Prédio rústico ou urbano afeto ao MDN, localizado no país ou no estrangeiro, incluindo edifícios ou construções de carácter provisório que se encontrem assentes no mesmo local por um período superior a 6 meses.

Agrupamento imobiliário

Conjunto de várias edificações separadas entre si, mas constituindo um todo, por se encontrarem interligadas por um espaço exterior comum, em regra, vedado.

Unidades Imobiliárias Adquiridas

Imóveis que passaram a integrarem o património afeto ao MDN, independentemente da forma como se processou a afetação (compra, permuta, arrendamento ou expropriação), sendo excluídas as novas construções.

7.1 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFETAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2014

Localização	UI DO ESTADO								UI ARRENDADAS					TOTAL	
	SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA			S C	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea		IASFA
						PI	PE	DT							
Continente	5	5	295	375	87	127	8	39			15	10	1		967
Açores	1	24	102	23	33	3		1			21	4	36		248
Madeira		16	20	10	10	1					25				82
USA					3										3
TOTAL	6	45	417	408	133	131	8	40	-	-	61	14	37	-	1.300

(a) São consideradas "UI do Estado", as UI cuja totalidade das suas parcelas prediais tem como titular o Estado.

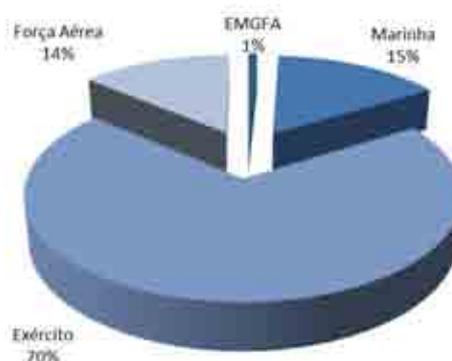


7.2 – SERVIDÕES DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFETAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2014

Localização	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Continente		15	79	15	109
Açores	1	3	4	1	9
Madeira		1	4	1	6
TOTAL	1	19	87	17	124

Nota: Estes valores correspondem aos Decretos de Servidão em vigor, independentemente do número de Unidades Imobiliárias abrangidas por cada Servidão.



7.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2014

Afetação	Localização	Tipos de Utilização										
		Operacional	Logístico-Administrativo	Formação e Instrução	Cultural	Ciência & Tecnologia	Saúde	Justiça	Apoio Social	Mistos	Outros	TOTAL
SC	Continente	1 c)	1 c)		2 c)						1 a)	5
	Açores										1 b)	1
EMGFA	Continente	5										5
	Açores	24										24
	Madeira	16										16
Marinha	Continente	197	9	3	3	1	1	0	52	3	53	322
	Açores	68	12						39	1	5	125
	Madeira	19	1						24	3		47
Exército	Continente	25	43	40	10	2	7	1	55	18	184	385
	Açores	4	1	2					7		13	27
	Madeira	3	1	1	1				3		1	10
Força Aérea (a)	Continente	41	19	7	5		1		8		10	91
	Açores	27	20						6		16	69
	Madeira	6	1						1		2	10
	USA								3			3
IASFA	Continente								134		40	174
	Açores								4			4
	Madeira								1			1
TOTAL		436	108	53	21	3	9	1	337	25	326	1.326

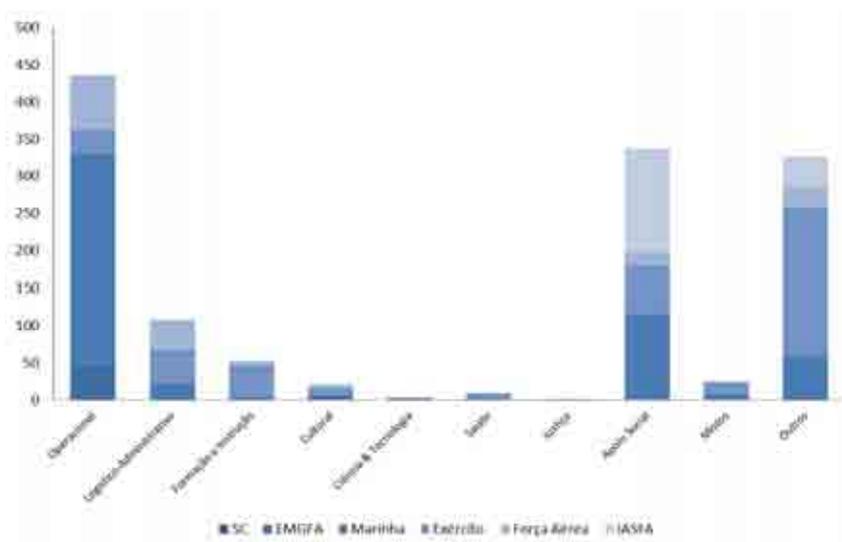
Nota: Existem Unidades Imobiliárias (UI) que possuem mais do que um tipo de utilização, pelo que os totais das UI afetas à defesa poderão não corresponder aos totais do presente quadro.

a) Bateria da Lage

b) Messe Hotel Serviflor

c) Dados recolhidos do SIIE

d) As Unidades Imobiliárias do complexo de Sintra e do complexo do Lumiar para efeitos do tipo de utilização são divididas em duas Unidades Imobiliárias, sendo respetivamente BA1+AFA+MUSAR e BALUM/UAL+CMA



7.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS

(milhares de euros)

Organismo	2010		2011		2012		2013		2014		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
SC											-
EMGFA									3.419.300,00	62,7	3.419.300,00
Marinha	6.927,30	38,1							0	0	6.927,30
Exército	7.088,60	39,0	4.045,20	64,9	(a)		13.999,86	96,2	1.156.286,50	21,2	1.181.420,16
Força Aérea	4.017,90	22,1	2.183,20	35,1	384,80	100,0	557,9	3,8	874.966,00	16,1	882.109,80
IASFA	124,50	0,7							-	-	124,5
TOTAL	18.158,3	100,0	6.228,40	100,0	384,80	100,0	14.557,76	100,0	5.450.552,50	100,00	5.489.881,76

(gráfico)

7.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS

(milhares de euros)

Organismo	2010		2011		2012		2013		2014		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
SC	465,0	3,2	335,00	3,42					557.561,40 (c)	6,8	558.361,40
EMGFA	130,0	0,9			309,68		919,48	0,4	396,00	0,1	1.755,16
Marinha	2.671,3	18,4	1.461,90	14,91	2.576,36	47,9					6.709,56
Exército	4.435,7	30,5	4.707,50	48,02	(a)		4.176,50	1,8	3.943.081,38 (b)	48,3	3.956.401,08
Força Aérea	5.162,3	35,5	1.979,80	20,19	1.477,00	27,4	2.636,70	1,1	3.656.481,95	44,8	3.667.737,75
IASFA	1.691,8	11,6	1.319,60	13,46	1.328,35	24,7	2.324.160,00	96,6			2.328.499,75
TOTAL	14.556,06	100,0	9.803,80	100,00	5.691,39	100,0	2.331.892,68	100,0	8.157.520,73	100,0	10.519.464,70

a) Segundo dados da DIE, durante o ano de 2012 o Exército não efetuou gastos com grandes reparações imobiliárias.

b) Só foram consideradas as intervenções acima dos € 100.000 (valores c/ IVA incluído).

c) No presente exercício económico foram consideradas as reparações constantes da conta 622322-Conservação e reparação de edifícios (enquadrados na rubrica orçamental 02.02.03).

7.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFETOS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2014

Afetação	Localização	Edifícios Classificados		Edifícios em Vias de Classificação		TOTAL
		Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	
SC	Continente		4(b)			4
	Açores					-
EMGFA	Continente		2(c)			2
	Açores					-
	Madeira					-
Marinha	Continente	4	14			18
	Açores		2			2
	Madeira		1			1
Exército	Continente	25	11	57		93
	Açores		3			3
	Madeira	1				1
Força Aérea	Continente				2	2
	Açores					-
	Madeira					-
IASFA	Continente		3			3
	Açores					-
	Madeira					-
TOTAL		30	40	57	2	129

a) Os dados referentes aos edifícios em vias de classificação são indiferenciados.

7.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS(a)

Localização	SC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea (a)		IASFA		TOTAL	
	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC
Continente			14.744	36.283	8.458.373,89	649.410,02	101.535.714	1.596.771	111.053,3	4.190,2	81.550,58	220.919,37	110.201.435,77	2.507.573,59
Açores				11.497	421.991,72	51.334,85	944421	37390,30	7.207,6	436,4	489,6	2.448,00	1.374.109,92	103.106,55
Madeira				6.846	151.754,30	10.653,80	234830,78	41191,41	687,2	8,6	726	1.639,00	387.998,28	60.338,81
USA					-	-	-	-	5,6	0,8	-	-	5,60	0,80
TOTAL	-	-	14.744	54.626	9.032.119,91	711.398,67	102.714.966	1.675.353	118.953,7	4.636,0	82.766,18	225.006,37	111.963.549,57	2.671.019,75

AT – Área do terreno ABC – Área bruta de construção (edificações)

(a) Informação recolhida no SIIE.

7.8 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS ADQUIRIDAS

Ano	SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força	IASFA	TOTAL
2013							-
2012							-
2011							-
2010							-
2009							-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-

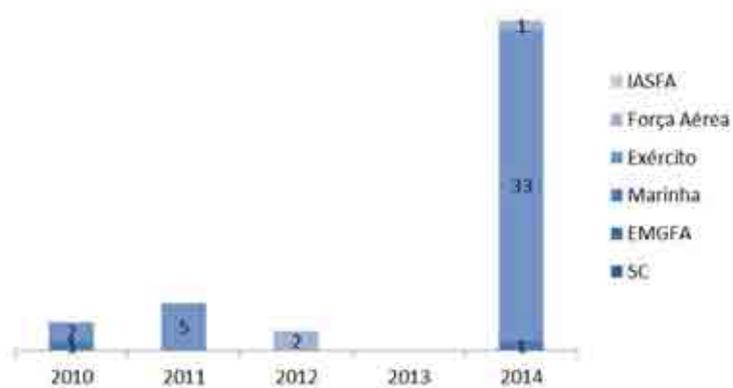
7.9 – ALIENAÇÃO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFETAS À DEFESA NACIONAL

Afetação	Localização	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
SC	Continente						-
	Açores						-
	Madeira						-
EMGFA	Continente						-
	Açores						-
	Madeira						-
Marinha	Continente	1				1	2
	Açores						-
	Madeira						-
Exército	Continente	2	3			33 b)	38
	Açores		2				2
	Madeira						-
Força Aérea	Continente			2 (a)			2
	Açores					1 c)	1
	Madeira						-
	USA						-
IASFA	Continente						-
	Açores						-
	Madeira						-
TOTAL		3	5	2	-	35	45

a) Alienação de duas UI através do Despacho n.º 16063/2012 dos Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional, (publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 244 de 18 de Dezembro de 2012).

b) Foram considerados os imóveis abatidos ao cadastro do Exército

c) Alienação de duas UI através do Despacho n.º 16063/2012 dos Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional, (publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 244 de 18 de Dezembro de 2012).



7.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS

Ano: 2014

Localização	SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
	N.º de unidades						
Continente			250	1.711	562	1.783	4.306
Açores		28	226		196	30	480
Madeira		2	60	39	2		103
USA					3		3
TOTAL	-	30	536	1.750	763	1.813	4.892

7.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES

Ano: 2014

Afetação	Localização	N.º de Unidades		Capacidade de Alojamento		Capacidade de Alimentação	
		N.º de quartéis e bases	N.º de bases	N.º de camas	N.º de refeições servidas/hora		
	Continente						
Marinha	ZMN	X	X	X	X	X	X
	ZMC	X	X	X	X	X	X
	ZMS	X	X	X	X	X	X
	Açores	X	X	X	X	X	X
	Madeira	x	X	x	X	x	X
Exército	Continente	58	X	25.671	X	23.640	X
	Açores	3	X	770	X	829	X
	Madeira	2	X	1.031	X	536	X
Força Aérea	Continente	X	18	X	7.132	X	X
	Açores	X	1	X	353	X	X
	Madeira	X	1	X	-	X	X
	USA	X	-	X	-	X	X
TOTAL		63	20	27.472	7.485	25.005	X

X – Não disponível.

Nota: O n.º de unidades é auferido pelo n.º de quartéis e bases; a capacidade de alojamento é auferida pelo n.º de camas e a capacidade de alimentação é auferida pelo n.º de refeições servidas/hora.

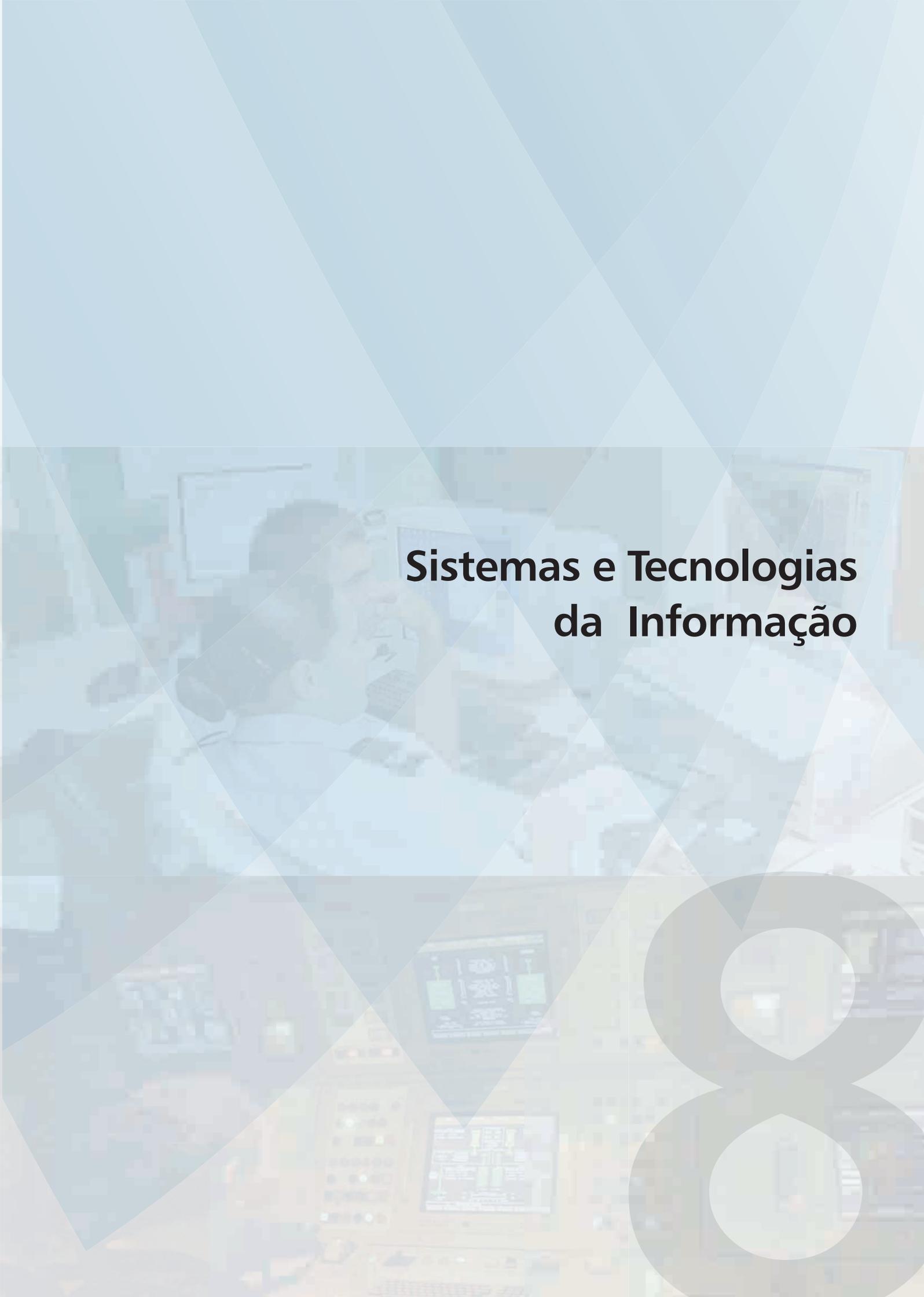
7.12 – NATUREZA DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS (a)

Ano: 2014

Organismo	Rústica	Urbana	Mista	Omissa na Matriz Predial	TOTAL
SC		5		1	6
EMGFA		45			45
Marinha	62	167	19	10	258 b)
Exército	85	279	53	5	422
Força Aérea	123	22	25		170
IASFA	2	176	1		179
TOTAL	272	694	98	16	1.080

a) UIE + UIA

b) Unidades imobiliárias do Estado + Unidades imobiliárias arrendadas (natureza de 220 UI por apurar, pendente levantamento junto das Finanças)



Sistemas e Tecnologias da Informação



SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

CONCEITOS

1. *Hardware*

Minicomputador (Departamental)

Sistema de médio porte, multiutilizador, desenhado para suprir as necessidades de um departamento de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina médios, possibilitando a sua portabilidade e geralmente utilizando sistemas operativos do tipo *UNIX*, *OS/400* ou *Windows NT*, etc.

Microcomputador (PC's)

Sistema de pequeno porte, normalmente monoposto e de uso pessoal, com capacidade de processamento e comunicações próprias, orientados para o tratamento de aplicações de uso geral.

Inclui a unidade de processamento, o monitor, o teclado e o rato. O equipamento deverá ser considerado enquanto solução autónoma, bem como quando utilizado em rede.

Periférico

Dispositivo ligado e controlado por um computador e suscetível de com ele comunicar (ex.: impressoras, *drives* de disco, *scanners*, etc.).

Inclui os terminais não inteligentes dos computadores de grande porte e dos minicomputadores.

Comunicações

Engloba os equipamentos de rede (ex.: *routers*, *bridges*, *switches*, *gateways*, repetidores, concentradores, etc.) e o respetivo suporte físico (ex.: fibra ótica, cabo coaxial, par entrançado, UTP, *wireless*, etc.).

2. *Software*

SGBD – Sistema de gestão de base de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas que têm como função assegurar a gestão automatizada de uma base de dados e o controlo e gestão dos utilizadores que lhe acedem (ex.: *ORACLE*, *DB2*, *SQL Server*, etc.).

Ferramenta de desenvolvimento

Programa ou conjunto coordenado de programas cujo objetivo é o desenvolvimento de aplicações. Tipicamente inclui um editor, a linguagem de programação com compilador, *linker* e *debugger* e uma livreria de módulos e funções prontas a usar (ex.: *C*, *Pascal*, *Visual Basic*, *Java*, etc.).

Ferramenta de produtividade individual

Programa ou conjunto coordenado de programas, normalmente orientado para computadores pessoais, cujo objetivo é potenciar facilidades que contribuam para o aumento significativo da produtividade pessoal num sistema informático (ex.: folhas de cálculo, bases de dados, processadores de texto, SW de apresentação e edição gráfica, etc.).

SW de transferência de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a transferência de dados entre sistemas, a emulação e o controlo de comunicações (ex.: *mail*, *EDI*, *PC3270*, *FTP*, *TCP-IP*, *SNA*, etc.).

SW de segurança

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a de garantir a segurança da informação num sistema informático (ex.: *Firewall*, SW de autenticação e encriptação, antivírus, etc.).

SW aplicacional

Programa ou conjunto coordenado de programas que se destinam a fazer face a tarefas concretas e específicas do organismo.

3. Serviços

Desenvolvimento de SW

Atividades que englobam a aquisição de serviços de programação e/ou de aplicações desenvolvidas à medida, contratadas a um fornecedor externo à organização.

Manutenção de HW e SW

Atividade que tem por fim conservar ou repor uma unidade funcional num estado que lhe permita desempenhar a sua função.

Comunicações

Serviços na área das comunicações prestados por operadores de comunicações.

Inclui os custos de assinatura e de utilização.

Consultoria

Serviços prestados por um fornecedor externo em funções de estudo, análise, aconselhamento e orientação na área dos SI/TI.

Outro Outsourcing

Entrega da execução de uma função da organização, na área dos SI/TI, a um fornecedor externo, não incluída em rubrica anterior.

8.1 - DESPESAS COM A AQUISIÇÃO E LOCAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

(euros)

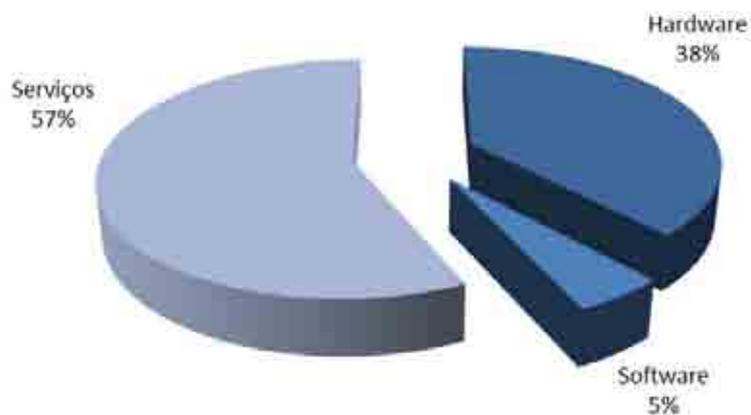
Bens e Serviços		MDN (*)		EMGFA		Marinha (a)		Exército		Força Aérea		TOTAL		
		Qt.	Valor											
Equipamento Informático Hardware	Computadores de Grande Porte	A	15	423.798,82					5	45.080,94			20	468.879,76
		L											-	-
	Minicomputadores	A	4	12.792,79					12	31.881,05	10	319.131,00	26	363.804,84
		L											-	-
	Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	907	198.180,82	66	43.982,36	1.006	525.060,69	516	180.025,63	232	161.379,00	2.727	1.108.628,50
		L	32	8.978,35									32	8.978,35
	Periféricos	A	472	293.440,59	6	177,93	1.120	267.027,33	45	23.402,61	140	121.670,00	1.783	705.716,46
		L											-	-
	Comunicações	A	241	58.510,18	25	1.076.683,45	94	323.246,12	141	201.909,69	537	276.957,00	623	1.786.268,44
		L	1	1.074,27									1	1.074,27
Subtotal	A	1.639	986.723,20	97	1.120.843,74	2.220	1.115.334,14	719	482.299,92	919	879.137,00	5.594	4.584.338,00	
	L	33	10.052,62									33	10.052,62	
Suporte Lógico Software	Sistemas Operativos	A	125	12.740,50	68	2.093,61	77	10.232,29	576	65.389,43			846	90.455,83
		L											-	-
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	1	327,57			11	3.295,67					12	3.623,14
		L											-	-
	Ferramentas de Desenvolvimento	A									1	116.505,00	1	116.505,00
		L											-	-
	Ferramentas de Produtividade Individual	A	10	5.688,86					1	343,56	92	20.517,00	103	26.549,42
		L											-	-
	SW de Transferência de Dados	A					80	46.773,64					80	46.773,64
		L											-	-
SW de Segurança	A	1	4.305,00	877	15.403,06			18	43.290,96			896	62.999,02	
	L	105	1.237,45							4.650	11.070,00	4.755	12.307,45	
SW Aplicacional	A	2	413,28	20	8.346,55	393	191.425,23	14	178.047,05			429	378.232,11	
	L									66	39.827,00	66	39.827,00	
Subtotal	A	139	23.475,21	965	25.843,22	561	251.726,83	609	287.071,00	92	287.071,00	2.366	608.633,26	
	L	105	1.237,46							4.717	167.402,00	4.822	168.639,45	
Serviços	Desenvolvimento de Software	A	2	19.356,59	1	5.166,00	5	62.661,21					8	87.183,80
		L											-	-
	Manutenção de Hardware e Software	A	43	443.338,60	18	506.918,04	29	668.642,76	13	121.522,73	34	691.170,00	137	2.431.592,13
		L	41	74.870,60									41	74.870,60
	Formação	A	12	271.532,03									12	271.532,03
		L											-	-
	Comunicações	A	50	138.639,61	48	1.930.314,39	882	306.391,94	3	456.897,79	9	42.929,00	992	2.875.172,73
		L	5	32.128,35	14	314.182,10							19	346.310,41
	Consultoria	A					12	130.324,73					12	130.324,73
		L											-	-
Outro Outsourcing	A			1	20.691,06	133	1.030.205,04			1	8.118,00	135	1.059.014,10	
	L											-	-	
Subtotal	A	107	872.866,83	68	2.463.089,45	1.061	2.198.225,68	16	578.420,52	44	742.217,00	1.296	6.854.819,52	
	L	46	106.998,95	14	314.182,10	-	-	-	-	-	-	60	421.181,05	
TOTAL	A	1.885	1.883.065,24	1.130	3.609.776,45	3.842	3.565.286,65	1.344	1.347.791,44	5.356	1.658.235,00	9.256	12.047.790,80	
	L	184	118.289,02	14	314.182,10	-	-	-	-	4.717	167.402,00	4.915	599.873,12	

(*) Inclui SC/MDN, DGAID, DGPDN, DGRDN, IDN, PJM, IGDN, IESM, IASFA, LC, CPHM e CVP.

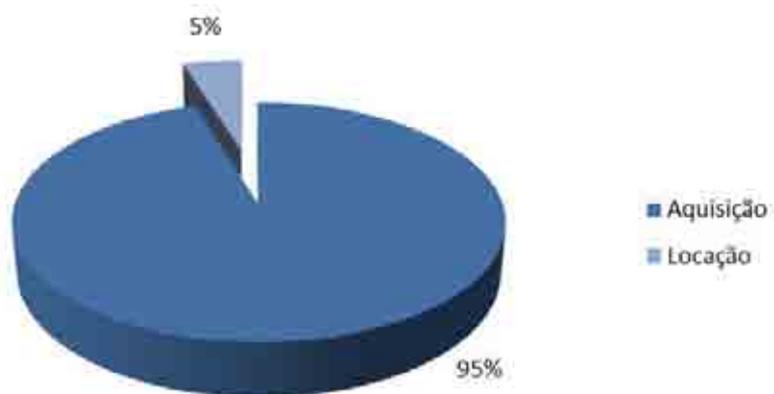
A – Aquisição

L – Locação

Despesa com aquisição de bens e serviços



Aquisição versus Locação



8.2 - EXISTÊNCIAS REFERIDAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(euros)

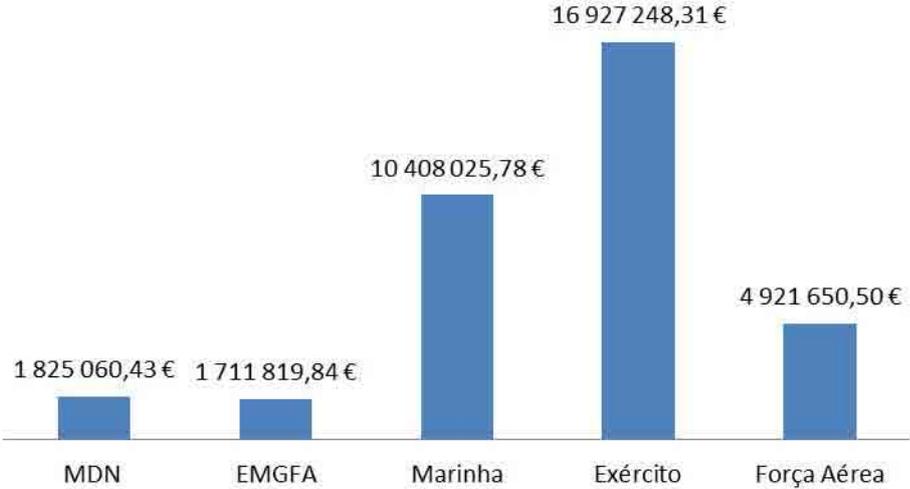
Bens e Serviços		MDN (*)		EMGFA		Marinha(a)		Exército		Força Aérea		Total			
		Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor		
Equipamento	Computadores Grande Porte	de A													
		72	439.356,12					5	45.080,94			77	484.437,06		
		L										-	-		
Informático	Hardware	Minicomputadores	A	35	99.877,81	34	135.687,95	301	155.515,28	95	2.096.485,19	151	824.329,12	616	3.311.895,35
			L											-	-
			e A	2.453	565.119,42	883	436.456,59	6.361	4.327.501,56	6981	6.821.078,31	4.389	1.089.931,32	21.067	13.240.087,20
			L	4	393,91									4	393,91
			A	1.104	147.399,05	129	34.405,62	7.918	2.435.537,49	2.046	1.408.816,95	2.711	246.712,25	13.908	4.272.871,36
			L											-	-
			A	520	114.904,59	32	940.000,00	1.135	1.509.918,28	734	1.432.609,08	659	1.933.316,43	3.080	5.930.748,38
			L											-	-
			A	4.184	1.366.656,99	1.053	1.546.550,16	15.715	8.428.472,61	9.861	11.804.070,47	7.910	4.094.289,10	38.748	27.240.039,35
			L	4	393,91									4	393,91
Suporte Lógico Software	Sistemas Operativos	A	675	185.462,87	895	127.985,23	1.520	343.501,6	5.956	952.364,40	4.540	143.554,20	12.691	1.624.883,07	
		L											895	127.985,23	
		SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	17	36.311,50	8	17.243,10	463	248.470,57	172	676.293,94	34	87.323,92	686	1.048.399,93
	L												8	17.243,10	
		Ferramentas de Desenvolvimento	A	9	7.379,89			429	128.083,16	123	318.027,25	15	134.570,20	576	588.060,50
	L				18	10.277,80							18	10.277,80	
		Ferramentas de Produtividade Individual	A	605	42.711,99					5.918	1.875.336,00	6.802	180.085,03	13.325	2.098.133,02
	L				502	66.425,17							502	66.425,17	
		SW de Transferência de Dados	A	1	193,99	14	16.105,35	172	269.529,79	5.621	387.401,00			5.794	657.124,78
	L													14	16.105,35
		SW de Segurança	A	196	23.327,54					7.109	173.928,68	4.650	28.361,84	11.955	225.618,06
	L		102	567,52	877	15.403,06								979	15.970,58
	SW Aplicacional	A	615	163.015,66	1.000	3.936,00	2.537	989.968,05	100	739.826,57	116	253.466,14	4.368	2.150.212,42	
L				20	8.346,55								20	8.346,55	
			A	2.118	458.403,44	1.917	261.781,26	5.121	1.979.553,17	24.999	5.123.177,84	16.157	827.361,33	50.312	8.553.765,50
			L	102	567,52	1.417	6.666.266,61	-	-	-	-	-	-	1.519	6.666.834,10
			A	6.302	1.825.060,43	2.995	1.711.819,84	20.836	10.408.025,78	34.860	16.927.248,31	24.067	4.921.650,50	89.060	35.793.804,81
			L	106	961,43	1.417	6.666.266,61	-	-	-	-	-	-	1.523	6.667.228,04
			A	6.302	1.825.060,43	2.995	1.711.819,84	20.836	10.408.025,78	34.860	16.927.248,31	24.067	4.921.650,50	89.060	35.793.804,81
			L	106	961,43	1.417	6.666.266,61	-	-	-	-	-	-	1.523	6.667.228,04

(*) Inclui SC/MDN, DGAIED, DGPDN, DGPRM, IDN, PJM, IGDN, IESM, IASFA, LC, CPHM e CVP.

A – Aquisição

L – Locação

Existências de Hardware a 31 de dezembro



8.3 - ÁREAS INFORMATIZAS - PERCENTAGEM

Áreas Comuns	DGAIED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
1. Gestão de Recursos Financeiros		100		100	90		90		100
1.1. Contabilidade	10	100	100	100	90	100	100	100	100
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	□	N/A	□	100	90	100	100		100
2. Gestão de Recursos Humanos	50	70		100	80		100		-
2.1. Formação de Pessoal	0	50	□	100	□	100	20	100	-
3. Gestão de Recursos Materiais		60		100	75		85		-
3.1. Gestão de Stocks	50	60	100	100	75	100	85	100	-
4. Planeam. e Calendarização Atividades	25	70		80	90	100	60	100	100
5. Conceção e Gestão de Projetos	25	0	□	90	60	□	60	100	-
6. Apoio à Decisão	25	55		30	80	□	70	100	-
7. Gestão Documental / Cent. Document.	100	85	100	100	25	□	80	100	-
8. Gestão de Correspondência	100	80		100	0	100	95	100	-
9. Gestão de Processos Administrativos	50	25	□	60	50	100	30	100	-
10. Recolha / Receção de Informação	100	75		90	50	□	60	100	-
11. Registo de Informação	100	75	100	90	80	100	85	100	100
12. Organiz. Informação em Base de Dados	75	40		90	80	100	90	100	-
13. Process. e Tratamento da Informação	75	65	100	90	30	50	70	100	-
14. Difusão da Informação	75	85		70	90	100	60	100	-
Outras									
15. Gestão Operacional	□	□	□	□	□	□	□		-
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas	□	20	□	□	□	100	□		-
17. Gestão de Compras e Vendas	□	85	□	□	□	100	□		100
18. Organiz. Informação em Base de Dados	□	25	□	□	□	100	□		-
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)	□	□	□	□	□	□	□		-
20. Recrutamento	□	0	□	□	□	□	□		-
21. Biblioteca	□	□	□	100	□	50	□		-

□ Não aplicável

8.3 - ÁREAS INFORMATIZAS - PERCENTAGEM (CONTINUAÇÃO)

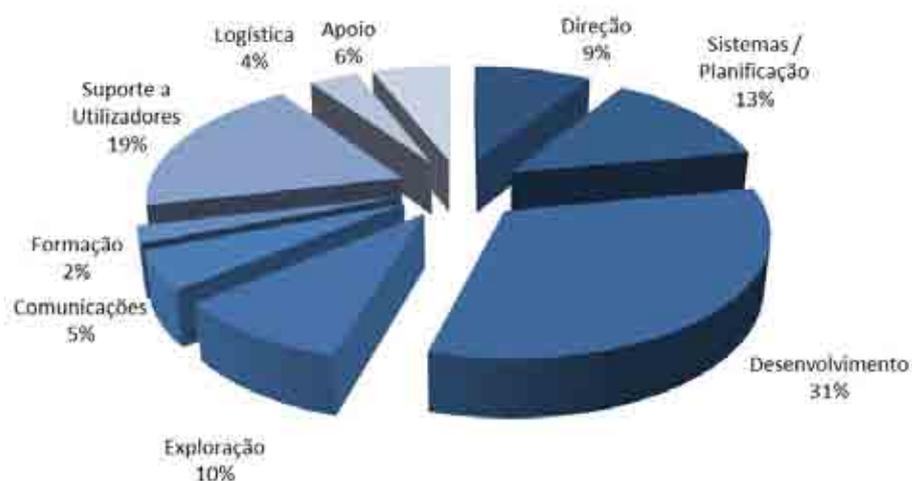
Áreas Comuns	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CPHM	IESM	CVP
1. Gestão de Recursos Financeiros	100	97,09	100	100		100	50
1.1. Contabilidade	100	88,33	100	100	80	100	95
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	100	100,00	100	100	□	100	100
2. Gestão de Recursos Humanos	100	79,57	100	100	□	100	40
2.1. Formação de Pessoal	50	70,00	100	100	□	100	0
3. Gestão de Recursos Materiais	50	92,78	80	90			40
3.1. Gestão de Stocks	80	92,57	100	100	100	100	40
4. Planeam. e Calendarização Atividades	50	80,97	80	80	100	100	10
5. Conceção e Gestão de Projetos	20	86,00	80	70	□	100	10
6. Apoio à Decisão	50	84,15	80	75	□	100	10
7. Gestão Documental / Cent. Document.	100	86,25	50	90	100	100	20
8. Gestão de Correspondência	100	88,37	70	90	100	100	60
9. Gestão de Processos Administrativos	20	93,12	40	60	□	100	20
10. Recolha / Receção de Informação	0	87,33	80	95	□	70	30
11. Registo de Informação	0	92,74	80	95	100	70	20
12. Organiz. Informação em Base de Dados	0	85,00	80	95	100	80	40
13. Process. e Tratamento da Informação	0	90,74	70	95	□	80	40
14. Difusão da Informação	0	90,17	100	95	□	100	40
15. Gestão Operacional		□		100		□	
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas		□		100		□	10
17. Gestão de Compras e Vendas		□		100		□	
18. Organiz. Informação em Base de Dados		□		95		□	50
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)		□	100	100		□	
20. Recrutamento		□		95		□	
21. Biblioteca		□		80		100	70

□ Não aplicável

8.4 - PESSOAL AFETO EXCLUSIVAMENTE ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PESSOAL TIC)

Área	MDN (*)	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Direção	12	1	12	16	3	44
Sistemas / Planificação	18	26	37	14	20	115
Desenvolvimento	44	3	31	24	26	128
Exploração	13	29	37	326	39	444
Comunicações	7	21	35	325	18	406
Formação	3	0	33	78	10	124
Suporte a Utilizadores	26	6	88	39	98	257
Outras						
Logística	5		11	47	5	68
Apoio	8	2	25		5	40
TOTAL	136	88	309	869	224	1.626

(*) Inclui SC/MDN, DGAIED, DGPDN, DGPRM, IDN, PJM, IGDN, IESM, IASFA, LC, CPHM e CVP.



8.5 - UTILIZAÇÃO DA INTERNET. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA INTERNET

Área	DGAIED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
Meio de Ligação à Internet (Mais Utilizado)									
Computadores ou postos com ligação individual		•	145		•	95	•	36	28
Computadores ou postos partilhando uma ligação	X		145						28
Acesso à Internet									
Número de computadores ligados à Internet	100	55	145	240	92	95	491	36	28
Número de trabalhadores com acesso à Internet	100	49	145	240	59	67		36	28
Correio eletrónico									
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	100	49	145	240	59		230	36	28
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	100	0	145	240	59			36	28
Atividades Prosseguidas pelo Organismo									
Procura e recolha de informação / documentação	•	•	•		•		•	•	•
Acesso a bases de dados	•	•	•		•		•	•	•
Troca eletrónica de ficheiros	•	•	•		•		•	•	•
Correio eletrónico	•	•	•		•		•	•	•
Aquisição de bens e serviços <i>on-line</i>	•	•	X		•	•			
Consulta de catálogos de aprovisionamento	•	•	•		•	•	•		
Formação de recursos humanos	•	•	•		•		•		
Comunicação interna entre os diversos departamentos	•	•	•		•		•		•
Comunicação externa com outros organismos AP	•	•	•		•		•	•	•
Realização atividades de I&D em cooperação	•	•	X		•				
Interação com outros órgãos ... (guichet único)	•	•	•				•		

• Disponível
 X Não disponível
 □ Não aplicável

8.5 - UTILIZAÇÃO DA INTERNET. DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO NA INTERNET (CONTINUAÇÃO)

Área	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CPHM	IESM	CVP
Meio de Ligação à Internet (Mais Utilizado)							
Computadores ou postos com ligação individual		•	•	•			•
Computadores ou postos partilhando uma ligação						•	
Número de computadores ligados à Internet		1.380	2.000	2.987	5	200	125
Número de trabalhadores com acesso à Internet	493	10.140	6.500	2.987	6	452	125
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	560	10.550	9.500	2.987	5	220	123
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	560	4.100	9.500	2.987	6	220	123
Atividades Prosseguidas pelo Organismo na Utilização da Internet							
Procura e recolha de informação / documentação		•	•	•		•	•
Acesso a bases de dados		•	•	•		•	•
Troca eletrónica de ficheiros		•	•	•		•	•
Correio eletrónico		•	•	•		•	•
Aquisição de bens e serviços <i>on-line</i>		•	•	•		•	
Consulta de catálogos de aprovisionamento		•	•	•		•	•
Formação de recursos humanos		•	•	•		•	•
Comunicação interna entre os diversos departamentos		•	•				•
Comunicação externa com outros organismos AP		•	•	•		•	
Realização atividades de I&D em cooperação		•	•				
Interação com outros órgãos... (guichet único)							•

• Disponível
X Não disponível
□ Não aplicável

8.6 - PRESENÇA DO ORGANISMO NA INTERNET

Área	DGAIED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN
Informação institucional acerca organismo	•	•	•	•	•	•	•	X
Informação acerca serviços prestados	•	•	•	X	•	X	•	•
Endereço eletrónico para receção ou pedidos de informação	•	•	•	•	•	•	•	•
Disponibilizado acesso a bases de dados	□	X	•	X	•	X	•	□
Disponibilizados formulários preenchimento <i>on-line</i>	□	X	•		X	X	•	□
Informação acerca oportunidade de recrutamento	•	•	•	•	•	X	•	□
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	□	□	•	□	X	X	•	□
Venda de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	□	□	•	□	X	X	□	□
Disponibilizados formulários para <i>download</i>	□	□	•	□	•	X	•	□
Recebimentos <i>on-line</i>	□	□	X	□	□	X	X	□
Fornecimento de serviços <i>on-line</i> recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	□	□	X	□	•	X	□	□

Área	LC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CPHM	IESM	CVP
Informação institucional acerca organismo	•	•	•	•	•	•	•	•
Informação acerca serviços prestados	•	□	•	•	•	•	•	•
Endereço eletrónico para receção ou pedidos de informação	•	•	•	•	•	•	•	•
Disponibilizado acesso a bases de dados	•	□	X	•	•	□	•	X
Disponibilizados formulários preenchimento <i>on-line</i>	•	□	•	•	•	□	•	•
Informação acerca oportunidade de recrutamento	□	□	•	•	•	□	•	X
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	•	□	•	•	•	□	X	•
Venda de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	X	□	•	□	•	□	X	X
Disponibilizados formulários para <i>download</i>	X	□	•	•	•	□		•
Recebimentos <i>on-line</i>	□	□	X	□	X	□	□	X
Fornecimento de serviços <i>on-line</i> recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	□	□	•	X	X	□	•	□

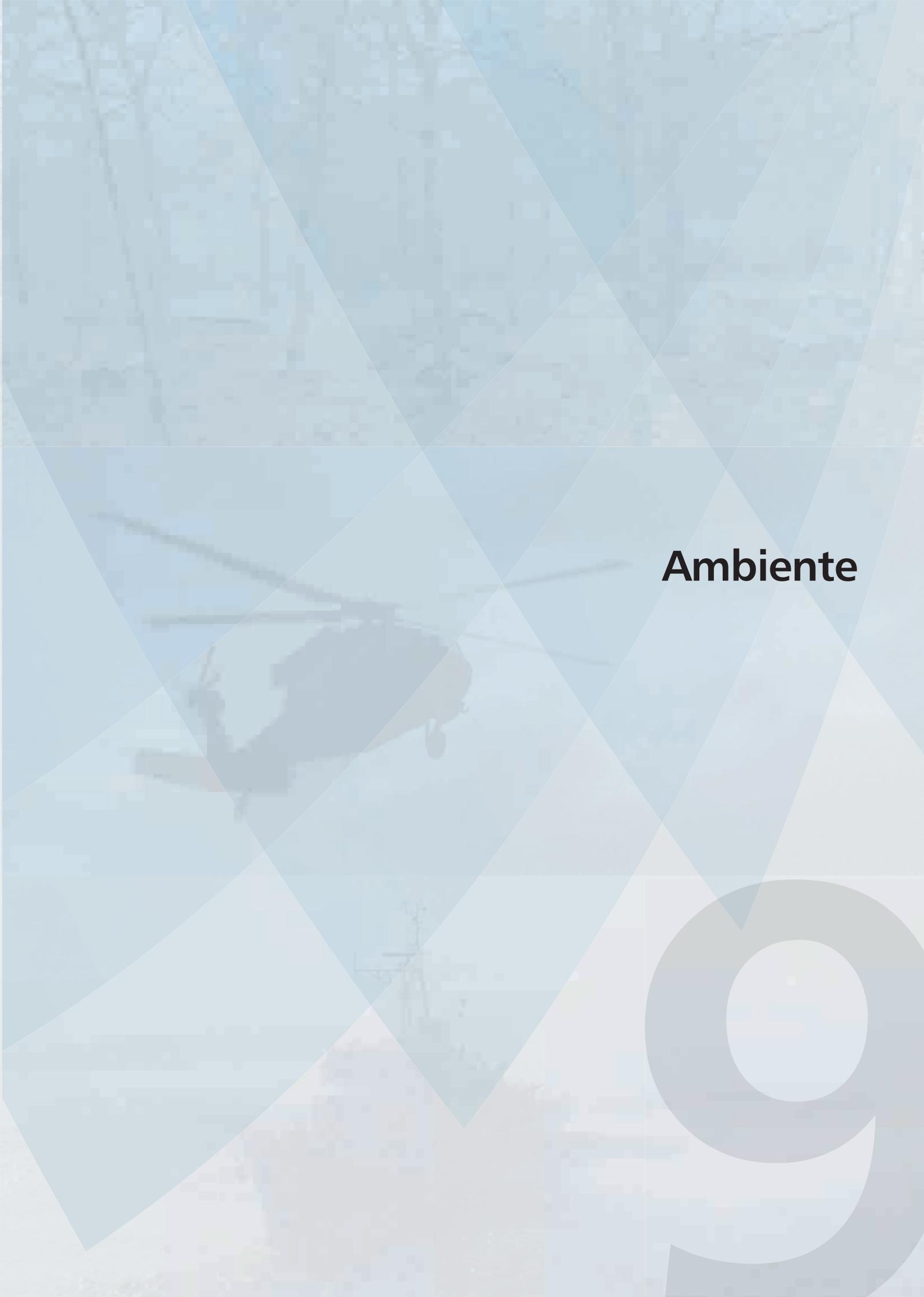
- Disponível
- X Não disponível
- Não aplicável

8.7 - ORIENTAÇÃO DO ORGANISMO RELATIVAMENTE À DISTRIBUIÇÃO DO ACESSO À INTERNET E CORREIO ELÉTRÓNICO

Área	DGAIED		DGPDN		DGPRM		SG/MDN		IDN		PJM		IASFA		IGDN	
	Inter-net	Cor-reio														
Para a estrutura superior							•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Para o secretariado da estrutura superior							•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Para o comando/direção/chefia niv. inter.							•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Para os quadros técnicos							•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Para outros setores em que a activ. justif.							•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Utilização generalizada	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•

Área	LC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		CPHM		IESM		CVP	
	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio
Para a estrutura superior	•	•			•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Para o secretariado da estrutura superior	•	•			•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Para o comando/direção/chefia niv. inter.	•	•			•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Para os quadros técnicos	•	•			•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Para outros setores em que a activ. justif.	•	•			•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Utilização generalizada	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•

- Disponível
- X Não disponível
- Não aplicável



Ambiente



NOTA EXPLICATIVA

Este capítulo, da responsabilidade da Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED), é dedicado às questões ambientais.

São inúmeras as atividades de caráter ambientais desenvolvidas no seio da defesa nacional, designadamente os diagnósticos ambientais, a implementação de sistemas de gestão ambiental, a gestão de recursos naturais e energéticos, a gestão de resíduos, a conservação e promoção da biodiversidade, a formação ambiental e ainda o Prémio Defesa Nacional e Ambiente.

CONCEITOS

Ambiente

Envolvente na qual uma organização opera, incluindo o ar, a água, o solo, os recursos naturais, a flora, a fauna, os seres humanos, e as suas inter-relações.

Auditoria Energética

Exame detalhado das condições de utilização de energia numa instalação, permitindo conhecer onde, quando e como a energia é utilizada, qual a eficiência dos equipamentos e onde se verificam desperdícios de energia, indicando soluções para as anomalias detetadas.

Certificação Energética

Classificação atribuída e comprovada através de um documento que quantifica o desempenho energético num edifício após ter sido sujeito a uma auditoria energética.

Diagnóstico Ambiental

Levantamento sistemático e objetivo de todos os fatores ambientais relacionados com a atividade de uma organização, permitindo aferir o seu ponto da situação no que diz respeito à performance ambiental.

Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Parte do sistema de gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar a sua política ambiental e gerir os seus aspetos ambientais.

Formação Ambiental

Conjunto de atividades que visam a aquisição de conhecimentos, perícias, atitudes e formas de comportamento ambientalmente corretos e que são exigidos para o exercício de um cargo ou função.

9.1 – DIAGNÓSTICOS AMBIENTAIS

Ano	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2010					1		1
2011			6	5	1		12
2012				5		X	5
2013			X	4	2 a)b)	X	6
2014	1 b)	X	X	1	1 c)	-	3
TOTAL	1	X	6	15	5	-	27

X – Não disponíveis

- a) Diagnóstico ambiental da Base Aérea nº5, no âmbito da Implementação do Sistema de Gestão Ambiental EMAS e Diagnóstico Ambiental do Estado-Maior da Força Aérea - no âmbito de um projeto de final de curso da licenciatura de Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- b) Relatório de Sustentabilidade da DGAIED com a FCT/UNL.
- c) Auditoria ao Sistema de Gestão Ambiental (EMAS) por parte da IGFA.

9.2 - PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA)

Ano	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2010					1		1
2011			6	6	1		13
2012			6 (b)	9		X	15
2013			6	11	1(a)	X	18
2014	X	X	X	1	2a)	-	3
TOTAL	X	X	18	27	5	-	50

- (a) Implementação na Base Aérea nº5 e Estação Radar nº2 de um sistema de gestão segundo o Regulamento EMAS. Projeto em parceria com a UNL e o MDN, que teve início em 2010.
- (b) O IH tem vindo a implementar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) de acordo com a Norma ISO 14001. Na implementação do SGA foram considerados 6 novos processos (Aspetos Ambientais; Análise de indicadores; Prevenção e Capacidade de Resposta; Identificação e Análise de Requisitos Legais; Gestão de Resíduos e Monitorização e Medição Ambiental que em conjunto com os processos já implementados no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do IH vão dar resposta aos requisitos do referencial normativo. O IH tem o seu Sistema de Gestão da Qualidade certificado desde dezembro de 2007 (2007/CEP.3062), assim como, dispõe da acreditação laboratorial dos ensaios físico-químicos obtida em janeiro de 2011 (L0490) e calibração de sensores de equipamentos Hidro-oceanográficos – área de pressão (M0091) desde outubro de 2012.

9.3 - CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL

Ano	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2010							-
2011				2			2
2012			c)	6		X	6
2013				11	2 a)b)	X	13
2014	X	X	X	1	2 a) b)	-	3
TOTAL	X	X	X	20	4	-	24

- (a) Certificação Ambiental ISO 14001, Campo de Tiro.

(b) Certificação Florestal, Campo de Tiro.

(c) O IH é um órgão da Marinha que se encontra envolvido no projeto PMEmas - Implementação faseada do EMAS nos Organismos da Defesa Nacional. O Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria ("Eco-Management and Audit Scheme" – EMAS) tem como objetivo, enquanto instrumento importante do Plano de Ação para o consumo e Produção Sustentáveis, promover a melhoria contínua do desempenho ambiental das organizações mediante o estabelecimento e a implementação de sistemas de gestão ambiental, avaliação sistemática, objetiva e periódica do desempenho do sistema, a comunicação de informações sobre o desempenho ambiental e um diálogo aberto ao público e com outras partes interessadas, assim como a participação ativa do pessoal das organizações e a sua formação adequada. Encontram-se já desenvolvidas as atividades relativas às fases 1 – Situação de Referência; fase 2 – Identificação de requisitos legais e outros requisitos; fase 3 – Desenvolvimento de objetivos, metas e programas e fase 4 - Recursos, Atribuições, Responsabilidades e Autoridade.

9.4 - AUDITORIAS/CERTIFICAÇÕES ENERGÉTICAS

Ano	MDN /SC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea (c)		IASFA		TOTAL	
	A	C	A	C	A	C	A	C	A	C	A	C	A	C
Até 2013							2	1	5		X	X	7	1
2014	1 b)	-	X	X			2		1				2	-
TOTAL	1	-	X	X	0	0	4	1	6	-	-	-	9	1

A – Auditoria; C – Certificação

(a) Foi realizada uma auditoria global ao Sistema de Gestão Ambiental do Campo de Tiro, por parte da IGFA.

9.5 – CONTROLO DE CONSUMOS

Tipo de Consumo	Un	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Água	m³	X	X	76.351,00	312.599,63	1.051.869,31	X	1.440.819,94 m³
Eletricidade	kW/h	X	X	30.699.109,00	10.206.075,39	30.426.314,09	X	71.331.498,48 KW/h
Gás	m³	X	X	1.122.575,00	499.550,61	2.067.485,94	X	3.689.611,55 m³
	Kg	X	X	7.667,00			X	7.667,00 Kg
Gasolina	l	1.070,86 (a)	X	12.584,00	13.391,14	19.685,00	X	45.660,14 l
Gasóleo	l	42.174,27 (a)	X	184.640,00	807.800,64	1.959.505,00	X	2.951.945,64 l

a) Secretaria-Geral e Gabinetes.

9.6 - PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

Tipo de Resíduo	Un	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Óleos usados	l	//	X	594.338,00	9.914,80	19.139,00	X	623.391,80 l
Óleos alimentares usados	l	//	X	9.040,00	3.010,00	28.601,00	X	40.651,00 l
Pilhas e acumuladores	Kg	X	X	356,00	2.770,49	1.244,10	X	4.370,59 Kg
Tinteiros e Tonners	Kg	X	X	961,00	10.087,00	416,35	X	11.464,35 Kg
Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos	Kg	X	X	9.467,00	270,35	23.902,00	X	33.639,35 Kg

Resíduos Hospitalares	K
a)	g

(a) Contabilizar o somatório dos Grupos III e IV;

9.7 - ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Atividade	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	(euros)
							TOTAL
Promoção da biodiversidade		X			1c)	X	1
Vigilância e limpeza das florestas, das praias, etc		X	1 a)		2d)	X	3
Gestão eficiente da água		X		1	4 e) f) g)	X	5
Gestão eficiente da energia		X		1	5 h) i) j)	X	6
Gestão de resíduos		X	1 b)	1	3 k) l) m)	X	5
Outras	-	X	-	-	1 n)	X	1

- a) Reforço Sistema de Assistência a banhistas do ISN com 80 militares Fuzileiros.
- b) A Base Naval de Lisboa concretizou um projeto de instalação de uma de Estação de Tratamento de Águas Oleosas (ETAO), que se encontra a funcionar desde julho de 2014. Esta estação destina-se a efetuar a separação das águas oleosas dos navios, tendo efetuado a separação de 307 100 litros em 2014.
- c) Plantação de plantas endémicas no terreno envolvente à Unidade na ER4 com o custo 115,90€.
- d) BA5 - Limpeza de algumas áreas da Unidade no âmbito do dia Mundial do Ambiente; - Ações de erradicação de espécies invasoras ao abrigo de programa do PRODER.
- e) Melhoramento da qualidade da água na BA5 (Furo 4: equipamento de filtragem e cisterna 2: circulação e tratamento) – 52.881,12€.
- f) UAL - Inspeção e regulação dos controladores horários dos sistemas automáticos de rega (0€); - Colocação de redutores de caudal em algumas torneiras (84,24€).
- g) AM1 - Análise à qualidade da água na distribuição e na ETAR (custo estimado em 840 €) e aproveitamento de águas pluviais para lavagem de viaturas.
- h) Racionalização energética na BA5 com a eliminação de parte da rede de vapor e Instalação de centrais térmicas de aquecimento – 150.374,5€.
- i) AM1 - Introdução de arrancadores progressivos nas bombas das EE e continuação da substituição da iluminação por sistemas mais eficientes (sensores e lâmpadas economizadoras) – custo estimado em 650€.
- j) UAL - Colocação de programadores horários (85,20€); - Revisão dos horários de funcionamento dos sistemas de climatização (0€); - Instalação de sensores de movimento em diversas zonas (473,79€).
- k) Melhoramento das condições de armazenamento e do encaminhamento de REEE (lâmpadas) na BA5.
- l) UAL- Colocação de caixotes para separação de lixos (98,90€).
- m) AM1 - Envio de 30.100kg de resíduos para destino final (custo estimado de 1.580,20 € para limpeza de separadores de hidrocarbonetos e gorduras, e lavagem de armamento) e construção do parque de compostagem para resíduos orgânicos.
- n) BA4 começou com a reabilitação de uma área com resíduos enterrados com o custo de cerca de 5.500€.

9.8 – FORMAÇÃO AMBIENTAL

Formação	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Cursos	1	X	3	1	3 b)	X	8
Palestras	1	X	2	1	3 c) d) e)	X	7
Seminários/ <i>Workshops</i>		X				X	-
Outras atividades	1	X	-	1(a)	1(f)	X	3

a) O Instituto Geográfico do Exército como entidade certificada, difunde aos seus militares e civis, toda a informação relativo a área do ambiente.

b) Foram lecionados dois cursos de gestão ambiental, em Fevereiro aberto a entidades de defesa extra Força Aérea e em Setembro para delegados de ambiente de cada unidade. Num total de 38 formandos. Foram enviados num total de 4 elementos da FAP a um curso de manuseamento de equipamentos que contêm gases fluorados.

c) Foram feitas praticamente em todas as unidades palestras onde se indicou qual o programa de objetivose metas para 2014.

d) Na BA5 foi feito uma palestra mensal intitulada “Sistema de gestão Ambiental – EMAS o que é?”

e) Procedimentos Ambientais da BA5 – Receção ao Destacamento da Força Aérea Romena

f) Dia do Ambiente – Diversas atividades internas de sensibilização ambiental.

9.9 – REUNIÕES DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

9.9.1 - Nacionais

Comissão / Grupo de trabalho	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
MCWG - Marine Chemistry Working Group do ICES		X	1 a)	2		X	3
Conselho Nacional da Água	2	X				X	2
WGMS - Working Group on Marine Sediments in Relation to Pollution do ICES		X	1 b)			X	1

a) Grupo de trabalho dedicado à Química Marinha, com a missão de apoiar, através da emissão de pareceres e documentos de trabalho o ICES, a OSPAR.

b) União Europeia, no sentido de um desenvolvimento sustentável dos mares.

9.9.2 Internacionais

Comissão / Grupo de trabalho	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	Total
Environment Protection Working Group	1	X				X	1
DEFNET	1	X				X	1
EDA Energy Group	1	X				X	1
EDA REACH Group	1	X				X	1

9.10 - PROTOCOLOS E COOPERAÇÃO COM OUTROS ORGANISMOS

Comissão / Grupo de trabalho	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	Total
Universidades	3	X	1 a)	0	6 c)	X	10
Outras organizações e entidades	0	X	1 b)	1 e)	1 d)	X	3

- a) Protocolo geral de cooperação técnico-científica entre a Direção Geral de Infraestruturas do MDN e a Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa. Âmbito: desenvolvimento de iniciativas nos domínios da gestão e avaliação ambiental, gestão da energia e recurso naturais, preservação de biodiversidade ordenamento do território. No âmbito deste protocolo foi realizado um trabalho de mestrado designado por "Diagnóstico Ambiental do navio patrulha oceânico Viana do Castelo".
- b) Protocolo entre a marinha e a Tecoveritas serviços de engenharia e sistemas tecnológicos, Lda. Âmbito: para a instalação de um Sistema VEEO (Voyage Energy and Emissions Optimizer) no NRP Viana do Castelo.
- c) Instituto politécnico de Setúbal, Universidade de Évora, e Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- d) Protocolo celebrado com Amb3E, Resialentejo, ONGA (campanha SOS CAGARRO) e Ecolub (cedência de um oleão no AM1).
- e) Protocolo entre o Exército e o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas.

9.11 PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

O Prémio Defesa Nacional e Ambiente, criado em 1993, por Despacho Conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente e dos Recursos Naturais, tem por objetivo incentivar as boas práticas ambientais nas Forças Armadas Portuguesas, vincando as suas preocupações na preservação dos recursos naturais do nosso país.

Este Prémio destina-se a galardoar a unidade, estabelecimento ou órgão das Forças Armadas que, de acordo com os princípios da Defesa Nacional, melhor contributo preste, em Portugal, para a qualidade do ambiente, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, através da utilização eficiente dos recursos naturais, da promoção de boas práticas de gestão de ordenamento do território e da proteção e valorização do património natural e paisagístico e da biodiversidade.

O regulamento do Prémio (Despacho Conjunto n.º 8383/2007 dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional) encontra-se publicado no Diário da República, 2ª série N.º 90, de 10 de maio de 2007.

Desde 1993, concorreram ao Prémio 90 candidaturas de unidades, estabelecimentos e órgãos dos três Ramos das Forças Armadas (Exército: 42; Marinha: 25; Força Aérea: 23), evidenciando assim o seu empenho, preocupação e contributo para a qualidade do ambiente em Portugal, através da salvaguarda dos recursos naturais, na perspetiva da Defesa Nacional.

9.11.1 Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA	2010	2011	2012	2013	2014
EMGFA					1
Marinha		1		3	2
Exército	2	1	1	1	1
Força Aérea	2	1 (a)	3	2	1
Total	4	3	4	6	5

a) Campo de Tiros e a Estação Radar nº2.

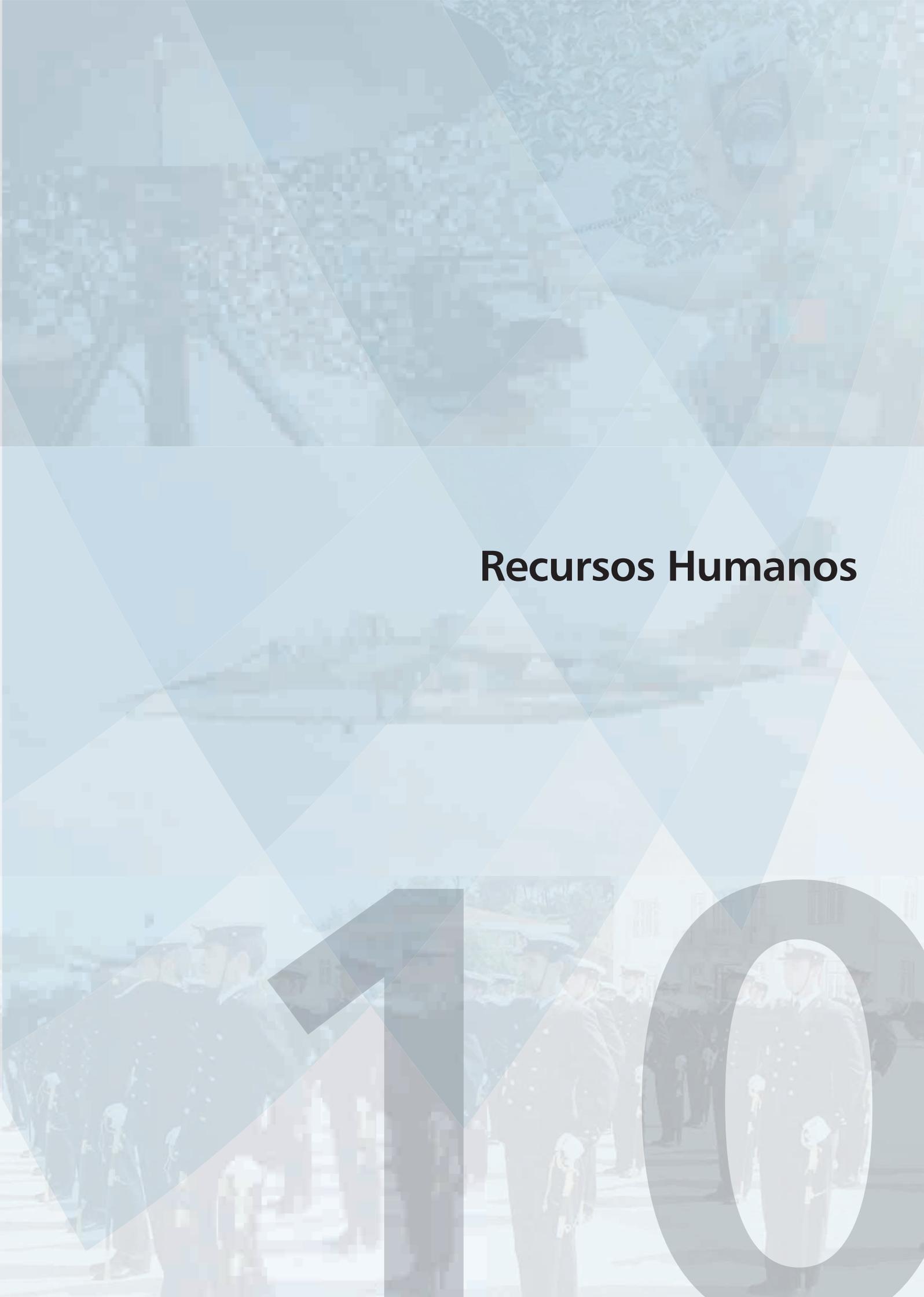
9.11.2 Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA	2010	2011	2012	2013	2014
EMGFA					
Marinha				b)	c)
Exército			b)		
Força Aérea		Força Aérea – Campo de Tiro – “Investimento no Futuro” (a)	Estação Radar n.º2 – “...meio ambiente preservando o presente garantindo o futuro...”	“Base Aérea nº6 – Cumprir a missão, preservando o ambiente”	Eficiência Energética como Motor para um sistema de Gestão Ambiental na Unidade de Apoio ao Reduto Gomes Freire

a) Comando da Logística do Exército recebeu uma menção honrosa com o tema: “Edifício Ceuta...Edifício Verde.”

b) Instituto Hidrográfico, da Marinha recebeu uma menção honrosa com o tema: “Sistema de Monitorização e Previsão Operacional da ZEE Portuguesa –MONIZEE.”

c) NRP Viana do Castelo da Marinha recebeu uma menção honrosa com o tema: “Pelo ambiente, sempre vigilantes. Um compromisso renovado.”



Recursos Humanos

NOTA EXPLICATIVA

Os dados apresentados no presente capítulo, da responsabilidade da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), visam analisar quantitativamente os recursos humanos (pessoal militar, militarizado e civil) que servem diretamente no âmbito da Defesa Nacional. Tal como no ano transato, fixa-se o dia 31 de dezembro como data de referência para a contabilização de todos os efetivos.

Apresentam-se igualmente os conceitos considerados essenciais, não só para a interpretação da informação que é tratada sob forma de quadros e gráficos, mas também para a familiarização do público em geral com a realidade subjacente às Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e dos diversos diplomas que o corporizam, bem como com o ordenamento jurídico e de carreiras do pessoal civil.

Contemplam-se uma parte das alterações determinadas pelos despachos n.º 126/MDN/2005, de 21 de junho e 143/MDN/2006, de 14 de julho, designadamente o tratamento dos dados relativos a encargos financeiros com os vencimentos dos militares em regime de voluntariado e em regime de contrato (quadro 10.1.1.12) e as despesas decorrentes da aplicação da Lei do Serviço Militar (quadro 10.1.1.13).

CONCEITOS

Pessoal Militar

Enquadramento Legal

Na sequência da 4.ª Revisão Constitucional (Lei n.º 1/97, de 20 de setembro), a atual Lei do Serviço Militar (LSM), aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2008, de 6 de maio, criou um novo modelo de serviço militar que, em tempo de paz, assenta no voluntariado e cujo regime jurídico entrou em vigor com a publicação do Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 52/2009 de 2 de março, (diploma que define as ações necessárias ao recenseamento militar e os mecanismos de articulação entre os organismos do Estado que intervêm no novo modelo de recenseamento). Lembra-se que, com a publicação do RLSM, iniciou-se um período transitório para se extinguir o Serviço Efetivo Normal (SEN), período cujo final não poderia exceder quatro anos. Assim, em setembro de 2004, passaram à situação de reserva de disponibilidade os últimos militares que foram incorporados com destino ao SEN (vide quadro 10.1.1.2.2). Tendo em vista facilitar o recrutamento dos recursos humanos necessários, foi publicado o Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de dezembro, que aprovou o Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de contrato (RC) e de voluntariado (RV). Este conjunto de incentivos foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 320/2007, de 27 de setembro, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, (Lei do Orçamento do Estado para 2011) pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, (Lei do Orçamento do Estado para 2012) e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, (Lei do Orçamento de Estado para 2013).

Em complemento, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações e retificações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 10-BI/99, de 31 de julho, pela Lei n.º 25/2000, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 70/2005, de 17 de março, pelo Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 310/2007, de 11 de setembro, procurou adaptar-se ao novo modelo de serviço militar e tornar compatíveis alguns aspetos do Estatuto da Condição Militar com outras alterações, entretanto ocorridas, no âmbito da macroestrutura das Forças Armadas e da racionalização dos efetivos militares.

Formas de prestação de Serviço Militar

Assim, com a entrada em vigor do novo quadro legal, o militar pode encontrar-se numa das seguintes formas de prestação de serviço:

- Nos Quadros Permanentes (QP)

É o militar que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontra vinculado às Forças Armadas com carácter de permanência.

O militar dos QP pode encontrar-se numa das seguintes situações:

. Ativo

Considera-se no ativo o militar dos QP que se encontre afeto a serviço efetivo ou em condições de ser chamado ao seu desempenho e que não tenha sido abrangido pelas situações de reserva ou de reforma.

. Reserva

É a situação para que transita o militar dos QP no ativo, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR, mantendo-se, no entanto, disponível para o serviço.

. Reforma

É a situação para que transita o militar dos QP no ativo ou na reserva, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR.

- Em Regime de Contrato (RC)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de tempo limitado (duração mínima de 2 e máxima de 6 anos), com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao seu eventual ingresso nos QP.

- Em Regime de Voluntariado (RV)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de 12 meses, incluindo o período de instrução, findo o qual pode ingressar no serviço efetivo em regime de contrato.

Pessoal Militarizado

Na Marinha e no Exército existem quadros de pessoal militarizado, os quais foram originados pela necessidade de satisfação de um conjunto de tarefas próprias desses Ramos num âmbito não especificamente militar (Decreto-Lei nº 282/76, de 20 de abril - Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha - , Decreto-Lei nº 550-R/76, de 12 de julho - Quadro de Pessoal Militarizado do Exército - e Decreto-Lei nº 248/95, de 21 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 220/2005, de 23 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31 de outubro - que criou a Polícia Marítima, autonomizando os grupos 1 – Corpo de Polícia Marítima e 3 – Cabos de Mar, anteriormente integrados no QPMM).

Pessoal Civil

Ao abrigo das modalidades de contratação previstas na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (contrato de trabalho para exercício de funções públicas por tempo indeterminado, determinado ou determinável).

Pessoal Civil dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA)

Pessoal que integra os estabelecimentos fabris, na dependência direta dos Ramos das FA, que foram criados com vista ao desempenho da função "Arsenal", imprescindível na época para o adequado desempenho das missões atribuídas às Forças Armadas.

Os estabelecimentos fabris do Exército atualmente existentes são o **Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos** (LMPQF), **Manutenção Militar** (MM), **Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento** (OGFE) e **Oficinas Gerais de Material de Engenharia** (OGME).

Nos termos da Lei Orgânica do Exército, Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de Setembro e do Decreto Regulamentar n.º 74/2007, de 2 de Julho, os estabelecimentos fabris do Exército, dotados por lei de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, continuam sujeitos aos poderes de direção e fiscalização do Comando da Logística, que por sua vez integra os denominados órgãos centrais de administração e direção enquanto parte da estrutura de comando do Exército.

Os trabalhadores destes Estabelecimentos são detentores de um regime peculiar, não lhes sendo aplicável o regime do contrato de trabalho em funções públicas consagrado na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR).

Estão em curso os trabalhos conducentes à reestruturação dos EFE, que deverão incidir, designadamente na necessária definição jus-laboral destes trabalhadores.

10.1 – Pessoal Militar

10.1.1 – Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31DEZ

Ano: 2014

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa	Quadro Permanente (Ativo)	6.950	5.396	3.827	16.173
RC	Regime de Contrato	1.254	9.650	2.151	13.055
RV	Regime de Voluntariado		25		25
	SUBTOTAL	8.204	15.071	5.978	29.253
QPrs	Quadro Permanente (Reserva)	1.402	2.174	942	4.518
QPrf	Quadro Permanente (Reforma)	7.592	8.537	3.926	20.055
	SUBTOTAL	8.994	10.711	4.868	24.573
	TOTAL	17.198	25.782	10.846	53.826

10.1.1.2 – Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos

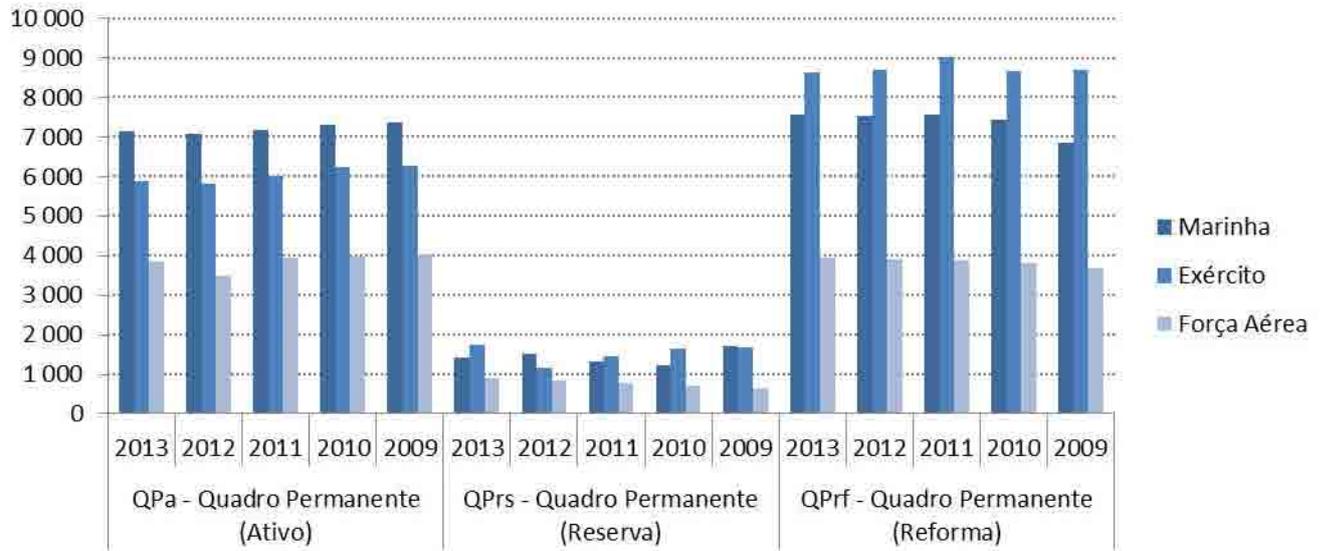
10.1.1.2.1 – Militares do Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa - Quadro Permanente (Ativo)	2013	7.140	5.871	3.837	16.848
	2012	7.065	5.833	3.489	16.747
	2011	7.177	6.021	3.933	17.131
	2010	7.294	6.231	3.977	17.502
	2009	7.382	6.273	4.050	17.705
QPrs - Quadro Permanente (Reserva)	2013	1.416	1.746	900	4.062
	2012	1.533	1.151	855	3.539
	2011	1.326	1.462	789	3.577
	2010	1.236	1.662	703	3.601
	2009	1.701	1.674	658	4.033
QPrf - Quadro Permanente (Reforma)	2013	7.559	8.625	3.935	20.119
	2012	7.516	8.709	3.916	20.141
	2011	7.565	9.023	3.874	20.462
	2010	7.426	8.676	3.818	19.920
	2009	6.857	8.681	3.697	19.235

MAR - Marinha; EXE - Exército; FAP - Força Aérea Portuguesa

RC - Regime de Contrato; RV - Regime de Voluntariado

Evolução dos Militares pertencentes aos Quadros Permanentes

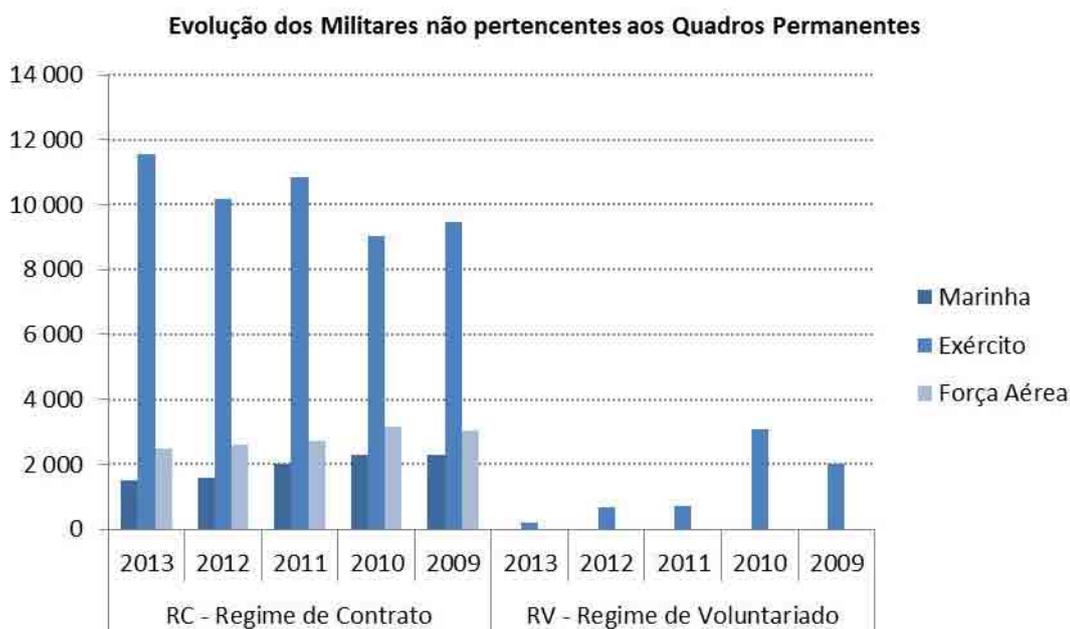


10.1.1.2.2 – Militares não Pertencentes ao Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
RC - Regime de Contrato	2013	1.518	11.549	2.506	15.573
	2012	1.571	10.184	2.609	14.364
	2011	2.016	10.837	2.714	15.567
	2010	2.290	9.041	3.145	14.476
	2009	2.312	9.473	3.040	14.825
RV - Regime de Voluntariado	2013		217		217
	2012		695		695
	2011		732		732
	2010		3.079		3.079
	2009		2.035		2.035

MAR - Marinha; EXE - Exército; FAP - Força Aérea Portuguesa

RC - Regime de Contrato; RV - Regime de Voluntariado



10.1.1.3 – Militares do QP, Ativo, Quanto à Efetividade de Serviço (a)

Ano: 2014

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Comissão normal		6.842	5.348	3814	16.004
Comissão especial		4	1	7	12
Inatividade temporária		82	4	2	88
Licença sem vencimento		22	43	4	69
TOTAL		6.950	5.396	3.827	16.173

(a) Artigo 145.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

10.1.1.4 – Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar (a)

Ano: 2014

Ramo das FA Situação	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Almirante da Armada; Marechal										-	-	-
Almirante; General	1			2			1			4	-	-
Vice Almirante; Tenente-General	6			9			6			21	-	-
Contra-Almirante; Major-General	20			40			16			76	-	-
Comodoro; Brigadeiro-General							1			1	-	-
SUBTOTAL	27	-	-	51	-	-	24	-	-	102	-	-
Capitão de mar e guerra; Coronel	111			178			94			383	-	-
Capitão de fragata; Tenente-Coronel	246			402			202			850	-	-
Capitão-Tenente; Major	286			541			235			1.062	-	-
1º Tenente; Capitão	381			589			446			1.416	-	-
2º Tenente; Tenente	249	30		328	177		341	140		918	347	-
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	31	103		63	159		1	130		95	392	-
Aspirante a Oficial		1			30			36			67	-
SUBTOTAL	1.304	134	-	2.101	366	-	1.319	306	-	4.724	806	-
Sargento-Mor	40			63			37			140	-	-
Sargento-Chefe	156			361			159			676	-	-
Sargento-Ajudante	525			1.063			921			2.509	-	-
1º Sargento	1342			1.271			1.038			3.651	-	-
2º Sargento	467	25		486	72		329			1.282	97	-
Subsargento; Furiel		7			288					-	295	-
2º Subsargento; 2º Furiel					61					-	61	-
SUBTOTAL	2.530	32	-	3.244	421	-	2.484	-	-	8.258	453	-
Cabo; Cabo de Secção	2239									2.239	-	-
1º Marinheiro; Cabo Adjunto	850	164			39			332		850	535	-
2º Marinheiro; 1º Cabo		721			991			809		-	2.521	-
1º Grumete; 2º Cabo		203			582			350		-	1.135	-
2º Grumete; Soldado; Sold. Cadete					7.251	25		354		-	7.605	25
SUBTOTAL	3.089	1.088	-	-	8.863	25	-	1.845	-	3.089	11.796	25
TOTAL	6.950	1.254	-	5.396	9.650	25	3.827	2.151	-	16.173	13.055	25

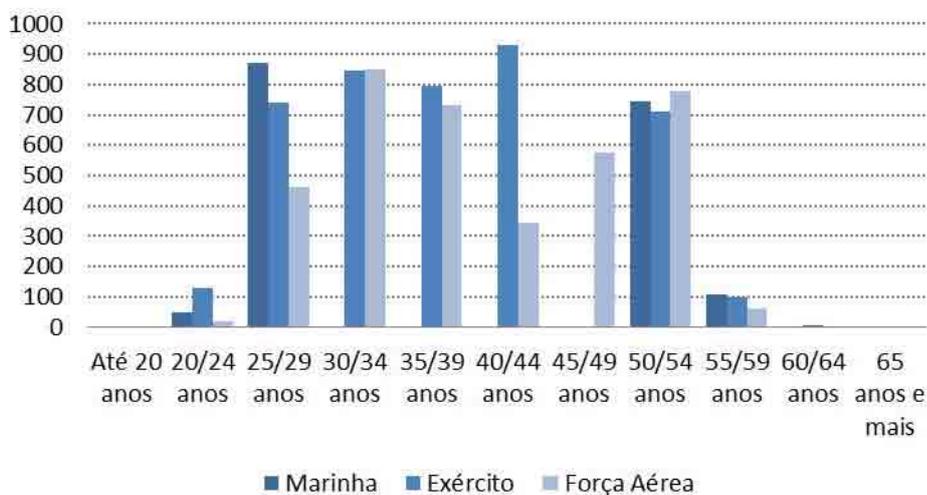
(a) De acordo com o quadro Anexo I ao artigo 28º do EMFAR, aprovado pelo DL n.º 236/99, de 25 de junho.
QPa - Quadro Permanente (Ativo)

10.1.1.5 – Estrutura Etária do Pessoal Militar

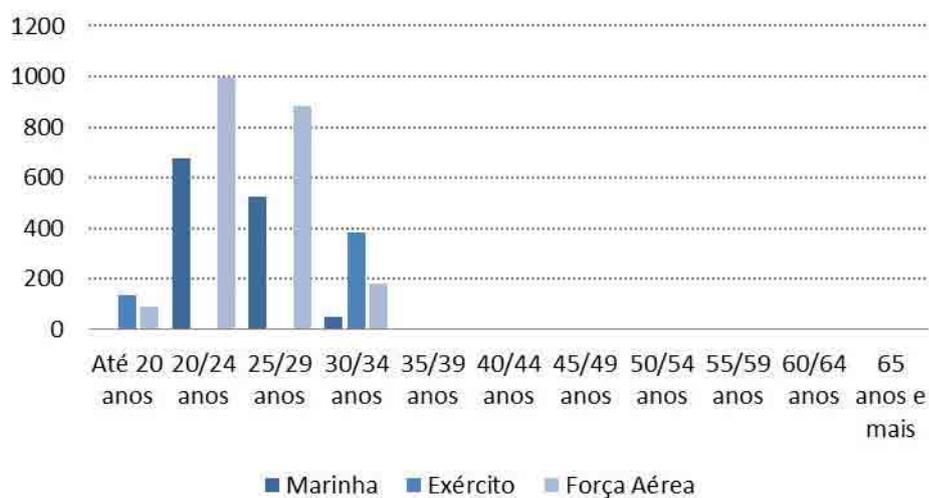
Ano: 2014

Situação	Ramo das FA			Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Até 20 anos		4			133	8		89			-		226	8	
20/24 anos	48	679		130	5.438	17	19	996		197	7.113	17			
25/29 anos	869	523		739	3.693		464	884		2.072	5.100	-			
30/34 anos	1.804	48		847	383		849	180		3.500	611	-			
35/39 anos	1.088			797	2		730	2		2.615	4	-			
40/44 anos	1.043			931	1		345			2.319	1	-			
45/49 anos	1.239			1.134			578			2.951	-	-			
50/54 anos	746			712			777			2.235	-	-			
55/59 anos	109			101			63			273	-	-			
60/64 anos	4			5			2			11	-	-			
65 anos e mais										-	-	-			
TOTAL	6.950	1.254	-	5.396	9.650	25	3.827	2.151	-	16.173	13.055	25			

Distribuição Etária por Ramo - Quadro Permanente



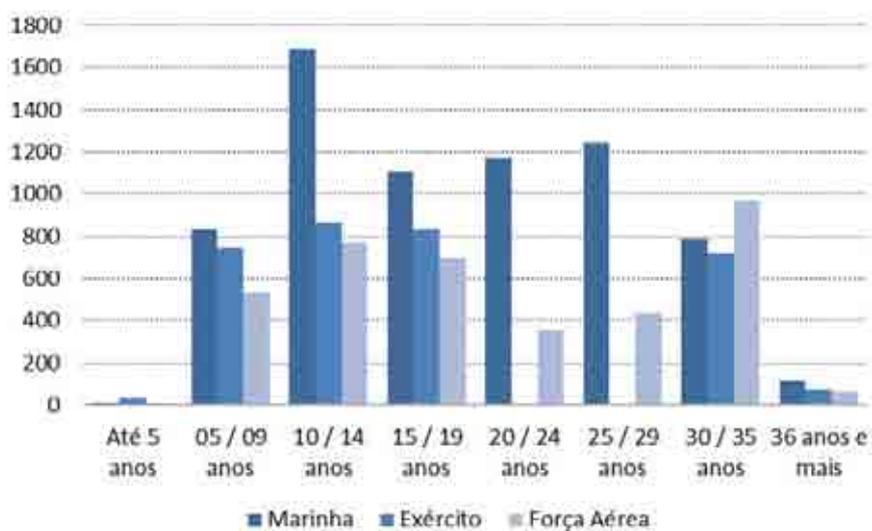
Distribuição Etária por Ramo - Regime Contrato



10.1.1.6 – Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Ativo

Ano: 2014

Ramo das FA Situação	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos	8	34	10	52
05 / 09 anos	830	744	533	2.107
10 / 14 anos	1687	866	769	3.322
15 / 19 anos	1103	829	697	2.629
20 / 24 anos	1172	1.012	358	2.542
25 / 29 anos	1247	1.118	436	2.801
30 / 35 anos	789	718	965	2.472
36 anos e mais	114	75	59	248
TOTAL	6.950	5.396	3.827	16.173



10.1.1.7 – Origem Geográfica dos Militares

Ano: 2014

Ramo das FA Situação	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	R V	QPa	RC	R V	QPa	RC	RV	QP a	RC	RV
Aveiro	138	31		252	538	6	122	131		512	700	6
Beja	228	27		39	112	1	66	41		333	180	1
Braga	127	22		248	1.043	1	101	70		476	1.135	1
Bragança	166	12		25	147	2	61	19		252	178	2
Castelo Branco	209	31		44	179		92	39		345	249	-
Coimbra	218	36		205	315		150	80		573	431	-
Évora	248	39		168	252		102	51		518	342	-
Faro	198	44		43	230		65	51		306	325	-
Guarda	116	8		37	199	1	63	20		216	227	1
Leiria	194	57		265	328		184	130		643	515	
Lisboa	2.141	381		1.429	1.275	1	1.216	629		4.786	2.285	1
Portalegre	225	50		52	171		92	45		369	266	-
Porto	247	74		537	1.761	6	243	248		1.027	2.083	6
Santarém	416	70		896	518		289	127		1.601	715	-
Setúbal	974	259		444	626		245	169		1.663	1.054	-
Viana do Castelo	121	8		56	224		37	31		214	263	-
Vila Real	123	5		142	280	3	63	23		328	308	3
Viseu	188	20		257	505	4	125	45		570	570	4
Açores	53	8		106	547		60	37		219	592	-
Madeira	35	16		143	360		26	20		204	396	-
Outras origens	585	56		8	40		425	145		1.018	241	-
TOTAL	6.950	1.254		5.396	9.650	25	3.827	2.151		16.173	13.055	25

10.1.1.8 – Distribuição por Sexo de Pessoal Militar

Ano: 2014

Ramo das FA Situação	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	Qpa	RC	RV	Qpa	RC	RV	Qpa	RC	RV
Masculino	6.376	1.038		5.103	8.286	21	3.320	1.734		14.799	11.058	21
Feminino	574	216		293	1.364	4	507	417		1.374	1.997	4
TOTAL	6.950	1.254	-	5.396	9.650	25	3.827	2.151	-	16.173	13.055	25



10.1.1.9 – Promoção de Militares do QP

Ano: 2014

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
	Almirante da Armada; Marechal				-
	Almirante; General		1		1
Oficiais Generais	Vice-Almirante; Tenente-General	2	3	1	6
	Contra-Almirante; Major-General	3	10	4	17
	Comodoro; Brigadeiro-General				-
	SUBTOTAL	5	14	5	24
	Capitão de mar e guerra; Coronel	12	38	30	80
	Capitão de fragata; Tenente-Coronel	24	58	50	132
	Capitão-Tenente; Major	35	115	44	194
Oficiais	1º Tenente; Capitão	59	98	104	261
	2º Tenente; Tenente	39	46	51	136
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	31		56	87
	SUBTOTAL	200	355	335	890
	Sargento-Mor	18	21	15	54
	Sargento-Chefe	45	156	49	250
	Sargento-Ajudante	65	151	44	260
Sargentos	1º Sargento	167	124	155	446
	2º Sargento	95		72	167
	Subsargento; Furriel				-
	SUBTOTAL	390	452	335	1.177
	Cabo; Cabo de Secção	81			81
Praças	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	3			3
	SUBTOTAL	84			84
TOTAL		679	821	675	2.175

10.1.1.10 – Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço

Ano: 2014

Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Ingressos	Oficiais	31			79	28		56	37		166	65	-
	Sargentos	89			78	49		72			239	49	-
	Praças		200			919	77		331		-	1.450	77
	TOTAL	120	200		157	996	77	128	368		405	1.564	77
Saídas	Oficiais	24	46		114	144		56	112		194	302	
	Sargentos	70	1		215	271		76			361	272	
	Praças	65	182			1.950	59		440		65	2.572	59
	TOTAL	159	229		329	2.365	59	132	552		620	3.146	59

Nota: Os valores apurados refletem os ingressos e saídas de efetivos ocorridos até 31 de dezembro, embora ocorram condicionalismos de natureza variável, que originam discrepâncias na análise comparativa com anos anteriores.

10.1.1.11 – Evolução do número de baixas de pessoal

Ano: 2014

Ramo	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Oficiais							8.833	1.744		8.833	1.744	-
Sargentos	1						22.846			22.847	-	-
Praças	2							17.916		2	17.916	-
TOTAL	3	-	-	-	-	-	31.679	19.660	-	31.682	19.660	-

10.1.1.12 – Encargos Financeiros com os Vencimentos dos Militares em Regime de Voluntariado (RV) e Regime de Contrato (RC) (a)

(milhares de euros) Ano: 2014

Ramo das FA	Marinha		Exército			Força Aérea		TOTAL		
	RC	RV	RC	RV	IB/IC (b)	RC	RV	RC	RV	IB/IC (b)
2º Tenente; Tenente	1.364,00		3.420.890,60			4.215,00		3.426.469,60		
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	2.083,00		5.937.275,56			3.439,00		5.942.797,56		
Aspirante a Oficial	14,00		436.603,25	140.887,83		20,00		436.637,25	140.887,83	
SUBTOTAL	3.461,00		9.794.769,41	140.887,83		7.674,00		9.805.904,41	140.887,83	
1º Sargento			1.855,97					1.855,97		
2º Sargento	499,00		1.219.995,66			1.083,00		1.221.577,66		
Subsargento; Furriel	111,00		7.867.504,65					7.867.615,65		
2º Subsargento; 2º Furriel			691.706,82	208.161,62				691.706,82	208.161,62	
SUBTOTAL	610,00		9.781.063,10	208.161,62		1.083,00		9.782.756,10	208.161,62	
Cabo; Cabo de Secção										
1º Marinheiro; Cabo Adjunto	3.523,00		427.180,57			9.757,00		440.460,57		
2º Marinheiro; 1º Cabo	9.607,00		14.204.517,28			7.986,00		14.222.110,28		
1º Grumete; 2º Cabo	2.322,00		2.072.077,72	807,78		2.829,00		2.077.228,72	807,78	
2º Grumete; Soldado	10,00		80.970.654,87	2.880.623,60	926.844,10	1.851,00		80.972.515,87	2.880.623,60	926.844,10
SUBTOTAL	15.462,00		97.674.430,44	2.881.431,38	926.844,10	22.423,00		97.712.315,44	2.881.431,38	926.844,10
TOTAL	19.533,00		117.250.262,95	3.230.480,83	926.844,10	31.180,00		117.300.975,95	3.230.480,83	926.844,10

(a) Art.º 20º, n.º 3 do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado (RI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21/05.

Portaria n.º 149/2003, de 13/02, que aprova, em desenvolvimento daquele artigo, a estrutura remuneratória dos militares em RC e RV.

(b) Pessoal que só recebeu pelo período de instrução (básica/complementar ou cujo vencimento em 2011 corresponde a esta situação);

10.1.1.13 – Despesas decorrentes da Aplicação da Lei do Serviço Militar

(milhares de euros) Ano: 2014

Parâmetro	Ramo das FA	Situação	Marinha	Exército (a)	Força Aérea	TOTAL
Vencimentos (1)	RV	Abrangido		2.472		2.472
		Encargos		4.157.324,93		4 157.325
	RC	Abrangido	1.624	12.069	2.711	16 404
		Encargos	19.533,19	117.250.262,95	31.180,00	117 300,76
Formação e Certificação Profissional (2)	RV	Abrangido		30		30
		Encargos		4.048,05		4 048
	RC	Abrangido		1.222		1 222
		Encargos		207.888,97		207 889,97
Programa de Apoio ao Estudo (3)	RV	Abrangido				-
		Encargos				-
	RC	Abrangido				-
		Encargos				-
Compensação Financeira (4)	RV	Abrangido		23		23
		Encargos		31.565,94		31 566
	RC	Abrangido	120	1.710	321	2 151
		Encargos	1.060,51	7.871.575,59	2.549,00	7 875 185
Encargos Financeiros (5)	RV	Abrangido		90		90
		Encargos		24.494,51		24 495
	RC	Abrangido	27	3.947	115	4 089
		Encargos	10,70	1.923.919,34	36,00	1 923 966
Prestações Familiares (6)	RV	Abrangido				-
		Encargos				-
	RC	Abrangido		2		2
		Encargos		1.005,70		1 006
Subsistema da Proteção Familiar (7)	RV	Abrangido				-
		Encargos				-
	RC	Abrangido				-
		Encargos				-
Proteção à Maternidade, Paternidade e adoção (7)	RV	Abrangido				-
		Encargos				-
	RC	Abrangido	3	3		6
		Encargos	3,42	1.106,27		1 110
Outros (8)	RV	Abrangido		70		70
		Encargos		111.217,54		111 218
	RC	Abrangido	652	3.787	437	4 876
		Encargos	714,55	17.023.028,75	436,00	17 024 179
TOTAL	RV	Abrangido		2.685		2.685
		Encargos		4.328.650,97		4.328.650,97
	RC	Abrangido	2.426	22.740	3.584	28.750
		Encargos	21.322,37	144.278.787,57	34.201,00	144.334.310,94

(a) Vencimentos não incluem período de instrução (básica/complementar) - 1.708,31 milhares de euros (ver nota b. do quadro 10.1.1.12);

(1) Encargos financeiros com os vencimentos dos militares nos regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV):

- Art.º 20º, n.º 3 do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado (RI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 118/2004, de 21/05;

- Portaria n.º 149/2003, de 13/02, que aprova, em desenvolvimento daquele artigo, a estrutura remuneratória dos militares em RC e RV.

(2) Encargos financeiros com a formação e certificação profissional ministrada aos militares em RC e RV pelas Forças Armadas e instituições especializadas:

- Art.ºs 9º a 19º do RI.

(3) Encargos financeiros de acordo com o Art.º 7º do RI.

(4) Encargos financeiros com o pagamento da compensação financeira pela prestação de serviço em RC e RV.

- Art.º 21º do RI.

(5) Encargos financeiros com os direitos a fardamento, alojamento, alimentação e transporte dos militares em RC e RV.

- Art.º 22º do RI.

(6) Encargos financeiros com as prestações familiares, designadamente, no que respeita ao subsídio de maternidade e subsídio de apoio a crianças e jovens (abono de família), a que têm direito os militares em RC e RV. Art.º 39º, n.º 1 do RI.

(7) Encargos financeiros de acordo com o n.º 1, do Art.º 39º do RI.

(8) Encargos financeiros que não possam ser agregados nas rubricas anteriores.

10.1.1.14 - Evolução dos vencimentos dos militares

(milhares de euros) Ano: 2014

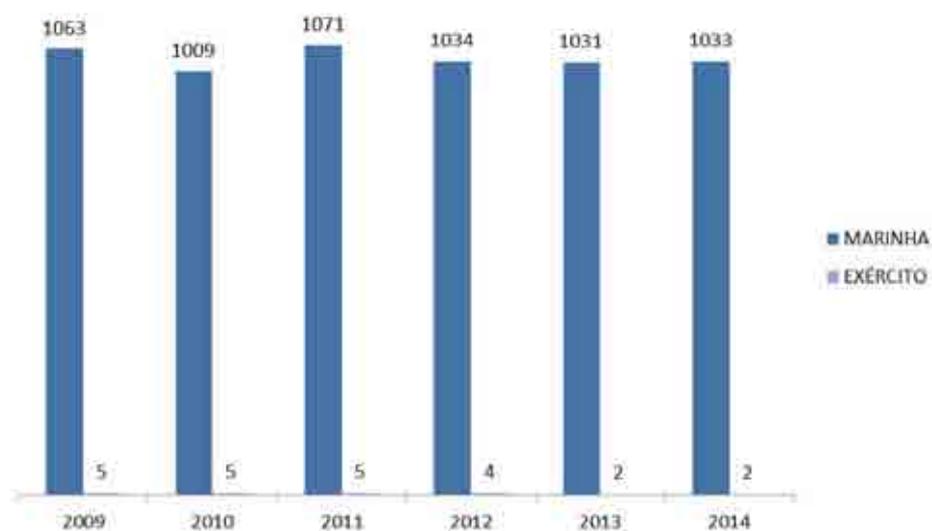
Situação	Ramo das FAs	Marinha	Exército	Força Aérea	Total
Oficiais		42.872,00	127.090.808,56	82.924,00	127.216.604,56
Sargentos		58.244,00	141.456.071,16	104.566,00	141.618.881,16
Praças		57.611,00	123.152.966,17	22.192,00	123.232.769,17
	TOTAL	158.727,00	391.699.845,89	209.682,00	392.068.254,89

10.1.2 – Pessoal Militarizado

10.1.2.1 – Pessoal Militarizado da Defesa Nacional

MARINHA	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Polícia Marítima	591	535	591	578	573	578
Polícia dos Estabelecimentos de Marinha	115	112	125	116	114	113
Troço de Mar	212	219	210	204	200	200
Práticos/Costa Algarve	2	2	2	2	2	2
Faroleiros	143	141	143	134	142	140
TOTAL	1.063	1.009	1.071	1.034	1.031	1.033

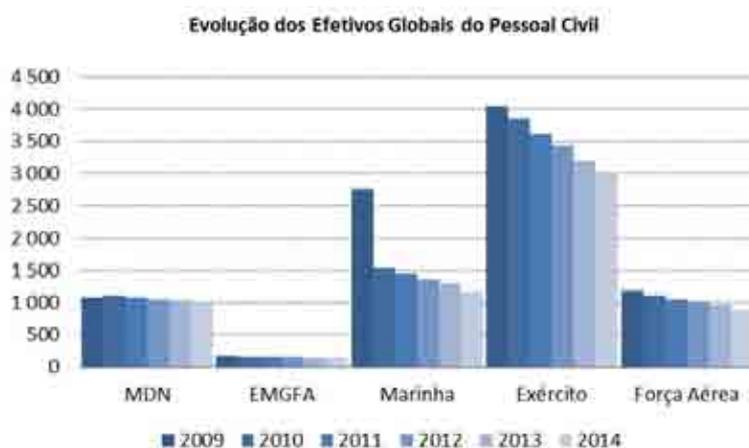
EXÉRCITO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Técnico-Profissional e Administrativo						
Auxiliar de Serviços						
Motorista						
Tratador	5	5	5	4	2	2
Vigilante						
TOTAL	5	5	5	4	2	2



10.1.3 – Pessoal Civil

10.1.3.1 – Efetivos Globais

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2014	991	150	1.182	2.989	878	6.190
Dados retrospectivos dos últimos 5 anos						
2013	1.026	150	1.295	3.195	971	6.637
2012	1.051	163	1.361	3.432	1.021	7.028
2011	1.078	167	1.447	3.610	1.046	7.348
2010	1.110	165	1.543	3.853	1.102	7.773
2009	1.071	181	2.762	4.049	1.196	9.259



10.1.3.2 – Pessoal Civil por Grupos Profissionais (a)

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	Ano: 2014
						TOTAL
Dirigente e Chefia	36			7		43
Técnico superior	198	8	84	48	15	353
Docente / Investigador	8	1	6	182	7	204
Médico / Enfermagem	34		10	269	42	355
Informático	39	12	8	116		175
Assistente técnico	229	78	34	1.013	175	1.529
Assistente operacional	447	51	378	1.354	586	2.816
Outro Pessoal (e)			590		53	643
Pessoal embarcações salvas-vidas QPCISN c)			72			72
TOTAL	991	150	1.182	2.989	878	6.190

- (a) Mapa de acordo com a estrutura prevista no nº 1 do art.º 41º e nº 1 do artº 49º, ambos da Lei n.º 12A/2008, de 27 de Fevereiro
- (b) Carreiras de regime especial a que refere o nº 2 do artº 41º da citada lei.
- (d) Inclui Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica
- (e) Inclui categorias subsistentes, Pessoal do QPCISN e outros não enquadráveis nas carreiras supra)

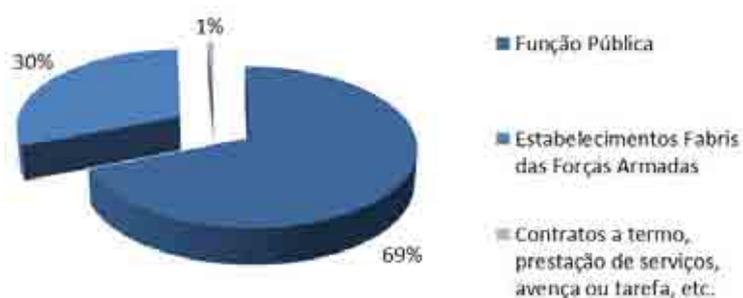
10.1.3.3 – Pessoal Civil por Estatuto Jurídico

Ano: 2014

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	985	150	1.170	1.099	872	4.276
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	1			1.890		1.891
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	5		28		6	39
Outros(a)						-
TOTAL	991	150	1.198	2.989	878	6.206

(a) Nos outros quadros referentes ao pessoal civil não são referidos os 180 contratos a termo pois não pertencem ao quadro do Exército.
(MDN) SG Inclui 1 nomeação definitiva
Marinha - Inclui 16 Bolseiros do IH

Pessoal Civil por Estatuto Jurídico



10.1.3.4 – Pessoal Civil por Habilitações Académicas

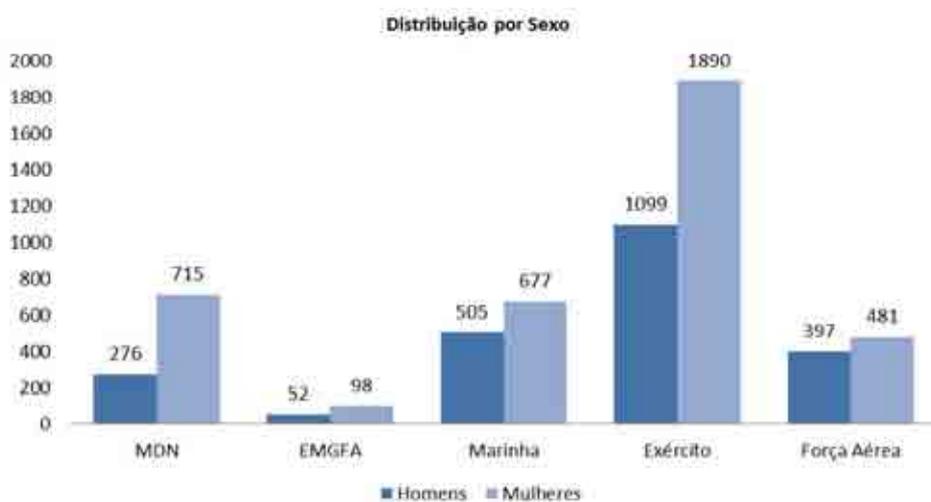
Ano: 2014

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL	
Doutoramento e mestrado	42	2	18	67	7	136	
Licenciatura	252	12	110	422	78	874	
Bacharelato	10		15	71	13	109	
Anos de Escolaridade	- 12 Anos	232	61	276	687	125	1.381
	- 11 Anos	31	19	82	129	32	293
	- 9 Anos	190	25	244	575	187	1.221
	- 6 Anos	110	15	177	436	164	902
	- 4 Anos	124	15	253	594	272	1.258
	- Menos de 4 Anos		1	2	8		11
Desconhecidas			5			5	
TOTAL	991	150	1.182	2.989	878	6.190	

10.1.3.5 – Pessoal Civil por Sexo

Ano: 2014

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Homens	276	52	505	1.099	397	2.329
Mulheres	715	98	677	1.890	481	3.861
TOTAL	991	150	1.182	2.989	878	6.190



10.1.3.6 – Estrutura Etária do Pessoal Civil

Ano: 2014

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 20 anos				3		3
20/24 anos			2	33		35
25/29 anos	11	1	10	205		227
30/34 anos	68	4	36	402	17	527
35/39 anos	123	6	116	437	42	724
40/44 anos	168	14	143	740	69	1.134
45/49 anos	143	20	187	781	161	1.292
50/54 anos	177	40	261	290	233	1.001
55/59 anos	179	41	266	62	236	784
60/64 anos	100	21	136	3	114	374
65 anos e mais	22	3	25	33	6	89
TOTAL	991	150	1.182	2.989	878	6.190

10.1.3.7 – Tempo de Serviço do Pessoal Civil

Ano: 2014

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos	130	2	26	334	13	505
05/09 anos	115	5	353	113		586
10/14 anos	162	3	144	60	15	384
15/19 anos	174	10	124	447	132	887
20/24 anos	181	37	138	451	113	920
25/29 anos	82	39	226	577	179	1.103
30/35 anos	69	38	131	547	308	1.093
36 anos e mais	78	16	40	460	118	712
TOTAL	991	150	1.182	2.989	878	6.190

10.1.3.8 – Promoções do Pessoal Civil por Grupo Profissional

Ano: 2014

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia						-
Téc. Superior / Técnico Licenciado		1				1
Técnico / Técnico Bacharel						-
Docente						-
Médico / Enfermagem						-
Informático						-
Técnico Profissional						-
Administrativo		1				1
Operário						-
Auxiliar						-
TOTAL	-	2	-	-	-	2

10.1.3.9 – Ingressos e Saídas de Pessoal Civil

Ano: 2014

Entidade		MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	Entradas	67	10	10	123		210
	Saídas	100	3	118	246	88	555
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	Entradas	34					34
	Saídas				99		99
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	Entradas			6	107		113
	Saídas			25	117	2	144
TOTAL	Entradas	101	10	16	230		357
	Saídas	100	3	143	462	90	798

Nota: Os valores apurados refletem os ingressos e saídas de efetivos ocorridos em 31 de dezembro, embora ocorram condicionalismos de natureza variável, que originam discrepâncias na análise comparativa com anos anteriores.

10.1.4 – Comparações internacionais

10.1.4.1 – Efetivos de países membros da NATO

Efetivos Militares dos Ramos das FA's	Qt
Albânia	7
Alemanha	181
Bélgica	31
Bulgária	25
Canadá	70
Croácia	15
Dinamarca	18
Eslováquia	13
Eslovénia	7
Espanha	122
Estados Unidos da América	1.338
Estónia	6
França	207
Grécia	107
Hungria	18
Itália	183
Latvia	5
Lituânia	9
Luxemburgo	0,9
Noruega	21
Países Baixos	42
Polónia	99
Portugal	52
Reino Unido	166
República Checa	20
Roménia	65
Turquia	493
Total	1982,9

Fonte: Site da NATO

10.2 – JUSTIÇA E DISCIPLINA
 10.2.1 – Condecorações Atribuídas

Ano: 2014

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Serviços distintos	65	106	43	214
Mérito militar	87	206	134	427
Comportamento exemplar	653	1.505	705	2.863
Mérito do Ramo	217	364	100	681
Ordens honoríficas nacionais	3	13	6	22
Outras	882	523	146	1.551
TOTAL	1.907	2.717	1.134	5.758

10.2.2 – Processos Iniciados

Ano: 2014

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Averiguações	83	1.047	31	1.161
Disciplinares	74	44	65	183
TOTAL	157	1.091	96	1.344

10.2.3 – Punições Aplicadas

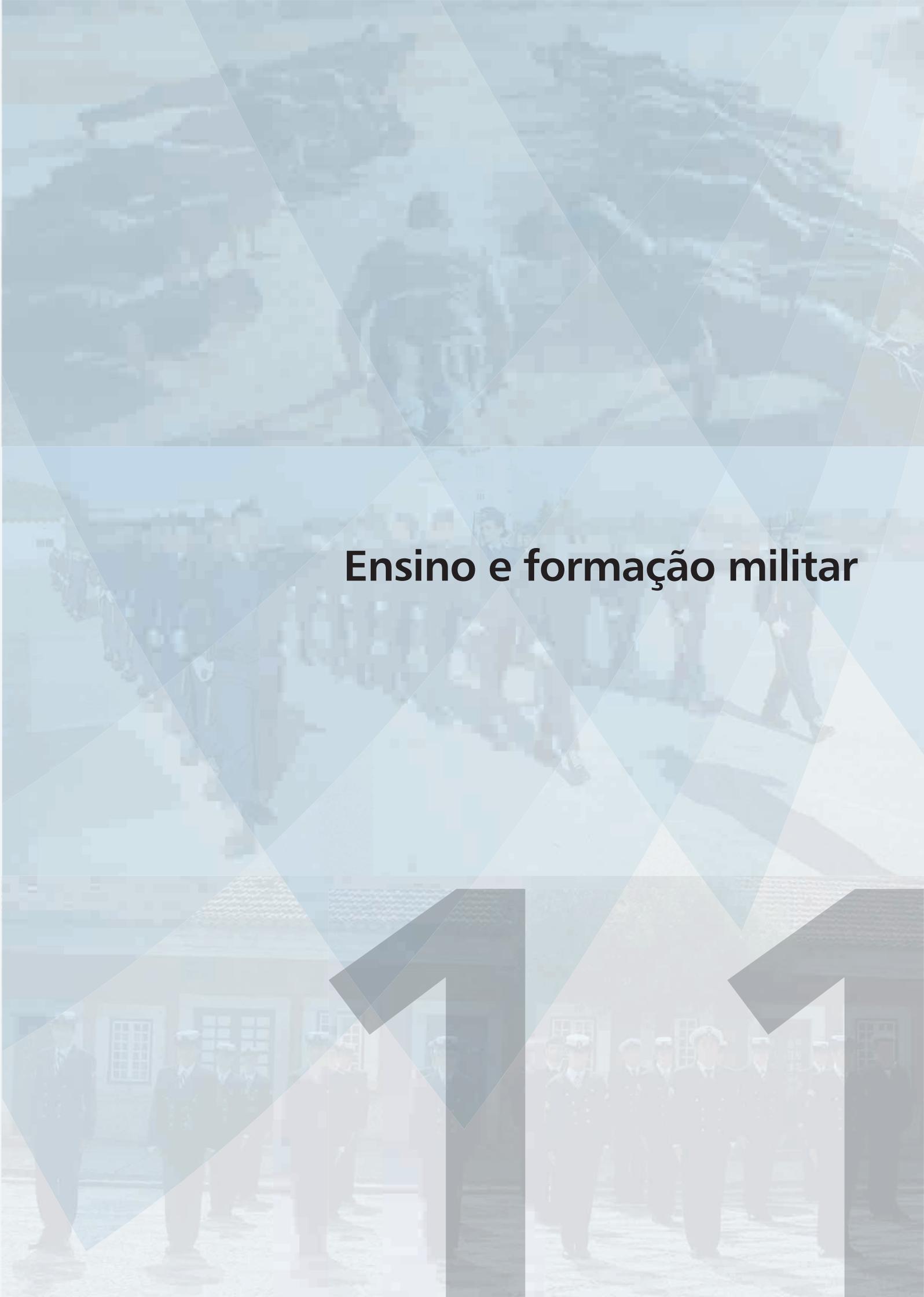
Ano: 2014

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Repreensão simples	6	32	14	52
Repreensão agravada	3	45	13	61
Detenção		161	14	175
Prisão disciplinar		11		11
Prisão disciplinar agravada			5	5
TOTAL	9	249	46	304

10.2.4 – Processos Instruídos por Índícios de Prática de Crimes

	Ano: 2014			
Ramo das FAs	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Abandono de posto - artº66º CJM	1	2		3
Abuso de autoridade - artº382 CP				-
Abuso de autoridade de uso ilegítimo de armas-artº100º CJM				-
Abuso de autoridade por ofensa à integridade física-artº93º CJM		2		2
Abuso de autoridade por outras ofensas-artº95º CJM		1		1
Abuso de autoridade por prisão ilegal - artº96º CJM				-
Actos que prejudiquem a circulação ou segurança -artº69º CJM				-
Ameaça e coacção		3		3
Burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços				-
Comércio ilícito de material de guerra - artº82º CJM				-
Corrupção		1	1	2
Crimes cometidos no exercício de funções públicas				-
Crimes contra a honra				-
Crimes contra a integridade física				-
Crimes contra a Segurança das Forças Armadas				-
Crimes contra o património em geral				-
Crimes de falsificação				-
Crimes informáticos				-
Dano em bens militares ou de interesse militar-artº79º CJM		2	4	6
Deserção - artºs 72º e 74º CJM	1	25		26
Desobediência-artº348º CP				-
Detenção ou tráfico de armas proibidas				-
Difamação, calúnia e injúria		1		1
Entrada ou permanência ilegítima-artº70º do CJM	3	2	6	11
Evasão militar				-
Extravio de material de guerra - artº81º CJM		2	2	4
Falsificação de doc,cunhos, marcas, chancelas, pesos, medidas	1		1	2
Furto de veículo motorizado				-
Furto/roubo de material de guerra-artº83º e 84.º CJM			4	4
Incêndio Florestal		3		3
Incêndio/Fogo posto em edifício		1		1
Incumprimento Deveres serviço-artº 67º CJM	1			1
Insubordinação por ameaças ou outras ofensas-artº89º CJM				-
Insubordinação por desobediência-artº87º CJM		3		3
Insubordinação por ofensas à integridade física-artº86º CJM		1		1
Maus tratos ou sobrecarga de menores,incapazes ou do cônjuge (artº152º CP)				-
Ofensa à integridade física voluntária grave				-
Ofensa à integridade física voluntária simples		1		1
Ofensa a sentinela				-
Outras burlas		2		2

Outros crimes				-
Outros crimes c/reserva da vida privada				-
Outros crimes contra a honra				-
Outros crimes contra a propriedade				-
Outros crimes contra a realização da justiça				-
Outros crimes contra a vida				-
Outros crimes contra o Estado				-
Outros crimes de perigo comum				-
Outros crimes respeitantes a estupefacientes		1	3	4
Outros danos		1	3	4
Outros furtos	16	64	16	96
Peculato		2		2
Receptação e auxílio material				-
Tráfico de estupefacientes				-
Usurpação de funções				-
Violação de providências públicas				-
Violação de segredo/espionagem				-
Violência doméstica			1	1
TOTAL	23	120	41	184

The background features a collage of three images related to military training. The top image shows a group of soldiers in a field, with one soldier in the foreground looking towards the camera. The middle image shows a long line of soldiers marching in formation on a paved surface. The bottom image shows a group of soldiers in uniform standing in a line in front of a building. The entire collage is overlaid with a semi-transparent blue geometric pattern of overlapping triangles.

Ensino e formação militar

NOTA EXPLICATIVA

O ensino militar tem por finalidade a habilitação profissional do militar, a aprendizagem de conhecimentos adequados à evolução da ciência e da tecnologia e o seu desenvolvimento cultural.

A formação militar, instrução e treino, visam continuar a preparação do militar para o exercício das respetivas funções e abrangem componentes de natureza técnico-militar, cultural e de aptidão física. A formação militar envolve ações de investimento, de evolução e de ajustamento e materializam-se através de cursos, tirocínios, estágios, instrução e treino operacional e técnico, consoante a categoria, posto, classe, arma, serviço ou especialidade a que o militar pertence.

O ensino e formação ministrados em estabelecimentos militares garante a continuidade do processo educativo e integra-se sempre que possível nos sistemas educativo e formativo nacionais.

Decorrente das orientações constantes da Resolução de Conselho de Ministros n.º 39/2008, de 28 de fevereiro, realizou-se a reforma do ensino superior público militar, procurando harmonizar e adaptar o modelo de formação de oficiais das Forças Armadas, incorporando as orientações do “Processo de Bolonha”, assumindo o ciclo de estudos integrados conducentes ao grau de mestre (2.º ciclo de Bolonha) como habilitação mínima exigida para início da carreira de oficiais oriundos do ensino superior universitário militar.

Ao nível das estruturas, o sistema de ensino superior público militar encontrava-se estruturado em estabelecimentos de formação inicial específica do ramo, materializada na Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea e num estabelecimento de formação complementar de natureza transversal aos ramos, materializada no Instituto de Estudos Superiores Militares.

Relativamente ao Instituto de Estudos Superiores Militares, o mesmo visa ministrar formação nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares aos Oficiais dos Quadros Permanentes das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR), necessário ao desempenho das funções de Comando, Direção e Estado-Maior nos Ramos e GNR, bem como ao exercício de cargos em Organizações Internacionais.

Por outro lado, no âmbito do ensino superior público politécnico militar, a Escola do Serviço de Saúde Militar propõe-se assegurar, no âmbito da saúde militar, as necessidades de pessoal específicas das Forças Armadas e da GNR. Paralelamente a integração do ensino superior politécnico na Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea, tenta garantir um contexto de igual dignidade e exigência, mas de vocação diferente do ensino superior universitário militar.

De referir ainda a criação do Conselho do Ensino Superior Militar que visa a coordenação do ensino superior público militar através de uma visão integrada, assegurando a conceção e o acompanhamento das políticas que, neste domínio, cabem ao Ministério da Defesa Nacional

No mesmo âmbito cabe à Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) conceber, harmonizar e apoiar tecnicamente a definição e execução das políticas de recursos humanos necessários à defesa nacional.

No campo concreto do ensino e formação militar, a DGRDN propõe e avalia a política nos domínios do ensino, formação e desenvolvimento profissional e participa na definição da política de ensino superior militar, em articulação com o Conselho de Ensino Superior Militar.

De forma mais específica, deve a DGRDN estudar e propor a definição sobre a qualificação e o desenvolvimento de competências para as Forças Armadas e exercer, nos termos da lei, as competências relativas ao processo de certificação das entidades formadoras dos ramos, em especial através da colaboração com as entidades competentes em matéria de reconhecimento e certificação de qualificações profissionais.

No âmbito da articulação de competências das diversas entidades que integram o Ensino Superior Militar e através do Despacho n.º 229/2012 de S. Exa o Ministro da Defesa Nacional, datado de 2 de outubro, da Resolução de Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 19 de abril, designada por Reforma 2020, do Despacho de S.Exa o Ministro da Defesa Nacional datado de 30 de dezembro de 2013, pela Diretiva Ministerial para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas - Reforma “Defesa 2020”, aprovada pelo Despacho n.º n.º 7527-A/2013 de S.Exa o Ministro da Defesa Nacional, datado de 11 de junho, e pelo Despacho n.º 3756/2015 de S. Exa o Ministro da Defesa Nacional, datado de 25 de março foi encetada a Reforma do Ensino Superior Militar que estabelece o objetivo de criar, a médio prazo, um Instituto Universitário Militar, com base num modelo de ensino superior militar em que a progressão na carreira resulta da articulação coerente da formação inicial com a formação complementar ao longo da vida, que integrará os atuais Instituto de Estudos Superiores Militares, Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea.

Estabelece-se ainda o desígnio de extinguir a Escola de Serviço de Saúde Militar como instituição de ensino superior.

No âmbito da reforma supra identificada, e para o período de transição, estabeleceram-se como objetivos de curto prazo o reforço da interação formativa conjunta ao nível das ciências de base, a otimização da utilização dos recursos disponíveis, bem como das redes de investigação, desenvolvimento e inovação e da cooperação internacional, a salvaguarda das especificidades próprias de cada área de formação e a extinção da Escola do Serviço de Saúde Militar enquanto Estabelecimento de Ensino Superior Militar.

Para alcançar estes desígnios foram encetados os trabalhos necessários à criação do Instituto Universitário Militar através da criação do Modelo de Governação Comum, Portaria n.º 60/2014 – 2ª Série, de 27 de janeiro.

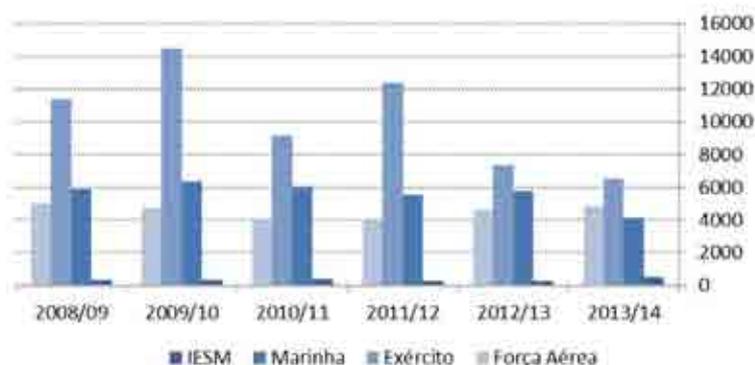
Ao nível da formação de Sargentos, foram revistas as Portarias que aprovam o Regulamento Escolar dos Cursos de formação de Sargentos do Exército e Força Aérea através, respetivamente, das Portarias n.º 60/2014, de 10 de março, e 8/2013, de 10 de janeiro.

11.1 – Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução das FA

(Pessoal Militar, Militarizado e Civil das Forças Armadas)

Ramo das FA		IESM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Alunos admitidos nos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas	2013/14	492	4.149	6.554	4.842	16.037
	Dados retrospectivos					
	2012/13	258	5.805	7.322	4.576	17.961
	2011/12	266	5.532	12.361	3.937	22.096
	2010/11	363	6.004	9.172	4.111	19.650
	2009/10	345	6.360	14.529	4.733	26.987
	2008/09	313	5.891	11.357	5.021	22.582
Saídas com aproveitamento	2013/14	484	3.829	6.187	4.847	15.347
	Dados retrospectivos					
	2012/13	258	5.399	6.880	4.695	17.232
	2011/12	255	5.074	12.555	4.377	22.261
	2010/11	352	6.213	8.313	5.036	19.914
	2009/10	341	5.896	13.517	4.352	10.589
	2008/09	311	5.366	10.010	5.001	20.688

Distribuição Anual de alunos admitidos em institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução das FA



11.2 – Pessoal Militar na Efetividade de Serviço que Frequentou Cursos Internos

Ano: 2014

Ramo das FA	IESM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cursos de Formação	3	283	1.403	791	2.480
Cursos de Promoção		224	866	513	1.603
Cursos de Especialização ou Qualificação		3.562	5.769	2.498	11.829
Cursos de Atualização		80		152	232
TOTAL	3	4.149	8.038	3.954	16.144

11.3 – Pessoal Militar que Frequentou Cursos no Estrangeiro

Ano: 2014

Ramo das FA	IESM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
219Curta (até um mês)	20	46	219	151	436
Média (de um a três meses)			5	6	11
Longa (mais de três meses)		1	3	9	13
TOTAL	20	47	227	166	460

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DAS FORÇAS ARMADAS (a) (Principais Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução)

MDN	
Instituto de Estudos Superiores Militares	
Marinha	
Escola Naval (Alfeite)	Escola de Fuzileiros (Vale do Zebro)
Escola Superior de Tecnologias Navais (Alfeite)	Escola de Submarinos (Alfeite)
Escola de Tecnologias Navais	Escola de Mergulhadores (Alfeite)
Departamento de Operações	Escola de Hidrografia e Oceanografia (Lisboa)
Departamento de Armas e Eletrónica	Escola de Faroleiros (Paço de Arcos)
Departamento de Propulsão e Energia	Centro de Educação Física da Armada (Alfeite)
Departamento de Limitação de Avarias	Centro de Instrução de Tática Naval (Alfeite)
Departamento de Administração e Logística	Centro de Instrução de Helicópteros (Montijo)
Departamento de Comunicações e Sistemas de Informação	Centro de Instrução da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha (Alfeite)
Departamento de Formação em Tecnologias de Educação	Centro Naval de Ensino à Distância (Lisboa)
Departamento de Formação Geral	Escola de Autoridade Marítima (Lisboa) (b)
Exército	
Academia Militar (Lisboa)	Escola Militar de Eletromecânica (Paço de Arcos)
Escola Superior Politécnica do Exército (Amadora)	Escola de Tropas Aero transportadas (Tancos)
Escola do Serviço de Saúde Militar (Lisboa) (c)	Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Lisboa)
Escola de Sargentos do Exército (Caldas da Rainha)	Centro de Informática do Exército (Lisboa)
Escola Prática de Infantaria (Maфра)	Centro Militar de Educação Física e Desportos (Maфра)
Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas)	Centros de Instrução de Praças:
Escola Prática de Cavalaria (Santarém)	(Região Militar do Norte, Governo Militar de Lisboa,
Escola Prática de Engenharia (Tancos)	Campo Militar de St.ª Margarida, Região Militar Sul,
Escola Prática de Transmissões (Porto)	Zonas Militares dos Açores e Madeira)
Escola Prática do Serviço de Material (Entroncamento)	Instituto Geográfico do Exército (Lisboa)
Escola Prática de Administração Militar (Póvoa de Varzim)	Banda do Exército (Queluz)
Escola Prática do Serviço de Transportes (Figueira da Foz)	
Força Aérea	
Academia da Força Aérea (Sintra)	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (Ota) que inclui:
Escola Sup. de Tecnologias Militares Aeronáuticas (Sintra)	Escola de Língua Inglesa (ELI)
Esquadra 101/ Epsilon (Beja)	Escola de Formação Pedagógica de Formadores
Esquadra 103 / Alfa Jet (Beja)	Escola de Formação de Condutores
Esquadra 552 / AL III (Beja)	Banda de Música da Força Aérea (Lisboa)
Esquadra 502 / Aviocar (Sintra)	Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea (BA 6 - Montijo)
	Centro de Instrução Cinófila (AM 2 - Ovar)
	Centro de Medicina Aeronáutica – Secção de Treino Fisiológico (Lisboa)
	Direção de Instrução (Lisboa)

(a) Não inclui o Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Instituto de Odivelas;

(b) Integrado na estrutura do Sistema de Autoridade Marítima;

(c) Estabelecimento do ensino superior politécnico. Órgão de apoio aos 3 Ramos, inserido na estrutura orgânica do Exército.

11.4 – Cursos ministrados e número de alunos, por estabelecimento de ensino

11.4.1 – Caracterização da atividade formativa

Ano: 2014

		IESM		EN		AM		AFA		ESSM	
		Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos
Cursos conferentes de grau	Ensino Universitário	1	14	6	207	17	549	39	1.128	2	17 a)
	Ensino Politécnico			3	6						
	Curso não conferentes de grau		7	228							
TOTAL		8	242	9	213	17	549	39	1.128	2	17

a) Alunos da Marinha, Força Aérea, Exército e GNR

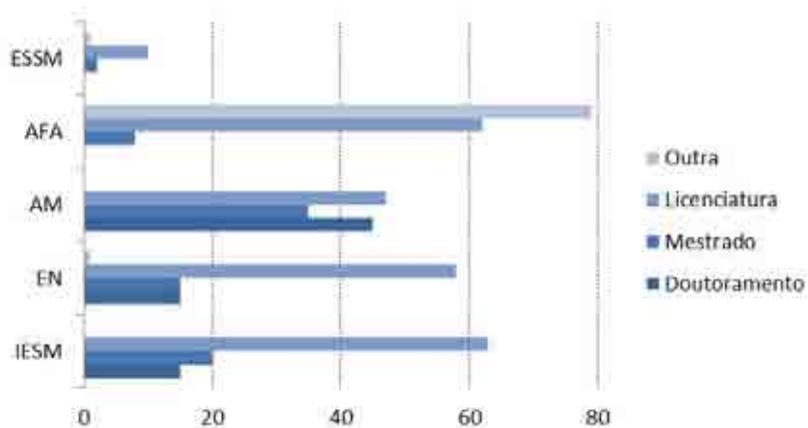
11.5 – Docentes, por estabelecimento de ensino e por categoria (militares/ civis, doutorados/ mestres/ licenciados)

Ano: 2014

CATEGORIA		IESM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Militares	Oficiais	66	53	78	59	6	262
	Sargentos				85	5	90
	Praças				5		5
	Subtotal	66	53	78	149	11	357
Civis			36	49		13	98
TOTAL		66	89	127	149	24	455

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	IESM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Doutoramento	15	15	45			75
Mestrado	20	15	35	8	2	80
Licenciatura	63	58	47	62	10	240
Outra		1		79	1	81
TOTAL	98	89	127	149	13	476

Grau Acadêmico versus Estabelecimento de Ensino



11.6 – Pessoal de apoio por estabelecimentos de ensino (militares/ civis)

Ano: 2014

CATEGORIA		IESM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Militares	Oficiais	25	59	11	21		116
	Sargentos	20	47	4	57	3	131
	Praças	26	103	5	68		202
	Subtotal	71	209	20	146	3	449
Civis		21	42	13	42	16	134
TOTAL		92	251	33	188	19	583

11.7 – Projetos de investigação iniciados, em curso e concluídos

Ano: 2014

ATIVIDADES/SITUAÇÃO		IESM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Projetos de investigação	Iniciados	1	11	12			24
	Em curso	3	30	3			36
	Concluídos		2	9			11
	Subtotal	4	43	24	-	-	71
Publicações/Artigos Científicos	Iniciados						-
	Em curso						-
	Concluídos	20	219				239
	Subtotal	20	219	-	-	-	239
TOTAL	24	262	24	-	-	310	

11.8 - Cursos ministrados por centros de instrução

11.8.1 – Estabelecimentos de Ensino e Formação não Superior

11.8.1.1 – Caracterização de Ação Formativa

Ano: 2014

Estabelecimentos de Ensino e Formação	Nº de Cursos/Ações de Formação Ministrados	Nº Alunos
CNED		
CEFA	7	150
CIH	36	306
CITAN	34	261
CIPQPEM		
Marinha EAM	134	2.749
EHO	1	8
EMERG	18	169
ESUB	5	29
ETNA	417	376
EFUZ	57	524
Subtotal	709	4.572
CM	5	351 a)
IO	4	72 a)
IPE	4	67 a)
1BIMec	2	57
CPAE	2	14
DMT	1	2
CME	6	11
GCC	5	57
GAC	2	9
ESE	4	186 a)
RC6	3	24
ETP	14	336
ESSM	30	439
CAVE	2	12
EA	82	898
Exército ES	73	923
RAAA1	4	22
CSMIE	7	69
IGeoE	5	25
CTOE	9	125
CTC	7	120
RA5	2	96
RE1	7	247
RE3	5	89
RC3	25	483
RAME	1	101
RG1	2	51
RG2	7	69
RG3	5	95
RI10	1	7

	RI13	7	133
	RI19	2	98
	RI3	2	230
	RL2	7	80
	RMan	9	58
	Rtm	23	279
	RTransp	5	28
	UNAP/ZMA	1	9
	UNAP/Cmd	2	16
	ZMM		
	Subtotal	384	5.988
Força Aérea	CFMT	39	1.128
	Subtotal	39	1.128
	TOTAL	1.132	11.688

a) Refere-se ao final do ano letivo 2013/2014..

11.9 – Instrutores e pessoal de apoio, por centros de instrução

11.9.1 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Categoria

Estabelecimentos de Ensino e Formação	Militares				Militarizados			Civis	TOTAL	
	Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL	Inspetores	Chefes	Guardas			TOTAL
CNED				-					-	
CEFA	7	4	5	16					16	
CIH	3	5		8					8	
CITAN	11	14		25					25	
CIPQPEM				-					-	
Marinha EAM	6	4		10					10	
EHO	15			15				13	28	
EMERG	2	10	7	19					19	
ESUB	3	4		7					7	
ETNA	58	199	15	272					272	
EFUZ	8	43	12	63					63	
TOTAL	113	283	39	435	-	-	-	-	13	448

Estabelecimentos de Ensino e Formação	Militares				Civis	TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL		
CM	12	3		15	50	65
IO	3	2		5	19	24
IPE	1	6		7	49	56
Exército ESE	25	188		213	22	235
EA	184	112	237	533	46	579
EPS	38	67	359	464	14	478
TOTAL	263	378	596	1.237	200	1.437

NOTA: Resultante do processo de reestruturação do sistema de formação do Exército, as ações de formação foram generalizadas a um determinado número de Unidade/Estabelecimentos/Orgão (U/E/O).

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Militares				Civis	TOTAL
		Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL		
Força Aérea	CFMT	50	78	7	135	-	-
TOTAL		50	78	7	135	-	-

11.9.2 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Habilitações

Ano: 2014

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Habilitações Acadêmicas				TOTAL	
		Doutoramento	Mestrado	Licenciatura	Outra		
Marinha	CNED					-	
	CEFA		5	2	9	16	
	CIH			3	5	8	
	CITAN		2	9	14	25	
	CIPQPEM					-	
	EAM		4	24	25	53	
	EHO	3	7	15	3	28	
	EMERG			3	16	19	
	ESUB			3	4	7	
	ETNA			18	210	280	
	EFUZ			1	52	63	
	Subtotal	3	37	121	338	499	
	Exército	CM	1	5	47	12	65
		IO	1	3	20		24
IMPE		1	2	51	2	56	
ESE		1	3	12	219	235	
EA			12	168	399	579	
EPA						-	
EPE						-	
EPS			12	32	434	478	
EPI						-	
EPC						-	
EPT						-	
ETP						-	
CTOE						-	
CTC						-	
CMEFD						-	
RA5						-	
RC3						-	
RG3						-	
UnAo/CmdZMM						-	
Subtotal		4	37	330	1.066	1.437	
Força Aérea	CFMT		8	62	79	149	
Subtotal	-	8	62	79	149		
TOTAL	7	82	513	1.483	2.085		

NOTA: Resultante do processo de reestruturação do sistema de formação do Exército, as ações de formação foram generalizadas a um determinado número de Unidade/Estabelecimentos/Orgão (U/E/O).

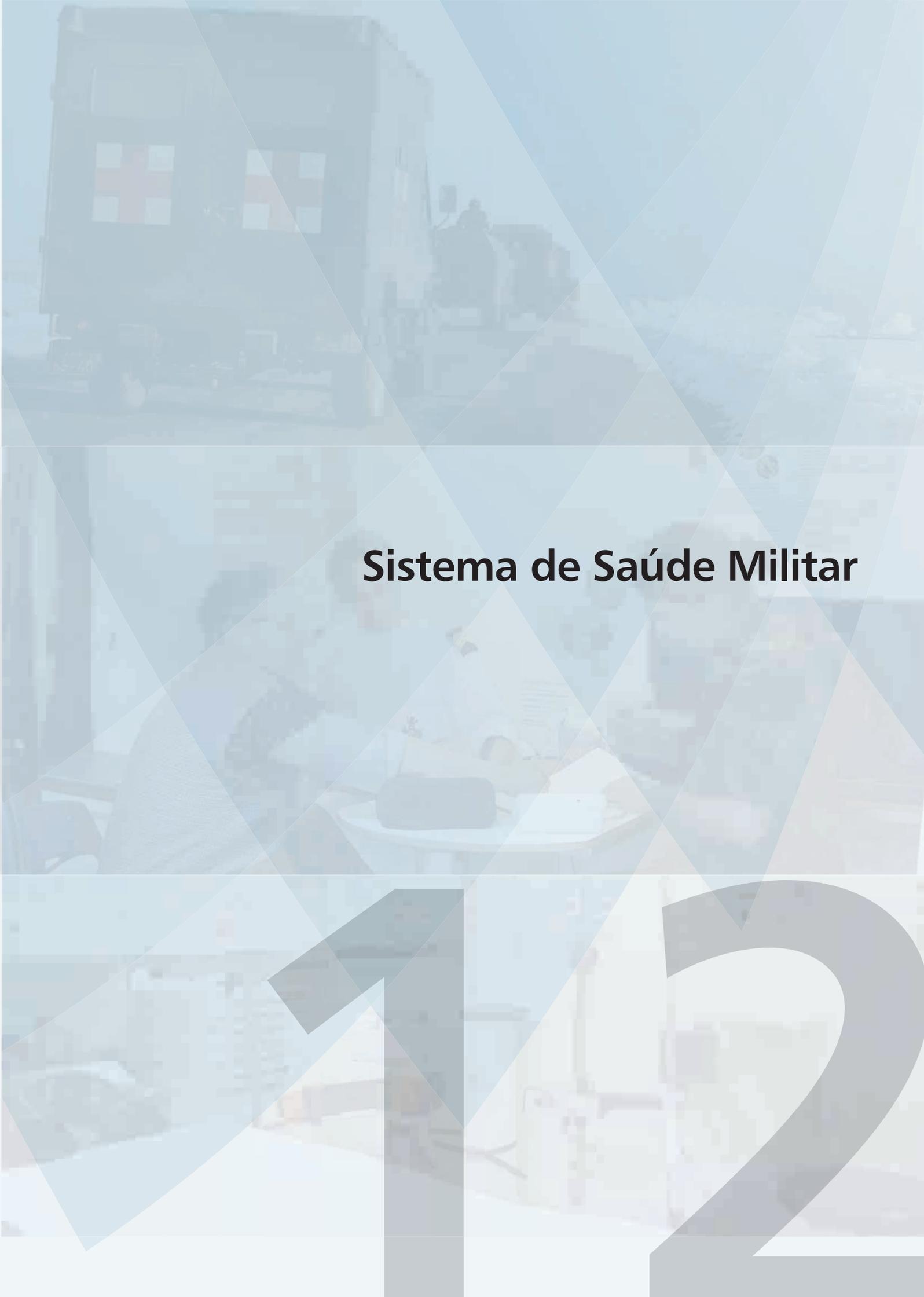
11.9.3 – Caracterização do Pessoal de Apoio

Ano: 2012

Estabelecimentos de Ensino e Formação	Militares				Militarizados				Civis	TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL	Inspetores	Chefes	Guardas	TOTAL		
CNED										
CEFA	3	1	4	8						8
CIH		1		1						1
CITAN	2	1		3						3
CIPQPE M										
Marinha EAM	6	4		10						10
EHO	1			1					4	5
EMERG		3	1	4						4
ESUB			1	1						1
ETNA		7	33	40						40
EFUZ	2	7	8	17						17
TOTAL	14	24	47	85	-	-	-	-	4	89

Estabelecimentos de Ensino e Formação	Militares				Civis	TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL		
CM	25	16	30	71		71
IO	11	11	14	36		36
IMPE	24	21	34	79		79
ESE	25	188	137	350		350
EPA	184	112	237	533		533
EPE						-
EPS						-
EPI	38	67	359	464		464
Exército EPC						-
EPT						-
ETP						-
CTOE						-
CTC						-
CMEFD						-
RA5						-
RC3						-
RG3						-
UnAo/CmdZMM						-
TOTAL	307	415	811	1.533	-	1.533

Estabelecimentos de Ensino e Formação		Militares			Civis	TOTAL
		Oficiais	Sargentos	Praças		
Força Aérea	CFMT	21	57	68	42	195
TOTAL		21	57	68	42	195

The background is a collage of four images related to military healthcare. The top image shows a military ambulance with a red cross on its side, parked on a road. The middle image shows a medical professional in a white coat examining a patient lying on a table. The bottom image shows a hospital ward with several beds and medical equipment. The entire collage is overlaid with a semi-transparent blue geometric pattern of overlapping triangles.

Sistema de Saúde Militar

1 2

NOTA EXPLICATIVA

O Sistema de Saúde Militar (SSM) tem por missão garantir o apoio sanitário à componente operacional e, simultaneamente, assegurar a assistência médica aos efetivos militares e às suas famílias, procedendo a uma avaliação permanente dos recursos humanos que servem a força militar desde a sua admissão ao serviço.

A criação do Hospital das Forças Armadas (HFAR), enquanto hospital militar único, composto pelos Polos de Lisboa e do Porto (através do Decreto-Lei n.º 84/2014, de 27 de maio) e o encerramento de 5 hospitais dos ramos é o principal marco da reforma da Saúde Militar. Apesar da complexidade de um processo desta natureza, tornou-se inevitável reconfigurar o SSM, combatendo redundâncias e ineficiências evidentes e criando um novo modelo de gestão hospitalar, moderno, sustentável e adequado às novas necessidades, abrangendo o conjunto de recursos humanos, materiais, financeiros e de infraestruturas hospitalares.

O HFAR depende do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) e integra a UTITA (Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo), a UMT (Unidade Militar de Toxicologia) e o CEIP (Centro de Epidemiologia e Intervenção Preventiva).

Cada Ramo das Forças Armadas continua a possuir o seu próprio Serviço de Saúde, em virtude da especificidade da missão e da particularidade dos meios de que dispõe, pese embora a medicina operacional especializada passe a ficar próxima do hospital, ou seja, o Centro de Medicina Aeronáutica (CMA) e o Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica (CMSH) ficam localizados no *Campus* de Saúde Militar, adjacentes ao Polo de Lisboa e na dependência funcional do diretor do HFAR.

A maioria dos recursos humanos da saúde - Médicos, Enfermeiros, Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica, Técnicos Superiores de Saúde, Auxiliares de Ação Médica e Socorristas, encontram-se adstritos ao HFAR estando, no entanto, alguns destes militares, dispersos nas restantes estruturas de saúde dos Ramos. Trata-se de um efetivo maioritariamente militar, apesar de complementado pelo recurso a trabalhadores civis de forma a responder às diferentes especificidades e necessidades.

Nota: A informação necessária para a elaboração da estatística da saúde aqui apresentada, no que se refere ao pessoal de saúde ao serviço no EMGFA/HFAR e nos Ramos das Forças Armadas, bem como toda a informação relativa à atividade hospitalar e aos equipamentos de saúde, tem origem em informação fornecida pelo EMGFA e pelos Ramos.

12.1 – Médicos Militares e Civis

12.1.1 – Infraestruturas hospitalares

12.1.1.1 – Localização

Unidades Hospitalares	Pólo Lisboa do Hospital das Forças Armadas (HFAR)			Exército
	U.H.Estrela (ex HMP)	U.H. Lumiar	U.H.Santa Clara*	HMR1
	Largo da Estrela	Azinhaga dos Ulmeiros	Campo de Stª Clara	Av. Da Boavista
	Lisboa	Lisboa	Lisboa	Porto

*Em funcionamento até maio de 2013

Nota do EXE: Informa-se que de acordo com Decreto-Lei nº84/2014 de 27 de maio, a partir de 28 de maio de 2014, foi extinto o Hospital Regional nº1 e que até à sua extinção decorreu o processo de fusão no HFAR-Polo do Porto. **Decorrente desta circunstância, apenas dispomos de informação referente aos recursos humanos na área da Saúde Militar afetos ao Exército.**

12.1.1.2 – Camas, segundo o fim a que se destinam

Ramo das FA Hospitais	HFAR			Exército	Total
	U.H.Estrela	U.H.Lumiar	U.H.Sta. Clara		
Internamento geral		103			103
- Lotação oficial		138			138
- Lotação praticada		67			67
Enfermarias		32			32
Quartos		5			5
Cuidados Intensivos					-
Cuidados Intermédios		16			16
Salas de Recobro		6			6
Serviço de Observação (Urg.)		8			8
Hospital de dia		4			4
Outras camas		103			103
TOTAL	-	138	-	-	138

12.1.1.3 – Camas por Especialidade

Ano: 2014

Ramo das FA Hospitais	HFAR			Exército HFA
	U.H.Estrela	U.H.Lumiar	U.H.Sta. Clara	
a. Salas operatórias (a)		4		
b. Gab. de cons. Externa		82		
c. Equipamentos diagnóstico e terapêutica:				
Endoscopia		4		
Hemodialise (nº. dialisadores)		3		
Imagiologia				
- Ecografia		6		
- Imag. convencional (RX)		2		
- Mamografia		1		
- Osteodesiometria				
- Tomografia comput. (TC)		1		
- Outros		5		
Laboratórios anatomia patológica e tanatologia		4		
Laboratórios de patologia clínica		27		
Medicina nuclear		2		
Raios laser		9		
Serviços de imuno-hemoterapia		10		
Serviços farmacêuticos		2		
Outros	-	291	-	-

(a) Inclui todos os equipamentos de imagiologia.

12.1.2 – Recursos Humanos

12.1.2.1 – Médicos militares e civis

Ano: 2014

Ramo das FA	HFAR			Ramos da Forças Armadas			TOTAL
	U.H.Estrela	U.H.Lumiar	U.H.Sta. Clara	Marinha	Exército	Força Aérea	
Contra-Almirante; Major-General		1				1	2
Capitão-de-mar-e-guerra; Coronel		7		5		3	15
Capitão-de-fragata; Tenente-Coronel		18		4	7	2	31
Capitão-Tenente; Major		28		2	3	10	43
1º Tenente; Capitão		60		27	14	13	114
2º Tenente; Tenente		18		9	7	10	44
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes							-
Aspirante a Oficial							-
Civis RCTFP(a)		44			9	1	54
Civis RCPS(b)		47			46		93
TOTAL	-	223	-	47	86	40	396

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

12.1.2.2 – Enfermeiros militares e civis

Ano: 2014

Ramo das FA	HFAR			Ramos das FA			TOTAL
	U.H.Estrela	U.H.Lumiar	U.H.Sta. Clara	Marinha	Exército	Força Aérea	
Capitão Tenente; Major		3		4	3		10
1º Tenente; Capitão		7		1	4		12
2º Tenente; Tenente		1					1
Aspirante a Oficial							-
Guarda-Marinha; Subtenete; Alferes				1			1
Sargento-Mor		3		7			10
Sargento-Chefe		5		27	2	2	36
Sargento-Ajudante		21		46	5	15	87
1º Sargento		68		5		27	100
2º Sargento		8		2	19	4	33
Subsargento; Furriel		3			9		12
2º Subsargento							-
Civis RCTFP (a)		67					67

Civis RCPS (b)		12		0			12
TOTAL	-	198	-	93	42	48	381

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

12.1.2.3 – Técnicos de Superiores de Saúde

Ano: 2014

Ramo das FA	HFAR			Ramos das FA			TOTAL
	U.H.Estrela	U.H.Lumiar	U.H.Sta. Clara	Marinha	Exército	Força Aérea	
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel		1		1			2
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel		2		2			4
Capitão-Tenente; Major		6		2		3	11
1ºTenente; Capitão		7		1		2	10
2ºTenente; Tenente		1		1		2	4
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes		1		1			2
Aspirante a Oficial							-
Civis RCTFP (a)		6		2			8
Civis RCPS (b)		6		10			16
TOTAL	-	30	-	20	-	7	57

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

12.1.2.4 – Médicos Dentistas

Ano: 2014

Ramo das FA	HFAR			Ramos das FA			TOTAL
	U.H.Estrela	U.H.Lumiar	U.H.Sta. Clara	Marinha	Exército	Força Aérea	
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel							-
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel		1					1
Capitão-Tenente; Major		6					6
1ºTenente; Capitão		3			4		7
2ºTenente; Tenente		1		1	5		7
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes							0
Aspirante a Oficial				3			3
Civis RCTFP (a)					1		1
Civis RCPS (b)		3		4	10		3
TOTAL	-	14	-	4	10	-	28

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

12.1.2.5 – Médicos Veterinários Militares e Civis

Ano: 2014

Ramo das FA	HFAR		Ramos das FA				TOTAL
	U.H.Estrela	U.H.Lumiar	U.H.Sta. Clara	Marinha	Exército	Força Aérea	
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel					1		1
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel					1		1
Capitão-Tenente; Major					7		7
1ºTenente; Capitão					11		11
2ºTenente; Tenente					2		2
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes							-
Aspirante a Oficial							-
Civis RCTFP (a)							-
Civis RCPS (b)							-
TOTAL	-	-	-	-	22	-	22

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.
(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

12.1.2.6 – Enfermeiros Veterinários militares e civis

Ano: 2014

Ramo das FA	HFAR		Ramos das FA				TOTAL
	U.H.Estrela	U.H.Lumiar	U.H.Sta. Clara	Marinha	Exército	Força Aérea	
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel							-
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel							-
Capitão-Tenente; Major							-
1ºTenente; Capitão							-
2ºTenente; Tenente							-
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes							-
Aspirante a Oficial							-
Civis RCTFP (a)							-
Civis RCPS (b)							-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.
(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

Nefrologia		3		3
Neurologia		8		8
Oncologia médica		2		2
Pediatria médica				-
Pneumologia		4		4
Psiquiatra		10		10
Reumatologia		1		1
Outras esp. médicas		50		50
TOTAL	-	222	-	222

12.1.2.9 – Técnicos Superiores, por especialidade

Ano: 2014

Unidades Hospitalares	HFAR			Total
	U.H.Estrela	U.H. Lumiar	U.H St ^a Clara	
Técnico superior de saúde				-
- Ramo de farmácia		12		12
- Ramo de laboratório		3		3
- Ramo de nutrição		3		3
- Ramo de psicologia clínica		8		8
- Ramo de veterinária				-
- Outros ramos		4		4
Técnico superior				-
- De serviço social		2		2
- De instalações e equipam. de serviços de saúde				-
- Outros ramos		1		1
TOTAL	-	33	-	33

12.1.2.10 – Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica, por especialidade

Ano: 2014

Unidades Hospitalares	HFAR			Total
	U.H.Estrela	U.H. Lumiar	U.H St ^a Clara	
Dietistas				-
Higienistas orais		1		1
Ramo laboratorial				-
- Patologia clínica		27		27
- Anatomia patológica		4		4
- Farmácia		7		7
- Outros				-
Ramo radionuclear				-
- Radiologia		20		20
- Outros				-
Ramo cinesiológico				-
- Fisioterapia		17		17
- Outros				-
Terapeutas da fala				-
Terapeutas ocupacionais				-
Outro pessoal técnico de diagnóstico e de terapêutica		36		36
TOTAL	-	112	-	112

12.1.3 – Atividade Hospitalar

12.1.3.1 – Consultas Efetuadas, por especialidade, nos Hospitais militares

Ano: 2014

Unidades Hospitalares	HFAR			Total
	U.H.Estrela	U.H. Lumiar	U.H St ^a Clara	
a. Especialidades cirúrgicas				
Cirurgia geral		4.438		4.438
Cirurgia pediátrica				-
Cirurgia plástica reconstrutiva		1.970		1.970
Cirurgia vascular/Angiologia		923		923
Medicina Dentária				-
Ginecologia		3.054		3.054
Neurocirurgia		1.785		1.785
Obstetrícia		695		695
Oftalmologia		9.284		9.284
Oncologia cirúrgica				-
Ortopedia		7.332		7.332
Otorrinolaringologia		7.028		7.028
Urologia		7.193		7.193
Outras especialidades cirúrgicas		0		-
b. Especialidades médicas				
Cardiologia		8.781		8.781
Dermatologia		5.564		5.564
Endocrinologia		4.142		4.142
Fisiatria		4.601		4.601
Gastroenterologia		4.501		4.501
Hematologia				-
Imunoalergologia		1.886		1.886
Infeciologia		559		559
Medicina dentária		13.867		13.867
Medicina interna		3.129		3.129
Nefrologia		715		715
Neurologia		2.766		2.766
Oncologia médica		2.119		2.119
Pediatria médica				-
Pneumologia		3.222		3.222
Psiquiatria		3.263		3.263
Reumatologia		847		847
Outras especialidades médicas		10.034		10.034
TOTAL	-	113.698	-	113.698

12.1.3.2 – Evolução do total de consultas nos hospitais militares

Ano: 2014

Atos	HFAR				Exército	Total
	Unidades Hospitalares	U.H.Estrela	U.H. Lumiar	U.H St ^a Clara		
Braquiterapia						-
Imuno-hemoterapia			957			957
Fisioterapia			138.277			138.277
Medicina nuclear (tratamento com isótopos)			753			753
Hemodialise						-
Ortóteses			26			26
Próteses			15			15
Quimioterapia			108			108
Sessões de psicoterapia			265			265
Outros tratamentos (c)			125			125
TOTAL	-	-	140.526	-	-	140.526

12.1.3.3 - Atos de Diagnóstico Efetuados no Hospital das Forças Armadas

Ano: 2014

Atos	HFAR			Exército HMR1	Total
	Unidades Hospitalares	U.H.Estrela	U.H. Lumiar		
Anatomia patológica			1832		1.832
Imagiologia			50.613		50.613
Ecocardiogramas			2.075		2.075
Eletrocardiogramas			8.882		8.882
Eletroencefalogramas			172		172
Endoscopia			24.187		24.187
Exames mio-elétricos			340		340
Exames hemodinâmicos					
Holters			892		892
Provas de esforço			829		829
Provas de função respiratória			2.293		2.293
Psicologia (d)			518		518
Outros			505.708		505.708
	TOTAL	-	598.341	-	598.341

12.1.3.4 - Intervenções Cirúrgicas Realizadas, por Serviço

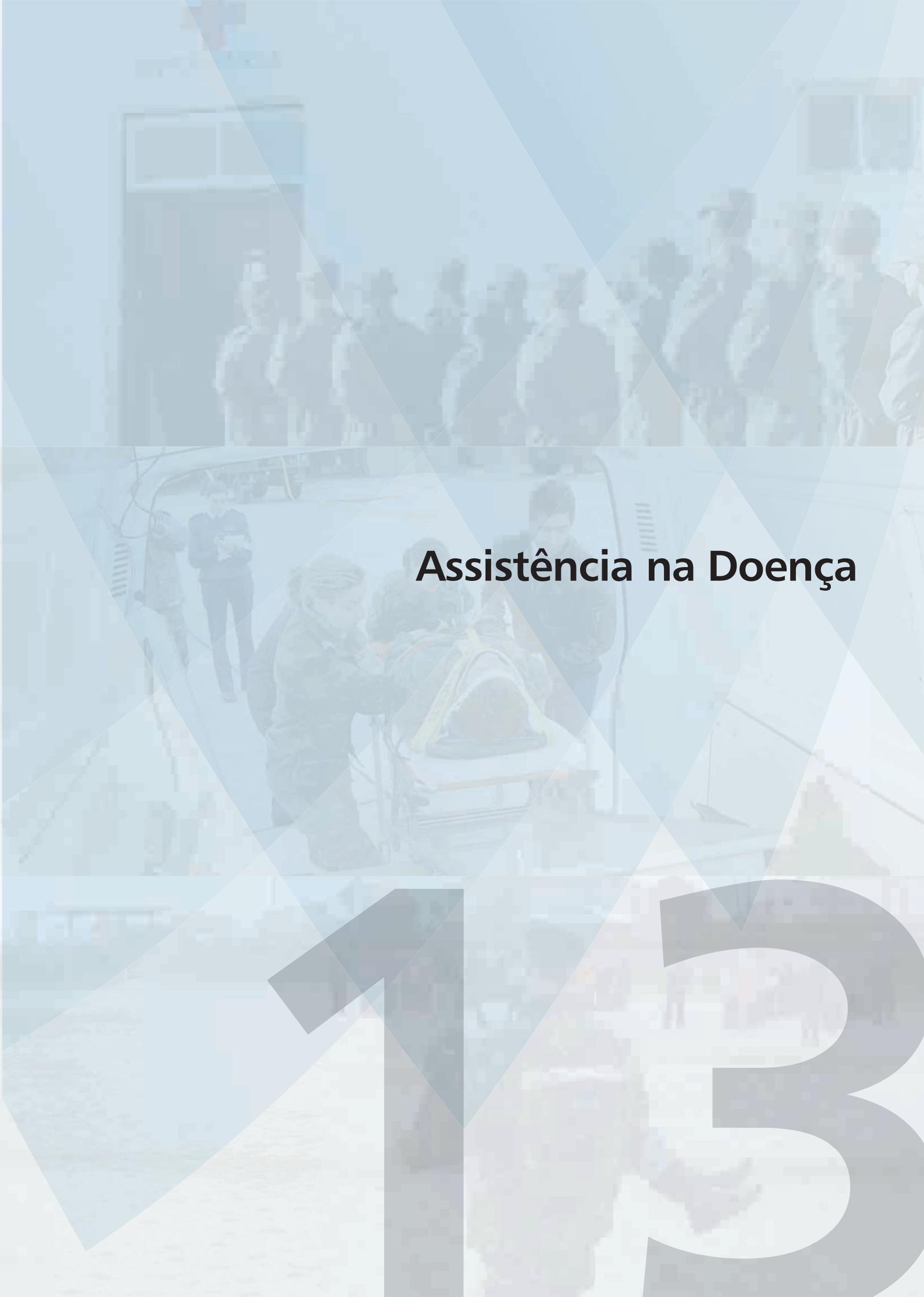
Ano: 2014

Atos Unidades Hospitalares	U.H.Estrela	HFAR U.H. Lumiar	U.H St ^a Clara	Exército HMR1	Total
b. Especialidades cirurgicas					
Cirurgia geral		883			883
Cirurgia pediátrica					-
Cirurgia plástica reconstrutiva		534			534
Cirurgia vascular/Angiologia		88			88
Medicina Dentária		26			26
Ginecologia		201			201
Neurocirurgia		108			108
Obstetrícia					-
Oftalmologia		1234			1234
Oncologia cirúrgica					-
Ortopedia		460			460
Otorrinolaringologia		500			500
Urologia		652			652
Outras esp. cirúrgicas					-
b. Especialidades médicas					
Cardiologia		17			17
Dermatologia					-
Endocrinologia					-
Fisiatria					-
Gastroenterologia					-
Hematologia					-
Infeciologia					-
Medicina interna					-
Nefrologia					-
Neurologia					-
Oncologia médica					-
Pediatria médica					-
Pneumologia					-
Psiquiatria					-
Reumatologia					-
Outras esp. médicas					-
TOTAL	-	4.703	-	-	4.703

12.1.3.5 - Taxa Mensal de Ocupação das Camas, por Unidade Hospitalar

Ano: 2014

Atos Unidades Hospitalares	U.H.Estrela	HFAR U.H. Lumiar	U.H St ^a Clara	Exército HMR1
Janeiro		80%		
Fevereiro		86%		
Março		79%		
Abril		74%		
Mai		67%		
Junho		70%		
Julho		72%		
Agosto		61%		
Setembro		62%		
Outubro		65%		
Novembro		72%		
Dezembro		70%		



Assistência na Doença

13

NOTA EXPLICATIVA

O Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, veio estabelecer o regime jurídico da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), resultante da unificação dos três subsistemas de saúde específicos de cada um dos Ramos (Assistência na Doença aos Militares da Marinha - ADMA, Assistência na Doença aos Militares do Exército - ADME e Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea - ADMFA) num único subsistema sujeito a um regime paralelo ao da Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado (ADSE).

Aquele diploma estabeleceu que a gestão deste novo subsistema da saúde incumbe ao Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. (IASFA, I.P.). A regulamentação do funcionamento foi definida pela Portaria n.º 284/2007, de 12 de março.

BENEFICIÁRIOS

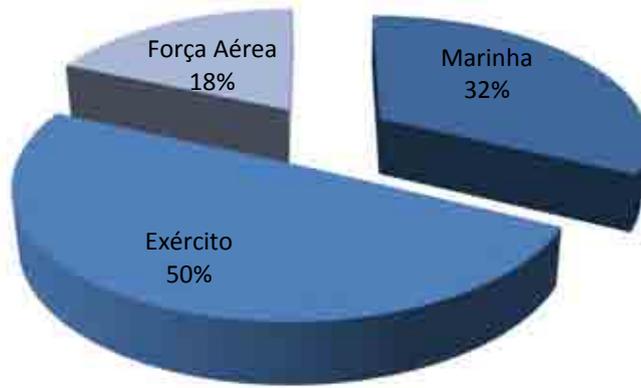
A qualidade de beneficiário, de acordo com o Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, adquire-se com a prévia inscrição na ADM, podendo esta assumir um caráter obrigatório ou facultativo. Os beneficiários integram as categorias de beneficiários titulares e de beneficiários familiares ou equiparados.

13.1 - Beneficiários ADM – distribuição por Ramos das Forças Armadas e por

Tipologia

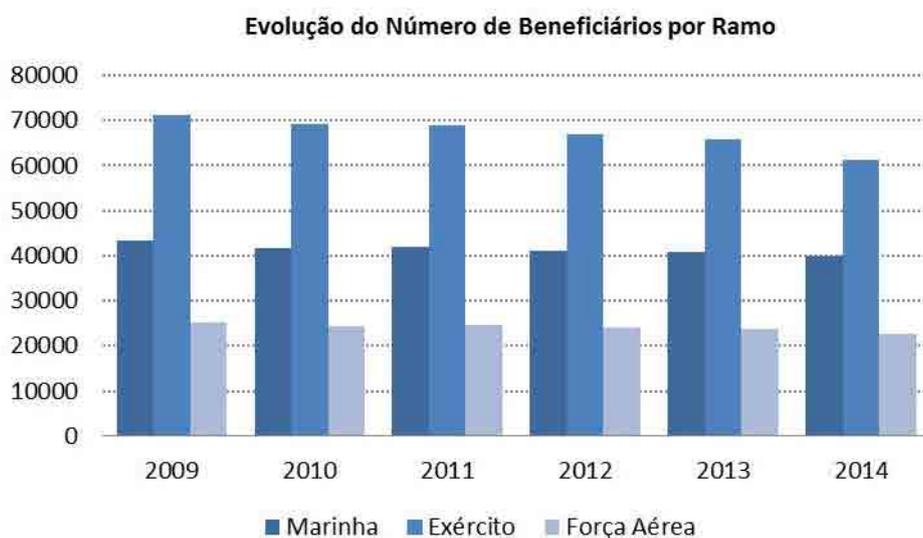
Sistema de Apoio	ADM			TOTAL
	Marinha	Exército	Força Aérea	
Ativo	8.015	6.572	3.902	18.489
Reserva	1.322	2.051	930	4.303
Reforma	7.989	15.082	4.256	27.327
Regime de voluntariado (RV)		234		234
Regime de contrato (RC)	1.340	7.092	2.231	10.663
Familiares	21.291	30.123	11.392	62.806
Outros				
TOTAL	39.957	61.154	22.711	123.822

Beneficiários da ADM - Distribuição por Ramos



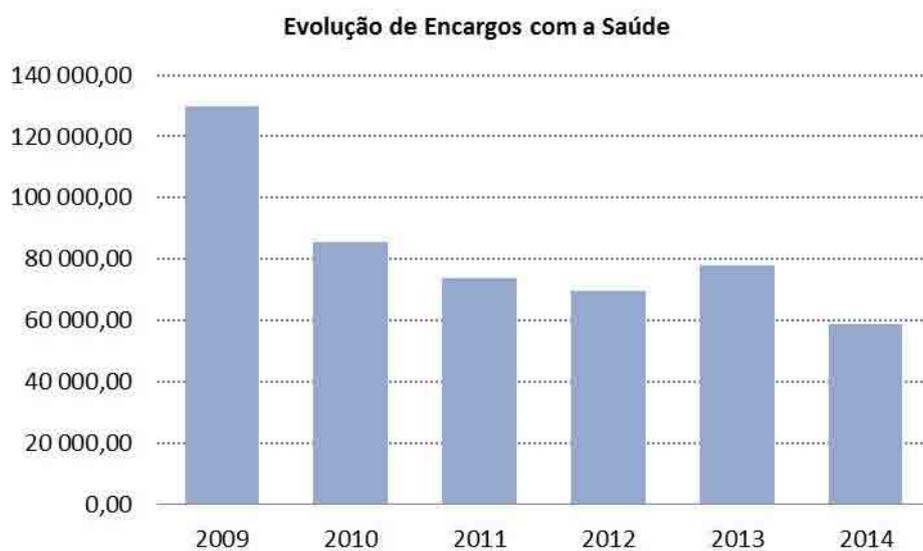
13.2 Evolução do número de beneficiários

Sistema de Apoio	ADM			TOTAL
	Marinha	Exército	Força Aérea	
2014	39.957	61.154	22.711	123.822
Dados retrospectivos				
2013	40.860	65.863	23.683	130.406
2012	40.966	67.031	24.023	132.020
2011	42.016	68.862	24.637	135.515
2010	41.513	69.303	24.212	135.028
2009	43.409	71.223	25.231	139.863



13.3 Evolução dos encargos com a saúde

Sistema de Apoio	ADM			TOTAL
	Marinha	Exército	Força Aérea	
2014	X	X	X	58.618,51
Dados retrospectivos				
2013	X	X	X	77.930,81
2012	X	X	X	69.632,90
2011	X	X	X	73.706,30
2010	X	X	X	85.654,90
2009	X	X	X	129.684,20

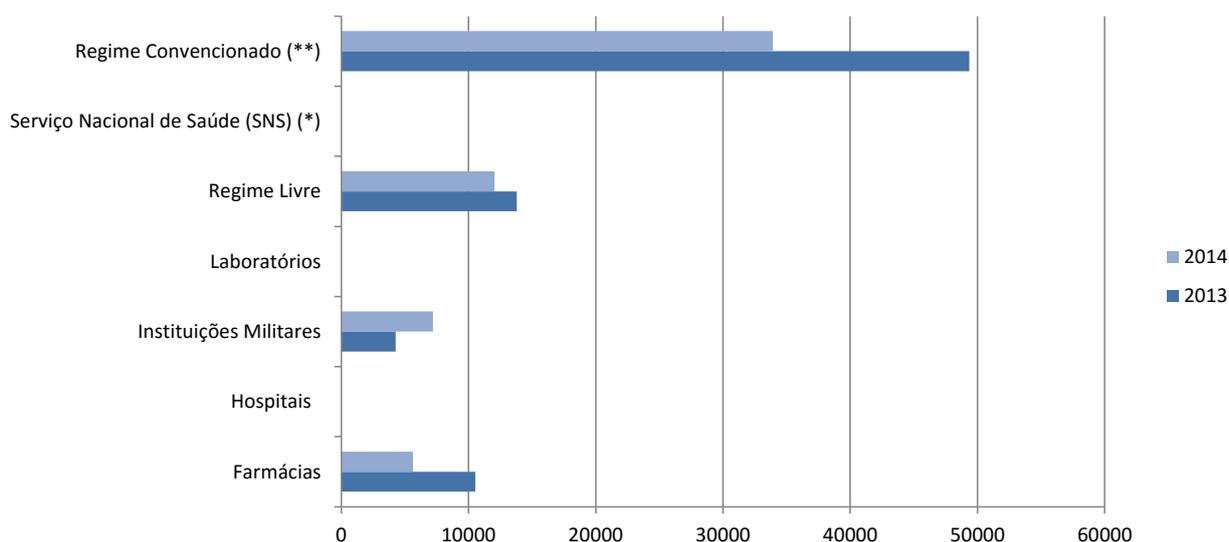


13.4 Evolução dos encargos com a saúde por modalidade de assistência

Sistema de Apoio	ADM		
	2013	2014	Variação
Farmácias	10.533,41	5.642,78	-46,43%
Hospitais			
Instituições Militares	4.262,05	7.201,16	68,96%
Laboratórios			
Regime Livre	13.783,18	12.038,68	-12,66%
Serviço Nacional de Saúde (SNS) (*)			
Regime Convencionado (**)	49.352,17	33.915,86	-31,28%
TOTAL	77.930,81	58.618,51	-27,34%

(*)Segurança Social

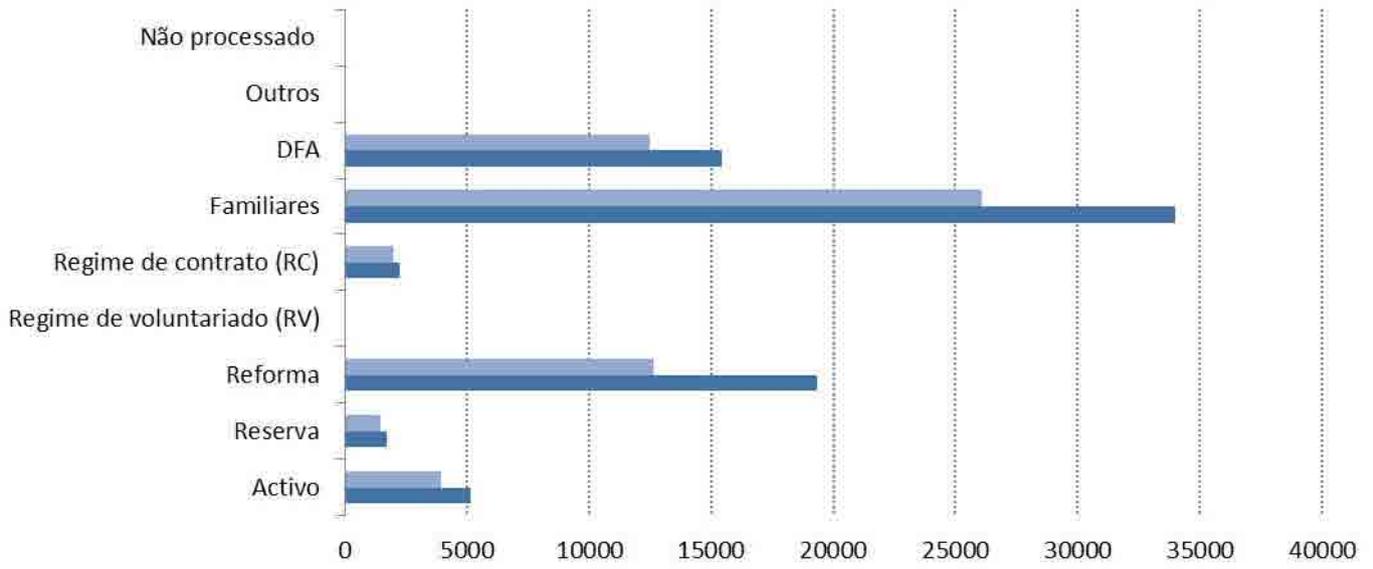
(**)Entidades Convencionadas + CAS

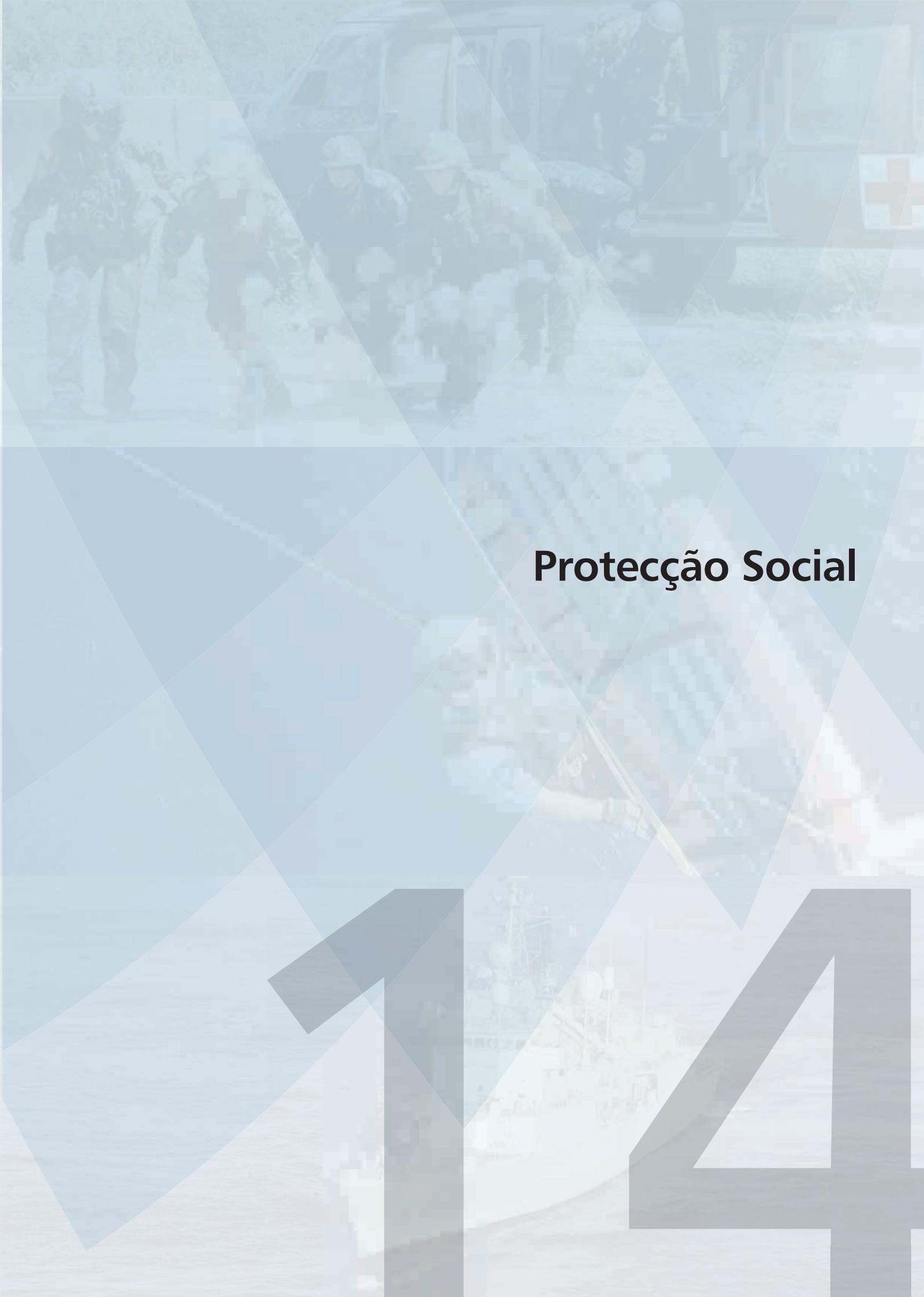


13.5 Evolução dos encargos com a saúde por tipologia de beneficiários

	2013	2014	Variação
Activo	5.170,44	3.957,71	-23,46%
Reserva	1.733,02	1.457,83	-15,88%
Reforma	19.322,21	12.637,84	-34,59%
Regime de voluntariado (RV)	1,09	8,65	693,58%
Regime de contrato (RC)	2.268,03	1.999,03	-11,86%
Familiares	33.979,48	26.096,96	-23,20%
DFA	15.456,54	12.459,94	-19,39%
Outros		0,55	-
Não processado (*)			
TOTAL	77.930,81	58.618,51	-24,78%

(*) Pago pelo valor total da fatura, não por ato a ato médico, imputável a cada beneficiário.





Protecção Social

14

NOTA EXPLICATIVA

Os dados a seguir apresentados foram coligidos pelo Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA, I.P.) as prestações familiares e sociais despendidas com o pessoal militar e civil pelos órgãos e serviços centrais do MDN (SC/MDN), EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, Instituto da Defesa Nacional e IASFA, a que aludem os Decretos-Leis n.ºs 223/95, de 8 de setembro e 133-B/97, de 30 de maio, este último revogado, na parte relativa ao subsídio familiar a crianças e jovens e ao subsídio de funeral, pelo Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, alterado pelo Decreto-lei n.º133/2012 de 27 de Junho; os subsídios concedidos, pelo IASFA, I.P., aos seus beneficiários, previstos no Decreto-Lei n.º 193/2012 de 23 Agosto.

Tais prestações pecuniárias (abonos, subsídios e prestações complementares) estão agrupadas nas Funções de Proteção Social, consideradas pelo Instituto Nacional de Estatística na sua publicação *“Estatísticas de Proteção Social Associações Sindicais Patronais”*.

O IASFA, I.P., intervém junto dos seus beneficiários no campo da ação social complementar, nomeadamente na atribuição de subsídios e de outros benefícios sociais.

FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIOS

Função Invalidez

Subsídio especial de apoio de 3ª pessoa (SEAP), concedido pelo IASFA, I.P., a beneficiários, em função da sua situação socioeconómica, que se encontrem em situação de necessidade de apoio de terceira pessoa, sem que se torne necessário o seu internamento em estabelecimento hospitalar, ou não seja aconselhável, ou possível, o seu internamento em lar.

Função Carência Económica e Velhice

Subsídio complementar normal de pensões (SCNP), concedido aos beneficiários que auferem rendimentos inferiores a um determinado valor (mínimo vital) presentemente fixado pelo IASFA, pelo valor equiparado à remuneração mínima garantida. Em 2012, o Subsídio Complementar de Apoio Familiar (SCAF) foi integrado no SCNP, sendo o valor do mínimo vital acrescido de um montante a fixar anualmente pelo Conselho Diretivo, por cada elemento dependente do agregado familiar. No anuário da Defesa o SCAF estava agrupado na função família.

Subsídio especial de lar (SEL), para auxiliar o internamento em lares (públicos ou privados, não fazendo parte do IASFA, I.P.), dos beneficiários que, comprovadamente, não possam manter-se no agregado familiar;

Subsídio especial de residente (SER), para permitir aos beneficiários mais carenciados o seu internamento nas Residenciais para Idosos (RI) e Centros de Recuperação (CR) dos equipamentos sociais do IASFA, I.P.

Função Sobrevivência

Subsídios por morte e de funeral previstos, respetivamente, nos Decretos-Leis n.ºs 223/95, de 8 de setembro e 176/2003, de 2 de agosto.

Função Família

Abono de família para crianças e jovens que visa compensar os encargos decorrentes de situações geradoras de despesas para as famílias, especialmente previstas no Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2009, de 28 de agosto;

Bonificação por deficiência, prevista no Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio, acrescendo ao abono de família para crianças e jovens, concedido nos termos do Decreto-Lei n.º 176/2003, de agosto;

Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial, subsídio mensal vitalício e subsídio por assistência de 3ª pessoa, regulados pelo Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio;

Comparticipações concedidas pelo IASFA, I.P.:

Escolar (CE), aos agregados com mais fracos recursos económicos e em todos os graus de ensino;

Especial para o apoio na deficiência (CEAD), aos beneficiários titulares ou beneficiários familiares cujos descendentes ou equiparados sejam portadores de deficiência, independentemente da idade, e frequentem estabelecimentos de ensino especial na valência de apoio técnico precoce, valência sócio-educativa ou valência de atividades ocupacionais. A participação poderá ainda ser atribuída pela frequência de ensino regular, nomeadamente em creche e jardim de infância, desde que esta frequência seja considerada essencial para superar ou minimizar a deficiência, contribuindo para um melhor desenvolvimento pessoal e integração social.

OUTRAS FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL

Assistência a Idosos

As Residenciais de Idosos do IASFA, I.P. constituem um alojamento coletivo para beneficiários idosos em situação de maior risco de perda de independência ou de autonomia, que se encontrem com dificuldades em residir no meio familiar normal.

Os Centros de Recuperação do IASFA, I.P. constituem um alojamento coletivo para beneficiários idosos em regime de internamento temporário ou definitivo, quer para convalescença quer para situações de dependência moderada ou severa.

Assistência Médica e Sanitária

O apoio nos cuidados primários de saúde em regime ambulatorio, como complemento de outros sistemas de saúde, a beneficiários titulares e familiares constitui outra missão de proteção social exercida pelo IASFA, I.P. Esta ação é concretizada através dos Centros Médicos, onde se efetuam consultas das

diversas especialidades, exames auxiliares de diagnóstico, ações terapêuticas e pelo apoio prestado pelos Postos Clínicos.

Na assistência sanitária destaca-se o serviço farmacêutico, constituído por uma Farmácia, instalada no Centro de Apoio Social de Oeiras, que tem como missão o apoio sanitário, em medicamentos, aos beneficiários internados nos Centros de Recuperação e Residenciais de Idosos, aos utentes das consultas externas e aos beneficiários em geral.

Assistência a Jovens Estudantes e Crianças

O apoio a jovens estudantes é prestado pelas Residenciais Universitárias do IASFA, cujo objetivo é proporcionar, de acordo com as disponibilidades, alojamentos aos filhos dos beneficiários titulares matriculados em estabelecimentos de ensino superior na área da Grande Lisboa.

O apoio sócio-educativo aos filhos dos beneficiários titulares do IASFA, I.P. é disponibilizado por alguns equipamentos ligados à educação, nomeadamente uma Creche, um jardim de infância/Pré-Escolar e a Escola de Ensino Básico nº 1 do Alfeite (o ensino básico é ministrado sob a responsabilidade do Ministério da Educação). As Atividades de Tempos Livres, extintas em 2006, deram lugar ao Centro de Recursos (CERE) que continuou a apoiar os alunos que frequentam aquele estabelecimento de ensino.

Assistência Financeira

A assistência financeira prestada pelo IASFA, I.P., aprovado a 2 de Dezembro 2010 aos beneficiários envolve a concessão de empréstimos, liquidação de subsídios pecuniários por morte (CPFA), que permitem resolver situações gravosas, urgentes e imprevistas.

Assistência Habitacional

Um dos objetivos a atingir pelo IASFA, I.P., na sua prestação de apoio à habitação, é a disponibilização de fogos aos seus beneficiários em condições favoráveis.

Assistência no Lazer

O IASFA, I.P., como representante de Portugal no Comité de Ligação dos Organismos Sociais Militares (CLIMS), desenvolve a cooperação entre os organismos responsáveis pela ação social militar, tanto no âmbito da doutrina e metodologias do apoio social como no intercâmbio de jovens e de residências de férias, em apoio da família militar.

Proporciona aos seus beneficiários, a preços sociais, períodos de férias e de repouso nos Centros de Apoio Social de Oeiras e de Runa e no Centro de Repouso de Porto Santo (CEREPOSA), organizando turnos de frequência de acordo com o calendário e o normativo da época.

14.1 - Beneficiários do IASFA,I.P. – Distribuição por Ramos das FA

Ano: 2014

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	Civis IASFA I.P.	TOTAL	
Número de beneficiários (a)	17.142	17.641	8.329	138	43.250	
Variação face ao ano de 201	Em valor absoluto	-54	-110	-63	-4	-231
	Em percentagem (%)	-0,31	-0,62	-0,75	-2,82	-0,53

(a) Considerados apenas os beneficiários titulares;

14.2 - Funções de Proteção Social – Invalidez – SUBSÍDIO

(euros)

	SEAP	
	N.º (a)	Montante Despendido (b)
IASFA,I.P.	296	27.008

(a) N.º de beneficiários contemplados;

(b) Prestações mensais – valor atribuído em média.

14.3 - Função de Proteção Social – Velhice – SUBSÍDIOS

(euros)

	SCNP		SEL		SER		TOTAL	
	N.º (a)	Montante Despendido (b)	N.º (a)	Montante Despendido (b)	N.º (a)	Montante Despendido (b)	N.º (a)	Montante Despendido (b)
IASFA,I.P	91	11.172	120	29.608	46	14.510	257	55.290

(a) N.º de beneficiários contemplados;

(b) Prestações mensais – valor atribuído em média.

14.4 - Função de Proteção Social – Sobrevivência – SUBSÍDIOS

(euros)

Organismo/Ramo	Por Morte		De Funeral	
	N.º	Montante Despendido	N.º	Montante Despendido
SC/MDN	2	2.515,32		
EMGFA				
Marinha	9	11.317,94	3	641,58
Exército	15	18.884,49	6	2.326,96
Força Aérea	3	3.772,98	2	427,72
IASFA,I.P.				
TOTAL	29	36.490,73	11	3.396,26

14.5 - Função de Proteção Social – Família – SUBSÍDIOS

(euros)

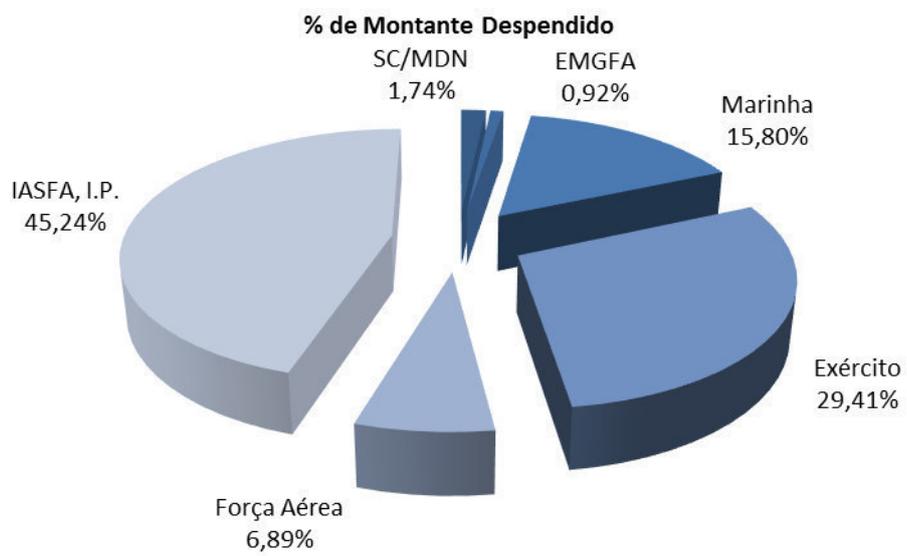
Organismo/ Ramo	Familiar		Educação				Mensal		Por		Bonificação por Deficiência		CE e CEAD	
	N.º	MD	Especial		Parental (b)		Vitalício		Assistência de 3ª Pessoa		N.º	MD	N.º	MD
			N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD				
SC/MDN	14	6.759,34			8	34.152,32	1	2.121,10	1	441,85	6	3.831,95		
EMGFA	19	9.568,30			2	4.331,31	2	2.474,64	4	2.827,84	7	6.934,06		
Marinha	391	263.297,31	4	5.519,09	344	806.857	23	44.720,28	44	42.682,71	164	147.589,92		
Exército (a)	318	222.115,90	1	2.160,00	154	406.790,54	17	33.584,40	16	15.906,6	147	138.001,08		
Força Aérea	143	104.300,68			1.203	786.244,21	10	19.504,40	17	16.171,17	48	44.928,81		
IASFA,,I.P.	28	15.244,99			10	11.467,18			1	733,47	3	2.961,84	1.284	304.328,75
TOTAL	913	621.286,52	5	7.679,09	1721	2.049.842,56	53	102.404,82	83	78.763,64	375	344.247,66	1.284	304.328,75

(a) Inclui os valores referentes aos subsídios de casamento, nascimento, aleitação e abono de família que foram substituídos ou extintos pelo DL n.º 133-B/97, de 30Mai.

14.6 - Total Anual de Subsídios e Montantes Despendidos por Função

(euros)

Função	SC/MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA, I.P.	TOTAL
Invalidez							
Subsídios			109			296	405
Montante Despendido			119.262,00			324.094,98	443.356,98
Carência Económica e Velhice							
Subsídios			110			257	367
Montante Despendido			314.493,00			663.478,00	977.971,27
Sobrevivência							
Subsídios	2		12	21	9		44
Montante Despendido	2.515,32		11.959,52	21.211,45	11.746,66		47.432,95
Família							
Subsídios	30	34	4	653	218	1.284	2.189
Montante Despendido	47.306,56	26.136,15	5.519,09	818.558,52	184.905,06	304.328,75	1.360.617,98
TOTAL/Subsídios	32	34	235	674	227	1.837	3.039
Montante Despendido	49.821,88	26.136,15	451.233,61	839.769,97	196.651,72	1.291.902,00	2.855.515,33



14.7 - Outras Funções de Proteção Social

Nº de Beneficiários	2012	2013	2014
Assistência a Idosos			
▪ Residenciais de Idosos	213	194	211
▪ Centros de Recuperação	201	165	159
Subtotal	414	359	370
Assistência Médica			
▪ Consultas	38.055	20.973	21.679
▪ Consultas Med. Dentária e Tratamentos de Estomatologia	14.848	7.221	9.450
▪ Exames Auxiliares de Diagnóstico	11.080	7.826	8.067
▪ Exames e Tratamentos de Enfermagem	76.565	55.433	54.527
▪ Fisioterapia	72.357	79.211	91.874
▪ Terapia Ocupacional	4.189	8378	14.320
▪ Terapia da fala	1.448	1.932	541
Subtotal	218.542	180.974	200.458
Assistência a Jovens e Crianças			
▪ Residenciais Universitárias	12	11	11
▪ Creche	115	107	111
▪ Jardim de Infância/Pré-Escolar	217	199	200
▪ Escola de Ensino Básico/Centro de Recursos (CERE)	255	257	251
Subtotal	599	574	573
Assistência Financeira			
▪ Empréstimos	370	416	465
	(1.774.924€)	(2.049.999,34€)	(2.043.650€)
▪ Subsídios pecuniários por morte (ex-CPFA)	434	467	429
Subtotal	(139058,23€)	(140.924,19€)	(157.146,59)
Assistência Habitacional			
▪ Habitação Económica	1.410	1.229	1.219
Assistência no Lazer			
▪ CLIMS	1.826	1229	1.121
▪ Colónias de Férias e Centro de Repouso de Porto Santo	264	326	365
Subtotal	2.090	1.555	1.486
TOTAL	223.859	185.593	205.000

Actividade Inspectiva



NOTA EXPLICATIVA

A atividade realizada pela IGDN em 2014, reflete a implementação da nova estratégia para a Inspeção-Geral, iniciada em 2013, decorrente de uma percepção realista das necessidades dos seus clientes, e que determinou a decisão de integrar os modelos de Gestão por Processos e de Avaliação de Risco no processo de Auditoria da IGDN.

Dessa integração processual resultou uma nova metodologia direcionada dos planos anuais de auditoria em ações de auditoria mais curtas e para a avaliação dos principais riscos existentes nos processos críticos das Entidades auditadas, visando a contração progressiva da Matriz de Risco da MDN.

Esta nova abordagem, alinhada com a crescente opção governativa pela prevenção e antecipação dos riscos existentes na Administração Pública, e com o reconhecimento, nacional e internacional, das vantagens decorrentes da utilização do modelo de Avaliação de Riscos, permite a construção, de forma gradual, da Matriz de Riscos do MDN; e reduzir a variabilidade do processo de auditoria, através do seu mapeamento e controlo de qualidade a que está constantemente submetido (em 2014, das 34 auditorias concluídas e homologadas, 33 foram sujeitas ao controlo de qualidade).

Estas alterações tem contribuído de forma significativa para o aumentos dos padrões de oportunidade, relevância e abrangência dos principais produtos e serviços prestados pela IGDN aos seus Clientes, designadamente dos Relatórios de Auditoria, dos relatórios Síntese de Análise de Risco e da própria matriz de risco, cujo impacto refletiram-se nos resultados obtidos em 2014, conforme Painel de Controlo do Plano de Auditorias.

Desses resultados, releva-se em 2014:

- O número de auditorias concluídas (34) e o número de relatório de auditoria homologados (34), bem como o índice de relatório homologados por inspetor (3 relatórios concluídos e homologados por inspetor);
- O grau de satisfação das Entidades Auditadas pela IGDN, onde em 31 das 33 auditorias realizadas em 2014, 94% das Entidades Auditadas, ficaram muito satisfeitas ou satisfeitas com o desempenho da equipa de auditoria e com a qualidade dos relatórios de auditoria.

Outro aspeto que concorreu para o desempenho do QUAR de 2014, foi a superação da meta fixada para o indicador do processo de formação (97% dos efetivos da IGDN frequentaram uma formação), o que demonstra a aposta no desenvolvimento e especialização dos recursos humanos da IGDN, em particular

do corpo inspetivo, nas competências que asseguram a diferenciação da Inspeção-geral, nomeadamente ao nível do modelo de Análise de Risco, e nas áreas e processo críticos constantes na Matriz de Risco da IGDN.

Os resultados da avaliação de desempenho da IGDN e, 2014, devem-se igualmente à contínua aposta na Cooperação Institucional, ao nível nacional e internacional, no âmbito da “Iniciativa 5+5” e nos Acordos Bilaterais estabelecidos com entidades congéneres estrangeiras, para divulgação das atividades da IGDN e intercâmbio de formação:

- Visita de estudo à IGDN da Escola Naval em janeiro de 2014;
- Cooperação bilateral com a entidade congénere de Espanha. Ida do Inspetor-Geral à INTERGEDEF, em março de 2014, acompanhado de 1 colaborador da IGDN;
- Reunião da Secção especializada de Informação e Planeamento do Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno, realizado em abril de 2014;
- Ida do Inspetor-Geral e de 2 representantes da IGDN à reunião no âmbito da Iniciativa 5+5 em Roma, realizada em junho de 2014;
- Cooperação bilateral com a entidade congénere de Espanha. Ida de 2 colaboradores a Espanha à INTERGEDEF no 2.º semestre de 2014;
- Ida do Inspetor-Geral e de colaboradores da IGDN a Angola;
- Cooperação bilateral com a entidade congénere de Espanha. Vinda de 2 colaboradores da INTERGEDEF, à IGDN no 2.º semestre de 2014;
- Cooperação bilateral com a entidade congénere de Argélia. Visita da Inspeção Argelina à IGDN no 2.º semestre de 2014.

Para além das ações referidas anteriormente, foi ainda realizada uma apresentação às Inspeções dos Ramos, em novembro de 2014, sobre os modelos de Gestão Estratégica e de Análise de Risco utilizados na IGDN.

15.1 / 15.2 – AUDITORIAS EXECUTADAS PELA IGDN

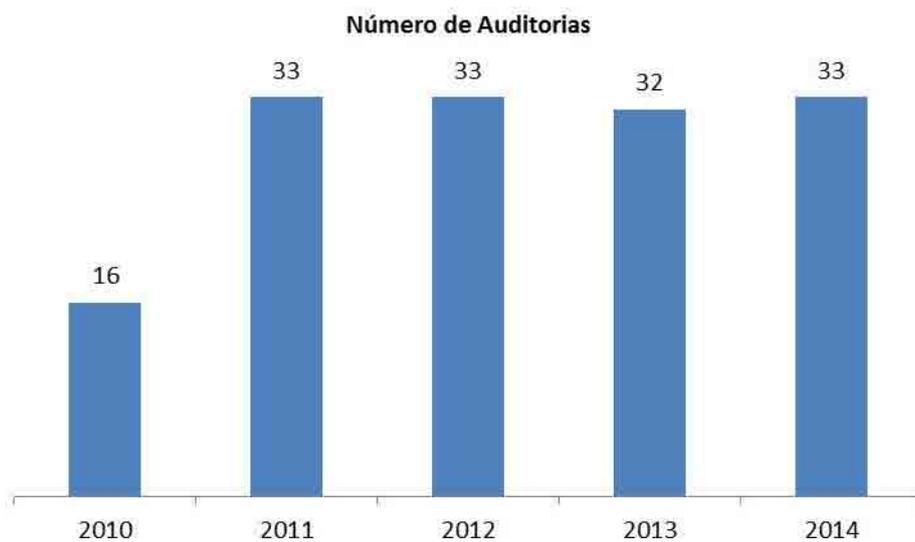
Tipo	N.º do Processo	Nome do Processo	Estrutura	N.º de Inspetores
A	1.3.	Gestão de riscos de corrupção e infrações conexas do MDN	Marinha	3
			Força Aérea	3
A	1.5.	Tratamento de reclamações dos utentes de serviços públicos no setor da Defesa Nacional	Escola Naval	2
			DGPDPN	2
			DGPRM	2
A	3.2.	Gestão de Tesouraria (inclui fundo de manei)	DGAIED	2
			IDN	2
			PJM	3
			SG/MDN	2
			DGPDPN	2
			DGPRM	2
			DGAIED	3
A	5.3.	Gestão de frota	IDN	2
			PJM	2
			EMGFA	2
			Marinha	2
			Exército	2
			Força Aérea	2
			SG/MDN	3
			EMGFA	3
A	8.6.	Gestão de formação profissional	Marinha	3
			Exército	3
			Força Aérea	3
			Arsenal do Alfeite	3
			EMGFA	3
			IASFA	3
A	8.8.	Processamento e pagamento de remunerações certas e permanentes	Manutenção Militar	3
			Arsenal do Alfeite	3
			SG/MDN	3
A	9.1.	Transferências correntes – contribuições para países terceiros e organizações internacionais	DGAIED	3
			EMGFA	3
			Marinha	3
A	11.1.	Gestão documental (entrada e saída de correspondência e arquivo de processos)	DGPDPN	3
E	12.3.	Assistência Médica	HMR 1	3

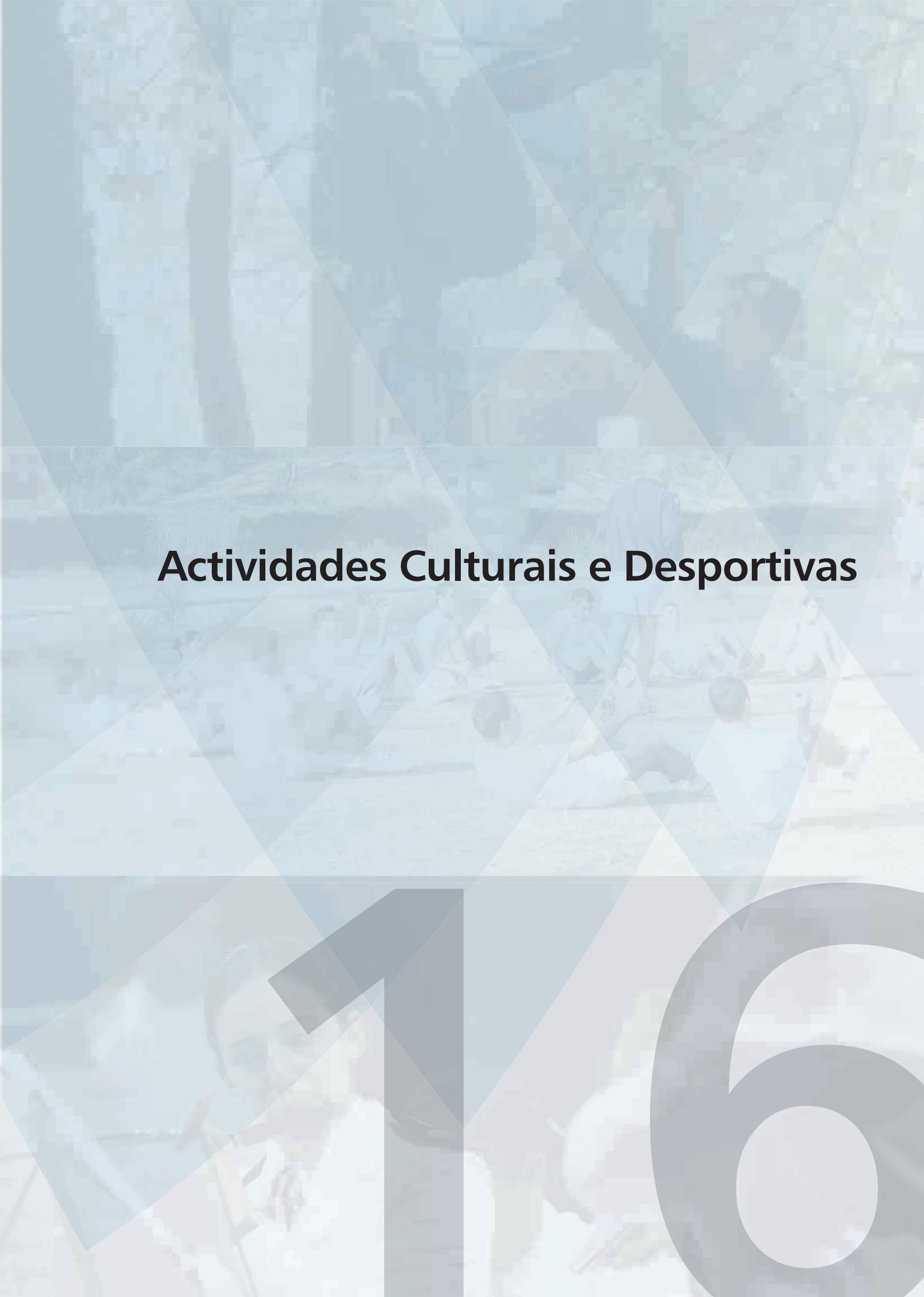
A - Auditoria aprovada na sequência do Plano de Atividades.

E - Auditoria extraordinária

15.3 – AUDITORIAS REALIZADAS PELA IGDN EM 2014

Tipo	Serviços Centrais	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	Outros	Total
Ordinária	15	1	4	4	2	3	3	32
Extraordinária							1	1
Total	15	1	4	4	2	3	3	33



The background features a collage of images related to cultural and sports activities. At the top, there are trees and a building. Below that, a group of people is sitting on the ground in a circle, possibly participating in a community activity or a game. At the bottom, a woman is playing a stringed instrument, likely a guitar or a similar traditional instrument. The entire image is overlaid with a pattern of large, semi-transparent geometric shapes in shades of blue and purple.

Actividades Culturais e Desportivas

16

NOTA EXPLICATIVA

O Capítulo 16, “Atividades Culturais e Desportivas”, da responsabilidade da Direção de Serviços de Comunicação e Relações Públicas da SG/MDN, inclui dados estatísticos referentes a:

- Desporto Militar;
- Museus Militares;
- Bibliotecas Militares;
- Arquivos Militares;
- Música.

A prática da educação física e do desporto tem tradição enraizada na Instituição Militar, sendo estimulada como forma de manter a preparação física dos militares, fomentando o seu bem-estar e criando espírito de equipa e disciplina. Assim sendo, o Desporto Militar é uma referência como atividade fundamental na formação do carácter das Forças Armadas.

Os Museus, as Bibliotecas e os Arquivos Militares, dado o património artístico, os fundos documentais e o espólio arquivístico que os caracterizam, assumem um papel fundamental no âmbito da cultura militar em particular e da Nação em geral.

Com efeito, o património móvel que se encontra à guarda dos vários Museus e Núcleos Museológicos Militares espalhados por todo o País, representa um valioso acervo artístico, histórico, técnico e científico, sendo considerado por este facto um espaço privilegiado da memória coletiva portuguesa.

As Bibliotecas Militares afetas ao Exército, Marinha e Força Aérea, recolhem, nas suas áreas especializadas, um importante património bibliográfico nacional, que disponibilizam a um público interno e externo, maioritariamente militar, mas também a investigadores nacionais e estrangeiros.

Por seu turno os Arquivos Militares nas suas vertentes de corrente, intermédio e histórico, constituem um acervo e um património documentais imprescindíveis para a Instituição Militar e para o conhecimento da História de Portugal, cuja preservação se afigura essencial.

Finalmente, a Música Militar assumiu, ao longo dos séculos, um papel preponderante junto das populações, como agente da cultura, pelo que se considera esta atividade lúdica inspirada e representada em Bandas e Orquestras Militares, primordial para a compreensão da História e Cultura Portuguesas.

CONCEITOS

DESPORTO MILITAR

Desporto Militar é uma atividade desportiva essencialmente praticada por militares, presente em competições nacionais e internacionais, cujo objetivo se prende com o treino físico militar para um melhor desempenho profissional, tendo por base os diferentes domínios da sua atuação: terra, mar e ar.

Além das competições internas realizadas anualmente pelas Forças Armadas, o MDN, através da Comissão de Educação Física e Desporto Militar (CEFDN), órgão afeto à DGPRM, organiza, em várias modalidades, campeonatos nacionais militares disputados entre seleções dos Ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança.

A nível internacional, Portugal participa nos campeonatos mundiais militares, organizados pelo *Conseil International du Sport Militaire* (CISM), com seleções nacionais militares que integram atletas do Exército, Marinha, Força Aérea, PSP e GNR selecionados entre os elementos que mais se distinguiram nos Campeonatos Nacionais Militares.

MUSEUS MILITARES

Os Museus Militares, como centros de conhecimento inesgotável do passado e memória dos feitos militares, são locais de educação e cultura ao serviço da comunidade. Além da salvaguarda e exposição de coleções, conservam atualmente a memória coletiva de forma mais alargada, através da mostra da evolução das ciências e técnicas associadas à História Militar.

Verdadeiros polos culturais alargados, referenciam-se, além dos Museus Militares do Exército em Lisboa, Porto, Chaves, Elvas, Coimbra, Batalha, Bragança e Buçaco, os Museus da Marinha, o Aquário Vasco da Gama, a Fragata D. Fernando II e Glória e o Museu do Ar, entre outros.

BIBLIOTECAS MILITARES

As Bibliotecas Militares caracterizam-se por um espólio valiosíssimo constituído por livros, revistas, jornais, cartas e mapas, entre outras fontes de informação. Os fundos específicos prendem-se com áreas transversais e comuns a todas as bibliotecas, tais como história militar, estratégia e tática militares, relações internacionais, geopolítica, e geoestratégia.

Consideram-se, para este efeito, as Bibliotecas Centrais de cada um dos Ramos, as Bibliotecas dos Estabelecimentos de Ensino Superior, a Biblioteca do IESM, a Biblioteca da Secretaria-geral do MDN e a Biblioteca do IDN.

ARQUIVOS MILITARES

Os Arquivos Militares, cujo património faz a ligação com sucessivas gerações que serviram nos três ramos das Forças Armadas, possuem um espólio de valor histórico incalculável para conhecimento do passado e compreensão do presente. A tipologia dos arquivos corresponde às três fases do valor dos documentos e respetiva frequência de utilização: de uso diário (corrente) de uso esporádico (intermédio) e de conservação permanente (histórico).

Os Arquivos mais importantes são, no Exército, o Arquivo Geral e o Arquivo Histórico, na Marinha o Arquivo Geral, na Força Aérea o Arquivo Histórico e ainda, na dependência do MDN, o Arquivo da Defesa Nacional (ADN).

MÚSICA

A Música Militar é composta por elementos dos três Ramos das Forças Armadas com formação na área e que integram Bandas Militares, Orquestras Ligeiras ou Fanfarras. Visam dar o necessário enquadramento musical a cerimónias e atos militares, assim como atuar em eventos a convite de organizações nacionais ou estrangeiras.

Atualmente no País atuam com regularidade a Banda Sinfónica e a Orquestra Ligeira do Exército, a Banda da Armada e a Banda da Força Aérea.

16.1 – Desporto Militar

16.1.1 – Instalações desportivas, por Ramo

Ano: 2014

Infraestruturas	Exército	Marinha	Força Aérea	TOTAL
Polidesportivo (ar livre)	20	5	25	50
Polidesportivo (coberto)	35	2	4	41
Sala de Musculação	14	3	15	32
Pista de Atletismo (400m)	6	2	3	11
Pista de obstáculos	20	5	3	28
Piscinas	12	4		16
Campo de squash			2	2
Campo de Voleibol Praia		1	2	3
Campo Ténis	15		15	30
TOTAL	122	22	69	213

16.1.2 – Pessoal especializado em educação física, por Ramo

Ano: 2014

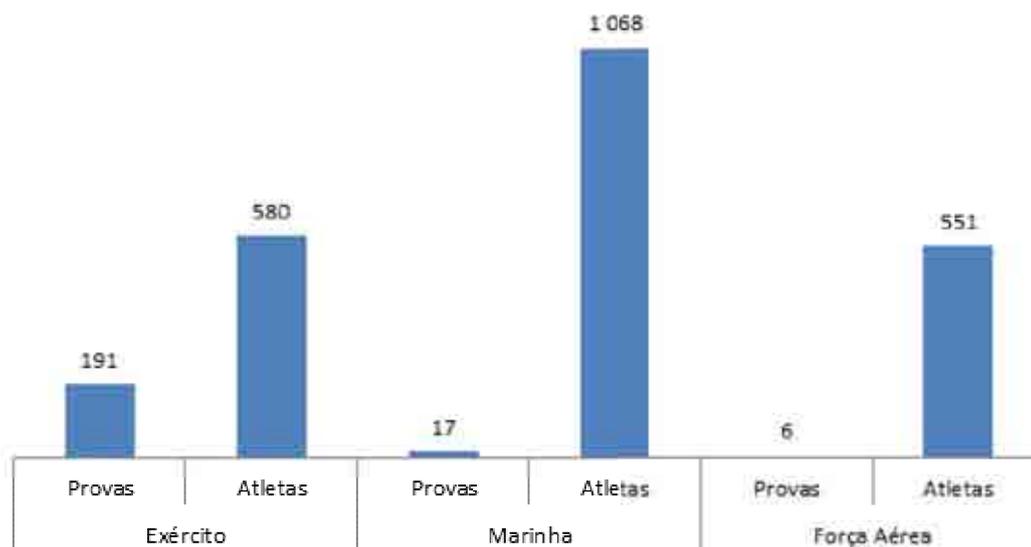
Ramo das FA Classe	Exército		Marinha		Força Aérea	
	Lic. EF	C. Monitor	Lic. EF	C. Monitor	Lic.EF	C.Monitor
Oficiais	56	164	2		16	
Sargentos	1	166			3	23
Praças						
Civis	6					
TOTAL	63	330	2	-	19	23

16.1.3 – Competições desportivas por Ramo das FA

Ano: 2014

Ramo das FA Modalidade	Exército		Marinha		Força Aérea	
	Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas
Andebol						
Atletismo (de pista)						
Atletismo (provas de estrada)			2	118	1	69
Badminton						
Basquetebol						
Corta-Mato	10	175	1	85	1	80
Esgrima	5	39				
Futebol de 11						
Futsal			3	480	1	304
Judo						
Natação			3	67		
Orientação	10	134	1	87	1	32
Para-queda Desportivo	3	14				
Pentatlo Militar						
Prova "D. Nuno Álvares"						
Tiro de Espingarda	8	37				
Tiro de Pistola	9	42	2	57		
Triatlo						
Vela						
Voleibol			3	111		
BTT	6	60	1	47		
Challenge Aventura						
Provas Equestres Militares						

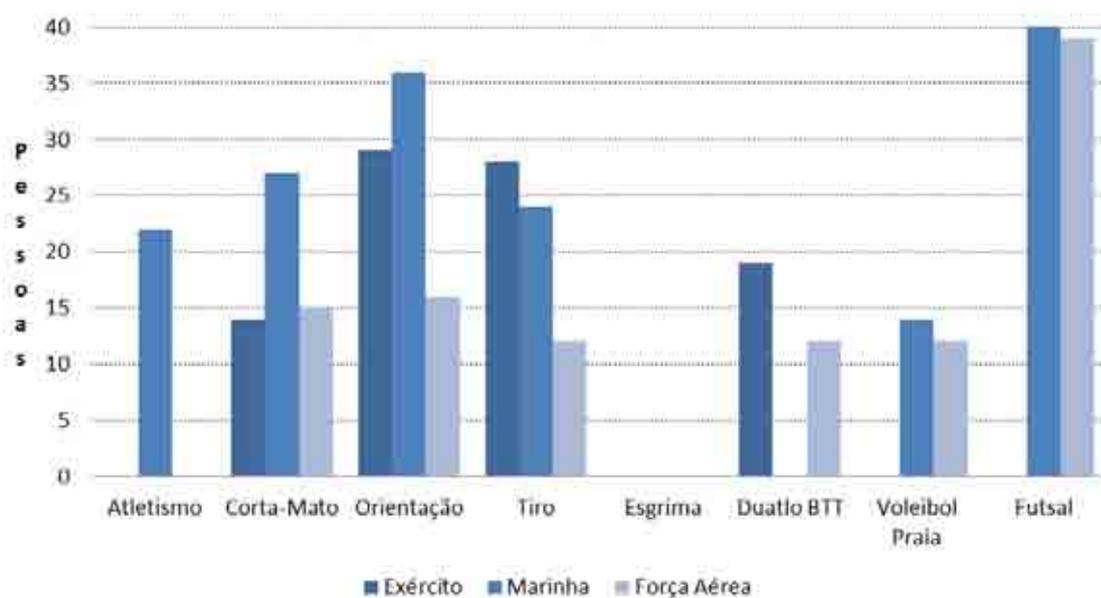
Provas Equestres Civas	132	21				
Duatlo BTT	8	58			1	32
Voleibol Praia			1	16	1	34
TOTAL	191	580	17	1.068	6	551



16.1.4 – Pessoal militar que participou em campeonatos nacionais das FA

Ano: 2014

Ramos das FA Modalidades	Exército	Marinha	Força Aérea	TOTAL
Atletismo		22		22
Corta-Mato	14	27	15	56
Orientação	29	36	16	81
Tiro	28	24	12	64
Esgrima				0
Duatlo BTT	19		12	31
Voleibol Praia		14	12	26
Futsal		53	39	92
TOTAL	90	176	106	372



16.1.5 – Pessoal militar que participou em provas internacionais militares.

Ano: 2014

Ramos das FA Modalidades	Exército	Marinha	Força Aérea	TOTAL
Corta-Mato				-
Orientação				-
Tiro			1	1
Provas Equestres Cívicas				-
TOTAL	-	-	1	1

16.2 – Museus militares

16.2.1 – Números de salas, por museu

Ano: 2014

Museu	Ramo	N.º Salas	Obs.
Museu Militar de Lisboa	Exército	32	
Museu Militar do Porto	Exército	12	
Museu Militar de Bragança	Exército	16	
Museu Militar de Elvas	Exército	27	
Museu da Marinha	Marinha	24	
Museu Militar do Buçaco	Exército	5	
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	Marinha	3	
Museu do Ar	Força Aérea	14	Sintra – 7 (Pólo principal) Ovar – 4 Alverca - 3
Museu Militar da Madeira	Exército	3	
Museu Militar dos Açores	Exército	13	
Sala Museu do Fuzileiro	Marinha	6	
Fragata D. Fernando II e Glória	Marinha	13	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	Marinha	3	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	Marinha	4	
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	Marinha		(a)
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico	Marinha	11	

(a) Em virtude do Hospital da Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro.

16.2.2 – Número médio de horas semanais de abertura ao público, por museu

Ano: 2014

Museu	Nº horas semanais de Abertura ao Público	Obs.
Museu Militar de Lisboa	42	
Museu Militar do Porto	30/30	
Museu Militar de Coimbra		
Museu Militar de Bragança	44/38	Agosto: 90 horas semanais
Museu Militar de Elvas	42	
Museu da Marinha	42	
Museu Militar do Buçaco	42	
Museu da Escola Prática de Artilharia		
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	28	
Museu do Ar	42	
Museu Militar da Madeira	42	
Museu Militar dos Açores	50	
Sala Museu do Fuzileiro	30	(a)
Fragata D. Fernando II e Glória	42/48	Verão/Inverno
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	51	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	48/54	Verão/Inverno
Pólo Museológico do Hospital da Marinha		(b)
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico		Visitáveis por marcação prévia

(a) Fins-de-semana e Feriados carecem de marcação prévia.

(b) Em virtude do Hospital da Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro.

16.2.3 – Pessoal dos museus, segundo o seu emprego

Ano: 2014

Carreiras Museus	Conserv.	CR	TCR	TFRpC	TPM	TPCR	VR
Museu Militar de Lisboa							9
Museu Militar do Porto					1		2
Museu Militar de Bragança	1						3
Museu Militar de Elvas	1	1	1		1	1	2
Museu de Marinha	1	1		1	2	1	5
Museu Militar do Buçaco							1
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão							
Museu do Ar	1						
Museu Militar da Madeira							3
Museu Militar dos Açores		2			3		3
Sala Museu do Fuzileiro			1		1		
Fragata D. Fernando II e Glória							
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta				N/A (a)			
Pólo Museológico do Farol de São Vicente							2
Pólo Museológico do Hospital da Marinha				(b)			
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico							

(a) O pessoal é da CM Cascais.

(b) Em virtude do Hospital de Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro.

16.2.4 – Visitas, por museu

Ano: 2014

Museu	Visitas	Obs.
Museu Militar de Lisboa	16.430	
Museu Militar do Porto	8.473	
Museu Militar de Bragança	55.885	
Museu Militar de Elvas	5.653	
Museu da Marinha	135.977	
Museu Militar do Buçaco	6.703	

Museu Marítimo Alm.Ramalho Ortigão	3.267	
Museu Militar da Batalha	(a)	
Museu do Ar	27.505	Sintra – 15.400 Ovar – 11.153 Alverca - 952
Museu Militar da Madeira	6.589	
Museu Militar dos Açores	138	
Sala Museu do Fuzileiro	8.208	
Fragata D. Fernando II e Glória	17.361	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	40.018	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	14.598	
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	(b)	
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico		

(a) Não há informação sobre o Museu Militar da Batalha.

(b) Em virtude do Hospital de Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro.

16.2.5 – Eventos organizados

Ano: 2014

Museu	Eventos Organizados	Obs.
Museu Militar de Lisboa	8	
Museu Militar do Porto	13	
Museu Militar de Bragança	22	
Museu Militar de Elvas	3	
Museu da Marinha	107	
Museu Militar do Buçaco	1	
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão		
Museu Militar da Batalha		
Museu do Ar	1	Dia da unidade (21 de Fevereiro)
Museu Militar da Madeira	3	
Museu Militar dos Açores	4	
Sala Museu do Fuzileiro	117	
Fragata D. Fernando II e Glória	35	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	29	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	0	
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	(a)	
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico	0	

(a) Em virtude do Hospital de Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro.

16.2.6 – Publicações editadas, por museu

Ano: 2014

Museu	Publicações editadas
Museu Militar de Lisboa	
Museu Militar do Porto	
Museu Militar de Bragança	
Museu Militar de Elvas	
Museu da Marinha	
Museu Militar do Buçaco	
Museu Marítimo Alm.Ramalho Ortigão	
Museu Militar da Batalha	
Museu do Ar	
Museu Militar da Madeira	
Museu Militar dos Açores	1
Sala Museu do Fuzileiro	
Fragata D. Fernando II e Glória	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	(a)
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico	

(a) Em virtude do Hospital de Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro.

16.3 – Bibliotecas militares

16.3.1 – Dados gerais das bibliotecas (número médio de horas semanais de abertura ao público, automatização, equipamento)

Ano: 2014

Bibliotecas	Ramo	Horas Abertura (Nº médio semanal)	Obs
Biblioteca da Academia Militar	Exército	40	
Biblioteca da Escola Naval	Marinha	38	
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA	Força Aérea	45* 45**	A BCMA é composta por vários espaços biblioteca, nomeadamente, a Biblioteca Central (Bib)* e o Centro de Apoio ao Estudo (CAE)**. Ambos os espaços mantêm o mesmo horário.
Biblioteca da Escola do Serviço de Saúde Militar	Exército	35	
Biblioteca do IESM	EMGFA	40	
Biblioteca do Exército	Exército	35	
Biblioteca Central de Marinha	Marinha	35	
Biblioteca da Força Aérea	Força Aérea	45	
Biblioteca do IDN	MDN	40	
Biblioteca SGMDN	MDN	30	
Biblioteca do Museu de Marinha	Marinha	N/A (a)	
TOTAL		428	

(a) Acesso mediante pedido prévio.

Ano: 2014

Bibliotecas	EQUIPAMENTO/AUTOMATIZAÇÃO						Obs.
	PC's	Impressoras	Software	Fotocopiadoras	Scanner	Multifunções	
Biblioteca da Academia Militar	15		DocBase		1	2	As multifunções não são de uso exclusivo da Biblioteca
Biblioteca da Escola Naval	4		Porbase	1		1	
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA	9* 14**	1* 2**	1	1* 1**	2* 0**	1**	Nos espaços biblioteca da BCMA (Bib* e CAE**) encontra-se disponível o acesso à Internet com e sem fios; Existem PC's específicos para impressão, consulta e/ou trabalho e digitalização. O quantitativo de PC's engloba os de trabalho e os de acesso ao público. Na Bib existem, também, 3 impressoras de etiquetas para o tratamento documental das espécies documentais. O <i>software</i> refere-se à Base de Dados de Gestão Documental que é comum a ambos os espaço da BCMA.
Biblioteca da Escola de Serviço de Saúde Militar	1	1			1		
Biblioteca do IESM	27		Horizon	0	3		
Biblioteca do Exército	11	3	DocBase DocWeb	1	2	1	
Biblioteca Central de Marinha	5	2	Mind Prima	1	1	0	
Biblioteca da Força Aérea	3	1	1	1	0	0	
Biblioteca do IDN	6		Horizon		1	1	
Biblioteca SGMDN	4		DocBase			1	
Biblioteca do Museu de Marinha	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	

16.3.2 – Fundos existentes, por século, por biblioteca

Ano: 2014

Bibliotecas	Fundos	Séculos	Obs.
Biblioteca da Academia Militar	20.000/45.000 * 700 ** 650 ***	XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI	* A Biblioteca da AM possui cerca de 20.000 títulos catalogados informaticamente, num total de cerca de 45.000. ** Está presente no Repositório Comum – RCAAP - com a disponibilização do texto integral de cerca de 700 Teses de Mestrado e Mestrado Integrado (TIA), do Exército e da GNR. *** Possui um fundo específico da Grande Guerra, com fontes primárias, de cerca de 650 títulos.
Biblioteca da Escola Naval	6 152 4.973 2.385 608	Séc. XVIII Séc. XIX Séc. XX Séc. XXI S/ data de edição	
Biblioteca da Academia da Força Aérea	22.797* 172**	XX e XXI	* Total de títulos de monografias, dos vários acervos da BCMA, em catálogo bibliográfico. ** Total de títulos de publicações periódicas, em Kardex.
Biblioteca da Escola de Serviço de Saúde Militar	2.404	XX e XXI	
Biblioteca do IESM	7 Coleções . Monografias correntes. . Publicações Periódicas. . Teses e Trabalhos de Investigação. . Coleção Histórica. . Coleção Embaixador Monteiro Portugal. . Coleção General Silva Freire. . Coleção General Caeiro Carrasco.	XIX, XX, XXI	Recursos eletrónicos em regime de subscrição: 3 bases de dados (EBSCO) nas áreas científicas das Ciências Militares. Criação do Portal Agregador de conteúdos com a ligação a portais académicos e científicos em open-access.
Biblioteca do Exército	Paulistas; DHCM; Biblioteca do EME; Ex IAEM; DGSS; ex RCCmds; ex HMP 4 306	XVI a XX Séc. XV Séc. XVI	
Biblioteca Central de Marinha	1.001 2.940 8.541 42.114 2.160	Séc. XVII Séc. XVIII Séc. XIX Séc. XX Séc. XXI	
Biblioteca da Força Aérea	4.958		
Biblioteca do IDN	8.275 registos de monografias 211 registos de títulos de publicações periódicas 24.416 registos de analíticos de publicações periódicas	XX e XXI	
Biblioteca SGMDN	37.146	XVIII a XXI	Foram contabilizadas todas as monografias, incluindo as da FSJB, assim como todos os registos de analíticos de Publicações Periódicas tratados
Biblioteca do Museu de Marinha	N/A	N/A	

16.3.3 – Entrada e saída de fundos

Ano: 2014

Bibliotecas	Entradas	Fundos	Saídas	Obs.
Biblioteca da Academia Militar				
Biblioteca da Escola Naval	784			
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA	504		1.355* 1.181**	Entradas = Aquisições por compra e oferta aumentadas em catálogo. Saídas = Empréstimos (Bib*, CAE**).
Biblioteca da Escola de Serviço de Saúde Militar				
		Doações/ abate de Material Bibliográfico obsoleto, repetido e policopiado:		
		. Banco Alimentar Contra a Fome: 2.340 kg de papel.		
		. Clube Militar de Oficiais de Mafra: 77 exemplares de monografias e publicações periódicas.		
Biblioteca do IESM	220 unidades	. Escola da Guarda Nacional Republicana: 639 exemplares de monografias e publicações periódicas.		Não há movimento de FUNDOS em Bibliotecas. Aplica-se a política de GESTÃO DAS COLEÇÕES que compreende os processos de aquisição, abate e doação de Material Bibliográfico.
		. Banco de Ofertas (Auditores): 479 monografias.		
		. Estado Maior General das Forças Armadas de Angola: 41 monografias.		
		TOTAL ABATE: 2.340 kg		
		TOTAL EXEMPLARES DOADOS: 1.236		
Biblioteca do Exército	707			
Biblioteca Central de Marinha	1.285			
Biblioteca da Força Aérea	33		19	
Biblioteca do IDN	102 registos de monografias; 552 registos de artigos de publicações periódicas; 8 registos de publicações periódicas			Integração de 88 registos no espaço IDN do Projecto RCAAP; ligação de 1789 ficheiros de texto e imagem a registos já existentes na BD
Biblioteca SGMDN	1.392		X	
TOTAL	5.587		3.791	

16.3.4 – Pessoal das bibliotecas, segundo o seu emprego

Ano: 2014

Carreiras Bibliotecas	Coordenador	Técnico- superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Oficiais	Sargentos	Praças	Obs.
Biblioteca da Academia Militar	1	1	2	1	1		1	
Biblioteca da Escola Naval			1	1				
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA				2*	1	1	2**	*Um dos assistentes operacionais colocado no primeiro semestre até completar o tempo para a reforma. ** Uma das praças com colocação no fim do segundo semestre
Biblioteca da Escola de Serviço de Saúde Militar			1					
Biblioteca do IESM	1	1	3			1	1	Praça em regime de parcial. A partir de outubro, passaram a 2 AT.
Biblioteca do Exército		1*		1	4	1	2	* Técnico Informático
Biblioteca Central de Marinha		1	3					
Biblioteca da Força Aérea		0	1			1	0	
Biblioteca do IDN		1	2	1				
Biblioteca SGMDN	1	2	1					
Biblioteca do Museu de Marinha	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
TOTAL	3	7	14	6	6	4	6	

16.3.5 – Eventos organizados

Ano: 2014

Bibliotecas	Eventos	Obs.
Biblioteca da Academia Militar	10	2 Edições de “A Festa do Livro”; - Evento de apresentação do Diário de Viagem de Ricardo Mendes - “De Roma a Fátima: pedalar contra o desperdício” , promovendo o desenvolvimento sustentável e o Projeto ReFood; - 2 Sessões de formação sobre Mendeley; - 2 Sessões de formação sobre EBSCO; - 2 Exposições sobre a 2ª Guerra Mundial; - 1 Exposição sobre Modelismo;
Biblioteca da Escola Naval		
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA	1* 1**	Exposição permanente sobre instrumentos de voo, nos espaços biblioteca da BCMA (Bib*, CAE**)
Biblioteca da Escola o Serviço de Saúde Militar		
Biblioteca do IESM	5	Exposições Bibliográficas Temáticas apoiadas pela elaboração e publicitação dos respetivos Boletins Bibliográficos
Biblioteca do Exército		
Biblioteca Central de Marinha	3	1 Conferência / Mostra Bibliográfica 2 Mostras Bibliográficas
Biblioteca da Força Aérea		
Biblioteca do IDN		
Biblioteca SGMDN	5	3 Exposições de Pintura 1 Exposição de Fotografia 1 Exposição colectiva – Talentos SG
Biblioteca do Museu de Marinha	N/A	
TOTAL	25	

16.4 – Arquivos Militares

16.4.1 – Km (ou metros lineares(ml)) de documentação, por arquivo

Ano: 2014

Arquivos	Km/metros lineares documentação	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional	3.600 ml	
Arquivo Geral do Exército	40.000 ml	
Arquivo Histórico Militar	8.000 ml	
Centro documentação, informação e Arquivo Central da Marinha	15.734 ml	Em conjunto os dois arquivos
Arquivo Histórico da Marinha		
Arquivo Histórico da Força Aérea	1.500 ml	Aprox.
TOTAL	68.834 ml	

16.4.2 – Volume de documentação incorporada por arquivo

Ano: 2014

Arquivos	Volume de documentação incorporada	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional	100 ml	
Arquivo Geral do Exército	778 ml	
Arquivo Histórico Militar	7,20 ml	
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha	1.675,03 ml	
Arquivo Histórico da Marinha	44,18 ml	Fundos/Núcleos: 10 - Capitania do Porto de Lisboa; 398 - Junta Nacional da Marinha Mercante; 100 - Patrulha "P5"; 268 - Patrulha "P6"; 269 - Patrulha "P7"; 217 - Caça-minas "Tomás Andrea"; 170 - Posto Radiotelegráfico do Cabo da Roca; 323 - Lancha "Espadilha".
	132,60 ml	Transferência de documentação oriunda dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo
	0,15 ml	Adquiridos por Oferta (Arquivos Particulares)
Arquivo Histórico da Força Aérea	60 ml	Aprox.
TOTAL	2.797,16 ml	

16.4.3 – Volume de documentação eliminada por arquivo

Ano: 2014

Arquivos	Volume de documentação eliminada	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional	101 ml	521 UI caixas
Arquivo Geral do Exército		
Arquivo Histórico Militar		
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha		
Arquivo Histórico da Marinha	N/A	
Arquivo Histórico da Força Aérea	5 ml	Aprox.
TOTAL	106 ml	

16.4.4 – Pessoal dos arquivos, segundo o seu emprego

Ano: 2014

Arquivos	Of.Sup.	Of.Sub.	Sarg.	Praças	Civis	Investig.	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional			2		2*		*Técnicos Superiores
Arquivo Geral do Exército	2	3	17	15	6		
Arquivo Histórico Militar	2	1	3	26	3		Em Of.Sup., para além do Coronel Diretor, foi considerado o Subdiretor, com o posto de Capitão
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha	2	1	3	4	2		
Arquivo Histórico da Marinha			2		6		1 TEC SUP ARQV; 3 voluntários, sendo que um deles trata dos restauros e encadernações
Arquivo Histórico da Força Aérea	1	1	2	2	3	4	Investig: 1 OfGen; 2 Sar; 1 Civ
TOTAL	7	6	29	47	22	4	

16.4.5 – Restauro e encadernação de unidades de instalação por arquivo

Ano: 2014

Arquivos	Restauro e Encadernação	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional		
Arquivo Geral do Exército	333	
Arquivo Histórico Militar	20	Cartas Militares
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha		
Arquivo Histórico da Marinha	6698 Restauros; 94 Encadernações; Fabrico/Reparação de Envelopes, pastas:78; Higienização e acondicionamento de: 45 maços; 446 Livros e 950 documentos avulsos	Não foram contabilizados os documentos que integraram as diferentes exposições/mostras documentais realizadas. Cada maço contém aproximadamente 500 peças. 1 ASS OPE ART GRAF e 1 voluntário.
Arquivo Histórico da Força Aérea	645	45 Embalagens; 450 rótulos; 150 restauros

16.4.6 – Serviço ao público – número de utilizadores

Ano: 2014

Arquivos	Nº de Clientes	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional	253	Entre Agosto e Dezembro, o ADN fechou à consulta devido a obras.
Arquivo Geral do Exército	1.007	
Arquivo Histórico Militar	3.348	
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha	66	13 - Presenciais; 53 - Não presenciais Apoio às U/E/O
Arquivo Histórico da Marinha	1.229	737 - Presenciais; 302 - Correspondência; 190 - Telefone
Arquivo Histórico da Força Aérea	133	Referente ao número de solicitações. O AHFA não está aberto ao público, o acesso é feito por solicitação.
Total	6.036	

16.5 – Música

16.5.1 – Número de músicos, por banda de música e orquestra

Ano: 2014

Banda/Orquestra	Número de Músicos	Obs.
Banda Sinfónica do Exército	78	
Orquestra Ligeira do Exército	23	
Banda Militar do Porto	56	
Fanfarra do Exército	19	
Banda da Armada	108	
Banda da Força Aérea	94	

16.5.2 – Desfiles e paradas realizadas por banda de música

Ano: 2014

Banda/Orquestra	Desfiles e Paradas	Obs.
Banda Sinfónica do Exército	92	
Orquestra Ligeira do Exército		
Banda Militar do Porto	35	
Fanfarra do Exército	91	
Banda da Armada	44	
Banda da Força Aérea	136	

16.5.3 – Concertos realizados, por banda de música e orquestra

Ano: 2014

Banda/Orquestra	Concertos realizados	Obs.
Banda Sinfónica do Exército	43	
Orquestra Ligeira do Exército	28	
Banda Militar do Porto	43	
Banda da Armada	44	
Banda da Força Aérea	27	
Total	185	

16.6 – Outros organismos de âmbito cultural

Ano: 2014

Organismos	Ramo	Área de Conhecimento	Localização
Aquário Vasco da Gama	Marinha	Museu Vivo	Lisboa
Fragata D. Fernando II e Glória	Marinha	Navio-Museu	Lisboa

Ano: 2014

Organismos	Salas	Horas (a)	Visitas	Eventos
Aquário Vasco da Gama	11	56	49.442	3
Fragata D. Fernando II e Glória	13 (b)	42/48 (c)	17.361 (d)	35 (e)

(a) Horas de abertura semanal;

(b) Este valor encontra-se no quadro 16.2.1;

(c) Este valor encontra-se no quadro 16.2.2;

(d) Este valor encontra-se no quadro 16.2.4;

(e) Este valor encontra-se no quadro 16.2.5.

SIGLAS

ADM	Assistência aos Doentes Militares
ADMA	Assistência aos Doentes Militares do Exército
ADME	Assistência aos Doentes Militares da Marinha
ADMFA	Assistência aos Doentes Militares da Força Aérea
ADN	Arquivo da Defesa Nacional
ADSE	Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado
AETD	Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa (Bens e Serviços)
AFA	Academia da Força Aérea
AFG	Afeganistão
AGS	Navio Hidrográfico
AGSC	Navio Hidrográfico Costeiro
AM	Academia Militar
ANA	Afghan National Army
ANCP	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ANP	Afghan National Police
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ANPDC	Afghan National Police Distribution Centre
ANPTC	Afghan National Police Training Centre
AOF	Assistência Operacional de Forças
AOR	Navio Reabastecedor
APA	Agência Portuguesa de Ambiente
APD	Ajuda Pública de Desenvolvimento
AT	Advisors Teams
BA5	Base Aérea Nº5
BCMA	Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas
BF	Base de Fuzileiros
BG	Battle Groups
BiH	Bósnia e Herzegovina
BIMEC	Brigada Mecanizada
BINF	Batalhão de Infantaria
BIPara	Brigada de Paraquedistas
BLD	Blindado
BOAT	Batalhão Operacional Aero-terrestre
BrigRR	Brigada de Reação Rápida
BTC	Bihanga Training Centre
BTCW	Biological Weapons Convention
CCF	Comando do Corpo de Fuzileiros
CCW	Certain Conventional Weapons
CE	Comparticipação especial
CE	Consultas Externas
CEAD	Comparticipação especial para o apoio na deficiência
CEDS	Combat equipment for Dismounted Soldier
CEFA	Centro de Educação Física da Armada
CEFDM	Comissão de Educação Física e Desporto Militar
CEIP	Centro de Epidemiologia e Intervenção Preventiva
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

CEMGFA	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
CEMRES	Centro Euromagrebino de Investigação e estudos Estratégicos
CEREPOSA	Centro de Repouso de Porto Santo
CFMT	Centro de Formação Militar e Técnica
CGE	Conta Geral do Estado
Cger	Companhia Geral
CGER	Comando Geral
CI	Contra Informação
CIF	Central Issue Facility
CIH	Centro de Instrução de Helicópteros
CIM	Célula de Informações Militares
CIM	Célula de Informações Militares
CIMIC	Civil Military Cooperation
CIMIN	Comité Interministerial de Alto Nível
CINAV	Centro de Investigação Naval
CIPQPEM	Centro de Instrução do Pessoal do Quadro da Polícia dos Estabelecimentos da Marinha
CISM	Conseil Internatinal du Sport Militaire
CISMIL	Centro de Informações e Segurança Militares
CITAN	Centro de Instrução de Tática Naval
CLESD	Conselho Luso-espanhol de Segurança e Defesa
CLIMS	Comité de Ligação dos Organismos Sociais Militares
CM	Colégio Militar
CMA	Centro de Medicina Aeronáutica
CMDT UMD	Comandante da Unidade de Meios de Desembarque
CMEFD	Centro Militar de Educação Física e Desportos
CMF	Coalition Maritime Forces
CMSH	Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica
CN	Contigente Nacional
CN	Comando Naval
CNED	Centro Naval de Ensino à Distância
CNPCE	Conselho Nacional Planeamento Civil de Emergência
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Comando Operacional Conjunto
COM	Comando Operacional da Madeira
COMAERFAP	Comando Aereo da Força Aérea
COMAR	Centro de Operações Marítimas
COMNAV	Comando Naval
CORG	Códigos de Organização
COSNC	Curso de Operadores do Sistema Nacional de Catalogação
CP	Prevenção de Conflitos
CPHM	comissão Portuguesa de História Militar
CPLP	Comunidade dos Países de lingua Portuguesa
CPX	Command Post Exercise
CR	Centros de Recuperação
CR	Centros de Recuperação

CRO	Operações de Resposta a Crises
CS	Conselho de Segurança
CS/ONU	Conselho de Segurança da ONU
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
CSS	Center for Security Studies
CTA	Campo de Tiro de Alcochete
CTC	Corpo de Tropas Comando
CTF	Combined Task Force
CTM	Cooperação Técnico Militar
CTM	Cooperação Técnico-Militar
CTOE	Centro de Tropas Operações Especiais
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
CZAA	Comando de Zona Aérea dos Açores
CZMILA	Comando de Zona Militar dos Açores
DAE	Destacamento de Ações Especiais
DCCR	Despesas com Compensação em Receita
DEU	Alemanha
DFA	Deficientes das Forças Armadas
DGAIED	Direção-geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa
DGAM	Direção Geral de Autoridade Marítima
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGPDN	Direção-geral de Política da Defesa Nacional
DGPRM	Direção-geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DHCM	Direção de História e Cultura Militar
DICSI	Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação
DMS	Destacamento de Mergulhadores Sapadores
DPP	Departamento de Prospetiva e Planeamento
DRC	Democratic Republic of Congo
DTP	Direção Técnico Pedagógica
EAM	Escola de Autoridade Marítima
ECOSF	Componente Operacional do Sistema de Forças
EESPUM	Estabelecimentos de ensino Superior Público
EFFA	Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas
EFUZ	Escola de Fuzileiros
EHO	Escola de Hidrografia e Oceanografia
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica S.A.
EM	Estruturas de Missão
EMAS	<i>Eco-Management and Audit Scheme</i>
EME	Estado-Maior do Exército
EMERG	Escola de Mergulhadores
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
EN	Escola Naval
EPA	Escola Prática de Artilharia
EPC	Escola Prática de Cavalaria
EPE	Escola Prática de Engenharia

EPI	Escola Prática de Infantaria
EPR	Entidades Primariamente Responsáveis
EPS	Escola Prática dos Serviços
EPT	Escola Prática de Transmissões
ESE	Escola de Sargentos do Exército
ESSM	Escola do Serviço de Saúde Militar
ESUB	Escola de Submarinos
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETNA	Escola de Tecnologias Navais da Armada
ETP	Escola de Tropas Pára-Quedistas
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
EUBG	EU Battle Groups
EUFOR	European Force
EUNAVFOR	European Naval Force
EUROFOR	European Rapid Operational Force
EUROMARFOR	European Maritime Force
EUSEC RDC	EU advisory and assistance mission for security reform in the Democratic Republic of Congo
EUTM	EU Training Mission
FCT/UNL	Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Técnica de Lisboa
FDFG	Fragata Dom Fernando e Glória
FFAA	Forças Armadas
FFGH	Fragata Vasco da Gama e Embarque de Helicópteros
FHQ	Force Headquarters
FHQ AFLOAT	Estado-Maior Embarcado
FIBUA	Fighting in Build-up Areas
FND	Forças Nacionais Destacadas
FOC	Full Operational Capability
FPNEM	Formulation & production of New Energetic Materials
FRA	França
FRA	Forces Royales Air
FRI	Força de Reação Imediata
FS	Corveta
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
GAM	Grupo de Auto-Metralhadoras
GBR	Reino Unido
GMP MEK	Grupo Marítimo Português Mers El Kébir
GNR	Guarda Nacional Republicana
H/V	Horas Vôo
HFA	Hospital da Força Aérea
HMAR	Hospital da Marinha
HMB	Hospital Militar de Belém
HMP	Hospital Militar Principal
HMR1	Hospital Militar Regional N.º1
HMR2	Hospital Militar Regional N.º2

HO	Operações Humanitárias
HoA	Corno de África
HoA	Corno de África
HQ ARRC	Headquarter Allied Rapid Reaction Corps
HUMINT	Human and Intelligence
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IASFA	Instituto de Ação Social das Forças Armadas
IB	Instrução Básica
IC	Instrução Complementar
ICES	International Council for the Exploration of the Sea
ID&I	Investigação e Desenvolvimento e Inovação
IDD	Industria de Desmilitarização e Defesa, S.A.
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IGDN	Inspeção-geral da Defesa Nacional
IGFA	International Game Fish Association
IGoE	Instituto Geográfico do Exército
IH	Instituto Hidrográfico
ILF	Intermediate Logistic Facility
IMFACC	International Military Flight Training Center Consortium
IMPE	Instituto Militar dos Pupilos do Exército
INA	Direção-Geral da Qualificação dos trabalhadores em funções públicas
INE	Instituto Nacional de Estatística
INTERGEDEF	Intervención General de la Defensa
IO	Instituto de Odivelas
IPC	Initial Planning Conference
IPTM	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos
IRF	Immediate Reaction Force
ISAF	International Security assistance Force
JIP-FP	Joint Investiment Programme on force Protection
JO	Operações Conjuntas
JTC	Jazeera Training Camp
KACTC	Kabul Air Training Centre
KAIA	Aeroporto Internacional de Kabul
KFOR	Kosovo Force
Km	Kilómetros
KMTC	Kabul Military Training Centre
KTM	KFOR Tacres Manbat
LC	Liga dos Combatentes
LCU	Lancha de Desembarque Grande
LFR	Lancha de Fiscalização Rápida
LHD	Landing Helicopter Dock
LMPQF	Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
LNO	Liaison Officer
LOT	Liaison Observation Team
LPM	Lei de Programação Militar

LR	Lares Residenciais
LSM	Lei do Serviço Militar
MAU	Military Advisory Unit
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MFAP	Ministério das Finanças e da Administração Pública
MHP	Missões Humanitárias e de Paz
MIA	Mogadíscio Internacional Airport
MilAd	Military Advisory
MILREP	Military representative
Minusma	United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali
ml	Metros lineares
MM	Manutenção Militar
MNBG	Multinational Battle-Groups
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MONIZEE	Sistema de Monitorização e Previsão Operacional da ZEE Portuguesa
MPC	Main Planning Conference
MSO	Operações de Segurança Marítima
MSU	Multinational Specialized Unit
MTT	Mobile Training Team
NAC	Conselho do Atlântico Norte
NAFO	<i>Northwest Atlantic Fisheries Organization</i>
NAP	Número de Abastecimento Provisório
NEAFC	North East Atlantic Fisheries Commission
NGF	NATO Graduated Forces
NMA	NATO Military Authorities
NNA	Número Nato de Abastecimento
NRF	NATO Response Force
NRP	Navio da República Portuguesa
NRP	Navio da República Portuguesa
NU	Nações Unidas
OAE	Operação "Antive Endeavour"
OAP	Operation Allied Protector
ODN	Orçamento da Defesa Nacional
OGFE	Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.
OGME	Oficinas Gerais de Material de Engenharia
OHQ	Operational Headquarter
OMLT	Operational Mentoring and Liaison Team
ONU	Organização da Nações Unidas
OOS	Operation Ocean Shield
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OSPAR	Convenção para a proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAOC	Plano de Atividade Operacional Civil
PB	Consolidação da Paz

PE	Imposição de Paz
PEFC	<i>Program for the Endorsement of Forest Certification Schemes</i>
PEMPOR	Programa de Ensino Militar em Portugal
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PGR	Plano de Gestão de Riscos
PGRCIC	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Plano Indicativo de Cooperação
PJ	Polícia Judiciária
PK	Manutenção de Paz
PLOP	Países de Língua Oficial Portuguesa
PM	Restabelecimento da Paz
POLMIL	Politico-Militar
PRACE	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
PSO	Operações de Apoio à Paz
PSP	Polícia de Segurança Pública
QG	Quartel General
QGOE	Quartel-general de Operações Especiais
QP	Quadros Permanentes
QPCISN	Quadro do Pessoal Civil do Instituto de Socorros a Náufragos
QPMM	Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha
QRA(I)	Quick Reaction Alert Interceptor
QRF	Quick Reaction Force
RAP	Readiness action Plan
RC	Regime de Contrato
RG1	Regimento
RI	Residenciais para Idosos
RLSM	Regulamento da Lei do Serviço Militar
RSM	Resolute Support Mission
RV	Regime de voluntariado
RV	Regime de Voluntariado
SAR	Search and Rescue
SC/MDN	Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional
SCAF	Subsídio Complementar de Apoio Familiar
SCI	Sistema de Controlo Interno
SCNP	Subsidio Complementar Normal de Pensões
SCS	Serviços Centrais de Suporte
SEAP	Subsidio especial de apoio de 3ª pessoa
SECA	Secções de Catalogação
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEL	Subsídio especial de lar
SEN	Serviço Efetivo Normal
SER	Subsidio Especial de Residente
SFA	Assistência de Segurança de Forças
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SFN	Sistemas de Força Nacional

SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
SHAPE	Supreme Headquarters Allied Powers Europe
SI/TIC	Sistemas de Informação e Tecnologias de Informação e Comunicação
SIADAP	Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SIC	Sistemas de Informação e Comunicação
SICM	Serviços de Identificação e Classificação de Material
SIGDN	Sistema Integrado de Gestão do Ministério da Defesa Nacional
SIGE	Sistema de Informação de Gestão Estratégica
SIMPOC	Sistema de Informação de Monitorização de Projetos e de Organização do Conhecimento
SNMG	Standing NATO Maritime Group
SOLTG	Special Operations Land Task Group
SOR	Statement of Requirements
SOTG	Special Operations Task Group
SRR	Search and Rescue Region
SSG	Guided Missile Submarine
STANAVFORMED	Força Naval Permanente do Mediterrâneo
TACP	Tactical Air Control Party
TACRES	Tactical Reserve
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TO	Teatro de Operações
UCK	Ushtria Çlirimtare e Kosoves
UE	União Europeia
UMI	Unidades Móveis de Instrução
UMT	Unidade Militar de Toxicologia
UN	<i>United Nations</i>
UNAMA	United Nations assistance Mission in Afghanistan
UNIFIL	United Nations Interim Force in Lebanon
UNMIK	United Nations Military Mission in Kosovo
UNMIT	United Nations Integrated Mission in East-Timor
UTITA	Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo
VEEO	Voyage Energy and Emissions Optimizer
VHF	Very High Frequency
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZMA	Zona Marítima dos Açores